

10
2010

R

evista de História da Sociedade e da Cultura

Tomo II



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual publicada em português, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Idade Média à Época Contemporânea), noticiário de actividades científicas e recensões críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantém colaboração ou desenvolvem actividades em rede com o referido Centro de investigação.

The *Journal of History of Society and Culture*, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year, in Portuguese. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Middle Ages until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Foundation for Science and Technology's Centre for History of Society and Culture, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Centre.

Director/Director

João Marinho dos Santos – CHSC da U. Coimbra / marinhosantos@fl.uc.pt

Conselho Editorial/Editorial Board

Amadeu Carvalho Homem (CHSC da U. Coimbra); Ana Maria Jorge (CEHR da U. Católica Portuguesa); António Oliveira (CHSC da U. Coimbra); Fernando Catroga (CHSC da U. Coimbra); Fernando de Sousa (CEPESE da U. Porto); Irene Vaquinhas (CHSC da U. Coimbra); João Paulo de Oliveira Costa (CHAM da U. Nova de Lisboa); Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS da Universidade de Évora); Manuela Tavares Ribeiro (CEIS XX da U. Coimbra); Maria Alegria Marques (CHSC da U. Coimbra); Maria Helena Coelho (CHSC da U. Coimbra); Maria José Azevedo Santos (CHSC da U. Coimbra); Zulmira Santos (CIHE da U. do Porto).

Avaliadores externos/External referees

Adeline Rucquoi (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, França); Alice Raviola (U. de Turim, Itália); Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa, Portugal); Ângela Barreto Xavier (ICS, Lisboa, Portugal); António Eiras Roel (U. de Santiago de Compostela, Espanha); Avelino Freitas Meneses (U. dos Açores, Portugal); Bernardo Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa, Portugal); Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil); Evergton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil); Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa, Portugal); Fernando Bouza Alvarez (U. Complutense de Madrid, Espanha); Francisco Contente Domingues (U. de Lisboa, Portugal); Francisco Garcia Fitz (U. de Cáceres, Espanha); Hermínia Vasconcelos Vilar (U. de Évora, Portugal); Inês Amorim (U. Porto, Portugal); John Russel-Wood (John Hopkins University, Baltimore, USA); Jorge Alves (U. do Porto, Portugal); Laura Mello e Souza (U. de S. Paulo, Brasil); Luís dos Reis Torgal (U. de Coimbra, Portugal); Nuno Gonçalves Monteiro (ICS, Lisboa, Portugal); Paula Pinto Costa (U. Porto, Portugal); Ramon Villares (U. de Santiago de Compostela, Espanha); Stéphane Boisselier (U. de Poitiers, França); Stuart Schwartz (U. de Yale, EUA).

Coordenadora do volume/Volume editor

Maria Antónia Lopes (CHSC da U. de Coimbra) / mafilopes@netvisao.pt

Propriedade/Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Endereços/Address

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra. Portugal.

Página/Web site: <https://www.uc.pt/rhsc> Correio electrónico/e-mail: chsc@ci.uc.pt

Telefone/Phone: (351) 239859900

Direitos de autor/Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e Palimage.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Preço de capa/Price

15,90 EUR – Tomo II

Imagem da capa/Cover illustration

José Malhoa, *As Padeiras – Mercado de Figueiró*, óleo s/tela, 1898 (Lisboa).

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: IBZ e IBR (Alemanha), ERIH (Estrasburgo), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (EUA), Latindex (México) e SciELO (Lisboa). The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* is covered by the following indexing and abstracting services: IBZ and IBR (Germany), ERIH (Strasbourg), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (EUA), Latindex (Mexico) and SciELO (Lisbon).

Revista de História
da Sociedade e da Cultura

Volume II

Publicação apoiada por:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

2003 - 2010

Sunário do Tomo II

Artigos —

Quilómetros mais próximos do Oriente por Marco Polo e Vasco da Gama 341

Comércio e Diplomacia: Portugal nos países africanos antes da descoberta
para o comércio de especiarias pelo Atlântico do Norte de Portugal
1492-1498 355

Marcelo de Melo e Albuquerque, A 1500ª Aniversária da descoberta
do Brasil: o papel de Rui Pires de Albuquerque e Albuquerque Gonçalves 411

El-Rei D. João III, Príncipe de Bragança, Conde de Barcelos e de
Castela 433

**Revista de História
da Sociedade e da Cultura**

Marcelo de Melo e Albuquerque, A 1500ª Aniversária da descoberta
do Brasil: o papel de Rui Pires de Albuquerque e Albuquerque Gonçalves 481

Comércio Exterior: o caso de D. João III e a Casa da Índia
de Goa 517

As viagens de Vasco da Gama e o comércio de especiarias no Brasil
de 1498 a 1499 545

Paulo César, o primeiro governador-geral do Brasil 577

Resumo

RENANÇO de Almeida e Albuquerque, A 1500ª Aniversária da descoberta
do Brasil: o papel de Rui Pires de Albuquerque e Albuquerque Gonçalves 593

COELHO, João, A 1500ª Aniversária da descoberta do Brasil: o papel de
Rui Pires de Albuquerque e Albuquerque Gonçalves 609

PELLEGRINO, João, A 1500ª Aniversária da descoberta do Brasil: o papel de
Rui Pires de Albuquerque e Albuquerque Gonçalves 617

OPERAÇÕES de Comércio Exterior de D. João III e a Casa da Índia
de Goa 625

RELI, Maria, A 1500ª Aniversária da descoberta do Brasil: o papel de
Rui Pires de Albuquerque e Albuquerque Gonçalves 629

RODRIGUES, Miguel, A 1500ª Aniversária da descoberta do Brasil: o papel de
Rui Pires de Albuquerque e Albuquerque Gonçalves 634

RELI, Maria, A 1500ª Aniversária da descoberta do Brasil: o papel de
Rui Pires de Albuquerque e Albuquerque Gonçalves 639

10

Tomo II



Palimage
A Imagem e A Palavra

Coimbra – 2010

Sumário do Tomo II

Artigos

Guilhermina Mota, <i>Famílias em Coimbra nos séculos XVIII e XIX</i>	353
Camilo J. Fernández Cortizo, <i>Los pasaportes internos como fuente para el estudio de la emigración gallega al norte de Portugal (1700-1850)</i>	387
Maria Marta Lobo de Araújo, <i>A difícil luta pela sobrevivência: a Misericórdia de Vila Viçosa durante a Monarquia Constitucional</i> ...	411
Filipa Formigo, <i>Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Arganil do século XIX. Metamorfoses, elos e poderes</i>	433
Margarida Durães, <i>Percursos de vida. As potencialidades da micro-história e das pesquisas biográficas</i>	457
Maria Rosa Tomé, <i>A cidadania infantil na Primeira República e a Tutoria da infância. A criação da tutoria de Coimbra e do refúgio anexo</i>	481
Maria Isabel João, <i>O Povo Português na Obra de João de Barros</i>	501
Giovanna Farrell-Vinay, <i>Don Luigi Sturzo. A Man Through Many Seasons</i>	517
Ana Isabel Coelho Pires da Silva, <i>O Cortejo de Oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor (décadas de 1950 e 1960)</i>	543
Pedro Carasa, <i>Límites de la historia social clásica de la pobreza y la asistencia en España</i>	569

Recensões

FERNÁNDEZ de Viana y Vieites, José Ignacio – <i>Colección diplomática do Mosteiro de San Pedro de Vilanova de Dozón</i> , por Jesús Alturo I Perucho.....	593
COELHO, Maria Helena da Cruz – <i>Montemor a caminho da Corte e das Cortes</i> , por João Marinho dos Santos	600
PROSPERI, Adriano - <i>Dar a alma. História de um infanticídio</i> , por José Pedro Paiva.....	609
PELLEGRINO, B. (dir.) – <i>Ordini religiosi, santi e culti tra Europa, Mediterraneo e Nuovo Mondo (secoli XV-XVII)</i> , por Paola Nestola....	617
CORRADINI, Pietro (dir.) – <i>Della entrata della Compagnia di Giesù e Christianità nella Cina</i> , por Manuel Augusto Rodrigues.....	625
RICCI, Matteo – <i>Lettere (1580-1609)</i> , por Manuel Augusto Rodrigues...	629
RUGGIERI, Michele (1543-1607) e RICCI, Matteo (1552-1610) – <i>Dicionário Português-Chinês</i> , por Manuel Augusto Rodrigues	634
RICCI, Matteo – <i>Dell'Amicizia</i> , por Manuel Augusto Rodrigues	638

XAVIER, Ângela Barreto – <i>A Invenção de Goa, Poder Imperial e Conversões Culturais nos séculos XVI e XVII</i> , por Ana Ruas Alves....	642
ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza – <i>Discurso, Disciplina e Resistências. As visitas Pastorais do Maranhão Setecentista</i> , por Jaime Ricardo Gouveia	649
COELHO, Francisco José Senra – <i>D. Augusto Eduardo Nunes professor de Coimbra – arcebispo de Évora</i> , por Manuel Augusto Rodrigues....	654

Notícias

Súmula das actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra. Ano de 2009	659
Dissertações de Doutoramento e Mestrado orientadas por investigadores integrados do Centro de História da Sociedade e da Cultura em 2009-2010	663
<i>Jornadas Internacionales sobre marginación y asistencia social en la Historia</i>	669
Colóquio Internacional <i>Race relations. The portuguese speaking world in comparative perspective</i>	670
Prémio <i>A arte de ler</i>	672
<i>II.ªs Jornadas - As Invasões Francesas e a Península Ibérica</i>	673
Colóquio <i>Espaço, Poder e Memória. A Sé de Lamego em Oito Séculos de História</i>	674
<i>Workshop Internazionale Viaggi di Lingue e Culture</i>	677
O Centenário da Morte do Padre Jesuíta Matteo Ricci. 2010	678
Seminário Internacional <i>Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)</i>	682
<i>Encontros Culturais de São Cristóvão de Lafões</i>	684
Seminário Internacional <i>Preserving documents: science and restoration</i> . 687	
<i>IX Congresso da Associação de Demografia Histórica</i>	689
<i>Seminário de História Religiosa – Época Moderna. Ano de 2010 – O cristianismo no império português</i>	690

Editorial	9
Artigos	
Anísio Miguel de Sousa Saraiva, <i>Viseu – do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano</i>	11
Saul António Gomes, <i>Castas Donas: Cónegas Regrantes de Santo Agostinho em Portugal no período medieval</i>	37
Maria do Rosário Barbosa Morujão, <i>Um outro cartulário da Sé de Coimbra: o Manuscrito Iluminado 98 da Biblioteca Nacional</i> ..	73
Isabel dos Guimarães Sá, <i>Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580)</i>	97
Susannah Humble Ferreira, <i>Os Castelos e o Conselho Real: Patrocínio Político em Portugal (1495-1521)</i>	121
Ana Isabel Buescu, <i>D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho</i>	141
Roger Lee Pessoa de Jesus, <i>A Civilidade na Pérsia aos olhos dos Portugueses de Quinhentos</i>	169
Florbela Veiga Frade, <i>O ilustre humanista Fernão Lopes Milão e as tentativas de fuga da sua família para Hamburgo</i>	195
Alfredo Martín García, <i>Clero y cultura letrada en el León de la Edad Moderna. La biblioteca del cabildo catedralicio</i>	219
María José Pérez Álvarez, <i>La colectivización de la asistencia social en la provincia de León a través de los hospitales</i>	239
Luís Filipe da Cruz Quaresma Elias, <i>A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e o empréstimo de dinheiro a juros (1753-1765)</i>	261
Hortensio Sobrado Correa, <i>Sexo y amores en la vejez en la sociedad gallega del Antiguo Régimen</i>	285
Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, <i>Vaidades nos Conventos Femininos ou das Dificuldades em deixar a Vida Mundana (séculos XVII-XVIII)</i>	305
Ricardo Pessa de Oliveira, <i>Para o estudo da alimentação no século XVIII: O agasalho dos Prelados no decurso das visitas pastorais</i>	323

Famílias em Coimbra nos séculos XVIII e XIX

Guilhermina Mota

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

guimota@mail.telepac.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 28/02/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 25/04/2010

Resumo/Abstract:

Este artigo apresenta um quadro da cidade de Coimbra e das suas famílias nos séculos XVIII e XIX. O trabalho tem como fontes sobretudo listas de população de carácter eclesiástico. Estabelece comparações na organização das famílias nos diversos espaços da cidade e diversos grupos sociais.

This paper provides a picture of 18th and 19th-century Coimbra and families. Its core sources were the lists of population of ecclesiastical nature. It compares the distribution of households over different parts of the city and by social group.

Palavras chave/Keywords:

Família; História das cidades; Coimbra.

Family; The history of cities; Coimbra.

Coimbra, cidade antiga, tem na Época Moderna uma malha urbana densa, recortada por ruas, ruelas, becos e quelhas, estreitas e tortuosas, com as casas acastelando-se encosta acima, ou amontoando-se na parte baixa, mais insalubre, e à mercê das inundações do rio. Marca da urbe é ainda a penetração do campo pelo meio do casario, com as suas hortas, quinchosos e quintais, com os animais pelas ruas desafiando as posturas camarárias¹. Também os extensos bens fundiários de mosteiros e colégios ocupam uma boa parte da área citadina e acentuam-lhe o ar campestre. Só nas últimas décadas do século XIX se produzem grandes transformações de ordem urbanística e assim Coimbra mantém-se até tarde como uma “pequena, romântica e bucólica cidade”².

A população da cidade tem fundas raízes no solo, pois, embora maioritariamente se dedique a actividades urbanas, não deixa em muitos casos de se ocupar também da lavoura das terras existentes pelos arrabaldes e pelo termo. A fidalguia e a nobreza conimbricenses vivem nas casas que têm na cidade, mas também nas quintas espalhadas pelos aros, quintas cuidadas que lhes servem para assegurar o estilo de vida “à lei da nobreza”, mas que, geridas com lógica de mercado, lhes asseguram também um bom rendimento, e quintas em cujas casas os nobres muitas vezes deixam ficar as suas mulheres e onde elas definham, enquanto na cidade eles se ocupam dos negócios do concelho e da política local tudo condimentado com “vinho, rameiras e comédias”³. O calendário agrícola impõe-se em certa medida à vida citadina: as férias da Câmara fazem-se quando chega o tempo das colheitas, a Universidade e o tabelionado interrompem para as vindimas⁴.

¹ Ainda em Novembro de 1841 a Câmara Municipal reiterava a proibição da permanência de porcos na cidade. *Anais do Município de Coimbra, 1840-1869*. Nota preambular, síntese e índices por Armando Carneiro da Silva. Coimbra, 1972-1973, p. 47.

² ROQUE, João Lourenço - Coimbra no século XIX: breves «imagens» urbanísticas e sociais. In *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*. Coord. Maria José Azevedo Santos. Coimbra: Santa Casa da Misericórdia; Viseu: Palimage, 2003, p. 23.

³ SOARES, Sérgio Cunha - *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo: poder e poderosos na Idade Moderna*. Vol. I. *Geografia do poder municipal*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2001, p. 245.

⁴ Ver OLIVEIRA, António de - *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971, vol. I, p. 327-330.

A forte ligação entre o campo e a cidade, sem ser uma especificidade coimbrã, pois as cidades até ao século passado têm grande dependência das áreas agrícolas envolventes, ajuda a definir-lhe o carácter. Em volta da urbe impera a vida rural: aí se situam as quintas, os casais, as hortas que abastecem o mercado, as vinhas, os olivais, os lagares, os palheiros. Aí encontramos lavradores, seareiros, trabalhadores, moleiros, carreiros, cavadores, feitores e criados de quinta, sem prejuízo da presença aqui e ali de artesãos, ou mesmo de gente de condição que tem as suas quintas como primeira residência. Por exemplo, o cidadão Bernardo António de Andrade reside em 1778 na sua quinta ao Almegue com duas criadas e três criados; o fidalgo da Casa Real e mestre-de-campo do terço da comarca de Castelo Branco, Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro, vive na Quinta das Lágrimas a partir do seu casamento em 1784⁵; o lente de Química Tomé Rodrigues Sobral, que fora colegial de São Paulo, mora pelo menos desde 1805 na Quinta da Cheira⁶, onde morre em 1829; D. Luísa Benedita Pinto Furtado está na sua Quinta da Arregaça⁷ em 1875, com três criadas e um criado, assim como, no mesmo ano, D. Rita de Albuquerque está na sua Quinta das Varandas⁸ com o capelão e cinco criadas.

Coimbra, cidade dual, com a Alta, dominada pela Universidade e pelo estudo, onde habitam professores, estudantes e pessoas de estatuto social elevado; e a Baixa, que é o mundo do trabalho onde se concentram os homens de negócio, os mercadores, a gente de ofícios e de serviços. Cidade dual, é verdade, mas a afirmação não exclui que na Alta existam comerciantes e muitos artesãos, entre os quais, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, barbeiros, necessários para responder às necessidades dos universitários, mas também

⁵ Ano a partir do qual, e até 1792, ocupa a provedoria da Misericórdia de Coimbra, sendo depois vereador da Câmara. Ver LOPES, Maria Antónia - *Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910: elites e fontes de poder*. Sep. *Revista Portuguesa de História*. 36, 2 (2002-2003), p. 222. Verifica-se assim que, apesar de ser de fora, pois era natural da Guarda, logo se integrou nas estruturas de poder da cidade, se bem que tivesse sido provedor da Santa Casa por nomeação régia.

⁶ A sua casa da quinta será incendiada pelo exército francês em 1810, como retaliação por ele ter comandado a Companhia de Artífices Voluntários Académicos, dirigido o fabrico de pólvora no Laboratório Químico da Universidade, e assim contribuído para a expulsão dos invasores efectuada dois anos antes.

⁷ Dentro da quinta estão também mais dois fogos, de um arrendatário e de um cavador.

⁸ Quinta onde se encontram mais seis fogos, sendo três deles lares de cavadores.

às dos eclesiásticos, pois na Alta, para além da Universidade, se situam igualmente o Paço Episcopal e as residências dos cônegos do Cabido. Em contrapartida, a Baixa, caracterizada sem dúvida pela vida laboral, não deixa de acomodar alguns estudantes e lentes⁹, doutores¹⁰, advogados¹¹, médicos¹², clérigos, um ou outro fidalgo¹³, que convivem paredes meias com a restante população. Se há ruas mais marcadas por uma especialização

⁹ Por exemplo, em 1745, mora na Rua do Coruche o lente de Medicina Manuel dos Reis e Sousa; em 1778, o muito conhecido Domingos Vandelli, lente da Faculdade de Filosofia, na Rua da Calçada; em 1851, o lente de Direito Francisco Raimundo da Silva Pereira na Rua do Corvo, Francisco de Castro Freire, lente de Matemática, em Montarroio, e António Florêncio Sarmento, lente de Música, na Rua da Moeda.

¹⁰ Em 1778 moram na Baixa: o Rev. Dr. António José Coutinho, na Portagem; o Dr. Sebastião José Afonso da Costa Carvalho (casado com D. Sebastiana Rita de Magalhães Castelo Branco), o Dr. António Dias da Silva, o Dr. Manuel Caetano de Sousa, o Dr. Joaquim Alexandre de Oliveira, tabelião da Câmara, todos na Rua da Calçada; o Dr. Diogo Manuel da Costa e Sousa, na Rua do Sargento-Mor; o Dr. José Joaquim do Amaral, na Rua dos Gatos; o Dr. João Pedro de Vargas Pereira e o Dr. José Marques, ambos no Adro de Baixo; em 1851, o bacharel Adriano Tomás dos Santos Viegas, na Rua dos Sapateiros.

¹¹ O Dr. Custódio Pacheco de Resende tem residência na Praça em 1778 e, na mesma data, o Dr. Luís da Cunha na Rua do Sargento-Mor e o Dr. Francisco José dos Santos na Rua da Saboaria; em 1851, o Dr. Joaquim Miguel de Araújo Pinto, advogado e tesoureiro da Universidade, na Rua das Padeiras.

¹² Por exemplo, o Dr. Manuel de Sousa Loureiro, que foi médico da Misericórdia, mora na Calçada em 1778; o Dr. António Joaquim de Oliveira mora na Rua das Figueirinhas em 1851, o qual, nesse mesmo ano, integra a comissão encarregada da demarcação do terreno para o Cemitério da Conchada. Ver SIMÕES, A. A. da Costa - *Notícia histórica dos Hospitais da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1882, p. 112.

¹³ É certo que os fidalgos que têm as suas moradas na parte baixa da cidade as têm na Rua da Calçada, a rua mais importante da Coimbra moderna, verdadeiro eixo dinamizador da vida económica e política. Na Calçada moram em 1778: o fidalgo João de Magalhães Castelo Branco, homem da governança que foi almoxarife e juiz dos direitos reais. D. Leonor Angélica de Morais Lara e Sousa, viúva do fidalgo da Casa Real Francisco de Morais e Brito da Serra, que foi escrivão da Câmara, vereador, deputado dos Marachões, provedor da Misericórdia, familiar do Santo Ofício e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O fidalgo da Casa de Sua Majestade, natural de Lisboa, Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro (que foi vereador da Câmara, escrivão e provedor da Misericórdia; ver LOPES, Maria Antónia - *Provedores e escrivães...*, cit., p. 219), que vive com a sogra, D. Mariana Teresa Bray, viúva de um negociante inglês que também foi feito em Coimbra da Real Fábrica dos Vidros Nacionais (ver CAMPOS, Aires - *Índices e sumarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869, 2.^a Parte, fasc. II, p. 142-143). E D. Jacinta Josefa de Magalhães Castelo Branco, viúva de João de Miranda Sequeira (sobre o casamento destes últimos realizado em 1716, consulte-se MOTA, Guilhermina - *A Igreja, a Mulher e o Casamento no século XVIII*. Sep. *Mulher: Espírito e Norma. Actas do IV Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. Coord. Maria Alegria Fernandes Marques. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos

socioprofissional, sobretudo com a presença de mesterais na Baixinha, o mais comum na ocupação do espaço é a imbricação de malhas sociais e profissionais distintas¹⁴, possibilitando uma sociabilidade verticalizada¹⁵. Por outro lado, muita gente vai mudando de casa ao longo da vida, numa aproximação aos locais socialmente mais relevantes à medida que progride o seu nível de vida e a sua posição social, como faz o lente de Medicina, que também foi vereador pela Universidade¹⁶, José dos Santos Gato, natural de Beja, que começa em 1751, quando era condutário, por residir em São Bartolomeu, mas no fim da vida em 1796 está na Rua das Fangas, uma das artérias principais na época; ou o lente de Medicina José Pinto da Silva, que foi também director dos Hospitais da Universidade e vereador, que começa por morar na freguesia de Santa Cruz em 1786, mora depois na Rua da Ilha e por fim na sua Quinta de Santo António, em Marrocos; e o lente da Faculdade de Filosofia Manuel José Baptista Barjona¹⁷ que em 1783 se casa e reside primeiro na Baixa, na freguesia de Santa Justa, e depois na Alta, em 1790 no Bairro de São Bento, em 1817 ao Castelo; ou o lente da Faculdade de Filosofia António José das Neves e Melo¹⁸ que faz um verdadeiro périplo entre 1792 e 1822: Rua do Corvo e Rua de Tinge-Rodilhas

do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2009, p. 117) que são os pais de D. Sebastiana Rita citada na nota 10.

¹⁴ Na mui nobre Rua da Calçada, por exemplo, estão em 1778 os agregados de fidalgos, um lente, doutores, donas, um médico, o administrador dos tabacos, dois licenciados, um tabelião, um padre, o escrivão do eclesiástico, mas também dois boticários, um negociante e oito mercadores, um livreiro, entre diversos mesterais como seis alfaiates, dois latoeiros, dois cabeleireiros, dois barbeiros, dois sangradores, um sapateiro, um espadeiro, um ferrador, um lavrante, e ainda um vendeiro de vinhos além de outros vinte e cinco fogos cujas cabeças não têm qualquer indicação social ou de profissão.

¹⁵ Ver SOARES, Sérgio Cunha - *O município de Coimbra...*, vol. I. *Geografia do poder...*, cit., p. 269.

¹⁶ SOARES, Sérgio Cunha - *Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)*. Sep. *Revista Portuguesa de História*. 26 (1991), p. 80.

¹⁷ Foi vereador pela Universidade em 1800, integrou o Corpo de Voluntários Académicos em 1808 e era Cirurgião-Mor do Batalhão Académico em 1826-1827; foi preso no ano seguinte, julgado pelos Absolutistas, e perdeu o lugar e ordenado de lente, vindo a acabar os seus dias na cidade de Lisboa em 1831.

¹⁸ Vereador pela Universidade em 1816, inspector e director interino do Jardim Botânico, teve uma carreira académica acidentada, vindo a ser demitido por motivos políticos em 1834, falecendo no ano seguinte.

na Baixa, Rua do Loureiro na Alta, Rua da Sofia voltando à Baixa, e por fim, subindo de novo à Alta, mora aos Arcos de São Bento¹⁹.

Em busca dessa cidade a dois tons, irei tentar esboçar quadros de vida familiar em diversos espaços da cidade e em diversos grupos sociais, atentando em duas freguesias da Baixa, a de São Bartolomeu em 1778 e a de Santa Cruz em 1851 e em duas freguesias da Alta, a de Almedina e a de São Pedro, ambas em 1801, adiantando algumas imagens da vida familiar na freguesia da Sé Velha²⁰ em 1875, ancorada sobretudo em listas nominativas. As listas nominativas são listas de pessoas, com indicação dos respectivos nomes, e que são muito importantes para o estudo da organização familiar, porque as pessoas não se encontram lançadas nos cadernos de forma avulsa, mas integradas nos fogos em que vivem. Neste caso são róis de natureza eclesiástica, sobretudo destinados à desobriga da confissão pela Páscoa²¹.

¹⁹ Todas as informações até agora aduzidas foram colhidas quer em registos paroquiais da cidade, quer em listas de população adiante citadas; informações sobre os professores da Universidade de Coimbra, em *Memoria professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*. Direcção de Manuel Augusto Rodrigues. Vol. II. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, obra que voltarei a utilizar mais à frente.

²⁰ Ou freguesia de São Cristóvão que é designada à época por Sé Velha por a sede da paróquia se localizar então na antiga catedral; será de 1920 em diante freguesia de Almedina. Utilizarei um rol de confessados datado de 1875, que se guarda no Seminário Maior da Sagrada Família. Deixo o meu reconhecimento e um preito de homenagem ao Senhor Padre Doutor A. Brito Cardoso a quem devo a amabilidade de me ter facultado a consulta deste documento. O rol enferma de uma distorção que não permite uma análise completa. De facto, o número de fogos está inflacionado, pois o Censo de 1878 (Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 127) refere 728 fogos na freguesia da Sé Velha, ao passo que o rol por mim analisado consta de 864. Pelo contrário, o número de habitantes é mais elevado no censo (2621) do que no rol (2564), donde resulta que a média de habitantes por fogo é de 3.6 no censo e de 2.9 no rol. Penso que a inflação de fogos resulta de deficiente entendimento do conceito de fogo por parte do pároco, sobretudo ao considerar sempre como fogos os quartos dos estudantes que são muitos na zona da cidade abrangida pela freguesia. Assim, o estudo da dimensão, estrutura e composição dos agregados fica comprometido. A fonte permite, no entanto, conhecer a distribuição socioprofissional nesse espaço da cidade e permite avaliar alguns aspectos da composição dos grupos domésticos.

²¹ Estas listas encontram-se no Arquivo da Universidade de Coimbra. As listas das freguesias de São Bartolomeu e de Santa Cruz são róis de confessados e comungados, as de Almedina e de São Pedro, embora também redigidas pelos respectivos párocos, destinavam-se a efectuar uma contagem de população; ver MOTA, Guilhermina - *Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no bispado de Coimbra em 1801*. Coimbra, 1990. Sep. *Revista Portuguesa de História*. 24 (1989), p. 2-9. O rol de confessados de Santa Cruz de 1851 foi já estudado por Rui Cascão, mas esse estudo foi elaborado sob a perspectiva da observância dos preceitos religiosos por parte da população e não sob a perspectiva da

Família será aqui considerada não no seu sentido lato, conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco conscientes, ou seja, até onde a memória os identifica como tal, mas no sentido restrito de agregado familiar, de grupo doméstico, de fogo, na designação da linguagem administrativa²². O critério primeiro de classificação desta unidade familiar é a coresidência, a partilha do mesmo espaço físico, o viver debaixo do mesmo tecto. Por isso a frequente interpenetração dos conceitos de casa e de família e a centralidade que a noção de “casa” tem nas concepções e na organização social ao longo do tempo, revestindo-se de uma forte carga, material e simbólica.

Mas casa e família nem sempre coincidem. A par de famílias formadas por um casal, com ou sem filhos, acompanhado ou não por parentes que vivem nas suas residências, há situações familiares muito diversificadas: há famílias privadas de habitação; há quem detenha mais que uma morada; há famílias que recebem estranhos no seu seio, por razões de ordem laboral ou por necessidade económica; há quem se encontre em instituições, convivendo com pessoas que antes desconheciam, ou por opção, caso de mosteiros ou de colégios, ou por contingências da vida, caso de hospitais, de recolhimentos ou de cadeias.

Os róis estudados abrangem a população que depende da jurisdição paroquial. Registam os fogos que comportam famílias ou pessoas singulares, mas também os que constituem algumas instituições.

Em 1778, localizada na freguesia de São Bartolomeu, está a Cadeia da Portagem²³, onde tem a sua residência o carcereiro que vive com a mulher e filhos, uma cunhada e um criado. Residência do carcereiro a que Camilo Castelo Branco também alude, ao descrever os diferentes espaços do cárcere, reportando-se ao ano de 1619:

história da família. CASCÃO, Rui - A evolução da prática religiosa na freguesia de Santa Cruz (Coimbra) 1851-1913. *Revista Portuguesa de História*. 26 (1991), p. 81-110.

²² Para o entendimento de agregado familiar e metodologia de análise, ver MOTA, Guilhermina - *Estruturas familiares...*, cit.

²³ Sobre as condições, péssimas, desta cadeia, que perduraram no tempo, veja-se SOARES, Sérgio Cunha - *O município de Coimbra...*, cit. Vol. III. *Práticas e processos da formação camarária*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2004, p. 201-203 e LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000, vol. I, p. 525-533.

“A cadeia, chamada «Portagem», era um quadrilongo de dous andares, com entrada por um pateo escuro. A um lado do pateo corriam as tarimas da guarda; ao centro rompia a escada estreita que levava ao andar superior, e a meia-subida se bifurcava em escadas descendentes para os calabouços ou enxovias. Do outro lado do pateo estava o quarto do official da guarda, paredes meias com a residencia e escriptorio do carcereiro. A sentinella nocturna era feita por tres soldados, e trinta costumava ser ao todo a guarda, que se alojava no pateo, deixando aberto o portão da entrada. As chaves das enxovias e prisões superiores recolhia-se com ellas o carcereiro, ao anoutecer, nos seus aposentos”²⁴.

Na cadeia confessam-se cinquenta e cinco presos e nove presas, disparidade numérica que bem ilustra a diferença de género no que respeita ao crime, embora na época nem só o crime levasse à prisão. As quebras, as dívidas, a vadiagem, a incúria e até a recusa em aceitar certos cargos onerosos, para lá conduziam muitos e, nestes casos, a própria natureza das infracções aponta sobretudo para um universo masculino²⁵.

Com a extinção das Corporações Religiosas em 1834, o Mosteiro de Santa Cruz reverte com todos os seus bens para a fazenda pública. Depois, nele são instalados diversos serviços e repartições, como a secretaria da administração do distrito, a Câmara Municipal, a casa de audiência, a cadeia, a administração do correio. Por Lei de 30 de Julho de 1839, a Câmara fica na posse do edificio do extinto mosteiro, do laranjal, da horta e da encosta contígua ao edificio²⁶.

O município de Coimbra, a quem no ano de 1839 é entregue a administração da roda dos expostos do concelho, aí albergará a Casa da Roda²⁷, transferida em 1848 de Montarroio para o dormitório da Senhora do Pilar

²⁴ *Lucta de gigantes: narrativa historica*. Porto: Typographia do Commercio, 1865, p. XVII-XVIII.

²⁵ Neste rol, os únicos presos com alguma indicação para além do nome e da morada, são quatro soldados. Sobre os presos da Cadeia da Portagem nessa época, ver LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência e controlo social...*, cit., p. 537-568.

²⁶ Informação histórica acerca do edificio de Santa Cruz. In *Anais do Municipio...*, cit., p. 103-105. Ver também MADAHIL, A. G. da Rocha - Inventário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra à data da sua extinção em 1834. *O Instituto*. 101 (1943), p. 445-573.

²⁷ Sobre a administração dos expostos e da Casa da Roda, consulte-se, para este período, ROQUE, João Lourenço - *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-*

do antigo mosteiro. Na Casa vamos encontrar em 1851 a rodeira, dez amas – duas em idade bastante avançada e por isso amas-secas –, duas criadas, um criado e cinco expostas. Atente-se que estas últimas não são meninas em criação, pois três são já adultas e duas têm oito anos de idade, devendo pois estar ao serviço da casa. Neste ano entram na Roda 683 expostos²⁸, número avultado a cujas necessidades as amas internas com dificuldade responderiam. Na Casa vive ainda o empregado da Roda com a sua família e duas criadas.

O antigo mosteiro não foi aproveitado somente para instalação de serviços, conhecendo outras formas de rentabilização. Em Abril de 1837 convencionou-se que a Câmara administrasse as partes do edifício ainda não utilizadas, arrendando tudo aquilo a que aparecessem pretendentes. Assim se retalharam alas do edifício e se arrendaram casas, quartos, lojas, celeiros, a horta²⁹ e até o Claustro das Limeiras chegou a ser usado para recolha de gado³⁰. Em 1851, vemos por isso instalados numa das suas dependências, com as respectivas famílias, o administrador do correio³¹ e um empregado da Câmara, assim como deparamos com o corredor de S. Francisco e o do Noviciado divididos em vários fogos, onde moram duas donas³², um negociante, um bedel³³, um estudante, um comissário, um oficial do correio³⁴ e um empregado de obras públicas.

Anos mais tarde, em 1875, estão listadas na freguesia da Sé Velha as seguintes instituições:

O Colégio das Órfãs e o Colégio dos Órfãos³⁵, instalados no edifício do antigo Colégio da Sapiência, e que para lá haviam sido transferidos em 1842,

-1870): *contributo para o seu estudo*. Coimbra, 1982. (Tese de doutoramento policopiada). Vol. I, t. II, p. 707-754 e 869-901.

²⁸ ROQUE, João Lourenço - *Idem*, p. 732.

²⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra - *Arrematações e arrendamentos*. Livros IX e X.

³⁰ *Anais do Município...*, cit., p. 194n.

³¹ António Lopes de Sá Esteves, que aí arrendara, em 16 de Junho de 1850, duas casas e três quartos por 26.305 rs.

³² Uma delas, D. Maria José Chaves, arrendara aí uma casa por 19.250 rs na mesma data.

³³ Manuel Teófilo Barreto, que arrendara aí uma casa por 19.250 rs na mesma data.

³⁴ Alexandre da Fonseca e Silva, que arrendara aí na mesma data uma casa por 8.000 rs.

³⁵ Sobre o Colégio dos Órfãos, o Colégio das Órfãs e o Asilo da Infância Desvalida, consultar LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência...*, cit., p. 333-388 e 416-423 e ROQUE, João Lourenço - *Classes populares...*, cit., p. 754-769 e 901-913.

o primeiro a partir do antigo edifício da Misericórdia na Rua do Coruche e o segundo de uma casa na Rua dos Coutinhos onde fora inaugurado em 1804. No Colégio das Órfãs vivem a regente, uma mestra, uma ajudante, uma porteira, uma roupeira, trinta e três alunas e quatro criadas³⁶, no dos Órfãos, um vice-reitor, um professor, um despenseiro, cinquenta e um alunos e nove criados³⁷.

Outra instituição é o Asilo da Infância Desvalida, estabelecido no antigo Colégio de Santo António da Pedreira³⁸, que conta com a regente, duas ajudantes, doze alunas e duas criadas. Inicialmente, o Asilo tinha doze alunos, seis de cada sexo, e só acolhia as crianças durante o dia. Depois, o número de alunos cresceu e no ano referido estão já criadas duas classes de asilados, uma delas de internato, reservada para meninas.

Inscrita como “Colégio da Estrela” está a habitação onde vive o Bispo de Macau, D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, com quatro *comes* e três criadas. Este lente de Teologia em 1866 havia arrendado o edifício da Estrela e aí fundado o Colégio de Educação e Ensino Secundário da Estrêla que chegou a ter alguma projecção. Nomeado bispo de Macau em 1874, suprimiu o colégio no fim do ano lectivo de 1873-1874³⁹, mas, por inércia, no rol ainda se mantém a sua designação.

No Seminário Diocesano, o pároco apenas especifica o vice-reitor António José da Silva, o lente de Teologia Dr. António Bernardino de Meneses, que era professor no Seminário, e os criados, deixando uma referência à desobriga de todos os outros habitantes dita “em globo”.

Com a simples denominação de “Ursulinas”, mas vazio de pessoas, está o fogo n.º 827. O prior refere-se ao Real Colégio Ursulino das Chagas

³⁶ Em 1823 dão entrada no Colégio as primeiras doze meninas e o pessoal da casa é constituído pela regente, por uma mestra, uma porteira, duas criadas, uma servente. LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência...*, cit., p. 378-380.

³⁷ O Colégio abriu “com a entrada de 12 meninos, vice-reitor, porteiro, comprador, cozinheiro e moço”. LOPES, Maria Antónia - *Idem*, p. 335. Como se verifica, nestes dois colégios, o claro aumento do número de alunos não foi acompanhado por um aumento proporcional do número de professores e funcionários.

³⁸ O pároco designa-o mesmo por Colégio da Pedreira.

³⁹ VASCONCELOS, António de - *Escritos vários*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987, vol. I, p. 278.

de Coimbra, localizado no extinto Colégio de São José dos Marianos⁴⁰ desde 1851, colégio de religiosas que não dependem da autoridade paroquial, e que por isso não são aqui arroladas para os sacramentos, pois têm o seu próprio padre confessor.

Intitulado ainda como tal, aparece o antigo Colégio de São Pedro⁴¹, à data já uma ala dos edifícios da Universidade e onde apenas mora o reitor, visconde de Vila Maior⁴², com a viscondessa sua mulher, um escudeiro e duas criadas.

O edifício do Jardim Botânico, alojado no antigo Colégio de São Bento e por isso aqui denominado Jardim de São Bento, não é só o local de trabalho de um conjunto de pessoas, mas também a sua própria morada. Morada, antes de mais, do seu director, o lente da Faculdade de Filosofia Dr. Júlio Augusto Henriques⁴³, que nele vive com a mulher e duas criadas. Morada também do Dr. Francisco Augusto Correia Barata, lente da mesma Faculdade, com um irmão estudante militar e uma criada, do jardineiro-chefe Adolfo Frederico Möller, com a mulher e uma criada, de um jardineiro, do estufeiro, de um carpinteiro, de quatro cavadores e de três pessoas sem qualificação profissional, todos com suas famílias.

Há ainda fogos não familiares, como as quintas, onde estão só feitores, quinteiros, carreiros, trabalhadores e criados, como acontece, em 1778, com a quinta do lente de Medicina, que foi também vereador, António José da Silva, morador na Rua dos Estudos; com a quinta do advogado, familiar do Santo Ofício e cidadão, Custódio Pacheco de Resende, que vive na Praça; com a Quinta das Canas dos Sá Pessoa que têm casa na Rua das Fangas; e com a Quinta da Várzea do fidalgo Aires de Sá e Melo que então se encontra na

⁴⁰ O edifício deste colégio estava desde 1837 ocupado pelo Hospital de São Lázaro e a sua entrega às religiosas ursulinas provocou grande contestação por parte da Faculdade de Medicina. Sobre a instalação do colégio das Ursulinas em Coimbra, ver VAQUINHAS, Irene Maria - *O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra: notas para a sua história*. Coimbra, 1997. Sep. *Revista Portuguesa de História*. 31, 2 (1996), p. 427-447.

⁴¹ Este colégio foi extinto por decreto de 16 de Julho de 1834, sendo todos os seus bens incorporados na fazenda da Universidade. VASCONCELOS, António de - *Escritos...*, cit., p. 183-184 e 204-206.

⁴² O 2.º Visconde de Vila Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, foi reitor da Universidade de Coimbra entre 1869 e 1884, ano da sua morte.

⁴³ Este ilustre professor e insigne botânico continuará a habitar no 1.º andar do edifício até ao fim da vida, falecendo em 1928 com noventa anos.

corte onde foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra⁴⁴. Anos depois, em 1851, o mesmo ocorre na Quinta das Lágrimas do fidalgo Miguel Osório Cabral de Castro⁴⁵, que vive na Couraça de Lisboa, onde mora o feitor, quatro criados, um carreiro e um moleiro; na Quinta de Reveles onde estão o feitor, quatro criadas, cinco criados e dois trabalhadores; na quinta da Copeira, dos fidalgos do Sardoal, com três fogos de trabalhadores; ou na de D. Maria da Luz Serra, em Coselhas, com um criado.

Caso singular o de D. Antónia Bárbara Benedita de Queirós, viúva de Dionísio de Macedo Guimarães⁴⁶, que se ausenta com os filhos, e deixa a sua casa⁴⁷, sita na Rua da Calçada, entregue ao Padre Domingos de Macedo, sobrinho do seu falecido marido, que nela vive com três criadas em 1778.

Mas os agregados são, no seu cerne, famílias, ou seja, reúnem pessoas ligadas pelo sangue ou pelo casamento. São núcleos de reprodução biológica e de reprodução social. É no seu seio que se vem ao mundo e se conduz o processo de criação e de educação das crianças e dos jovens. Cobrem também as necessidades de amparo e de protecção a órfãos, a idosos, a doentes e a gente com incapacidades diversas. Esse amparo era determinante numa época em que o Estado não criara ainda a segurança social e não havia lares de terceira idade.

Na cidade de Coimbra, vemos a viúva de um sapateiro, moradora no Romal, acolher uma sobrinha órfã em 1778 e, no mesmo ano e local, um

⁴⁴ Este importante fidalgo, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, foi em Coimbra vereador e escrivão da Misericórdia antes de rumar a Lisboa (LOPES, Maria Antónia - *Provedores e escrivães...*, cit., p. 214-215). Foi accionista da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com direito a voto (ver MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. Porto: Livraria Portugália, 1951, p. 267).

⁴⁵ Neto do fidalgo referido na nota 5, foi par do reino, deputado às Cortes, vereador da Câmara de Coimbra, provedor da Misericórdia (1869-1870).

⁴⁶ Este mercador (falecido em 2 de Outubro de 1774), natural de Mosteiro de Souto, termo de Guimarães, chamado para Coimbra por seu tio (o mercador, almotacé e cidadão Filipe de Macedo Guimarães), faz na cidade um notável percurso de ascensão social pois torna-se cidadão, como almotacé, em 1755, e escrivão proprietário da Câmara em 1758 (SOARES, Sérgio Cunha - *O município de Coimbra...*, cit., vol. II. *Sociologia do poder...*, cit., p. 313). É cavaleiro professo da Ordem de Cristo e alcança um bom casamento em 1762 com a referida D. Antónia, filha do licenciado Gonçalo Borges de Queirós, de Provesende.

⁴⁷ Casa que Dionísio de Macedo Guimarães constituiu, adquirindo em 1759 umas casas por 3.000 cruzados, as quais alargou em 1765 por compra de umas casas contíguas. SOARES, Sérgio Cunha - *O município de Coimbra...*, vol. I. *Geografia do poder...*, cit., p. 267.

sapateiro viver com a mulher atingida pela loucura. Um trabalhador da Rua de Cima vive em 1851 com uma filha demente e dementes estão também a mulher e uma filha de um sapateiro morador na Rua dos Anjos em 1801. Na mesma rua e ano uma viúva tem uma filha cega, assim como tem um sapateiro do Adro de Baixo em 1778 e um século depois duas viúvas, uma na Rua do Norte, outra na Rua das Esteirinhas; e uma mulher moradora na Estrada da Arregaça tem um irmão cego. Em 1851 é uma mulher da Rua da Gala que tem a mãe cega em sua casa, assim como tem um homem da Rua de Cima uma irmã, e uma viúva da Rua de Baixo uma filha.

Mas nem só os familiares acolhem os mais fragilizados. Em 1851, uma viúva tem um órfão de 15 anos no seu domicílio no Quintal; em 1778, o administrador dos tabacos João Dias Forte tem em casa na Rua da Calçada quatro órfãs, o que talvez signifique serviço doméstico velado, pois com mulher e sete filhos apenas tem um criado, que certamente estava ao serviço da actividade profissional do amo. O mesmo se passará em casa de um mercador que reside na Praça com uma órfã e uma criada, e em casa de uma mulher, sogra de um sapateiro, que mora com a família e uma órfã em Santa Clara.

Outros acomodam pessoas com problemas de saúde, como o faz o Dr. Custódio Pacheco de Resende que, entre as pessoas do seu agregado, conta com um entevado. No fogo de um oleiro da Rua da Moeda em 1851 há dois aleijados e, na mesma data, um oleiro morador ao Colégio Novo, uma viúva de um pedreiro e o sineiro João dos Santos, nos seus lares recebem pessoas cegas. Um cordoeiro, que habita com a família na Rua dos Sapateiros, alberga uma mulher surda, e um trabalhador da Rua Velha junto dos seus tem um homem mudo. Anos depois, em 1875, uma mulher com os seus filhos abriga um mentecapto aos Palácios Confusos. Nem em todos os casos a decisão de favorecer estas pessoas terá sido guiada pela solidariedade pois elas podiam ser encaradas, à medida das suas capacidades, como um recurso laboral, e talvez até como fonte de algum rendimento, mais que não fosse o que podia advir do auxílio da Misericórdia⁴⁸.

⁴⁸ Sobre o socorro prestado pela Santa Casa da Misericórdia à doença e à invalidez, ver LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência...*, cit., vol. II, p. 25-67. Sobre o socorro prestado à pobreza nos séculos XVII e XVIII, ver também LOPES, Maria Antónia - *Imagens da pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII: análise de dois róis da Misericórdia*. In *Homenagem da Misericórdia de Coimbra...*, cit., p. 93-123.

Da dificuldade que estas pessoas teriam de subsistir por si dá-nos conta o facto de, em 1851, somente um aleijado na Rua Velha e dois entevados, da Rua das Padeiras e da Rua da Moeda, serem cabeças de fogo, e mesmo nesses casos acompanhados por familiares. A própria quantia que a Santa Casa atribuía aos entevados, por exemplo, embora “não despicienda, não era suficiente para a manutenção de um indivíduo”⁴⁹. Apenas duas mulheres, uma na condição de entevada, moradora no Romal em 1778, e outra invisual, moradora na Rua da Gala em 1851, vivem mesmo sozinhas.

Constituir família não era fácil. No passado, nem todos os Conimbricenses se casavam e, mesmo para os que se casavam, o estabelecimento em casa própria implicava disponibilidades materiais que não estavam ao alcance de todos.

No fundo da escala social encontram-se os mendigos, muitas vezes vagabundos, que andam pelas ruas, alguns pedindo por padres-nossos e ave-marias para as almas. Sem amparo familiar, sem morada certa, abrigam-se pelas quintas, em palheiros, em estrebarias, em tendas de oleiros e nos fornos de pão ou de cal⁵⁰ no frio do Inverno, no tronco dos pobres, em estalagens e lojas particulares que o exercício da caridade lhes facultava, locais onde muitas vezes a morte os surpreende, um pouco por toda a cidade e nos seus arrabaldes. Alguns nem esse aconchego conseguem e ficam-se mesmo em plena rua, debaixo de um arco, à porta das igrejas, nos pátios dos mosteiros⁵¹.

Mas há quem os acolha no seu lar, sem com eles ter qualquer relação de parentesco. O tabelião Manuel Lopes da Cruz Freire teve aboletados em sua casa, nas Ameias, uns vagabundos que tiveram uma menina na noite de Natal de 1812 e em 1760 morre em casa do poderoso fidalgo Manuel de Sá Pereira⁵², na Rua da Ilha, um mendigo que nela assistia. E há quem

⁴⁹ LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência ...*, cit., vol. II, p. 55.

⁵⁰ Pode apreciar-se um destes fornos na pintura que José de Campos Contente fez em 1926 de um forno de cal situado no Alto de Santa Clara. Ver *Coimbra e seus pintores nas coleções da cidade*. Coord. e prefácio de Adília Alarcão. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2001, estampa 13.

⁵¹ Informações colhidas nos registos de óbitos das freguesias da cidade entre 1700 e 1820. Este quadro da mendicidade persiste pelo século XIX como verifica também ROQUE, João Lourenço - *Classes populares...*, cit., p. 770-806 e 913 948; e *Coimbra no século XIX...*, cit., p. 46-60.

⁵² Este fidalgo, senhor dos morgados do Sobreiro e Condeixa, ocupou cargos em todos os poderes: foi vereador, mestre-de-campo dos Auxiliares, escrivão e provedor da Misericórdia

viva mesmo com eles: em 1851, um oleiro da Rua da Moeda ampara três mendigos, e uma mulher moradora no Quintal dois mendigos e um cego; um sapateiro da mesma rua, uma viúva da Rua da Gala e uma mulher moradora na Rua de Cima têm pobres em sua casa, assim como tem o chantre da Sé em 1801 na Rua Larga. O seu acolhimento pode traduzir a vontade de bem-fazer, a qual se harmoniza com uma visão favorável do mendigo que também se manifesta em outras atitudes. Por vezes, as pessoas pedem para ser acompanhadas por mendigos até à sua última morada, deixam-lhes esmolas em disposições testamentárias e, por exemplo, em 1799, um importante homem de negócio da cidade, Manuel Fernandes Guimarães⁵³, escolhe, por devoção, um pobre mendigo para padrinho de um dos seus filhos. Mas esse acolhimento também poderá traduzir hospedagem. Não é de afastar totalmente esta ideia pois alguns pedintes seriam bem capazes de prover ao seu sustento. Pese embora tratar-se de uma caricatura, o mendigo da obra *Piolho Viajante* é descrito como um verdadeiro homem de negócio, com borrador, livro de razão, livro-mestre e caixeiros⁵⁴. Em 1875, dois fogos são mesmo encabeçados por mendigos, um vive sozinho na Rua das Parreiras, o outro mora com a família no Beco da Amoreira. As referências que se colhem nos róis são obviamente muito poucas pois nem sempre os pedintes se enraízam num dado lugar e menos ainda assumem a chefia de um agregado⁵⁵.

Sem ligações familiares estão os expostos ou enjeitados que nestes róis pouco rasto deixam. Na freguesia de São Pedro em 1801 apenas surgem

e do Hospital de São Lázaro, familiar do Santo Ofício, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, comendador da redizima de Setúbal. Foi também accionista da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, com direito a voto. MACEDO, Jorge Borges de - *A situação económica ...*, cit., p. 272.

⁵³ É um dos negociantes da cidade que em Agosto de 1808 oferece um refresco às tropas inglesas acabadas de desembarcar na costa de Lavos. Ver CARVALHO, Joaquim Martins de - *Apontamentos para a historia contemporanea*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868, p. 6-8. Homem rico, proprietário de uma fábrica de damascos, sedas e algodões estabelecida na Rua de João Cabreira, educa as suas quatro filhas no Real Colégio Ursulino da Vila de Pereira, numa aposta clara de ascensão social.

⁵⁴ SILVA, António Manuel Policarpo da - *O piolho viajante: divididas as viagens em mil e uma carapuças*. Ortografia actualizada, prefácio, glossário e notas de João Palma-Ferreira. Lisboa: Estúdios Cor, 1973, p. 67.

⁵⁵ Pelo contrário, as referências a mendigos nos assentos de óbitos são abundantes e mostram que os que aqui vêm morrer são oriundos das mais diversas paragens, desde Caminha ao Alentejo e até de Espanha.

dois, ambos no Couto de Vale de Canas, estando em criação pois são dados como “inocentes”, um deles em casa do enfermeiro do Colégio de São Bento; na da Sé Velha em 1875 há um exposto, como criado, em casa do visconde de Monte São na Couraça dos Apóstolos e, em época já bem tardia, ainda aparece na Rua das Cozinhas uma menina de nove dias em casa de uma viúva. É na freguesia de Santa Cruz, em 1851, que deparamos com mais expostos, cinco no edifício da Roda, como já referi, e nove enjeitados, todos na zona urbana, e todos já em idade de trabalhar, sendo pois criados. Embora duas senhoras qualificadas como donas recorram aos seus serviços, é gente de mais baixa condição quem os contrata: um sapateiro, uma engomadeira, uma aguadeira, uma vendedeira, uma parteira, esta última vivendo com uma filha que é ama de expostos; pode dizer-se que neste caso prestavam o serviço completo, a mãe fazia o parto e expunha o recém-nascido na Roda, a filha ia lá buscá-lo para o criar à custa do município.

Menos miseráveis, mas gente de poucos recursos com certeza, serão aqueles, sobretudo mulheres, que partilham as moradas, em convivências mais ou menos estáveis. De facto, um dos aspectos mais salientes da estrutura das famílias em Coimbra ao longo do período estudado é a muito alta percentagem de fogos indeterminados do ponto de vista do parentesco, que representam 11.3% em São Bartolomeu, 9.6% em São Pedro, 14.4% em Almedina e 15% em Santa Cruz⁵⁶. É certo que os agregados das pessoas das classes sociais mais elevadas⁵⁷ são muitas vezes indeterminados⁵⁸ pois neles se junta, para além dos parentes, muita clientela, mas não são eles que fazem avultar os números⁵⁹. Se uma boa parte dos agregados indeterminados

⁵⁶ Comparem-se estas percentagens com as relativas a um conjunto de freguesias, as quais oscilam entre 0.1% e 4.4%, indicadas por PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 96; com a percentagem de 0.9% encontrada para 26 freguesias da zona centro em MOTA, Guilhermina - *Estruturas familiares...*, cit., p. 24; e com a de 1.1% para Penela em MOTA, Guilhermina - *Notas para o estudo da família em Penela no século XIX. Sep. A cidade e o campo: colectânea de estudos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 294.

⁵⁷ Assim considereí viscondes, fidalgos, um morgado, um desembargador, lentes, doutores, donas, médicos, advogados, estudantes, proprietários, administradores e um comissário.

⁵⁸ São indeterminados 30.4% dos seus agregados na freguesia de São Bartolomeu, 21% na de São Pedro, 16.7% na de Almedina e 20.7% na de Santa Cruz.

⁵⁹ Representam respectivamente 15.9%, 16%, 13% e 8.5% dos fogos indeterminados das freguesias de São Bartolomeu, São Pedro, Almedina e Santa Cruz.

tem unidades conjugais (o que encobre a possível ocorrência de agregados múltiplos nas classes mais elevadas), mais de metade não tem. Dentro destes, um número considerável é constituído por grupos de dois, mas também de três ou até de quatro elementos, todos sem vinculação. O que leva estas pessoas, sem laços visíveis, de sangue ou outros, a juntarem-se será a necessidade de repartir despesas numa luta pela sobrevivência. Tal não exclui eventuais uniões de facto, hetero ou homossexuais, que as próprias condições de vida e de alojamento potenciariam. Alguns terão vindo de fora, de zonas rurais, e por isso sem vínculos familiares na cidade, procurando nos conterrâneos e nos colegas de trabalho, mas encontrando também em conhecimentos de ocasião, os companheiros de casa. São pessoas a quem o pároco, na maioria dos casos, não atribui ofício ou profissão, devendo pois tratar-se de ganhões ou de gente que às tarefas socialmente mais desqualificadas se entrega. As únicas referências, uma vendeira, uma lavadeira, uma aguadeira e uma conserveira, não desmentem tal hipótese.

Comportamento semelhante surge, contudo, na outra ponta da escala social, em residências de lentes na freguesia de São Pedro. Servidos por criados, alguns professores optam pela companhia e convívio com os seus pares, preferência que resulta da identidade cultural e da confluência de interesses, embora também no seu caso se não deixe de considerar que era essa uma opção de vida mais económica. O Dr. José António tem em sua companhia o lente de Cânones Antonino Garcia Pereira⁶⁰ e o padre Alexandre José Pereira. O lente de Leis António Vieira de Melo e Sampaio⁶¹ vive com a mulher em casa do Rev. Dr. Luís António com duas criadas e um criado na Rua dos Estudos. Juntos no mesmo fogo surgem o Dr. Rodrigo Rolão Couceiro Pimentel de Almeida, o Dr. José Inácio da Rocha Peniz⁶²,

⁶⁰ O qual foi cónego da Sé da Guarda e pertenceu ao Corpo de Voluntários Académicos em 1808.

⁶¹ Que foi provedor da Misericórdia de Coimbra em 1823-1824 e 1827-1828. LOPES, Maria Antónia - *Provedores e escrivães...*, cit., p. 271.

⁶² Foi reitor do Colégio de São Pedro (1786), vereador pela Universidade (1801), major do Corpo de Voluntários Académicos (1808); preso em 1810 e acusado de colaborar com o inimigo, por ter aceitado o cargo de corregedor de Coimbra, faleceu na Cadeia da Relação do Porto; em 1812 foi absolvido postumamente.

o Dr. João de Magalhães Barbedo e Avelar⁶³, todos lentes de Cânones, o Dr. Inácio Roberto de Vasconcelos Bettencourt⁶⁴, lente de Teologia e o Dr. José Correia de Azevedo Morato⁶⁵, lente de Leis, tendo ao seu serviço três criados. Embora o pároco o não refira, penso que estes professores vivem no Real Colégio de São Pedro, pois todos eles eram à data colegiais pedristas. Assim como o Dr. António José Saraiva do Amaral, lente de Cânones, Mariano José de Sarre e Almeida⁶⁶, lente de Teologia e Manuel Joaquim Coelho da Costa Maia⁶⁷, lente de Matemática, que o rol apresenta a viverem em conjunto com dois criados, devem ser colegiais do Real Colégio de São Paulo.

Mas, na generalidade, os lentes residem em casas próprias. Concentram-se nas freguesias da Alta da cidade: em 1801, os fogos que encabeçam representam 3.6% em São Pedro (são 19) e 4.4% em Almedina (são 7); em 1875, na freguesia da Sé Velha, chefiam 23 fogos⁶⁸. Na Baixa, apenas há um na Calçada em 1778 e três em 1851 na paróquia de Santa Cruz. Um ou outro vive sozinho, alguns apenas com criados – tal é o caso, por exemplo, do lente de Leis Padre Francisco António Montanha⁶⁹ que vive com um criado no Marco da Feira em 1801, do vice-reitor da Universidade

⁶³ Cónego doutoral da Sé de Portalegre (1792) e da de Lamego, bispo do Porto (1816), deputado da Inquisição de Coimbra e par do reino (1826). A sua vasta biblioteca, comprada pelo Estado, serviu de núcleo para a Biblioteca Pública do Porto.

⁶⁴ Cónego magistral da Sé de Viseu (1792), da da Guarda (1793), da do Porto (1805) e chantre da Sé de Coimbra (1812). Recusou em 1799 o cargo de escrivão da Misericórdia. LOPES, Maria Antónia - *Provedores e escrivães...*, cit., p. 226.

⁶⁵ Que foi vice-reitor do Real Colégio de São Pedro.

⁶⁶ Foi secretário, mestre de cerimónias e vice-reitor do Colégio de São Paulo, cónego da Sé de Viseu (1794) e da de Faro (1801).

⁶⁷ Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi vice-director do Observatório Astronómico e vereador pela Universidade.

⁶⁸ Não faz sentido indicar percentagens pois o número de fogos está fortemente inflacionado, como já referi.

⁶⁹ De seu nome completo Francisco António Duarte da Fonseca Montanha Oliveira e Silva, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, vereador pela Universidade (1783-1785), cónego doutoral da Sé de Braga (1799), da de Coimbra (1809), deputado da Inquisição de Coimbra, desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, vice-reitor da Universidade no período das Invasões Francesas. Esta casa do Marco da Feira onde vivia, e onde faleceu em 6 de Setembro de 1825, legou-a aos Hospitais da Universidade. BARRICO, Joaquim Simões - *Notícia histórica da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu hospital e asylo*. Coimbra: Typographia de J. J. Reis Leitão, 1895, p. 36.

e lente de Matemática José Monteiro da Rocha⁷⁰ que vive na mesma data na Rua dos Penedos com um criado e uma criada, ou do lente de Teologia Manuel Eduardo da Mota Veiga⁷¹ com duas criadas na Couraça de Lisboa em 1875 –, mas a maioria com as suas famílias. O abundante recurso a criadagem é uma das marcas dos seus lares, com uma média de 2.5 criados por fogo, chegando em casa do lente de Leis Francisco Coelho de Sousa e Sampaio⁷² em 1801 à soma de oito. Para além dos criados, de ambos os sexos, há uma ama, um escudeiro, um boleeiro e um escravo. A ama e o escudeiro em casa do lente de Cânones Fernando José Saraiva Fragoso de Vasconcelos⁷³. O boleeiro está empregado em casa do lente de Medicina Lourenço de Almeida Azevedo⁷⁴ que vive em 1875 com a mulher, três filhos e três criadas, na Rua dos Grilos. O escravo está em casa do lente de Leis José Carlos Barbosa de Sousa⁷⁵, que vive ainda com um criado na freguesia de São Pedro em 1801. Sinal igualmente distintivo dos seus fogos é a dimensão, pois os muito grandes⁷⁶ representam aqui 13.5%, quando no conjunto estudado esses fogos não vão além dos 2.2%, e também a sua complexidade, pois em um terço dos seus lares juntam-se parentes como irmãos, sobrinhos, tias, mães, sogras, cunhados, primos e pessoas sem quaisquer referências, de parentesco ou outras. Por exemplo, em casa do

⁷⁰ Director do Observatório Astronómico (1795), vice-reitor da Universidade (1801), cónego magistral da Sé de Portalegre e depois da de Leiria, comendador da Ordem de Cristo (1801), será a partir de 23 de Maio deste ano de 1801 conselheiro do Príncipe Regente e mestre dos seus filhos, cargo que ocupará até 1807.

⁷¹ Deputado às Cortes a partir de 1868, cónego da Sé de Coimbra, professor no Seminário Diocesano, director da Imprensa da Universidade.

⁷² Fidalgo cavaleiro da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, foi desembargador da Relação do Porto e dos Agravos da Casa da Suplicação, desembargador do Paço e membro do Conselho de Sua Majestade.

⁷³ Foi colegial de São Paulo e coronel do Corpo de Voluntários Académicos em 1808.

⁷⁴ Entre muitos outros cargos, Lourenço de Almeida Azevedo também exerceu o de vereador e o de presidente da Câmara Municipal de Coimbra, sendo reconhecida a importância da sua acção governativa. Ver OLIVEIRA, Alberto Sá de - Lourenço de Almeida Azevedo administrador municipal. *Arquivo Coimbrão*. Vol. VIII (1945) p. 1-25. A partir de 1885 vive em Lisboa onde morre em 1891.

⁷⁵ Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi desembargador e vereador pela Universidade em 1795.

⁷⁶ Entende-se por fogo muito grande aquele que tem dez ou mais pessoas.

lente de Matemática Francisco de Castro Freire⁷⁷, em Montarroio, em 1851, vivem com ele a mulher e a filha, a mãe, uma irmã, duas tias, um sobrinho, quatro criadas, um criado e um estudante. Não era raro pessoas sem ligação definida viverem nestas casas, como acontece em 1875 com um homem em casa do lente de Medicina António Egípcio Quaresma de Carvalho Lopes de Vasconcelos⁷⁸, na Rua da Trindade, que vive com a mulher, dois filhos e dois criados, com uma mulher na do lente de Medicina Raimundo Francisco da Gama, que vive nos Palácios Confusos com a esposa e a enteada⁷⁹, e com três homens na do lente de Medicina Filipe do Quental⁸⁰, na mesma rua, que vive com a mulher, dois enteados e três criadas. Algumas destas pessoas sem laços definidos no agregado eram estudantes, talvez parentes afastados, como parece ser no caso citado do estudante a viver com Castro Freire (o que se deduz pelo nome), ou filhos de amigos ou conhecidos, os quais, ao colocarem-se à sombra protectora da cátedra, usufruíam de um apoio privilegiado quando vinham para a cidade estudar. Em 1801, assiste um estudante em casa do cónego José Rodrigues Monteiro, lente de Teologia, no Largo do Castelo, e dois em casa de lentes na Rua dos Estudos e no Largo da Feira, só que estes últimos na qualidade de genros⁸¹. Em 1778 estão dois estudantes em casa do Dr. António Dias da Silva, na Calçada, como estão

⁷⁷ Este professor desempenhou também vários cargos e teve múltiplos interesses, pois foi provedor da Misericórdia em 1861-1862, presidente da Junta-Geral do Distrito de Coimbra e presidente do Instituto de Coimbra.

⁷⁸ Moço fidalgo da Casa Real, foi deputado por Soure, par do reino e conselheiro em 1880.

⁷⁹ A conhecida poetisa Amélia Janny (1841-1914), que nasceu em Coimbra, e onde sempre viveu, filha do Dr. António José Marques Correia Caldeira, lente de Direito, que desempenhou vários cargos públicos e foi par do reino.

⁸⁰ Este lente açoriano, tio de Antero de Quental, exerceu também actividade política, pois foi deputado às Cortes por Ponta Delgada. Ao seu nome (entre outros) ficou ainda ligada a efémera *Sociedade de Instrução dos Operários*, criada em Coimbra no ano de 1851 (que se propunha “propagar a instrução pelos filhos do povo”), assim como a Loja maçónica “Pátria e Caridade” fundada para apoiar a dita Sociedade. Ver CARVALHO, Joaquim Martins de - *Apontamentos para a história...*, cit., p. 219-224. Anos mais tarde será Venerável da Loja “Liberdade” que chegou a funcionar no edifício do antigo Colégio de Santo António da Estrela. Ver VASCONCELOS, António de - *Escritos...*, cit., p. 277-278.

⁸¹ Um deles é António Joaquim de Gouveia Pinto, que virá a ser o autor da obra *Exame crítico e historico... relativamente aos Expostos, ou Enjeitados...* Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1828. Vivia com o sogro, João António Bezerra de Lima, professor de Gramática; e na casa vivia também Manuel Gomes Bezerra de Lima, seu cunhado, lente de Leis.

também dois em 1851 no lar do lente de Direito Francisco Raimundo da Silva Pereira, na Rua do Corvo, um deles seu irmão.

A presença numerosa de estudantes constitui uma das particularidades que caracterizam a cidade, uma vez que tem, ao tempo, a única universidade do país⁸². Muitas vezes os escolares são hóspedes em casa de gente que arredonda os seus rendimentos com o que cobra da pensão oferecida – por exemplo, em 1851, um empregado do Museu, morador na Rua das Figueirinhas, um negociante da Rua da Fornalhinha e um proprietário e negociante, morador na Inquisição –, quando não vive exclusivamente disso, como tudo leva a crer vive uma mulher moradora na Rua do Corvo que tem em casa dois estudantes. Mas muitos, solteiros na maioria, mas eventualmente casados e com filhos, vivem em quartos ou casas arrendadas, com ou sem criados, o que é especialmente verdade no caso da freguesia da Sé Velha, área onde se localiza o Paço das Escolas. Tantos outros vivem em casa de seus pais pois são filhos da terra – filhos de doutores, de negociantes, de funcionários, mas também de empregados e até de um alfaiate –, ou em casa dos sogros quando aqui resolvem matrimoniar-se, como acontece com um estudante natural da Baía que vive em casa do sogro defronte do Paço Episcopal em 1801, ou, cinquenta anos depois, com um estudante genro de um proprietário na Rua da Moeda, para além dos outros dois referidos acima. Também, e como está documentado para os anos de 1801-1802⁸³, viveriam alguns, com certeza de forma transitória, em estalagens, na do Paço do Conde, junto à Igreja do Salvador e na Rua do Loureiro⁸⁴.

⁸² Um quadro de vida dos estudantes está traçado por Fernando Taveira da Fonseca no estudo que consagrou à Universidade de Coimbra no século XVIII (*A Universidade de Coimbra (1700-1771): estudo social e económico*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1995, p. 327-419). Ver também OLIVEIRA, António de - O quotidiano da academia. In *História da Universidade em Portugal*. Vol. I, t. II. (1537-1771). Coimbra: Universidade de Coimbra; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1997, p. 617-692.

⁸³ QUEIRÓS, Abílio, BANDEIRA, Ana Maria, CAPELO, Ludovina e CASTRO, Maria João - A densidade habitacional universitária na alta de Coimbra (1801-1806). In *Alta de Coimbra - Que futuro para o passado? Actas do 2.º Encontro sobre a Alta de Coimbra, realizado em 22 e 23 de Outubro de 1994*. Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1995, p. 242-243.

⁸⁴ Não tenho referências aos estudantes alojados em colégios, pois pertencendo estes a ordens religiosas ou militares não cabiam dentro da jurisdição paroquial.

A lista da Sé Velha de 1875, dado o número avultado de estudantes, poderia possibilitar um rigoroso conhecimento dos contornos das formas de residência estudantil. Infelizmente, quer o registo que o pároco faz dos seus nomes, geralmente em fogos isolados, quer o facto de lançar no fim da lista cinquenta nomes avulsos – não se sabendo pois a que agregados pertencem –, não permitem essa percepção. Como indica, contudo, várias vezes, três ou quatro agregados de estudantes seguidos vivendo sozinhos, pode intuir-se que uma boa parte viveria em quartos de uma mesma casa que alugavam em conjunto⁸⁵, como deixam entrever as seguintes passagens da obra *In illo tempore* de Trindade Coelho, que veio para Coimbra estudar em 1880:

“No tempo em que eu andava em Coimbra, fui companheiro de casa, no 1.º ano, nos Palácios Confusos, de um rapaz ... O cochicho que nós habitávamos tinha só lugar para dois inquilinos. Era ele, no quarto de baixo, e eu só, no andar de cima. Havia uma cozinha que nunca serviu e uma sala de jantar que nunca teve mesa – porque eu ia comer à casa contígua ... e [ele] comia não sei onde ...”

“Uma vez deu-lhe na cabeça para levar da Rua da Trindade, onde eu morava, quanto calçado apanhou à mão às portas dos quartos, pela madrugada”⁸⁶

Tal modo de coabitação era, aliás, já corrente no século anterior, uma vez que viver em casa independente só estaria ao alcance dos mais abastados⁸⁷.

Na Época Moderna, a casa, para além de lugar de abrigo, é também muitas vezes uma unidade de produção, desdobrando-se o lar em escritório, loja, tenda ou oficina, onde, quer as pessoas que nela laboram, quer os instrumentos de trabalho, se confundem com os membros da família e com os próprios objectos do quotidiano familiar. Nas casas dos comerciantes assistem caixeiros, nas dos artesãos aprendizes e mesmo oficiais, nas dos boticários vivem por vezes os praticantes de botica, e os advogados e os tabeliães não raro têm consigo os escreventes.

⁸⁵ Ver OLIVEIRA, António de - O quotidiano da academia, cit., p. 624.

⁸⁶ “A casaqueida” e “O «Saraiva das forças»”.

⁸⁷ Ver FONSECA, Fernando Taveira da - *A Universidade de Coimbra...*, cit., p. 339.

Também assim ocorre em Coimbra. Em casa do boticário Luís de Sousa Trovão, da Calçada, está em 1778 um praticante de botica e na do boticário António Cândido da Cruz, da Rua Larga, moram dois, um século volvido. Por seu lado, o advogado Francisco José dos Santos em 1778 na sua casa da Rua da Saboaria vive com a família, uma criada, um criado e dois escreventes.

Mas é sobretudo no universo dos ofícios que se faz sentir a presença de estranhos no seio familiar. Esse universo é mais reduzido na Alta, pois em 1801 os fogos de artesãos representam 10% em Almedina e 20% em São Pedro (não considerando os fogos da área rural). Por outro lado, os mestres apenas têm consigo três aprendizes e quatro oficiais, ao Castelo, Rua dos Estudos e Rua dos Anjos. Universo mais alargado na Baixa, onde os agregados de artesãos são 97 em São Bartolomeu, ou seja, 28.5% dos fogos (contando só a área urbana), com dez aprendizes e seis oficiais, mormente pela Portagem, Calçada, Sargento-Mor, Rua dos Gatos. Em Santa Cruz, são 132 fogos de mestris numa percentagem de 30.6% (sem a área rural), com treze aprendizes, sobretudo na Rua das Figueirinhas, Rua da Gala, Rua do Corvo e Rua dos Sapateiros, e com dois oficiais de um tanoeiro na Rua da Moeda. Para o último quartel do século XIX, a presença de oficiais (um) e de aprendizes (dois) é praticamente nula na Sé Velha onde operam 90 artesãos. A leitura destes dados leva a pensar que a composição destes agregados mudou sensivelmente ao longo do período. Comparando os 10% de fogos com aprendizes de 1778 com os 2.2% de um século depois, ou os 6% de fogos com oficiais em São Bartolomeu com o 1.1% da Sé Velha em 1875, fica clara a quebra desta convivência doméstica alargada. Os oficiais e os aprendizes deixam de coabitar com os amos, dirigindo-se às tendas e oficinas pela manhã e regressando a casa no final do dia de trabalho, trabalho que executam cada vez mais em troca de um salário e já não de cama, mesa e ensino. Tal situação é bem ilustrada, por exemplo, no caso do alfaiate e comerciante Miguel Dias Barata, que mora em 1875 na Rua das Fangas com a mulher, um filho e um caixeiro, e emprega vinte oficiais, laborando alguns em casa por conta dele⁸⁸. Ou no do tamanqueiro e negociante José António Bizarro que vive em 1851 na Rua dos Sapateiros apenas com

⁸⁸ ROQUE, João Lourenço - *Classes populares...*, cit., p. 157. Este caso mostra também a existência de proto-indústria na cidade de então.

a família, uma criada e dois aprendizes, e dá trabalho, pelo menos em 1867, a dezasseis pessoas⁸⁹.

O comércio também se localiza principalmente nas ruas da Baixa. Em Santa Cruz, em 1851, os fogos chefiados por negociantes rondam os 8%, percentagem que sobe para 10% contando apenas a parte urbana, estabelecidos na maioria em Sansão, Rua do Corvo, Rua dos Sapateiros, Freiria. Em S. Bartolomeu, em 1778, os agregados de mercadores ficam-se pelos 4%, passando de 5% se excluirmos a parte rural. Concentram-se sobretudo na Rua da Calçada e na Praça. Nas ruas da Alta, a gente de comércio e de negócio é irrelevante do ponto de vista numérico. Em 1801, na freguesia de Almedina, há um negociante por baixo dos Loios e na de São Pedro apenas dois mercadores, um deles na Rua Larga. Na da Sé Velha no último quartel do século XIX aparecem-nos onze sobretudo pela Rua das Fangas, Quebra-Costas e Rua das Covas.

São casas cheias as dos comerciantes, com uma média de seis pessoas por fogo, com muita gente de família (em São Bartolomeu 30% dos seus fogos são complexos, em Santa Cruz 25.8% e na Sé Velha 27.3%), quase todas com criados ou criadas numa média de dois em cada⁹⁰. A maior, com 15 elementos, é a do negociante António Rodrigues Lucas que vive na Rua dos Sapateiros em 1851, com a mulher, uma filha, uma irmã, duas sobrinhas, um sobrinho, um genro, um neto, um irmão caixeiro, mais dois caixeiros e três criadas. De salientar que ao passo que tem em casa consigo um irmão caixeiro, tem um filho fora como caixeiro na casa de um outro negociante, em Sansão, o que mostra a prática de colocar os filhos a fazer o tirocínio noutras lojas.

Inversamente ao que acontece com os lares dos artesãos, aqui, a coabitação de caixeiros com os patrões tem um claro aumento no correr do tempo. No século XVIII em São Bartolomeu, só num quinto das casas dos mercadores residem os seus caixeiros (numa média de 0.4 por fogo),

⁸⁹ *Idem*, p. 164.

⁹⁰ A casa que tem mais criados é a do negociante António Manuel Pereira, de 66 anos, solteiro, que vive em 1851 no Terreiro das Olarias com cinco caixeiros, três criados e duas criadas. Este negociante, em 1836, ano de carestia de pão, dispôs-se a vender 30 moios de milho a preço mais baixo que o praticado no mercado para aliviar a situação de fome. Ver ROQUE, João Lourenço - *Classes populares...*, cit., p. 313 e 466.

ao passo que em Santa Cruz, em 1851, mais de metade dos agregados de negociantes já os têm em casa (numa média de 0.9), percentagem que sobe para 73% na Sé Velha em 1875 (numa média de 1.2).

O facto de o número de caixeiros aumentar com o tempo fica a dever-se a um maior desenvolvimento do sector comercial no século XIX, com o aparecimento de casas de comércio mais dinâmicas do que as dos mercadores da Baixa setecentista e em que a presença dos caixeiros constitui uma componente de estatuto social. Revela, por outro lado, a fraca diferenciação que ainda persiste entre a esfera doméstica e o espaço de actividade, o que parece ir ao invés do que acontece com os artesãos, onde a separação entre casa e trabalho se acentua no mesmo lapso de tempo. Na sua organização doméstica, todavia, passou a imperar mais uma lógica contratual, recuando a utilização de mão-de-obra familiar, pois, na freguesia da Sé Velha, a mais forte presença de caixeiros coincide com a quase inexistência de parentes, como irmãos, tios ou sobrinhos (apenas surge um), ao passo que em Santa Cruz eles aparecem num quarto das suas casas e em São Bartolomeu num quinto.

De notar que os homens de comércio têm sempre ao longo do período muitas criadas e criados e alguns destes também fariam trabalho nas lojas, como especificamente se diz em 1851 sobre duas “criadas da loja” no fogo de D. Ana Nazaré da Rua do Corvo. Esta ideia é corroborada pela alegação que Josefa do Nascimento, criada do negociante Arnaldo Dacier com loja na Calçada, faz em 1812 numa acção que move ao herdeiro do negociante, falecido em Dezembro de 1808, para obter o pagamento das soldadas. Para fazer o cálculo do montante em dívida, dirá que trabalhou para o seu amo durante 24 anos, fazendo “todo o serviço de casa, de costurar, engomar e fazer todos os arranjos próprios de uma criada grave”, e além disto era ela quem “administrava a loja da negociação do dito seu amo”, por ele estar já velho e doente, em que “servia de caixeiro pois sabe ler, escrever e contar”⁹¹.

A ideia comum, um tanto impressionista, atribui às sociedades do passado uma organização familiar completamente contrastante com a dos nossos dias. São as famílias ditas tradicionais, remetidas para o lugar mítico das coisas sem espaço nem tempo, por oposição à família moderna, de gestação recente.

⁹¹ Arquivo da Universidade de Coimbra - *Inventários Orfanológicos*. 3.º Of.º, m.º 1.

Definidas como famílias patriarcais⁹², de grande dimensão, com muitos filhos, multigeracionais, com grande complexidade de parentesco, que viviam em casas onde se acotovelava um mundo de gente, sendo as crianças em grande parte criadas pelos avós que com elas viviam e se tornavam determinantes na sua socialização.

Ora a verdade é que as famílias de Coimbra, ao longo dos séculos XVIII e XIX, quer na Alta da cidade, quer na Baixa, estão, na globalidade, longe de corresponder a esse retrato. Em primeiro lugar, os agregados são de pequena dimensão, não chegando a quatro a média de pessoas por fogo⁹³. O predomínio estatístico vai para os fogos pequenos, os que têm até três pessoas, que são metade em São Pedro e Santa Cruz e 57% em Almedina. Por outro lado, muita gente vive mesmo sozinha – em S. Bartolomeu será um em cada cinco fogos⁹⁴ –, sendo mais mulheres do que homens, embora na Alta a proporção tenda mais para o equilíbrio. Vivem sozinhos alguns doutores, poucos, um padre, um verdeal, mas vivem sozinhos sobretudo artífices, trabalhadores, serventes, uma vendedeira e uma tecedeira, de entre a quase totalidade de pessoas a quem os párocos não atribuíram profissão. Sem familiares em casa, mas não inteiramente sozinhos, estão aqueles que vivem com criados, 70% deles apenas com um. São padres, lentes, doutores

⁹² Sendo a utilização deste conceito muito pouco precisa, uma vez que com essa designação apenas se pretende acentuar o peso da autoridade do chefe de família, quando o conceito de família patriarcal se implica, de facto, um poder patriarcal forte, implica também e sobretudo uma organização familiar em que vivem debaixo do mesmo tecto várias unidades conjugais, pois os filhos, à medida que se casam, trazem os seus cônjuges para a casa paterna, mantendo-se intacto o património ao longo do tempo, por os bens passarem indivisos de uma geração a outra, sendo comuns a toda a família. Este tipo de organização familiar não existe em Portugal.

⁹³ A freguesia de Almedina tem 3.7 de média (160 fogos e 865 habitantes); a de São Pedro 3.8 (respectivamente 522 e 1992); e a de Santa Cruz 3.9 (468 e 1854 respectivamente). A de São Bartolomeu tem 388 fogos e 1252 habitantes, com uma média de pessoas por fogo de 3.2, média demasiado baixa que se fica a dever ao facto de o pároco, como era comum na época, não arrolar os menores de sete anos por não serem ainda de confissão; se acrescentarmos mais 16% aos efectivos populacionais (percentagem de menores de sete anos calculada a partir dos dados resultantes de 26 freguesias estudadas em MOTA, Guilherme - *Estruturas familiares* ..., cit.), a média sobe para 3.7.

⁹⁴ Embora estes números tenham de ser matizados por causa da falta dos menores de sete anos. Nas paróquias de São Pedro e de Santa Cruz, as pessoas vivem sozinhas em 11.3% dos fogos, na de Almedina, em 4.4%.

e estudantes, donas, o mestre-escola da Sé (que vive em 1801 com uma ama e um criado), alguns negociantes e mercadores, duas tendeiras, entre outros⁹⁵.

Os agregados muito grandes, com dez ou mais pessoas, são uns meros 2.2% em São Bartolomeu, menos ainda em São Pedro (1.4%) e apenas há um em Almedina. Só em Santa Cruz atingem os 3.6%. Quem reside nestas grandes casas? Em 1778, na freguesia de São Bartolomeu, as mais populosas pertencem ao advogado e cidadão Custódio Pacheco de Resende com 16 pessoas (vive com a mulher, quatro filhas, três filhos, um cunhado, três criadas, um criado e duas pessoas indeterminadas), a D. Mariana Teresa Bray, viúva de um negociante inglês, com 15 (mora com a filha e o genro, um escudeiro, duas amas, quatro criadas, dois criados e três pessoas sem ligação definida), e ao administrador dos tabacos João Dias Forte com 14. Em São Pedro, ao morgado José Correia de Melo Brito e Alvim com 17 elementos (que reside com a mulher, duas filhas, uma tia, um escudeiro, uma cozinheira, cinco criadas, quatro criados e um licenciado de ligação indeterminada) e ao lente Francisco Coelho Sousa e Sampaio com 16 (com a mulher, duas filhas, três filhos, um sobrinho, seis criadas e dois criados). Em Santa Cruz, os maiores são os agregados do negociante António Rodrigues Lucas e do lente Francisco de Castro Freire já referidos, com 15 e 14 elementos respectivamente e, na Rua da Moeda, o do proprietário José da Costa Alves Ribeiro, com 13 (que vive com a mulher, duas filhas, um genro, um sobrinho, dois caixeiros, três criadas e dois criados). Na Sé Velha, com 13, o de D. Ana Leopoldina Botelho de Sampaio e Sousa, moradora na Couraça de Lisboa (com quatro filhas, quatro filhos, três criadas e um criado), o do lente de Matemática Abílio Afonso da Silva Monteiro, da Rua das Fangas (que vive com a mulher, quatro filhas, três filhos e quatro criadas), o do lente de Direito Bernardo de Serpa Pimentel, morador na Rua da Ilha (com a mulher, duas filhas, dois filhos, uma irmã, uma tia, quatro criadas e um criado) e, por fim, o de D. Emília Adelaide Pereira Coutinho com casa na mesma rua que junto dela tem seis filhos, uma cunhada, sete criadas, quatro criados e um homem sem qualquer indicação, num total de 20 pessoas.

⁹⁵ Como, por exemplo, o conhecido Olímpio Nicolau Rui Fernandes, tipógrafo de profissão, que chegou a ser administrador da Imprensa da Universidade e escrivão da Misericórdia por um breve período, que vive em 1875 na Rua da Ilha com duas criadas.

Assim fica bem claro que os agregados muito grandes são de gente de condição social elevada⁹⁶ e essa grande dimensão deve-se não só aos muitos filhos, pois nestas famílias mais que nas outras as gravidezes se sucedem e a infância se prolonga, mas também e principalmente à maior complexidade das mesmas. Debaixo do seu tecto medra uma vasta parentela, mormente irmãs e tias, fruto das estratégias de defesa de património que conduzem ao celibato para evitar a fragmentação por via do dote, mas também muita criadagem, amas, escudeiros e escravos, clientelas e protegidos de diversa natureza, pois faz parte do corpo ideológico destes estratos sociais a obrigação de proteger os seus. E, por fim, em casas de gente temente a Deus e que sabe o valor social da religião, se mantêm padres capelães, como acontece na casa de Miguel Osório Cabral de Castro, na de Roberto Guilherme Woodhouse Barreto Lencastre e sua mulher, viscondessa de Balsemão⁹⁷, ambas na Couraça de Lisboa, e na de D. Rita de Albuquerque, da Quinta das Varandas, todas em 1875. E, também se albergam, depois da extinção das Ordens Religiosas, frades egressos ao desamparo, como alberga em 1851 Joaquim José Correia, negociante morador na Rua do Corvo, o egresso D. José da Conceição, pois nem todos eles teriam a capacidade de viver por si como mostra ter o presbítero João António Pinheiro de Magalhães, egresso franciscano, que reside nessa data com uma criada na Rua de Baixo⁹⁸.

E em 1875, em casa do citado Miguel Osório Cabral de Castro, encontra-se uma mestra, provavelmente contratada para ensinar as três sobrinhas que juntamente com a mãe e duas irmãs com ele vivem, circunstância que

⁹⁶ O que vem corroborar os resultados já obtidos para outros espaços da zona centro do país. Ver MOTA, Guilhermina - *Estruturas familiares no mundo rural...*, cit., p. 50-59 e MOTA, Guilhermina - *Notas para o estudo da família em Penela...*, cit., p. 291-298.

⁹⁷ De seu nome D. Isabel Emília de Sousa Vahia de Madureira, filha dos 1.^{os} Viscondes de São João da Pesqueira, tinha-se casado uma primeira vez, em 27 de Novembro de 1839, com Luís José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho Alvo Godinho Brandão Pereira Perestrelo, 3.^o Visconde de Balsemão. Ao voltar a casar-se, em 3 de Junho de 1853, com o referido Roberto Guilherme Woodhouse Barreto Lencastre, perdeu o direito ao título, embora o pároco mantenha essa forma de tratamento no rol. Ver *Nobreza de Portugal...* Coord. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960, vol. II, p. 369.

⁹⁸ Em 1839 ficara habilitado a receber uma prestação mensal de 7\$200 a pagar pelo Estado. Arquivo da Universidade de Coimbra - *Relação dos Egressos das extintas Ordens Religiosas*, fl. 2v.

demonstra que a opção de ministrar a educação em casa existia nas classes mais elevadas.

Bem se entende que só gente de dinheiro e condição pode ter casas espaçosas para poder acomodar tanta gente, e casas com crescente especialização funcional através da multiplicação de aposentos destinados a fins próprios, para resguardo da necessária privacidade e intimidade que cada vez mais se preza a partir do século XVII. Os outros tinham de contentar-se com casas pequenas e modestas, com pouca diferenciação de espaços, em alguns casos com uma boa parte ocupada até pelos instrumentos de trabalho, como acontece com os artífices.

Tal como hoje, os agregados nucleares, ou seja, os constituídos só por casais ou por pais e filhos estão sempre em maioria. Em Almedina são 57.5%, em São Pedro 55.6% e em Santa Cruz 51.5%⁹⁹, com uma média de filhos por agregado de 0.9, 1.4 e 1.2 respectivamente; no caso de São Bartolomeu esse valor baixa para 0.7, mas é de lembrar que não arrola os menores de sete anos¹⁰⁰. Mas se o indicador utilizado for o número médio de filhos por unidade conjugal já os valores são mais elevados, orçando os 2.2 em todas as freguesias – o que não anda longe dos já encontrados para freguesias rurais da zona centro em 1801¹⁰¹ –, menos na de São Bartolomeu que tem 1.7 apenas. No entanto, a manutenção dos filhos em casa parece ter baixado ao longo do tempo. Ao comparar as idades dos filhos percebe-se que a forte diminuição no seu número se dá a partir dos 25 anos em São Bartolomeu – o que coincide com o momento em que atingem a maioridade –, ao passo que se dá aos 15 em Santa Cruz¹⁰². Aqui, os filhos seguirão o seu

⁹⁹ Na freguesia da Sé Velha tais cálculos não se tornam válidos, pelas distorções que a lista apresenta.

¹⁰⁰ Comparem-se estes resultados com os de 0.9 apresentados por Álvaro Ferreira da Silva para Oeiras no século XVIII, também sem menores de confissão, valores que o Autor considera baixos, especialmente se considerarmos a média de 1.2 do número médio de filhos por unidade conjugal. Ver SILVA, Álvaro Ferreira da - *A família em Portugal no século XVIII: posição familiar dos jovens e dinâmicas dos grupos domésticos*. In *La historia de la familia en la Península Ibérica: Balance regional y perspectivas*. «Homenaje a Peter Laslett». Coord. Francisco García González. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2008, p. 379-380.

¹⁰¹ MOTA, Guilhermina - *Estruturas familiares...*, cit., p. 32.

¹⁰² Em São Bartolomeu, os filhos que têm entre 20 e 24 anos representam 11.7%, ao passo que os que têm entre 25 e 29 representam 4.4%. Em Santa Cruz, os filhos que têm entre 10 e 14 anos são 14.5%, ao passo que nas classes etárias seguintes baixam significativamente:

caminho mais cedo, não estando a saída da casa paterna relacionada com o casamento, pelo que se depreende da sua juventude. Tendo a área rural da paróquia de Santa Cruz, em proporção, mais fogos (21%), que a área rural da de São Bartolomeu (12%), é possível que seja a dura vida do campo a impelir os filhos a abandonar o lar paterno de forma precoce.

A existência de famílias monoparentais é considerada por muitos como fenómeno recente, inscrevendo-se em nova organização familiar surgida nas últimas décadas, fruto da multiplicação dos divórcios e do aumento da maternidade fora do casamento. A esse facto se associa até a instabilidade emocional das crianças, pela falta das adequadas referências biparentais. A verdade é que muitas crianças do passado também foram criadas com essa falta e com uma carência ainda mais dramática, porque era a morte que lhes levava os pais. Esta irrompia mais cedo no decurso da vida, deixando ficar muitos órfãos em tenra idade e em muito maior desventura, pois a sociedade mobilizava bem menos meios de protecção. Em Coimbra, nos séculos XVIII e XIX, o peso das famílias monoparentais é evidente¹⁰³. Se na freguesia de Almedina apenas representam 1.3%, são mais de 10% em São Bartolomeu, chegando em S. Pedro e em Santa Cruz aos 14%, na maior parte famílias chefiadas por viúvas pois as mulheres tinham sempre mais dificuldade em voltar a casar-se, sobretudo se carregadas com os filhos do falecido e sem recursos ou meios de fortuna.

No passado, é na composição dos agregados familiares que se encontram maiores diferenças em relação às famílias de hoje, desde logo pela presença de parentes, sobretudo pais ou sogros, irmãos ou sobrinhos e netos. Também na cidade de Coimbra a sua presença se faz sentir. A representatividade dos parentes no conjunto dos efectivos populacionais oscila entre os 6% da freguesia de Almedina e os 9% da de São Pedro. Não é muito elevada, se atentarmos que, na de Santa Cruz em 1851, a proporção de 7% é bem semelhante ao que acontece no Porto em 1847 na freguesia de Cedofeita

dos 15 aos 19 são 8.6%, dos 20 aos 24 são 8.8%, e dos 25 aos 29 são 4.6%. As listas das outras freguesias não indicam as idades com a frequência necessária para ter representação estatística.

¹⁰³ Considerei apenas os agregados familiares onde vive um pai ou uma mãe sós, com um ou vários filhos solteiros e não aqueles casos em que os pais e filhos constituem unidades familiares insertas em agregados chefiados por outrem.

(6.6%), e mesmo nas cidades de York e de Preston em 1851 (com 6.4% e 7.4% respectivamente)¹⁰⁴.

A existência de parentes nas casas pode ter significados diversos. No caso das mães ou sogras, viúvas e idosas, pode significar protecção dada pelos filhos quando elas envelhecem, mas cuja colaboração nas tarefas domésticas e na criação dos netos não deixava de ser preciosa. São sempre em número muito mais significativo (78%) que os pais ou sogros, são mesmo nove vezes mais na paróquia de S. Bartolomeu, e a totalidade na de Almedina. Isso acontece em parte porque lhes sobreviviam devido à maior longevidade feminina, em parte porque os homens com mais dificuldade se privavam da autoridade da chefia dos agregados, ao passo que as mulheres mais facilmente se moldavam às necessidades indo viver com os filhos. Só no caso das famílias de condição social elevada, as mulheres permanecem à frente de suas casas. No todo, os pais, mães ou sogros a residir com os filhos são pouco numerosos – vão dos três de Almedina aos dezanove de Santa Cruz, ou seja, 1% dos habitantes –, o que demonstra o forte pendor nuclear das famílias em Coimbra que é sublinhado pelo carácter residual da presença de genros e de noras – aqui a presença masculina bem mais forte, pois os genros são 70% –, que decrescem da Alta para a Baixa e ao longo do tempo¹⁰⁵. Reflexo disso, o pouco relevo dos agregados múltiplos, aqueles que têm mais que um núcleo conjugal, que são 0.5% em São Bartolomeu, 1.1% em Santa Cruz, 3.1% em Almedina e 4% em São Pedro, a maior percentagem aparecendo nas freguesias da Alta, o que corre em paralelo com a maior presença de genros e de noras. Estas são freguesias, como vimos no início, onde vivem pessoas de condição social elevada e assim não admira que na de Almedina os agregados múltiplos pertençam a um lente, a um doutor, a uma dona, a um bacharel, a um solicitador e a um artífice (um sirgheiro). De ressaltar, no entanto, que na freguesia de São Pedro, dos 21 agregados múltiplos, 16 são na área rural¹⁰⁶, o que significa que os lavradores também

¹⁰⁴ PEREIRA, Gaspar Martins - *Famílias portuenses...*, cit., p. 106.

¹⁰⁵ Há quatro genros e três noras na freguesia de Almedina; treze e seis na de São Pedro; seis genros e três noras em São Bartolomeu e apenas cinco genros na de Santa Cruz.

¹⁰⁶ Nas povoações de Bemposta, Vale de Canas, Carvalhosas, Zorro, Casal da Misarela e Misarela.

desenvolvem estratégias de organização familiar com vista à defesa do património e por isso os seus filhos casam-se e ficam na casa paterna, tal como ficam num quarto dos agregados de lavradores na de Santa Cruz.

Mas, em geral, os filhos depois de se casarem não continuam em casa dos pais, pois fundam o seu próprio lar, e por isso a presença de três ou mais gerações nas casas é diminuta, rondando os 3 ou 4%. Reverso da medalha, muitas pessoas na velhice encontram-se a viver sozinhas. Não devemos entender, contudo, os grupos domésticos como unidades inteiramente autónomas. As relações familiares mantinham-se para lá das barreiras corresidenciais, podendo haver formas várias de interação, de auxílio e de apoio, sobretudo a idosos e doentes, como a confecção de refeições, a prestação de cuidados de higiene e de limpeza. O viver isolado não deve ser tomado necessariamente como um sinal de abandono por parte da família. Na Europa meridional os laços familiares são, em regra, fortes, mesmo quando o modelo familiar dominante é o nuclear como acontece em Coimbra.

Quando os parentes são irmãos e cunhados, em que as mulheres representam 3/4, ou tias e primas, aqui exclusivamente mulheres, também a explicação para a sua presença pode ser diferenciada, consoante a posição social das famílias. Em casas nobres, ou nas que têm estratégias rígidas de casamento, a sua presença fica a dever-se ao celibato, à privação da reprodução biológica, sacrifício individual em nome de um bem maior, o do engrandecimento da casa e da família. Estes homens, e sobretudo estas mulheres, pertenciam inteiramente à casa onde nasciam e que nunca abandonavam, casa que primeiro era do pai, depois do irmão e por fim do sobrinho – por isso a expressão cruel do “ficar para tia”. Em famílias que não têm essas preocupações porque pouco ou nada possuem, a sua presença traduz formas de rentabilizar os poucos ganhos, ou o aproveitamento de trabalho não remunerado. Em todas as famílias, a sua presença podia significar também amparo para não ficarem entregues à sua sorte, sobretudo quando eram viúvas e tinham filhos, e daí o aparecimento também de sobrinhos.

Muitos dos sobrinhos, contudo, estão em agregados de clérigos, os quais, não podendo criar famílias baseadas em laços conjugais, com frequência chamavam para junto de si familiares, principalmente irmãs ou sobrinhas, proporcionando-lhes a protecção de que muitas vezes careciam e obtendo eles companhia no dia-a-dia, assim como melhor organização doméstica.

Em tempos idos, o recurso ao trabalho de criados era muito mais alargado do que hoje. Os criados, cerca de 16% da população, em São Pedro menos, são mais mulheres que homens, quase na relação do dobro. Se a proporção de parentes a residir nos agregados familiares da freguesia de Santa Cruz a meados do século XIX não anda longe da que ocorre na de Cedofeita e mesmo nas cidades inglesas referidas, já a proporção de criados manifesta claras diferenças, mais forte em Coimbra (16%) que no Porto (13.7%) e muito mais que em Inglaterra (6.4% e 3.7%). O serviço doméstico perdura aqui na cidade, quando naquele país está já em clara regressão.

Os criados acumulam-se nas famílias mais importantes, mas mesmo gente de mais baixa condição social, como artífices, tendeiros e até vendedeiras, podiam usufruir da sua ajuda, ou na lida doméstica, ou no trabalho de lojas, tendas e mercados. Os escravos, que nunca foram muitos na cidade, são já uma raridade nestes tempos finais da escravatura: dois em São Pedro e três em São Bartolomeu, que pertencem a dois lentes, um doutor, um médico, e a uma viúva da Rua da Calçada.

Em Coimbra, ao longo do tempo analisado, as famílias mantêm a sua pequena dimensão e a nuclearidade na sua estrutura, não muito afastadas das famílias de hoje, se bem que manifestamente com mais filhos. As famílias grandes e complexas não são características da cidade no passado. Essa ideia de família, aliás, enraíza-se na experiência de vida das elites produtoras de uma ideologia familiar que, de facto, e como vimos, têm mais gente em suas casas, e não na realidade de outrora.

Onde a modernidade se impõe de forma cortante é no que toca à composição dos agregados familiares. Estes estão hoje reduzidos à expressão mais simples de casal e filhos, e estes cada vez mais únicos. A era industrial acabou com as tendas e oficinas dos velhos mestres artistas para dar lugar à impessoalidade das fábricas. Assim como no mundo do comércio há muito se preza a intimidade dos lares. E até o serviço dos criados, antes tão disseminado, se tornou uma recordação.

Los pasaportes internos como fuente para el estudio de la emigración gallega al norte de Portugal (1700-1850)

Camilo J. Fernández Cortizo

Departamento de Historia Medieval y Moderna, Universidad de Santiago de Compostela
camilojesus.fernandez@usc.es

Texto recebido em/ Text submitted on: 08/09/2009

Texto aprovado em/ Text approved on: 01/02/2010

Resumo/Abstract:

A investigação sobre a emigração galega para o Norte de Portugal tem conquistado, desde os anos 1990, o interesse de um crescente, embora ainda reduzido, número de historiadores portugueses e galegos; os factores que explicam este novo impulso são certamente vários, um dos quais, de inegável influência, foi a consulta de um corpo mais alargado e diversificado de fontes documentais de arquivos, tanto portugueses como galegos, de resto nada ou muito pouco exploradas até à data. Entre estas fontes encontramos os passaportes internos que, pese a sua implantação temporal tardia (1760), a sua conservação descontinua até à supressão (1863) e a falta de homogeneidade dos seus registos, são sem dúvida o fundo documental com a informação mais plural sobre emigrantes galegos, permitindo conhecer aspectos tão variados como a localidade de origem e de destino, duração da viagem ou de permanência, actividade profissional, sexo, idade, estado, etc. Assim, o seu contributo, em complementaridade com o de outras fontes de natureza diversa (arquivos paroquiais, registos hospitalares, livros de contas das alfândegas, etc.), tem-se revelado imprescindível na mais recente investigação sobre a emigração galega para Portugal e na ampliação espacial da área de estudo, agora já estendida desde o litoral minhoto a Trás-os-Montes e Alto Douro.

Since the 1990s, a growing - albeit reduced - number of Portuguese and Galician researchers have studied emigration flows from Galicia to north Portugal; there are certainly several explanations for this new impulse, one of which of undeniable influence was the extended and diversified body of documents retrieved from both Portuguese and Galician archives, until recently hardly used or largely unexplored. These resources include national passports which, although implemented late in history (1760), discontinuously maintained until their suppression (1863), and recorded in non-standardised fashion, are unquestionably the most plural and diversified documented source of information on Galician emigrants, including place of origin and destination, duration of journey or stay, professional activities, gender, age, status, etc. Consequently, the input of passports, alongside other sources of diversified nature (parish archives, hospital records, customs books, etc.), has turned out to be fundamental for the recent research on Galician emigration to Portugal, as well for the enlargement of the geographical coverage of the study from the coastal province of Minho to the provinces of Trás-os-Montes and Alto Douro.

Palavras chave/Keywords:

Passaportes internos; Emigração galega; Portugal; 1700-1850.

National passports; Galician emigration; Portugal; 1700-1850.

Los estudios sobre la emigración gallega al norte de Portugal vienen experimentando desde tiempos relativamente recientes, en concreto desde la década de 1990, un impulso sin precedentes gracias al esfuerzo común de historiadores tanto portugueses (J.F. Alves, H. Rodrigues, M. Durães y E. Lagido; etc.) como gallegos (D. González Lopo, C. Fernández Cortizo). Previamente, antes de la década de 1980, son muy pocos los estudios que se interesan por la emigración gallega a Portugal; de los años 1960 datan en concreto los trabajos de A. Meijide Pardo, que dedica uno de los capítulos de su monografía sobre la emigración gallega intrapeninsular en el siglo XVIII al éxodo al reino vecino, y de A. Vieira Braga que, utilizando como fuente escrituras notariales, da noticia de la residencia y de la actividad de maestros canteros gallegos en Guimarães en el siglo XVIII¹. Pese a estos antecedentes, en los años 1970 pocos son los progresos. El interés por esta corriente emigratoria entre los historiadores demógrafos gallegos sigue siendo escaso e indirecto y, en consecuencia, restringido a unas pocas páginas de una reducida serie de monografías comarcales (Xallas, O Morrazo, Caldevergazo, etc.) que, utilizando como fuentes las actas de defunción y las actas de matrimonio parroquiales, jerarquizan ya la importancia migratoria de los destinos peninsulares². Entre los historiadores portugueses este interés se pospone hasta la siguiente década; en unos casos, es directo y definido, en otros, tan sólo indirecto y secundario, pero en ambos casos los estudios respectivos ganan en amplitud y precisión espacial al documentar la presencia y la actividad laboral de emigrantes gallegos ya en diferentes villas y comarcas del norte de Portugal. Así, a partir de fuentes dispares, se atestigua su establecimiento en Viana do Castelo en el siglo XVI o en

¹ MEIJIDE PARDO, Antonio - *La emigración gallega intrapeninsular en el siglo XVIII*. Madrid, 1960; VIEIRA BRAGA, Alberto - *Mestres de pedraria do Reino da Galiza, asistentes en Guimarães*. *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*. T. XX (1959-1960) 397-408.

² Entre las monografías comarcales, véanse BARREIRO MALLÓN, Baudilio - *La jurisdicción de Xallas en el siglo XVIII. Población, sociedad y economía*. Santiago de C., 1977, p. 249-251; RODRÍGUEZ FERREIRO, Hilario - *A xurisdicción do Morrazo. Séculos XVII-XVIII*. Pontevedra, 2003, T. I, p. 321-343; BUGALLO VIDAL, Elisa - *La antigua jurisdicción de Caldevergazo. Un Estudio Socioeconómico*. Memoria de Licenciatura inédita. Santiago de Compostela, 1979, p. 201-208.

Póvoa de Varzim también desde el Quinientos³; a partir de la información de las actas de defunción y de matrimonio, se verifica asimismo la estancia de gallegos en Guimarães en el siglo XVIII, como también en diferentes parroquias rurales de las provincias del Minho y de Tras-os-Montes⁴; asimismo más hacia el interior, gracias a los datos de los libros de “receitas” y “despesas” de las quintas durienses de la Congregación del Oratorio de Oporto, en la región vitícola del Alto Douro⁵; finalmente, también abundan los testimonios sobre la circulación de arrieros y comerciantes gallegos a través de la frontera fluvial y de la *raia seca* transmontana, que queda registrada en los libros de “receitas” y de “termos de fianças y guías” de las

³ MOREIRA, Manuel António Fernandes - A presença de galegos em Viana da Foz do Lima no século XVI”, in *Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima*. Póvoa de Varzim, 1985, vol. IV, p. 65-93; FANGUEIRO, Óscar - A emigração galega para a Póvoa de Varzim do século XVI ao XVIII, in *Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima*. Póvoa de Varzim, 1985, vol. III, p. 205-229.

⁴ AMORIM, Maria Norberta - *Guimarães, 1500-1819. Estudo demográfico*. Lisboa, 1987, p. 361-378. A esta monografía le seguirá, avanzada la década de 1990, toda una serie de estudios locales, la mayor parte de ellos “dissertações de Mestrado” y tan sólo unos pocos publicados, que precisan la frecuencia de defunciones y de matrimonios de emigrantes gallegos en las respectivas parroquias. Sin pretensión de exhaustividad, pueden citarse VENTURA, Maria Manuela - *S. Tiago de Mouquim. Comportamentos demográficos de uma paróquia rural Famalicense, 1609-1878*. Dissertação de Mestrado, Guimarães, 1997, p. 84; GUIMARÃES, Carlolta Maria - *Santa Maria de Adoufe: Comportamentos Demográficos e Sociais (1780-1910)*. Dissertação de Mestrado, 1998, p. 113-119; FARIA, INÊS - *Santo André de Barcelinhos: o difícil equilíbrio de uma população, 1606-1910*. Guimarães, 1998, p. 174; FAUSTINO, José Alfredo - *Calvão, uma Paróquia do Alto Tamega (1670-1870)*. Chaves, 1998, p. 190-191; SANTOS, Carlota - *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*. 1999, p. 148; MAIA, Rui Leandro - *São Miguel de Barreiros e a sua população, 1700-1925. Estudo demográfico*. Dissertação de Mestrado. Guimarães, 2000; SOLÉ, Maria Glória - *Meadela, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*. Guimarães, 2001, p. 136; GONÇALVES, Maria Luísa - *Comportamentos demográficos de uma comunidade minhota: o caso de Salamonde (1690-1910)*. Dissertação de Mestrado. Guimarães, 2002, p. 91-92; JUNCAL, Cândido Martim - *Vidas a través das gerações. Comportamentos demográficos de uma comunidade rural do Baixo Minho: Santiago de Antas, 1581-1910*. Dissertação de Mestrado. Guimarães, 2003; LAGIDO, Emília - *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e Sociedade*. Guimarães, 2004, p. 123-124 y 175-179; etc.

⁵ PEREIRA, Gaspar Martins - As quintas do Oratório de Porto no Alto Douro. *Revista de História Económica e Social*. 13 (1984) 13-49.

“alfândegas” de Valença do Minho, Monção, Caminha, Chaves, Montalegre, Vinhais, etc⁶.

Con estos antecedentes de un lado y del otro de la frontera, en la década de 1990 este interés, hasta ahora en muchos casos indirecto y secundario, gana ya en amplitud temática, espacial y temporal; sin duda no fue ajeno a este proceso la definitiva toma de conciencia por los historiadores modernistas compostelanos de la pluralidad de los modelos migratorios gallegos, entre los cuales el de destino portugués no había merecido hasta entonces la atención que por su importancia para algunas comarcas debía tener, pero también contribuyó a este renovado impulso investigador la exploración y consulta de nuevas fuentes documentales: en territorio gallego, por ejemplo, los padrones municipales, los expedientes de quintas y la correspondencia y documentación consulares españolas⁷ y, al otro lado de la frontera, los registros de entradas de enfermos de las Casas de Misericordia y los registros de admisión de expósitos en las Rodas⁸, los pasaportes internos y los títulos de residencia⁹. Y precisamente, la novedad de la presente década

⁶ CAPELA, José Viriato - O comércio galaico-minhoto pela fronteira terrestre. Análise do movimento da Alfândega de Vila Nova da Cerveira de 1788 a 1833 (breve Nota). *Cadernos do Noroeste*. Vol. 3-nº 1-2 (1990) 65-79; FERREIRA, Maria Teresa - As Alfândegas de Trás-os-Montes: anos de 1791 e 1801. *Estudos Transmontanos*. 1 (1983) 196-199.

⁷ EIRAS ROEL, Antonio (ed.) - *Aportaciones al estudio de la emigración gallega. Un enfoque comarcal*. Santiago de C., 1992; LÓPEZ TABOADA, José Antonio - Emigración gallega a Portugal en la primera mitad del siglo XIX, in EIRAS ROEL, Antonio; REY CASTELAO, Ofelia (eds.) - *Migraciones internas y medium distance en la Península Ibérica, 1500-1900*. Santiago de Compostela, 1993, vol. II, p. 417-426.

⁸ COSTA, Américo Fernando - *Poder e conflito. A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães (1650-1800)*. Braga, 1997, p. 199-200; ARAÚJO, Maria Marta *Dar aos pobres é emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*. Vila Viçosa-Ponte de Lima, 2000, p. 643-657; más recientemente de la misma autora, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*. Monção, 2008, p. 250-256. También en los fondos documentales de las Casas de Rodas del norte de Portugal aparecen noticias sobre la admisión de expósitos de madres gallegas y, asimismo, sobre la contratación de amas de leche gallegas. RODRIGUES, Henrique - Expostos no Alto Minho no Século XIX e Contextos Migratórios. *Estudos Regionais*. Vol. XXV (2005) 7-79; FONTE, Teodoro Afonso da - *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. 2005, p. 494-508.

⁹ ALVES, Jorge Fernandes; FERREIRA, Maria Fernanda; MONTEIRO, Maria do Rosário - Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade do século XIX). *Revista da Faculdade de Letras. História*. Vol. IX (1992) 215-236; RODRIGUES, Henrique - Emigração galega para o Brasil através de Viana do Castelo (1838-1860). Análise a alfabetização e ao perfil socioprofissional, in EIRAS ROEL, Antonio (ed.) - *Aportaciones...*, cit., p. 177-183;

ha sido la consulta más sistemática y regular de estas de fuentes, puestas al servicio, novedad igual de destacada, de la “ampliación espacial” del área de estudio que, de estar hasta este momento casi exclusivamente circunscripta a la franja litoral desde Viana do Castelo hasta Lisboa (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Porto), en la actualidad cubre un territorio más extenso, que se prolonga por el interior miñoto (Barcelos, Braga, Guimarães, etc.) hasta la provincia de Trás-os-Montes y Alto Douro¹⁰. Por esta razón, en el momento presente la emigración gallega con destino al norte de Portugal ya empieza a ser mejor conocida en sus ritmos evolutivos, en sus modalidades de desplazamientos, en las procedencias comarcales y destinos de los emigrantes y, finalmente, en sus condiciones personales –sexo,

ALVES, Jorge Fernandes - Peregrinos do trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto”. *Estudios Migratorios*. 4 (1997) 69-81; PILOTO, Maria Adelina; SANTOS, António - Fluxo migratório galego para Vila do Conde (1769-1810). *População e Sociedade*, 4 (1998) 285-319; FERREIRA, J., *Mobilidade interna da população portuguesa: os livros de registo de passaportes do concelho de Penafiel (1770-1833)*. Tese de Mestrado inédita. Porto, 1997.

¹⁰ GONZÁLEZ LOPO, Domingo - La emigración a Portugal desde el suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XIX in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, 1993, p. 373-391; con posterioridad, del mismo autor, Los movimientos migratorios en tierras del interior de la provincia de Pontevedra entre 1801-1950: características y puntos de destino. *SEMATA*. 11 (1999) 269-298; *ibidem*. Se se mandassem embora não haveria quem servisse... Os galegos em Portugal: un exemplo típico de mobilidade na época pré-industrial, in LOIS GONZÁLEZ, Rubén; Camilo; VERDUGO MATÊS, Rosa María (eds.) - *As migracións en Galiza e Portugal. Contributos desde as Ciencias Sociais*. A Coruña, 2006, p. 237-266. DURÃES, Margarida; LAGIDO, Emília; CARIDADE, Cristina - Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIIIe-XIXe siècles). *Obradoiro de Historia Moderna*. 15 (2006) 29-76; LAGIDO, Emília; DURÃES, Margarida - Mobilidade interna: migrações socioprofissionais dos Alto Minhotos (séculos XVIII-XIX). *Noroeste. Revista de História*. vol. I (2006, 2) 74-78; DURÃES, Margarida - As mulheres estrangeiras no noroeste de Portugal: imigrações femininas galegas do ponto de vista português (sécs. XIX-XX), en HERNÁNDEZ BORGE, Julio; GONZÁLEZ LOPO, Domingo (eds.) - *Mujer y emigración. Una perspectiva plural*. Santiago de Compostela, 2008, p. 133-150. FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo - La emigración gallega a las provincias portuguesas del Miño y de Trás-os-Montes y Alto Douro durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX. *Noroeste. Revista de História*, vol. I, (2006, 2) 39-58; FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo - Ir aos ganhos: a emigración galega ao norte de Portugal (1700-1850), en HERNÁNDEZ BORGE, Julio; GONZÁLEZ LOPO, Domingo (coords.) - *Pasado e presente do fenómeno migratorio galego en Europa*. Santiago de Compostela, 2007, p. 17-49; FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo - La emigración gallega a la provincia portuguesa de Tras-os-Montes y Alto Douro (1700-1850): Evolución temporal, tipología y localidades de destino. *Douro. Estudos & Documentos*. 22 (2007) 79-112.

edad y estado- y ocupaciones profesionales. Y sin duda, en este proceso de profundización del conocimiento de estos diferentes aspectos de la emigración gallega a Portugal, aunque tan sólo para el periodo que transcurre desde mediados del XVIII a mediados del XIX, porque se establecen en 1760 y se extinguen en 1863, los pasaportes internos constituyen sin duda un soporte básico. Tardíos en su implantación, tampoco presentan en todos los casos una continuidad temporal prolongada; así, de los pasaportes internos autorizados en Penafiel sólo han llegado hasta nosotros los del periodo 1772-1829; de los emitidos en Viana de Castelo, se conservan los de los años 1760-1767 y, con posterioridad, los del periodo 1808-1836; de los solicitados en Chaves, los correspondientes a los años 1834 y 1835; finalmente, de los registrados en Oporto, los del año 1833, aunque en este caso se han conservado también el “registro de guías de tránsito” de los años 1847-1851 y diferentes libros de “registro de vistos em passaportes” desde el año 1847¹¹.

1. Pasaportes internos: implantación y reglamentación

Los pasaportes internos portugueses, al igual que los de la monarquía hispánica, se establecen con la función de control de la movilidad interna¹². Su creación acontece en tiempos del gobierno del Marqués de Pombal, en concreto por el Alvará de Declaração de 25 de Junio de 1760, que inicialmente prescribía la obligatoriedad de los pasaportes internos tan sólo para los viajeros con destino a Lisboa, pero unos meses más tarde por un nuevo

¹¹ Arquivo Municipal de Penafiel (AMP), Passaportes internos. Livros 1.988 y 1.989. Arquivo Distrital de Vila Real (ADVR), Passaportes Chaves. Lv 1.606; Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Registo de Passaportes, livros 1202-1207; Arquivo Distrital do Porto (ADP). Governo Civil do Porto. Registos de Pasaportes. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-E/026-001/3238, 3239, 3240, 3241. Registo de guías de trânsito, PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-E/026-001/3957. Registo de vistos em passaportes, PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-E/038-001/3663.

¹² El presente apartado resume las informaciones contenidas en LIMA, António - *Emigração: seu regimen, passaportes*. Famalicão, 1929; FERREIRA, J. - *Mobilidade interna...*, cit., p. 33-44; RODRIGUES, Henrique - *Emigração e emigrantes do Vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo, 2006, p. 23-28; DURÂES, Margarida; LAGIDO, Emília - *A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII-XIX)*, in MENESES, Avelino de; COSTA, João Paulo (coords.) - *O Reino, as Ilhas e o Mar Ocêano: Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Lisboa, 2007, vol. 1, p. 241-245.

Alvará de 13 de Agosto de 1760 era ampliada ya a “*todas as comarcas destes Reinos*” y a todos los transeúntes nacionales y extranjeros “*que houverem de sahir dellas para fora*”. Su emisión era atribuida a las Secretarías de Estado, a la Intendencia Geral de Policía de la Corte y del Reino y, en las comarcas portuguesas, a sus corregidores o a sus respectivos “juízes de fora”, no pudiendo exceder el permiso de viaje la duración de un año. En los años siguientes, estas disposiciones no experimentan apenas cambios, con la salvedad que durante las invasiones francesas (1807-1811), con el fin de reforzar el control de la movilidad interna, sucesivos “editaes” (1808, 1809, 1810 y 1811) del Intendente Geral de Policía insisten en la obligatoriedad de los pasaportes internos. Así, el edital de 20 de Mayo de 1808 ordenaba que “*nehua Pessoa de qualquer qualidade que seja possa viajar ou sahir fora desta comarca sem o passaporte asignado pelo corregedor ou juizes de fora (...); e cazo não traga ou apresente passaporte será prezo*”; de nuevo, el “edital” de 19 de Febrero de 1811 se pronuncia en los mismos términos a cerca de su obligatoriedad, dispensando, entre otros exceptuados, a las “*peessoas que nas Comarcas destes Reinos fizerem jornadas para lugares que fiquem dentro nellas, sendo regularmente pessoas conhecidas*”.

Esta reglamentación sólo experimentará cambios sustanciales con posterioridad a la revolución liberal; en concreto la Ley de 25 de Mayo de 1825 contenía diferentes disposiciones para regularizar la concesión de pasaportes, evitar su falsificación y fiscalizar más estrictamente a los viajeros nacionales y extranjeros; además establecía su obligatoriedad para los que se desplazasen más allá de 5 leguas de su residencia, al tiempo que centralizaba el sistema de vigilancia y de control de la movilidad de la población en la recién creada Secretaría-Geral de Passaportes. Años más tarde, aunque en el intermedio D. Miguel había abolido en 1828 la anterior ley, una nueva, de fecha 18 de julio de 1835, que implanta la nueva división y organización administrativa del Reino, introducía nuevas reformas, al establecer en adelante cuatro modelos de impresos y asignar la emisión de los pasaportes en las comarcas a los sub-prefectos, y de los pasaportes de salida de un municipio para otro o para la frontera a los administradores de los concejos.

La vigencia de los pasaportes internos va a prorrogarse hasta 1863, en que la Ley de 31 de Enero en su Artículo 2 dispone que todos los nacionales y extranjeros “*podem viajar e transitar libremente*”, procediendo

en consecuencia a su abolición; pocos meses después, la carta de Ley de 7 de Abril de 1863 ratificaba la libertad de tránsito en territorio portugués.

Durante estos más de cien años de vigencia, entre 1760 y 1863, y debido a su finalidad de fiscalización y control de la movilidad interna, los pasaportes internos constituyen, por razón de su información plural y heterogénea, una fuente inexcusable para el estudio de la emigración gallega al norte de Portugal de la segunda mitad del siglo XVIII y de la primera mitad del XIX. Las distintas disposiciones legales prescribían a las autoridades emisoras la información y registro de toda una serie de datos relativos a la descripción física y a las condiciones personales y profesional del transeúnte, como también otros referidos a la fecha de emisión del pasaporte, tiempo de duración, destino, etc. Por lo tanto, la información que proporcionan sobre los transeúntes gallegos es plural y variada. En concreto, nominan a los titulares, aunque en muy pocos casos explicitan su parroquia de origen, limitándose a identificarlos como gallegos; registran el día de solicitud y el tiempo de duración del permiso de viaje, como también el destino y en ocasiones el itinerario; consignan los datos relativos al sexo y, ya de forma más irregular, los referidos al estado, a la edad y a la profesión de los transeúntes; finalmente, proporcionan una descripción de las “signaes” personales (altura, rostro, cabello, etc.) y, en algunos casos, también solicitan la firma de los portadores. Con tal riqueza de información, los pasaportes internos se han convertido en fechas muy recientes en una pieza fundamental, aunque complementaria, para la investigación sobre la emigración gallega al norte de Portugal en general, pero asimismo para un trabajo como el presente, que se plantea como objetivo, a partir de su consulta en complementariedad con la de otros fondos documentales, el análisis de las condiciones personales – sexo, estado y edad – y de las dedicaciones profesionales de los emigrantes gallegos, aunque, como ya está anticipado, los pasaportes internos ofrecen una información más amplia – localidades de origen y de destino, duración de la estancia, etc.-, que ahora no se toma en consideración por haber sido ya objeto de atención en anteriores trabajos de investigación¹³.

¹³ FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo - Ir aos ganhos: a emigración galega..., cit., p. 17-49; FERNÁNDEZ CORTIZO, Camilo - La emigración gallega..., cit., p. 79-112.

2. Condiciones personales de los emigrantes gallegos: sexo, edad y estado

El éxodo a Portugal es un fenómeno ciertamente masculino, pero en las fuentes documentales que analizamos, por comparación con otras como las actas de honras fúnebres parroquiales o los registros de entrada de enfermos de los hospitales de las Casas de Misericordia portuguesas¹⁴, esta hegemonía de los varones se refuerza todavía más. En los pasaportes internos expedidos en Chaves (1834-1835) no figura ninguna mujer, pero sí, aunque en muy modesto número, en los de Penafiel como acompañante de su marido (6,6%). En el litoral, la proporción de mujeres transeúntes prosiguen siendo modesta: en Viana do Castelo, las portadoras de pasaporte suponen en periodo 1809-1836 el 1,7%, cifra que se incrementa al 3,6% si agregamos a los acompañantes; en cambio, ninguna mujer figura como titular en los pasaportes de Vila do Conde (1769-1810), como tampoco en el “registro de vistos em passaportes” de Oporto (1847-1849), aunque sí como acompañantes de su marido (0,4%)¹⁵.

También el estado de los emigrantes gallegos a Portugal presenta un acusado contraste según se consideren los registros de enfermos de los hospitales de las Misericordias o los registros de pasaportes internos. En la primera fuente, la superioridad estadística corresponde a los solteros tanto de un sexo como de otro; en consecuencia, en los centros hospitalarios de la provincia transmontana la proporción de enfermos casados era por regla

¹⁴ En el municipio de La Cañiza tan sólo el 2,7% de los vecinos ausentes fallecidos en Portugal durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX son mujeres. REY CASTELAO, Ofelia; PÉREZ RODRÍGUEZ, Francisco - Movimientos migratorios en el municipio de A Cañiza, siglos XVII al XIX, in EIRAS ROEL, Antonio (ed.) - *Aportaciones al estudio...*, cit., p. 40. Sobre el total de enfermos gallegos ingresados en los hospitales de las Casas de Misericordia de Mesão Frio, de Vila Real y de Amarante la proporción de mujeres oscilaba en las postrimerías del siglo XVIII y en la primera mitad del siglo XIX entre el 2 y el 6,5%; en cambio, en los hospitales de localidades fronterizas estos porcentajes se incrementaban fuertemente: en Chaves, hasta el 18,4%; en Caminha y en Viana do Castelo respectivamente hasta el 47,1% y 35,7%.

¹⁵ LAGIDO, Emilia; DURÃES, Margarida - *Mobilidade interna...*, cit., p. 76; PILOTO, Maria Adelina; SANTOS, António - *Fluxo...*, cit., p. 297.

general modesta: entre el 5 y el 10% en Vila Real (1797-1846); del 14,9% en Chaves (1827-1837) y, finalmente, en Amarante (1835-1839), del 27,3%. Por el contrario, entre los titulares de los pasaportes internos de Chaves y de Viana do Castelo, de las décadas de 1820 y 1830, son ya más numerosos los casados; sumados a los viudos y distribuidos proporcionalmente los indeterminados, los transeúntes de estado casado oscilarían entre 53-55%, mientras que los solteros lo harían entre el 35-40%¹⁶. También en el “registro de vistos em passaportes” levantado por las autoridades de Oporto, cuyo uso se ha preferido al “registro de passaportes internos” a causa de su dudosa representatividad (14 viajeros gallegos), los casados, que casi suman el 50%, mantienen su predominio numérico.

Tabla 1 – Estado de los emigrantes gallegos

	Chaves	Viana do Castelo	Oporto
	1834-1835	1823-1831	1847-1848
Soltero	37,1	33,5	41,8
Casado	48,6	41,8	46,6
Viudo	1,4	2,7	2,2
Indeterminado	12,9	20,2	9,0
Soltera	0,0	0,4	0,2
Casada	0,0	1,5	0,0
Viuda	0,0	0,0	0,2
Indeterminada	0,0	0,0	0,0
Casos	70	263	455

FUENTES: Archivo Distrital de Vila Real, Passaportes Chaves. Lv 1.606. Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Registo de Passaportes, livros 1205-1207. Archivo Distrital do Porto, Registo de vistos em passaportes, PT/ADPRT/AC/GCPRT/J; E/038- 001/3663.

¹⁶ Los pasaportes de Vila do Conde (1769-1863) otorgan, por el contrario, la hegemonía a los solteros (40%) frente a los casados (30%). PILOTO, Maria Adelina; SANTOS, António - Fluxo..., cit., p. 297. En la ciudad de Oporto, los títulos de residencia anuales son concedidos por las autoridades policiales en 1888 mayoritariamente a solteros (62,4%) y solteras (91,5%) por comparación con casados y viudos hombres (37,6%) y mujeres (8,5%); en cambio, los títulos de residencia permanente invierten la correlación, con el consiguiente predominio de los casados y viudos (77,6%) frente a los solteros (20,2%); el matrimonio era, por lo tanto, uno de los factores más condicionante de la permanencia definitiva. ALVES, Jorge Fernandes; FERREIRA, Maria Fernanda; MONTEIRO, Maria do Rosário - Imigração galega..., cit., p. 229; ALVES, Jorge Fernandes - Peregrinos..., cit., p. 74.

Finalmente, también en cuanto a la estructura de edad en los pasaportes internos de transeúntes gallegos y los registros hospitalarios de enfermos gallegos persisten las discrepancias, aunque en el presente caso la representatividad de la muestra no autoriza conclusiones seguras. La edad media de los gallegos ingresados en la Casa de Misericordia de Barcelos (1848-1850) ascendía en concreto a 25,2 años; un poco superior -26,75 años- era la de los gallegos asistidos en el hospital de Amarante en la década de 1830. Los registros de pasaportes elevan, en cambio, estos promedios por encima de los 30 años.

Tabla 2 – Edad de los gallegos con pasaporte interno

Edad	Penafiel	Chaves	Viana do Castelo	Oporto
	1772-1829	1834-1835	1823-1831	1833
<20	9,1	0,0	11,0	9,1
20-24	16,7	28,6	18,1	18,2
25-29	12,1	20,0	14,8	9,1
30-34	13,6	20,0	18,7	36,4
35-39	12,1	15,7	15,9	9,1
40-44	7,6	11,4	7,1	0,0
45-49	13,6	0,0	3,8	9,1
50-54	4,5	1,4	4,4	0,0
55-59	4,5	0,0	4,9	0,0
60 y +	6,0	2,8	1,1	9,1
Indeterminado	0,0	0,0	0,0	0,0
Casos	66	70	182	11
Edad media	35,6 años	30,3 años	32,1 años	32,1 años

FUENTES: Archivo Municipal de Penafiel, Passaportes internos. Livros 1.988 y 1.989.

Archivo Distrital de Vila Real, Passaportes Chaves. Lv 1.606. Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Registo de Pasaportes, livros 1205-1207. Archivo Distrital do Porto, Governo Civil do Porto. Registos de Pasaportes. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-E/026-001/3238, 3239, 3240, 3241.

Los titulares de permisos de viaje con edad inferior a los 25 años oscilan en los pasaportes de Penafiel, de Chaves, de Viana do Castelo y de Oporto entre el 25% y el 29%; los que no han cumplido los 30 años, a su vez, entre el 36% y el 49%, cuando en el caso de los gallegos enfermos se aproximaba a los dos tercios. A su vez, los de los grupos de edad 30-49 años componen todavía un importante contingente migratorio, entre el 45% y el 50%; los de más edad, que no comparecen en los registros hospitalarios,

suponen un modesto número, pero, aún así, alcanzan entre el 9-15% de los solicitantes de pasaportes. En consecuencia, la edad media alcanza entre éstos valores superiores, que superan siempre los 30 años e incluso entre los transeúntes por Penafiel los 35 años¹⁷.

En definitiva, la emigración portuguesa enrola mayoritariamente a población masculina, de condición tanto soltera como casada, cuya edad en general es joven, ya que predominan los emigrantes con edades comprendidas entre los 15 y 39 años, de forma que los registros hospitalarios cifran la edad media en 25-27 años que, en cambio, elevan los pasaportes internos a 30-35 años.

3. Las actividades profesionales de los emigrantes gallegos a Portugal

Los pasaportes internos se vienen postulando como una fuente documental inexcusable en el análisis de aspectos relevantes de la emigración gallega a Portugal, tal como se ha demostrado en apartado de las condiciones personales –sexo, estado y edad- de los emigrantes, pero su concurso también es fundamental a la hora de precisar los principales actividades laborales ejercidas en tierras portuguesas.

La emigración gallega a la provincia a la región de Entre-Douro-e-Minho, dejando al margen exiliados, refugiados políticos y facciosos fronterizos, es por supuesto de naturaleza laboral y su objetivo, por consiguiente,

¹⁷ Los emigrantes gallegos, la mayor parte de ellos residentes previamente en territorio portugués, que obtienen pasaporte para Brasil en Viana do Castelo (1838-1860) contaban en el 62,7% de los casos con menos de 30 años; su edad media era, en concreto, de 26 años. RODRIGUES, Henrique - *Emigração galega...*, cit., p. 182-183. En Vila do Conde, los titulares de pasaportes internos en su mayoría tenían también menos de 30 años, sumando aproximadamente el 60%; a partir de los 45 años el decrecimiento de la movilidad era ya acusada. PILOTO, Maria Adelina; SANTOS, António - *Fluxo...*, cit., p. 296. Finalmente, los titulares de los permisos de residencia anual en la ciudad de Oporto con edades inferiores a los 25 años acumulaban en 1888 el 37,9% del total; los menores de 30 años sobrepasaban ya la mitad (52,4%). A continuación, los residentes con edades comprendidas entre 30 y 49 años suponían el 36,9% y los de edades superiores, el 10%. Entre los titulares de permisos de residencia permanente, los grupos de edad anteriores a 35 años no constaban, siendo los mayores de 50 años los más numerosos a la hora de su solicitud (76,9%). ALVES, Jorge Fernandes; FERREIRA, Maria Fernanda; MONTEIRO, Maria do Rosário - *Imigração galega...*, cit., p. 228-229.

es “ganar a súa vida” debido a las oportunidades de empleo y salarios más ventajosos que ofrecen la provincia miñota y la transmontana a partir de los años 1720. Por sectores económicos, los fondos de los pasaportes internos y de los títulos de residencia anuales (Oporto) permiten sintetizar el siguiente cuadro profesional:

Tabla 3 – Sectores de actividades económicas de los emigrantes gallegos

	Penafiel	Viana	Chaves	Vila do Conde	Oporto
	1772-1829	1823-1831	1834-1835	1769-1863	1888
Primario	2,7	16,9	4,3	5,6	0,9
Secundario	52,6	7,5	4,2	11,9	8,9
Terciario	12,9	72,4	87,2	72,5	90,2
Pobres	7,3	0,3	0,0	0,0	0,0
Indeterminado	24,5	3,0	4,3	10,0	0,0
Casos	122	609	70	160	2.391

FUENTES: Arquivo Distrital de Vila Real, Passaportes Chaves. Lv 1.606. Arquivo Municipal de Penafiel. Passaportes internos. Livros 1.988 y 1.989. Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Registo de Passaportes, livros 1205-1207. PILOTO, Maria Adelina; SANTOS, António - Fluxo..., cit., p. 299. ALVES, Jorge Fernandes; FERREIRA, Maria Fernanda; MONTEIRO, Maria do Rosário – Imigração galega..., cit., p. 231.

Los pasaportes internos y también los títulos de residencia anuales concedidos en Oporto privilegian el ramo terciario frente a los otros dos sectores, con excepción de Penafiel, donde los transeúntes ejercen en su mayoría actividades secundarias, preferentemente como canteros y secundariamente como coheteros, en este caso en complementariedad con otros oficios (cerero, tamborilero). También en Viana do Castelo, en Vila do Conde y, finalmente, en Oporto la cantería es el oficio más frecuente entre los emigrantes con actividad secundaria; pero como ya se ha señalado, el sector con mayor difusión es el terciario, aunque con diferencias de unos núcleos a otros. En Viana do Castelo, donde la mayoría de los solicitantes de pasaportes se dirigen a Lisboa, y en Oporto, los trabajadores y los criados de servir reúnen respectivamente el 57,7% y 75,4% de los emigrantes registrados; en los pasaportes internos de Chaves y de Penafiel, los trabajadores, en cambio, tienen una presencia muy modesta y algo más elevada los criados y asistentes que alcanzan respectivamente el 1,4% y el 10,2%. Por el contrario, entre los solicitantes de permisos de viaje en la primera de estas villas, la dedicación comercial es la dominante hasta el punto

de concentrar el 85,8% del total. En cambio, el sector primario tiene escaso peso económico entre los que pasan por Chaves (1,4%) y por Penafiel (2,7%), pero ya superior entre los que transitan por Viana do Castelo (16,9%)¹⁸.

Tabla 4 – Actividad profesional de los gallegos con pasaporte

Chaves		Penafiel		Viana do Castelo	
1834-1835		1772-1829		1823-1831	
Labrador	1,4	Labrador	2,7	Labrador	12,3
Criado servir	1,4	Criado servir	4,5	Jornalero	4,6
Trabajador	2,9	Asistente	5,5	Trabajador	43,7
Calderero	1,4	Cajero	0,9	Criado servir	14,0
Carpintero	1,4	Sastre	4,5	Marinero	1,5
Serrador	1,4	Cerero	1,8	Sastre	0,7
Negociante	2,9	Cantero	34,5	Cantero	2,6
Traficante	1,4	Cohetero	1,8	Carpintero	0,8
Tendero	12,9	Tamborilero	0,9	Fabricante peines	0,7
Vendilhao	58,6	Cerero/cohetero/ tamborilero	9,0	Tejero	1,5
Transitar Reino	10,0	Negociante	0,9	Otros Secundarios	1,2
Indeterminado	4,3	Músico	0,9	Aguador	1,5
		Mendigo	7,3	Arriero	1,1
		Indeterminado	24,6	Negociante	2,6
				Comerciante	0,8
				Tendero	1,3
				Quincallero	0,8
				Sardinero	0,3
				Mendigo	0,3
				Otros Terciarios	4,8
				Indeterminado	3,0

FUENTES: Archivo Municipal de Penafiel, Passaportes internos. Livros 1.988 y 1.989. Archivo Distrital de Vila Real, Passaportes Chaves. Lv 1.606. Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Registo de Passaportes, livros 1205-1207.

De forma ya más pormenorizada, las principales ocupaciones laborales ejercidas por los gallegos en Portugal, según los datos de la tabla 4, pueden ser reducidas a cuatro. En primer lugar, se emplean en el servicio doméstico urbano, como asistentes o criados de servir; en segundo lugar, en la actividad

¹⁸ En cambio, entre los emigrantes gallegos que, en el periodo 1838-1860, obtienen pasaporte en Viana de Castelo para trasladarse a Brasil predominan los dedicados al sector primario (35,8%), en particular jornaleros; a su vez, en el sector secundario estaban empleados el 18,9%, destacando los canteros; finalmente, el sector terciario reunía al 24,5% de los emigrantes, entre los cuales predominaban criados y sirvientes. RODRIGUES, Henrique - Emigração galega..., cit., p. 180-181 y 183.

agrícola como “criados de lavoura” y como jornaleros; en tercer lugar, en la cantería y, finalmente, en el transporte de mercancías y en el comercio terrestre. A mayores habría que añadir a estas actividades en los núcleos costeros – Caminha, Viana do Castelo, Esposende, Póvoa de Varzim, etc. –, las de la pesca y del comercio marítimo. Es sin duda en estos puertos del norte, como también en Lisboa, en donde se establecen las primeras colonias de pescadores y comerciantes gallegos que, sobre todo desde la segunda mitad del siglo XV, abastecen al mercado portugués de pescado salado y fresco e importan sal. Con estos contactos comerciales previos, que se refuerzan en el siglo XVI, nada tiene de particular la persistencia de la actividad pesquera gallega tiempos después, en el siglo XVIII y, en particular, que en esta centuria los puertos gallegos y Viana sigan manteniendo un activo comercio al menos hasta la década de 1770. Al puerto vianense transportaban los negociantes gallegos pescado salado, hierro vizcaíno y otros productos, pero también participaban, en solitario o en sociedad con comerciantes vianenses, en los negocios de una plaza que protagonizaba un activo y diversificado comercio de exportación y reexportación por razón de sus tráficos con el NW. de Europa y con Brasil. En este marco de un comercio diversificado e internacional, el comercio con Galicia era protagonizado por un amplio número de pequeños y medianos comerciantes e de propietarios de lanchas en su mayor parte portugueses, pero también por algunos gallegos residentes en la ciudad¹⁹. Así, los pasaportes internos de los años 1764-1766 documentan la presencia temporal de al menos seis comerciantes naturales de Baiona. Años después, entre 1823 y 1830, al menos cuatro negociantes, entre los veintidós transeúntes portadores de pasaporte con destino mayoritariamente a Oporto (54,6%) y Caminha (18,2%), eran residentes en la villa portuaria, a diferencia de otros cuya estancia era temporal en esta plaza.

Ahora bien, entre estas dos fechas, entre la década de 1760 y la de 1820, esta presencia gallega se vio reducida desde la década de 1770; las causas fueron en primer lugar la guerra del pescado de 1773-1774 que

¹⁹ CAPELA, José Viriato - O porto de Viana no contexto do comércio externo português (Análise à balança comercial de 1783) in *Viana – O Mar e o Porto*. Viana do Castelo, 1987, p. 94-95.

en la práctica cierra el mercado portugués al pescado salado gallego y, en segundo lugar, los obstáculos a la intermediación gallega en el transporte de hierro vizcaíno y de paños (1778). Según los “livros de visita de saúde” de los años 1749-1773 del total de barcos inspeccionados el 34,3% eran de procedencia gallega; en consecuencia la media anual de barcos gallegos que fondeaban en la “foz” del Lima era casi de 12²⁰. Ahora bien, tras los años centrales de la década de 1770 por las circunstancias anteriormente citadas se produce el abandono temporal del puerto vianense por un buen número de comerciantes gallegos, pero en todo caso esta drástica reducción de los tráficos comerciales con Galicia favoreció en la última fase del siglo XVIII la reactivación del comercio interior y por la raia seca con el valle del Miño, de radio corto y también en gran medida de contrabando (sal), realizado desde Caminha y, en menor medida, desde otros núcleos fronterizos (Vilanova da Cerveira, Valença, Monção)²¹. Durante el último tercio del siglo XVIII la presencia de comerciantes gallegos se refuerza en estas plazas al menos hasta los años 1808-1819 en que empiezan a retornar a Viana, contribuyendo en la fase siguiente, entre 1820-1836, a su reactivación comercial. En este periodo, los pasaportes internos registran la solicitud de circulación de 36 comerciantes gallegos, aunque ciertamente la mayoría se limitan a pasar por la villa portuaria principalmente en dirección a Oporto.

La actividad pesquera experimenta también por estos años una expansión; a ella no fue ajena la instalación en el siglo XIX de colonias de pescadores, principalmente de A Guarda, en diferentes puntos de la costa desde Caminha a Viana do Castelo. Es el caso del pequeño puerto de Gontinhães, en el cual, según Baldaque da Silva, “antigamente havia aquí três ou quatro barcos de pesca pertencentes a lavradores”, pero “depois uma pequena colónia de pescadores gallegos do porto da Guardia veio estabelecer-se neste ponto (...) e desenvolvendo-se pouco a pouco, chegou a constituir um centro de pescarias de alguma importancia”²². También en Viana do Castelo a

²⁰ BRAGA, Custódio Capela - Para a história de Viana do Castelo. Visitas de saúde aos barcos acostados no Cabelado da Foz do Lima. *Cadernos Vianenses*. T. IX (1985) 114 y ss.

²¹ CAPELA, José Viriato - O porto de Viana..., cit., p. 96-97; CAPELA, José Viriato - O comércio galaico-minhoto..., cit., p. 66-67.

²² SILVA, A.A. Baldaque da - *Estado Actual das Pescas em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p. 83-84. CRUZ, Maria Alfreda - Caminha: Evolução y estrutura da vila da Foz do Minho”. *Caminiana*. 15 (1988) 102-103.

comienzos de la década de 1830 se establece en un barrio del puerto una colonia de refugiados gallegos, compuesta por “marítimos” y pescadores²³. En un reciente estudio sobre la emigración gallega a los puertos de Vila Praia de Âncora y de Viana de Castelo, M. A. Botão Pereira do Rego cifra en tres los matrimonios con un contrayente al menos gallego celebrados anualmente en esta última ciudad en el siglo XVIII; en el primer tercio del siglo XIX, la media se rebaja a dos enlaces. Entre estos novios la mayor parte son precisamente pescadores (62%) y, en segundo lugar, “marítimos” (26%)²⁴.

Desde Viana do Castelo y otros puertos del norte, la red comercial penetraba hacia el interior a través de los cursos de los ríos Miño y Limia, pero también por los caminos terrestres que tenían como principal nudo de comunicación la ciudad de Braga. Por el río Miño el comercio avanzaba desde Caminha hasta Valença y Monção; por el río Limia, desde Ponte de Lima hasta Ponte da Barca; a estas localidades ribereñas acudían comerciantes gallegos para abastecerse de sal y pescado salado. Su presencia está también documentada en Braga, ciudad que, por su situación estratégica, se convierte en el principal eje comercial y nudo de comunicaciones entre la costa y las tierras interiores miñotas y transmontanas. Se justifica así el interés de negociantes y comerciantes gallegos para establecerse en la ciudad bracarense porque era uno de los principales centros de distribución de la región de Entre Douro-e-Minho y no conviene olvidar que en el siglo XVIII el 80% de las exportaciones gallegas se destinaban a esta región²⁵. Siendo el pescado salado y el fresco el principal producto de estas exportaciones nada tiene de particular que los comerciantes gallegos se interesen por establecerse en Braga e intervenir en su distribución hacia las tierras interiores, donde era comercializado en las relativamente numerosas ferias y mercados, algunas

²³ ABREU, Alberto Antunes de - A pesca e os pescadores de Viana do Castelo da Idade Média até meados do século XX, in *Viana...*, cit., p. 22.

²⁴ REGO, Maria Aurora - Os portos de pesca de Vila Praia de Âncora e de Viana do Castelo no contexto das migrações galegas. Alguns comportamentos Demográficos in *Actas do V Ciclo de Conferencias da Cátedra Unesco 226 sobre Migrações da Universidade de Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela, 2009 (en prensa).

²⁵ MEIJIDE PARDO, Antonio - “Aspectos del comercio gallego de exportación a Portugal en el siglo XVIII”, en *Actas I.J.M.A.C.H. Santiago de Compostela*, 1975, T. III, p. 806; OLIVEIRA, Aurélio de, GARCÍA LOMBARDEIRO, Jaime - Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto - sua região e a Galiza na época moderna - séc. XVII, XVIII. *Revista de História*. 2 (1979) 125.

de ellas muy próximas a la *raia seca*, como las de Chaves o de Montalegre, a las que acudían los comerciantes gallegos para aprovisionarse de sal y de pescado salado. De su actividad, así como de la de arrieros gallegos, dan noticia los pasaportes internos emitidos en Chaves en los años 1834 y 1835; asimismo de sus tráficos y del transporte de productos y de mercancías (aceite, vino, sal, almendras, lana, paños, etc.) los libros de “receitas” y de “termos de fianças y de guías” de las “alfândegas” fronterizas de Chaves, de Montalegre y de Vinhais.

“Vendilhões” (66,7%) y, en menor número, tenderos (28,3%) y negociantes (5,0%) componen el sector profesional más numeroso de los titulares de los pasaportes internos expedidos en Chaves, hasta el punto de sumar el 85,8% de los portadores de estos permisos de tránsito. En su mayoría estos profesionales son de edad inferior a los 34 años; en concreto, los menores de 35 años suponen el 71,6% del total y el grupo comprendido entre los 20-29 años, el 53,3%; en consecuencia, la media resultante es de 29,9 años, inferior a la del sector mercantil que solicita pasaportes en Viana do Castelo (36,9 años), debido a que en esta última plaza los menores de 35 años suponen sólo el 40% y el grupo de edad de 35-39 años concentra un porcentaje superior (26,7%)²⁶. Entre ellos, los casados son más numerosos (51,7%) que los solteros (33,3%). Su actividad se prolonga durante varios meses en territorio portugués, de forma que a todos ellos les son concedidos plazos de tiempo igual o superior a tres meses; los de esta duración suponen el 65% y los concedidos para estancias de seis o más meses, a su vez, el 28,4%. Durante este tiempo los “vendilhões” y tenderos gallegos se desplazan por territorio portugués con sus productos; en concreto, al 3,3% se le concede el permiso para transitar respectivamente por la provincia de Trás-os-Montes y por la de Minho; para dirigirse hacia el interior son autorizados, a su vez, el 50% y, finalmente, para transitar por el Reino, el 23,3%.

Entre estos emigrantes, por razón de sus localidades de procedencia, en particular de los municipios ourensanos de Xunqueira de Espadañado y Maceda, se incluyen también sogueros y cordeleros y vendedores de objetos y productos de cerámica, que se adentran incluso más hacia el sur, hasta las

²⁶ La muestra de pasaportes emitidos en Chaves (1834-1835) asciende a 60 casos, mientras que de los emitidos en Viana do Castelo (1825-1836), tan sólo a 17.

provincias de Beira y del Alentejo durante varios meses. De mucha menor duración es ya la actividad de otros gallegos que, según algunos informes oficiales, *entran por estas fronteras diariamente a su comercio y casi todos se recojen en el mismo día*²⁷. La naturaleza y el volumen de su actividad queda consignada en los libros de contabilidad de las “alfândegas” de Chaves, Montalegre y Vinhais. En la primera de ellas, durante los meses de junio y de julio de 1767, se consignan un total de 183 partidas de viajes, de las cuales 115 corresponden a arrieros y traficantes gallegos (70,6%). Del valor total del ganado y de otras mercancías que atraviesan la frontera en una y otra dirección, el 68,3% se les asigna a ellos; sobresale el pescado (bacalao, pulpo y, sobre todo, sardina) que supone el 52,5%; a continuación, el ganado que suma el 29,8% del valor total y el aceite, a su vez, el 16,9%; la sal, el sumagre y las telas son otros productos ya muy minoritarios²⁸. En cambio, en el puerto seco de Valpaços, dependiente de la “alfândega” de Chaves, la principal actividad, según el libro “*termos de fianças e guias*” de año 1787, es el transporte de aceite; en concreto, del total de registros de viajes asentados el 12,3% es realizado por arrieros gallegos, que transportan el 25,6% de la carga²⁹. Finalmente, en la “alfândega” de Montalegre, durante el segundo semestre de 1836, los arrieros gallegos realizan 52 viajes, transportando en este caso 599 almudes de vino que van a buscar “*a la Ribeira para ver de despachar*”; a su vez, durante el mismo periodo, 12 comerciantes cruzan la raia seca para transitar “*polo reino adentro a su negocio*” durante un plazo de tiempo que oscila entre los 8 y los 15 días³⁰. En definitiva, el comercio y la arriería en tierras del norte de Portugal ocupa a un importante número de naturales de Galicia hasta el punto que de los 420 arrieros censados en la provincia transmontana en 1796 la mayor parte eran gallegos.

²⁷ Archivo General de la Administración. Servicio Exterior. Consulado General de España en Lisboa, caja 54/6.491 (17/11/1826).

²⁸ Arquivo Nacional da Torre de Tombo. Erário Régio. Contas da Alfândega de Chaves, livro 20, ff. 112-137.

²⁹ Arquivo Nacional da Torre de Tombo. Erário Régio. Contas da Alfândega de Chaves. Termos de fianças e guias de Valpaços, livro 77, ff. 1-150.

³⁰ Arquivo Nacional da Torre de Tombo. Erário Régio. Contas da Alfândega de Montalegre, livro 39.

El comercio marítimo y terrestre y el transporte eran sin duda un sector privilegiado de la presencia de gallegos en el norte de Portugal, pero ciertamente sus ocupaciones profesionales eran más diversas. Así un importante número se empleaba en el servicio doméstico como criado de servir o como sirviente o asistente. En los pasaportes de Penafiel, suman el 10% de los portadores de pases de tránsito; en los emitidos en Viana do Castelo y en Oporto, la mayoría de ellos con destino Lisboa, esta proporción se eleva respectivamente al 14,0% y al 63,6%. En el puerto vianense, son precisamente los criados los que reciben con mayor frecuencia asistencia en el hospital de la Casa de Misericórdia y, finalmente, son también ellos los que presentan una tasa de residencia más elevada, fenómeno lógico en razón de la naturaleza de su oficio. En cuanto a su edad, los de esta ocupación que transitan por Viana do Castelo son en general jóvenes; su edad media es de 29,9 años. Del total de 87 casos analizados, el 60,9% no ha cumplido los 30 años y el 77%, los 35 años; a su vez, los que cuentan con 50-59 años suponen el 5,7%. Solteros (45,2%) y casados (44,1%), en ligera mayoría si le agregamos los viudos (3,2%), se reparten casi equitativamente sus efectivos.

La condición de criados de servir en las villas de Viana do Castelo, de Chaves, de Vila Real y, sobre todo, de Oporto y de Lisboa identifica laboralmente a un importante número de emigrantes gallegos al norte de Portugal. En las zonas rurales son empleados también como asistentes y “criado de lavoura” por un plazo más o menos amplio o simplemente como jornaleros con ocasión de las distintas labores agrícolas, en particular en los viñedos y en los olivares de la región del Alto Douro. En un buen número de casos, según testimonian las actas de matrimonio y de defunción de distintas parroquias miñotas y transmontanas (Sta. María de Âncora, Santiago de Romarigães, Meadela, Salamonde, Adoufe, Calvão, San Nicolau de Mesão Frio, etc.³¹), su estancia se prolonga durante varios años o incluso se convierte en definitiva.

Al trabajo de estos criados y asistentes en las parroquias rurales se suma a menudo el de otros trabajadores que, bien durante varios meses, bien con carácter más puntual para una tarea concreta, son contratados para las labores agrícolas y, en particular, para los trabajos de los olivares y,

³¹ Véase Nota 5.

sobre todo, de las viñas; estas faenas agrícolas, en particular las de la cava y de la vendimia, concentraban en la región del Alto Duero un numeroso contingente de trabajadores en su mayoría de la Terra Fria transmontana y de Galicia. Según las “signaes” de los pasaportes internos expedidos en Viana do Castelo, su edad media –la muestra reúne 52 jornaleros y labradores– es de 32,5 años; el 57,7% del total no ha cumplido los 35 años y el 75%, los 40 años; los mayores de 50 años suponen tan sólo el 13,4%. De edades relativamente jóvenes, entre sus efectivos predominan los casados (50%) frente a los solteros (28,8%).

Debido a su frecuente empleo en los trabajos de las viñas, en los libros de “receitas” y “despesas” de las quintas durienses de la Congregación del Oratorio de Oporto se contabilizan con relativa frecuencia partidas salariales pagadas a gallegos por “asistir” durante varios meses trabajando en arrancar y carretar leña, vigilar las viñas, etc.³². Asimismo, en estos libros de contabilidad se consignan asientos salariales pagados por trabajos en los olivares y, sobre todo, en las viñas, que se van sucediendo a lo largo del año hasta la nueva vendimia, realizada en octubre. Cuadrillas de hombres son empleados para cavar los olivares y, con posterioridad, para varear la aceituna, que recogen mujeres y niños.

Las labores de la viña exigían efectivos laborales todavía más numerosos, que se ocupaban a lo largo de casi todo el año, salvo en el verano, de diferentes faenas: de “*escavar y esmadeyrar las vinhas*”, de la “cava”, de la “*mergulha*”, de la “*erguida*”, de la “*redra*” y, finalmente, de la vendimia³³. Entre los trabajadores ocupados en estas tareas, algunas de ellas en ocasiones contratadas a destajo, se encuentran gallegos, cuyos sueldos son asentados bien de forma individual (“*Joseph galego*”, “*galego Denis*”, etc.), bien de forma genérica (“*um gallego*”, “*oito gallegos*”, etc.). Sus salarios diarios varían en función de las tareas realizadas; en la década de 1740 el más elevado, de 120 réis, era pagado a los trabajadores de la “cava”, de “la

³² Arquivo Distrital de Porto. Congregação do Oratório São Filipe Neri – Porto. COSFNPR/G/B/003/Liv. 0023-15/3/72, ff. 21 (1748); 23 (1749), 166 (1748), etc.

³³ La naturaleza de los trabajos de las viñas y su dureza comentada por SALAVESSA, Maria Eunice Costa - Un traço cultural do Alto Douro vinhateiro. *Douro. Estudos&Documentos*. 19 (2005) 191-192.

erguida” y de “la redra”, mientras que vendimiadores y vendimiadoras debían conformarse con sueldos inferiores, de 80 y 40 réis respectivamente³⁴.

Por fin, la cantería es el último oficio ejercido por los emigrantes gallegos que privilegian los pasaportes internos portugueses. En los emitidos en Penafiel, el 34,5% autorizan el desplazamiento de canteros; en cambio, en los expedidos en Viana do Castelo, suponen tan sólo el 2,6% y los carpinteros, el 0,8%. Sus condiciones personales son, en todo caso, difíciles de establecer debido a que no disponemos de datos suficientes sobre el particular. En consecuencia, se impone la precaución a la hora de tomar en consideración las conclusiones sobre su edad y estado. En los pasaportes emitidos en Penafiel, de los cuales diecisiete precisan la edad de transeúntes canteros, la media se presenta elevada, de 35,4 años; en cambio, en los de Viana de Castelo, con una muestra todavía más reducida (10 casos), se rebaja once años (24,2 años). De los que pasan por esta última villa el 33,3% son solteros y el 22,2% casados, sin que se registre su estado en el 44,4% de los casos.

La expansión de la producción cerealista y vitícola por estos años y la prosperidad del sector mercantil, que coinciden con la fase de apogeo del estilo barroco en el norte de Portugal entre 1700 y 1760, impulsan una intensa actividad constructiva en los principales núcleos urbanos miñotos (Braga, Barcelos o Guimarães), que ven incrementar su población en el último tercio del siglo XVIII en un 37,6%, con la consiguiente necesidad de ampliar su caserío urbano. Por ejemplo, en Braga se construye, a partir de 1725, un nuevo barrio, el de O Quinteiro, que abre cinco nuevas calles; contemporáneamente, bajo el mecenazgo de los arzobispos de la Casa de Bragança, la arquitectura religiosa y civil recibe un fuerte impulso bajo la dirección de artistas como André Soares ou Carlos Amarante, que proyectan capillas, iglesias, santuarios y casas nobles en las villas miñotas, en las que trabajan maestros y oficiales canteros gallegos. A Braga la imitan en su esfuerzo constructivo y ornamental Viana do Castelo, Barcelos, Guimarães, ciudad esta última en la que en los años 1740 e 1750 está establecido un buen número de maestros canteros gallegos que son contratados para a

³⁴ Arquivo Distrital de Porto. Congregação do Oratório São Filipe Neri –Porto. COSFNPRT/G/B/003/Liv. 0023-15/3/72, ff. 11-12; 21-22; 26-27; etc.

construcción de edificios religiosos e civiles³⁵. La presencia de canteros gallegos se multiplica en estos núcleos a partir de la década de 1720, pero también en las comunidades rurales, donde son contratados para la construcción asimismo de capillas, iglesias, casas, etc.

En la región del Alto Duero, los canteros trabajaban asimismo en el acondicionamiento de las terrazas y en la construcción de los muros de las viñas, una tarea que empleaba a un importante número de trabajadores. En consecuencia, aunque de forma irregular, los libros de contabilidad de las quintas durienses de la Congregación del Oratorio de Oporto contabilizan partidas salariales de “pedreiros”, algunos de ellos gallegos, empleados precisamente en “*levantar paredes y sapadas de vinhas*”, en hacer “*paredes y calços*” y, finalmente, en construir o conservar edificios de producción (almacenes, lagares, bodegas)³⁶. La ampliación de las tierras de viñedo exigía igualmente de la colaboración de un elevado número de trabajadores; en concreto, en la plantación de la nueva viña, en 1751, en el monte de Paredeyta trabajaron 1.385 jornaleros y 364 canteros, parte de ellos gallegos³⁷. Su salario diario, de 120 réis en los años 1750, se equiparaba al de los jornaleros agrícolas contratados para las labores más pesadas (cava, erguida, etc.).

Pero, los maestros de cantería gallegos llegados a la región del Alto Duero, al modo de sus colegas que trabajaban en la provincia miñota, diversificaban también su oferta de empleo, según confirman las escrituras de obligación de obras de la segunda mitad del siglo XVIII, contratando obras civiles y religiosas; en concreto, se encargan de la construcción de puentes, de fuentes (Fonte Real de San Salvador de Penaguião), de “casas de residencia” de distintas feligresías (Sta. Comba de Souto Maior, San Martinho de Mateus, etc.), de casas de quintas durienses, de almacenes (San Mamede de Foz Tua) y, finalmente, también de la edificación y

³⁵ VIEIRA BRAGA, Alberto - *Mestres de pedrería...*, cit., p. 397-408.

³⁶ A.D.P., Congregação do Oratório São Filipe Neri –Porto. COSFNPRT/G/B/003/Liv. 0023-15/3/72, f. 19(1747); f. 27 (1751); f. 166 (1748), etc.

³⁷ *Ibidem*, f. 280.

remodelación de iglesias, capillas y sacristías (Afonso, Lamares, Nogueira, Pendilhe, Piães, etc.) en los distritos de Vila Real y de Lamego³⁸.

A modo de conclusión, puede afirmarse que, por su información plural, siempre debidamente complementada con otras fuentes (registros hospitalarios, archivos parroquiales, etc.), los pasaportes internos, pese a su implantación tardía en el tiempo, a su falta de continuidad temporal y a la irregularidad en sus registros, constituyen una fuente documental excepcional para el análisis de de la emigración gallega a Portugal, en particular para conocer las condiciones personales – sexo, estado y edad – y las ocupaciones profesionales de los emigrantes: Su información es todavía más amplia porque asimismo permite conocer el plazo de duración de las estancias, el mes en que se viaja y, finalmente, el destino y, en ocasiones, incluso el itinerario de su viaje.*

³⁸ ALVES, N. Ferreira; ALVES, Joaquim Jame Ferreira - Nótulas de história da arte: notícias sobre alguns artistas e artífices dos séculos XVII e XVIII. *Museu*. IV serie, 3 (1995) 209-220; ALVES, Alexandre - *Artistas y Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*. Viseu, 2001, vol. I, p. 62-63, 149, 153, 179, 274, 276, 281, etc.

* El presente trabajo de investigación fue realizado durante una estancia de investigación en el Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) de la Universidade Aberta de Lisboa, a cuya Investigadora Coordinadora Profesora Catedrática D^a Maria Beatriz Rocha-Trindade agradezco su acogida y su inestimable colaboración. La financiación de la estancia fue cubierta con una beca de investigación concedida por la Dirección Xeral de Investigación, Desenvolvemento e Innovación, de la Xunta de Galicia y, asimismo, con fondos de la Acción Integrada “Movilidades: sociedades, productos, cultura (siglos XVII-XX)”, del Ministerio de Ciencia e Innovación (PT2009-0034. Subprograma: Acciones Integradas).

A difícil luta pela sobrevivência: a Misericórdia de Vila Viçosa durante a Monarquia Constitucional

Maria Marta Lobo de Araújo

Docente do Departamento de História da Universidade do Minho

Membro do CITCEM

martalobo@ics.uminho.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 28/02/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 19/04/2010

Resumo/Abstract:

O nosso trabalho procura analisar o desempenho da Misericórdia de Vila Viçosa durante a Monarquia Constitucional, demonstrando o estado de penúria em que esta confraria se encontrava e a luta por si travada pela sobrevivência. Com receitas minguadas, mas sobretudo com cobranças muito difíceis e despesas em crescimento, principalmente no sector da saúde, a Misericórdia foi obrigada a efectuar cortes em vários sectores da sua actividade, concentrando a sua atenção no hospital, não conseguindo evitar, todavia, as ameaças de encerramento em diversas ocasiões. A conjuntura política nacional e o seu reflexo no quotidiano da instituição contribuíram também para agudizar a instabilidade em que a instituição se encontrava. A Misericórdia sobreviveu, mas teve de desenvolver uma luta feroz para se manter em actividade.

Our paper seeks to analyse the performance of the *Misericórdia* – charity and welfare institution – of Vila Viçosa during the Constitutional Monarchy, and highlights the state of impoverishment of this brotherhood and its fight for survival. In the wake of reduced income, especially with collection constraints and growing expenditure, in the health sector in particular, the *Misericórdia* was forced to make cuts in several sectors of its activity, while concentrating its efforts in the hospital and facing on several occasions the threat of closing. National political events and their impact on the institution's operations caused it even greater instability. The *Misericórdia* survived, but was forced to fight a fierce battle.

Palavras chave/Keywords:

Misericórdia; Vila Viçosa; Crises; Monarquia Constitucional.

Misericórdia; Vila Viçosa; Crises; Constitutional Monarchy.

Introdução

A história da Santa Casa de Vila Viçosa é longa e encontra-se profundamente marcada pela Casa de Bragança. Sem se conhecer a data da sua fundação, sabe-se que estava em funcionamento em 1510, quando o duque D. Jaime ordenou a passagem do hospital do Espírito Santo para a sua administração.

Nos 500 anos de existência assistiu a boas e más fases, a momentos de expansão e contracção, mas nunca até então tinha experimentado um período tão alargado de depressão e crises como o conhecido durante a Monarquia Constitucional.

Situada na sede da Casa de Bragança, esta confraria recebeu desde sempre o maior apoio dos duques, seus senhores, designados, durante toda a sua história, pelos irmãos como fundadores, provedores e protectores. As fontes não permitem afirmar se foram os seus fundadores, embora não duvidemos que de uma ou de outra forma estivessem presentes no momento da sua criação. Quanto a terem sido provedores, só existe menção da presença de D. Filipe, no ano de 1598-1599, na provedoria, mas sobre a protecção que dispensaram à Misericórdia, a documentação comprova-a em toda a sua extensão. Desde D. Jaime, passando por D. Teodósio I, D. João I, D. Teodósio II e D. João II, todos os duques e duquesas dedicaram um especial carinho à Misericórdia da vila. Não apenas fizeram transitar instituições que tinham criado para a Misericórdia, como aconteceu com o hospital do Espírito Santo, em 1510, o “hospital dos males”, em 1611 e o colégio dos meninos órfãos, em 1558, como a coroaram de benefícios durante a vida e depois das suas mortes. Deixaram-lhe muitos legados para todas as suas áreas de acção, mas principalmente dotaram-na de um capital simbólico que lhe confere singularidade no panorama das Misericórdias portuguesas¹.

Embora os senhores da Casa de Bragança tivessem um apreço especial pela Misericórdia da sede da sua Casa, a acção que desenvolveram nas Santas Casa do seu senhorio, apesar de ter sido mais interventiva nas terras

¹ Para este assunto consulte-se ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 172-173.

alentejanas, procurou acompanhar a acção da Coroa em período de reforma da assistência em Portugal².

O poder dos duques na Santa Casa de Vila Viçosa era tão grande e de tamanha profundidade que a confraria mais parecia uma sucursal da Casa de Bragança. Os duques ordenavam, despachavam para se cumprir, ditavam formas de governação, mandavam gastar para eles pagar, nomeavam assalariados, ordenavam a escolha de certos homens nas eleições para ocuparem os principais cargos, etc. Cumpriam-se as ordens dos duques em todos os sectores de actividade.

Com a sua partida para Lisboa em 1640, a Misericórdia perdeu o patrocínio directo e a presença física dos duques que a tornavam mais forte e favoreciam o seu desenvolvimento. Apesar do forte arrepio que sentiu, a relação de proximidade manteve-se durante o reinado de D. João IV, também ele seu irmão. Após a sua morte e com uma relação mais distante com os seus descendentes, a Misericórdia conheceu um período diferente, por não poder contar com o patrocínio directo dos duques, agora reis, mas também porque se viu desfalcada dos seus principais homens, que integravam a corte ducal e partiram com D. João II, futuro rei D. João IV para Lisboa. Por outro lado, viu-se envolvida na laboriosa e desgastante tarefa de curar militares no seu hospital.

À semelhança das restantes Misericórdias, conheceu no século XVIII, sobretudo na segunda metade, sinais de uma crise que se mostrará muito mais intensa na centúria seguinte: quebra nos legados³, problemas internos no sector dos assalariados, fraudes eleitorais, crise na cobrança de foros, rendas e pensões, enfim, desprestígio e pouco dinheiro. Na última década de Setecentos, a guerra Peninsular abalou a confraria, quando viu novamente o seu hospital encher-se de homens do exército. A sua situação geográfica e as lutas travadas no Alentejo tornaram a fronteira de Elvas frágil e aumentaram

² Veja-se para esta matéria ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – As Misericórdias quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança. In *Actas das II JORNADAS SOBRE AS MISERICÓRDIAS QUINHENTISTAS*. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel, 2009, p. 35-58.

³ A propósito da legislação pombalina e das suas repercussões nestas instituições leia-se LOPES, Maria Antónia - A Intervenção da Coroa nas Instituições de Protecção Social de 1750 a 1820. *Revista de História das Ideias*, volume 29 (2008) 136-140.

as necessidades de a defender, bem como as terras vizinhas. Como se não bastasse, as invasões francesas prolongaram a presença do corpo do exército, porque a vila foi invadida.

Desde o século XVII que a confraria estava habituada à presença de militares, quer como doentes, quer como irmãos e até como gestores, mas nunca lidou muito bem com os atrasos nos pagamentos, devido à cura dos seus homens no hospital, que o exército teimava em arrastar. O desgaste causado nos confrades era muito grande e a falta de ingressos passou a ser gritante após a instalação do governo Liberal.

De um período de fulgor e protecção inicial que se prolongou entre 1510 e 1656, passou a um outro de menor esplendor e com sinais de crise, na segunda metade do século XVIII e duas primeiras décadas do século XIX, para finalmente mergulhar numa crise profunda, apenas com salpiques de alívio, como foram parte das décadas de 70 e 80 de Oitocentos, até à instauração da República.

Os quase 100 anos de Monarquia Constitucional pautaram-se por uma luta feroz de sobrevivência, sendo a confraria amparada em muitos momentos pelos mesários e mesmo assalariados, pagando dos seus bolsos algumas despesas da instituição, por esta estar praticamente falida. Por outro lado, alguns governadores civis mais contemplativos e diligentes, anuíam aos seus pedidos. Finalmente, uma vez mais a Casa de Bragança, sob a forma de Casa Real, ia amparando como podia a confraria, visitando-a e deixando marcas da sua presença. No século XIX e inícios do seguinte, D. Maria II, D. Pedro V, D. Luís, D. Carlos e D. Amélia regressaram a Vila Viçosa e acarinharam novamente a Santa Casa. As visitas de D. Carlos e de D. Amélia tornaram-se mais frequentes à vila e D. Amélia esteve por várias vezes na Misericórdia, tornando-se desejada e muito acarinhada. A rainha fazia gosto em estar entre os confrades, em conviver com os empregados e em falar com os doentes, enquanto a sua presença alimentava uma forma de humanismo e filantropia que os irmãos desejavam imitar.

Com a passagem destes monarcas pela Santa Casa vieram também as doações, marcando uma nova fase da confraria. Numa situação muito difícil, os irmãos pediam ajuda aos monarcas, que nunca deixaram de os socorrer. Embora em tempos bem distintos, as ajudas recebidas não resolviam os problemas da instituição como anteriormente, mas conferiam-lhe novamente

força anímica e deixavam marcas da Casa Real, avivando o patrocínio e o prestígio de uma instituição em luta pela sobrevivência.

Foi a mudança política, ocorrida em 1820, que causou pequenos e grandes sobressaltos à Santa Casa. Em primeiro lugar, desde logo, pelo seu alinhamento ao lado de D. Miguel. A análise da notícia exarada em acta de vereação, em 1828, da chegada de D. Miguel é bem demonstrativa do apoio e dos seguidores que tinha na vila⁴. Elogiado como um herói, este filho de D. João VI era visto em Vila Viçosa como o salvador, que era preciso apoiar.

Os confrontos entre liberais e absolutistas terão eco muito vivo na Santa Casa e tal como no panorama nacional, os ânimos só se acalmaram na década de 50. Posteriormente, serão os efeitos do rotativismo partidário e do republicanismo a causarem instabilidade na confraria.

Com enormes gastos no sector da saúde, dependente de foros e rendas que não cobrava por falta de capacidade financeira dos foreiros, sem a participação financeira da Casa de Bragança, com gestões ruinosas e pouco interventivas e fustigada pelos ventos liberais que a obrigaram a profundas mudanças, a Santa Casa entrou num período de quase um século em que foi confrontada várias vezes com a ameaça de fechar as portas.

Os modelos de gestão

A Misericórdia governava-se desde 1806, como todas as suas congéneres, pelo compromisso de 1618 da Misericórdia de Lisboa, mas rapidamente se percebe que não se respeitava, desde logo no processo de escolha dos corpos gerentes, matéria de grande sensibilidade em todas as instituições. Em 1810, a Mesa reuniu-se para equacionar a permanência dos mesmos irmãos na direcção dos destinos da Casa no ano seguinte, pois todos tinham “mostrado grandeza no serviço da mesma”. A questão colocava-se enquanto não chegava a resposta do monarca sobre um pedido que lhe tinha sido dirigido pelo escrivão para proceder a novas eleições, uma vez que o provedor estava ausente no estrangeiro e o *escrivão-provedor* encontrava-se já cansado,

⁴ Arquivo Municipal de Vila Viçosa (doravante AMVV), *Livro para os Autos de vereação da Camara de Villa Viçosa 1827-1828*, nº 814/VE. 79, fls. 26-27.

mas não sabia como proceder, devido ao provedor ser vitalício. Esta figura não estava contemplada no compromisso, mas por ter sido designada pelo regente, ninguém ousava contrariar.

Depois de resolvida a questão, a normalidade regressou até 1820. Com a criação dos governos civis pelo Estado Liberal, em 1834, a sua acção começou a sentir-se nas misericórdias. Em Novembro de 1835, o administrador do concelho de Vila Viçosa, cumprindo uma directiva do governador civil, pediu à Misericórdia o envio, com a maior urgência, dos livros de receita e despesa, o compromisso e os tombos. A Santa Casa enviou 6 livros de tombos e um livro de receita e despesa, iniciado em 1828⁵. Em curso estava uma estratégia de averiguação e controlo por parte do Estado a estas confrarias, conferindo enorme visibilidade aos administradores dos concelhos, governadores civis e juntas de distrito⁶.

A esta solicitação seguiram-se outras para procurar conhecer a situação financeira da instituição. Os pedidos do governador civil de Évora vinham na sequência da portaria de 2 de Setembro de 1838 que ordenava a todos os representantes do poder central que tomassem contas aos hospitais, misericórdias e a outros estabelecimentos pios. O Estado visava eliminar os abusos e a má gestão que grassavam em muitas destas instituições e dotou os seus agentes de poderes para poderem intervir e proceder a alterações na sua administração. Procurava pôr cobro às deficientes administrações que se perpetuavam em muitas misericórdias, desfalcando o seu património⁷. O Estado, através dos seus agentes, implementava uma gestão mais rigorosa e eficaz, colocando pessoas consideradas capazes de uma administração menos perdulária⁸.

⁵ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Livro de actas 1823-1839*, fls. 28v.-29.

⁶ Veja-se para este assunto LOPES, Maria Antónia; PAIVA, José Pedro – Introdução. In PAIVA, José Pedro (coord. científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. 8. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2010, p. 8.

⁷ Sobre o desmazelo da administração da Misericórdia de Mértola veja-se FERREIRA, Manuel Gomes Duarte - *A Santa Casa da Misericórdia de Mértola (1674-1834)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2008. p. 78. Dis. de mestrado policopiada.

⁸ A nomeação de uma comissão administrativa em 1842 para a Misericórdia de Castelo Branco tinha por objectivo travar as irregularidades e a má gestão efectuadas pelas sucessivas Mesas. Consulte-se SILVA, H. Castro e - *Misericórdia de Castelo Branco. Apontamentos Históricos*. Castelo Branco, s. e., 1958. p. 208-210.

Da análise da documentação enviada e das informações colhidas, resultou a dissolução da Mesa da Misericórdia em Vila Viçosa e a nomeação de uma comissão administrativa em 31 de Outubro de 1839⁹. O novo órgão dirigente era composto por cinco elementos, mas a sua vida foi conturbada, com saídas e entradas de homens para a governação.

As inúmeras dificuldades tidas pela comissão prenderam-se com a falta de colaboração dos antigos e dos novos mesários¹⁰, que teimavam em rejeitar este modelo que lhes tinha sido imposto. A comissão manteve-se em funcionamento até 1845, travando imensas dificuldades, devido às dívidas existente e à falta de verbas. Neste ano, votaram a fazer-se eleições, mas depois de eleita uma Mesa com grande custo, novamente a Misericórdia entrou em conflito por ter que obedecer ao modelo imposto pelo governador civil, ou seja, seguir a estratégia da antiga comissão. Os tempos foram muito complicados e com sucessivas demissões de irmãos que se recusavam a ocupar os cargos. Em 1850 o modelo de gestão voltou a alterar-se com a presença de uma nova comissão administrativa que se manteve até 1865. Durante esse período, a confraria atravessou uma das crises mais profundas. A presença da cólera em força na vila e nos arredores, a crise cerealífera em 1856, a falta de cobranças e os gastos no sector hospitalar paralisaram a instituição e manteve-se sob a ameaça de encerramento. As dívidas eram tantas que vários irmãos tiveram que recorrer ao seu bolso para pagar as contas da instituição e, como não chegou, foi preciso efectuar um empréstimo a um banco do Porto. Nunca a Misericórdia tinha passado por uma situação tão aflitiva e tão comprometedora. A Santa Casa esteve praticamente parada durante quase dois anos. A comissão reunia para nada decidir e apenas visitava as enfermarias, devido ao cuidado e rigor necessários ao combate à cólera.

Apesar das críticas sentidas em 1854 pelo Conselho de Distrito à actuação da comissão, ela enfrentou uma das piores crises da Misericórdia na década

⁹ Nesta data, a Misericórdia do Alandroal passou também a ser gerida por uma comissão administrativa. Consulte-se MARCOS, Francisco Sanches - *História da Misericórdia do Alandroal*. Alandroal: Santa Casa da Misericórdia do Alandroal, 1982. p. 53.

¹⁰ Embora o modelo inicialmente pensado atribuísse à comissão apenas os actos administrativos e à Mesa a gestão do sector religioso, os mesários recusaram-se a participar nesta forma repartida de poderes, entrando em colisão com a comissão, ficando esta com todas as funções.

de 50. Geriu-a no meio de dificuldades e sem dinheiro. A sua gestão ficou marcada pelo aumento de doentes, pela epidemia de cólera, pelo tratamento de muitos militares e pagamentos muito atrasados, foros, rendas e pensões sem serem pagos e apenas satisfeitos com enormes dilações, tendo de cortar nos ordenados dos empregados e diminuir as formas de assistência em curso.

Com novos estatutos em 1881, devido à letra morta que era feita sobre os de 1618, como os confrades rasgadamente assumiam, a Misericórdia conheceu tempos mais serenos, embora com eleições marcadas por lutas violentas entre apoiantes dos partidos regenerador e progressista e com uma intervenção muito forte do administrador do concelho nos seus assuntos internos. A Misericórdia estava dividida pelos partidos, como esteve durante os anos 30 e 40 entre liberais e absolutistas.

A grave situação vivida com a crise financeira de 1891 e o corte nos juros das inscrições de dívida pública no ano seguinte desfalcaram a instituição. Os abusos, os incumprimentos, a subida dos preços dos produtos, a inflação e a falta de dinheiro tornaram a Misericórdia numa instituição pouco atractiva, conhecendo-se demissões de membros que estavam em desacordo com o rumo que esta seguia. Por outro lado, o tribunal da Junta de Distrito agia contra os dirigentes obrigando-os a pagar multas pelo incumprimento dos orçamentos. Enfim, restos de um século muito tumultuoso que deixou a Misericórdia à beira do abismo uma vez mais.

As eleições de 1897 foram novamente problemáticas. Nas primeira e segunda reuniões não houve *quorum*, tendo sido dado conhecimento ao administrador do concelho da ocorrência para saber como proceder, uma vez que as possibilidades estatutárias estavam esgotadas. Em consequência foi nomeada uma comissão administrativa, e sob a ameaça da Santa Casa ser dissolvida, o governador civil determinou que esta se reunisse em Assembleia Geral para alterar os estatutos e, desta forma, prevenir-se para ocasiões em que não houvesse eleições por falta da comparência dos irmãos. Aparentemente o que estava em causa era a falta de irmãos para constituir a Mesa, mas na verdade para além deste ponto muitos outros foram alterados nos estatutos de 1881, provando que era necessário proceder a outras mudanças. Por outro lado, as condenações do tribunal da Junta de Distrito em 1902, dos dirigentes desde 1894 a 1897, provam as irregularidades existentes e a falta de condições de governabilidade de uma instituição à

beira da falência. Depois de 1902 voltou-se ao regime anterior e as Mesas eleitas deram sequência aos destinos da confraria até à República, embora num contexto de grande depressão e crise financeira.

Vulnerável em todos os campos, a Misericórdia tornou-se durante a Monarquia Constitucional um terreno fértil para os grupos e homens ambiciosos que desejavam servir-se deste patamar de poder para acumular prestígio local. As lutas políticas e a debilidade financeira em que esta se encontrava facilitaram estas condições, contribuindo para maior ruína e descapitalização da instituição.

Governar uma Casa com fracos recursos

Como bem refere Maria Antónia Lopes, as mudanças trazidas pelo Liberalismo a estas instituições decorrem de dois planos distintos: os cidadãos passaram a ter direito à assistência, enquanto o poder central se arrogava do direito de intervir mais frequentemente procurando produzir melhor efeito¹¹.

O pedido da relação de bens em 1828 pelo governador civil de Évora estava já associado à necessidade do Estado conhecer, como já referimos, melhor a extensão dos bens das instituições, bem como as obrigações que lhe estavam associadas¹².

A análise dos livros de receita e despesa, bem como o compromisso foram novamente solicitados com urgência em 1835 pelo administrador do concelho. Curiosamente, num rol de livros enviados ao governador civil de Évora apenas se encontrava um do século XIX. Todos os restantes eram tombs feitos entre os séculos XVI e XVIII¹³.

¹¹ Consulte-se LOPES, Maria Antónia - As Misericórdias de D. José ao final do século XX. In PAIVA, José Pedro (coordenador científico) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. vol. I..., 2002, p. 86.

¹² Arquivo Distrital de Évora (doravante ADE), Fundo da Provedoria da Comarca, *Relação de todos os bens que esta Santa Caza da Mizericórdia de Villa Viçozza actualmente, 1828*, não paginado.

¹³ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Livro de actas 1823-1839*, fls. 28v.-29.

A tarefa do administrador do concelho não era fácil, porque se via confrontado com muitas resistências. Queixava-se Caetano José Alves de Araújo, em 1835, ao governador civil que lutava

“[...] contra dificuldades innummeraveis, Muitas, hé visivel contem este negocio em si; mas outras muito maiores tenho a constatar da crença em que estão homens que figurão nas confrarias e das quais se crem proprietarios, e a taes personagens he quasi impossivel arrancar as noções com que devo encher as folhas e muito mais difficil bem conhecer os abusos que se me mandão descrever”¹⁴.

A Misericórdia estava incluída nas confrarias que o administrador do concelho referia. Também ali, os confrades mandaram os documentos a contragosto, demonstrando o seu não alinhamento com as novas directivas do Estado Liberal. Os irmãos respondiam às solicitações feitas pelo administrador do concelho tardiamente, adoptando medidas dilatórias e, neste começo do regime Liberal, apenas após a consulta de juristas para saberem da obrigatoriedade de darem a conhecer a sua vida interna.

O pedido de mapas, livros, róis de dinheiro, de propriedades e bens era constante por parte do representante do poder central e visava conhecer os rendimentos da instituição. A Misericórdia respondia favoravelmente, mas deixava transparecer algum incómodo. Esta política sentia-se em todas as Santas Casas e tinha como objectivo um maior controlo por parte do Estado Liberal, que não apenas as geria com homens afectos ao seu poder político, como procurava medir a sua capacidade de contribuição para o Estado.

À complicada situação financeira da Misericórdia após a guerra das Laranjas e as invasões francesas, sucederam-se anos difíceis com as guerras civis. O estado das finanças do país era muito gravoso, em virtude dos custos dos conflitos e dos empréstimos avultados que foi necessário contrair para lhe fazer face, tendo-se agravado fortemente a dívida pública nacional.

¹⁴ ADE, Fundo do Governo Civil, cx. 1013, *Correspondência 1835*, documento avulso, não paginado.

À situação financeira do tesouro público, juntava-se a instabilidade política, que em nada favorecia o quotidiano das instituições e da população¹⁵.

A Santa Casa reconhecia graves problemas e alguma desordem no sector das cobranças e não conseguia efectuar os pagamentos. Recorria ao tribunal para obrigar os foreiros a pagar, procedia a alguns perdões, mas como estava quase totalmente dependente das cobranças dos inúmeros foros que possuía, o desgaste era enorme e não dava descanso a ninguém. O administrador do concelho cansava-se a dar ordens expedidas pelo governador civil, a Misericórdia recriava formas de conseguir arrancar o dinheiro e os géneros aos foreiros¹⁶, mas com gastos cada vez maiores no sector da saúde e sem o financiamento da Casa de Bragança, não apenas teve de reduzir ao máximo as despesas, cortando no salário dos empregados, no número de doentes e nas festas realizadas, como ficou praticamente paralisada durante alguns anos em meados do século¹⁷.

Os mesmos ecos de penúria eram sentidos na Câmara que também se desdobrava em esforços para conseguir ajudar os mais necessitados do concelho, sobretudo em épocas de carestia e de doença.

O dinheiro que ia chegando à Santa Casa era canalizado de imediato para efectuar pagamentos, quer aos funcionários, quer aos fornecedores. A inexistência de um fundo de maneio no cofre fazia com que o numerário entrasse e saísse com muita rapidez, deixando novamente desprevenida a instituição. Foi esta necessidade que levou a Santa Casa em 1841 a solicitar a D. Maria II autorização para poder vender quatro títulos de dívida pública sem juros, no valor de 2.369.716 réis para, com o seu rendimento, poder fazer face a várias despesas¹⁸.

¹⁵ Para este assunto consulte-se SILVA, António Martins - A vitória do Liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo. In MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*. Quinto volume. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 99-100.

¹⁶ Nesta altura, mandava o seu procurador às feiras onde sabia estarem presentes os seus devedores, procurando cobrar os foros e as rendas em dívida.

¹⁷ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Livro de actas 1839-1847*, fl. 8v. Os problemas que surgiam com as várias propriedades eram muitos e de diferente índole. Em 1837 em virtude da morte de um foreiro, um seu irmão ficou com a parte que este tinha de uma propriedade, sendo, no entanto, necessário que a Santa Casa o reconhecesse como tal. *Vária*, documento avulso não paginado.

¹⁸ A resposta enviada pelo governador civil de Évora foi favorável, tendo mesmo afirmado considerar a atitude justa, para a Casa poder acorrer às muitas despesas da sua

Para manter as portas abertas, irmãos e funcionários iam emprestando dinheiro à instituição, uma vez que as cobranças não aconteciam e a morosidade da justiça impedia execuções com a rapidez que a confraria necessitava. Por outro lado, cerravam-se fileiras com o exército que não pagava os tratamentos dos militares com a celeridade que o cofre da Misericórdia precisava, obrigando-a a uma correspondência contínua e muito desgastante entre o comandante do regimento de cavalaria n.º 3, que tinha sede em Vila Viçosa, os pagadores de Elvas e de Évora, o governador civil, a quem se pedia intercessão para acelerar o processo, e o ministro da Guerra. Enfim, um bater de portas interminável que pouco resolvia, mas que não deixava descansados todos os que amiudadamente recebiam os ofícios da Santa Casa. Mas porque não pagava o exército? Nem sempre as razões foram clarificadas, mas por várias vezes, o pagador da 7.ª divisão de Évora assumiu a falta de fundos no cofre do Estado, informando despacho favorável, logo que possível. De nada valia esta resposta à confraria e não se satisfazendo com ela, porque tinha anos de atraso nos pagamentos, a Misericórdia reiniciava a peregrinação e com novos dados, porque as dívidas iam crescendo com a continuada cura de militares, batia novamente às portas dos órgãos do Estado para não encerrar as suas.

A situação de Misericórdia reflectia o estado a que o reino tinha chegado. A mobilização de recursos para fins bélicos destinados primeiro ao combate às invasões francesas e depois à pacificação do reino, aquando das guerras civis, terá contribuído para a sua não aplicação no sector produtivo e marcado toda a primeira metade do século XIX. A acumulação do défice público empurrou o reino para a contracção de empréstimos no exterior, em condições nada benéficas para Portugal¹⁹.

A Misericórdia foi obrigada a contrair um empréstimo de um conto de réis, como já referimos, para pagar a dívida passiva, porque já não tinha fornecedores que adiantassem os produtos. A dívida passiva da Santa Casa era, em 1856, de 2.501.289 réis e a dívida activa de 1.987.488 réis.

responsabilidade. ADE, Fundo do Governo Civil, cx. 987, *Documentos de despesa de 1839*, não paginados.

¹⁹ Veja-se MATA, Maria Eugénia - As crises financeiras no Portugal Contemporâneo. Uma perspectiva de conjunto. In MATOS, Sérgio Campos (org.) - *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 33-34.

O orçamento procurava suportar o descalabro das contas no elevado número de doentes que afluía ao hospital e na carestia de todos os géneros, enquanto a comissão administrativa afiançava assistir com mágoa a esta situação, dizendo não a poder resolver no futuro próximo, mas garantia tudo fazer para resolver o possível²⁰.

Não foi fácil convencer o tribunal da Junta de Distrito da necessidade da contracção do empréstimo. Foi preciso justificar, mandar elementos comprovativos das dívidas, livros e papéis para o empréstimo ser autorizado. Os juros eram muito elevados e talvez temesse a falta de capacidade da instituição para o poder pagar. Depois deste, outros se seguirão para fazer face às dívidas que transitaram para tribunal.

Com a lei de desamortização de 1866 a Misericórdia serenou um pouco, porque desapareceu a pressão que mantinha sobre os foreiros, embora a posse de foros e rendas se mantivesse, mas em número muito reduzido quando comparado com os existentes até então. Com o dinheiro obtido com a venda em hasta pública das propriedades foram compradas inscrições de dívida pública, cumprindo a lei, e a Misericórdia passou a contar com os juros bianuais dessas inscrições. Era um rendimento seguro, a que se juntaram alguns legados, mas também acções judiciais contra a falta de pagamento da Santa Casa quer aos irmãos que emprestavam dinheiro, como era o caso do tesoureiro, quer aos fornecedores.

Uma outra crise foi vivida entre 1868 e 1871. Novamente, o agravamento da pobreza se reflectia na Misericórdia que desde há muito agonizava. Dificuldades de cobrar os foros e rendas, dívidas acumuladas e, conseqüentemente, mal-estar na Santa Casa. Despesas que cresciam sem serem pagas, salários atrasados, pagamentos aos fornecedores em lista de espera, enfim, uma situação de grande aflição financeira, que uma vez mais punham em causa a sobrevivência da instituição.

Neste período, o decréscimo das receitas no cofre do Estado, assim como as dificuldades nas cobranças dos impostos, terão contribuído para agravar a situação financeira do Estado²¹. A agravar esta situação juntava-se uma

²⁰ ADE, Fundo do Governo Civil, cx. 983, *Orçamento de receita e despesa 1856-1857*, documento avulso, não paginado.

²¹ MATA, Maria Eugénia - *As crises financeiras no Portugal Contemporâneo...*, cit., p. 39.

crise política que se estendeu entre 1868-1871²². A este período seguiu-se um outro de alguma acalmia, mas a situação de Misericórdia continuava muito débil.

A última década do século XIX e a primeira do seguinte foram marcadas pela penúria que se instalou novamente na confraria. O golpe mais duro foi sofrido em 1892 com a redução de 30% nos juros das inscrições de dívida pública. Os mesários, preocupados por ser este o seu principal rendimento para fazer face ao que consideravam ser uma “elevadíssima despesa feita em medicamentos com os doentes pobres socorridos pela Misericórdia fora do hospital”, decidiram, por unanimidade, socorrer somente fora do hospital os doentes que fossem tratados pelos facultativos da Casa²³. Já no ano anterior, a Mesa tinha mostrado grande preocupação com os gastos efectuados com os medicamentos dos doentes que se tratavam no seu domicílio. Os cortes eram inevitáveis e decorriam da asfixia financeira da Misericórdia.

Esta situação decorria do colapso em que se encontravam as finanças públicas e o sistema bancário nacional que arrasaram as finanças da instituição.

O Banco de Portugal viu-se impossibilitado de pagar os juros da dívida pública e abandonou o “padrão-ouro” em vigor desde 1852. Em consequência, o governo foi obrigado a reduzir os juros da dívida pública em 30%, em 1892. “O Estado, que deixou de conseguir financiar-se pela captação de ouro dos particulares, passou a recorrer à emissão de papel-moeda, o que significava pagar as despesas correntes com notas de valor fictício, declarando o seu curso forçado, aumentando desta forma as tendências inflacionistas”²⁴.

²² Para um maior desenvolvimento sobre este assunto consulte-se SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge - *D. Luís*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 161-186.

²³ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Livro de actas 1882-1896*, fls. 158-158v.

²⁴ Para este assunto leia-se FERNANDES, Paulo Jorge - Política económica. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) - *História Económica de Portugal 1700-2000. O século XIX*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005, p. 413-414. Para uma análise mais aprofundada da crise de 1891 consulte-se LAINS, Pedro - A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos. In MATOS, Sérgio Campos (org.), *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX...*, p. 57-60; MATOS, Sérgio Campos - A crise do final de Oitocentos em Portugal. In Matos, Sérgio Campos (org.) - *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX...*, p. 100-104.

A crise instalou o pânico e a descrença no sistema bancário e obrigando, em 1896, a uma maior intervenção do Estado neste sector²⁵.

A lei de 26 de Fevereiro de 1892 desferiu um rude golpe nas Misericórdias ao reduzir em 30% os juros das inscrições de dívida pública, onde tinham investido os seus capitais²⁶. O embate desta lei nas diferentes Misericórdias está ainda por estudar, recorde-se, aliás, o imenso caminho que é necessário percorrer para se conhecer o funcionamento destas instituições nos séculos XIX e XX, todavia, numa Santa Casa que desde há muito lutava com gravíssimas dificuldades, sentir uma redução de 30% nas suas receitas foi brutal e desde logo a impediu de continuar a ter farmácia, sendo obrigada a arrendá-la. Mas as consequências fizeram-se sentir a outros níveis. Sem se conseguir erguer, a Misericórdia, para não encerrar, foi novamente gerida por uma comissão administrativa, mantendo-se numa agonia profunda até à República com vários orçamentos suplementares por ano, vivendo de subsídios do Estado e de particulares, por não conseguir organizar as suas finanças.

A beneficência da Santa Casa

Se compararmos a assistência praticada pela Misericórdia de Vila Viçosa na Época Moderna com a existente durante a Monarquia Constitucional, verificamos que ela se reestruturou, sendo, simultaneamente, reduzida.

A Santa Casa foi ao longo do século XIX e primeira década do XX, e em virtude das condições muito difíceis em que se encontrava, deixando de praticar algumas obras de beneficência. Este afunilamento ficou a dever-se às duras condições de sobrevivência que conheceu no período em estudo.

²⁵ NUNES, Ana Bela; VALÉRIO, Nuno - Moeda e bancos. In LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.) - *História Económica de Portugal 1700-2000. O século XIX...*, p. 294-298.

²⁶ Leia-se para este assunto LOPES, Maria Antónia - *As Misericórdias de D. José ao fim do século XX*, cit., p. 89.

Mau grado a laicização da assistência, as práticas de caridade das Misericórdias, de outras confrarias e da Igreja, permaneceram ao lado das de instituições laicas e das exercidas pelos particulares durante este período²⁷.

Em primeiro lugar, deve ter-se em consideração a ajuda aos aposentados²⁸. A Santa Casa deixou de aceitar pessoas com este estatuto em 1851, embora formalmente só o tenha declarado em 1859, o mesmo se passou relativamente a outras esmolas enviadas a pobres, as quais terminaram em 1854. As ajudas mandadas para a criação de crianças de leite desaparecem, em 1868. As cartas de guia foram suspensas em 1856, mas permaneceram, a muito custo até 1860. Na teoria elas continuaram a existir, mas não há menções sobre a sua passagem a partir desta data. Esta prática foi posteriormente retomada e o compromisso de 1881 confere ao provedor a faculdade de as passar, excepto para Lisboa²⁹. A regularidade foi estabelecida em 1886, quando a Santa Casa passou a contratar um homem para conduzir os doentes com cartas de guia para as localidades vizinhas do Alandroal, Juromenha e Borba, circunscrevendo o auxílio destes pobres a estas terras, uma vez que nelas podiam renovar o pedido a uma instituição congénere. A partir de 1897 não há mais sinais da passagem destes documentos.

A festividade da semana santa manteve-se, mas as esmolas que se costumavam entregar na quinta-feira aos pobres estiveram suspensas entre 1839 e 1845, sendo posteriormente retomadas até à República, embora tivessem sofrido cortes substanciais e permanecessem, em parte, devido ao pagamento dos mesários e dos particulares. Os ofícios pelas almas dos irmãos, benfeitores e sepultados no cemitério da Casa também se mantiveram até à República, apesar do sector religioso ter sofrido uma enorme redução e assistido à perda de influência.

A Misericórdia ganhou mais um grupo de pobres, quando no século XIX foi confrontada com a necessidade de enviar uma quantia de dinheiro à Câmara para a despesa com as amas dos expostos. Fê-lo sempre com grande

²⁷ Leia-se a propósito TEIXEIRA, Maria Elvira - Assistência. Do fim da Monarquia ao Estado Novo. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. p. 149.

²⁸ A Misericórdia recebia alguns idosos pobres, que recolhia, e aí permaneciam até à morte.

²⁹ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Compromisso da Misericórdia de Villa Viçosa, 1881*, não paginado.

incómodo, porque vivia uma situação financeira afiliva, mas também porque não se considerava obrigada pela lei. Conseguiu um corte substancial no montante que lhe tinham inicialmente imposto e ainda na década de 40 do século XIX deixou de enviar essa quantia à Câmara.

A assistência aos presos também se manteve, ainda que no novo enquadramento legislativo. A Misericórdia continuou a cumprir o ritual de enviar o jantar aos encarcerados no dia de quinta-feira santa, mas procurava passar responsabilidades para outros poderes quando era contactada para maiores contribuições.

Apesar das dificuldades sentidas, a Misericórdia continuou a combater a doença, a pobreza e a ajudar na morte, na invalidez, na orfandade e na velhice. Só quando não foi possível, restringiu a sua prática e concentrou-se quase somente no tratamento à doença e na ajuda a alguns pobres na semana santa. Confrontada com necessidades várias e perante a impossibilidade de as satisfazer, a Santa Casa assumiu preferencialmente a função de combater a doença e focalizou toda a sua atenção no hospital. Os irmãos assumiam mesmo que essa era a sua principal finalidade, deixando para segundo plano uma vertente a que sempre tinham dado relevo, a assistência domiciliária. Esta forma de ajuda permaneceu, mas muito secundarizada. Foi no hospital que se colocaram todos os cuidados e nele se gastou quase todo o dinheiro que existia no cofre.

Contrariamente ao verificado em outros hospitais, o de Vila Viçosa só conheceu o primeiro regulamento em 1840³⁰. Em 1852 foi elaborado outro regulamento que complementava o de 1840 e vinha na sequência das obras efectuadas nas enfermarias.

O regulamento procurou dotar o hospital de normas mais adaptadas às exigências de uma unidade de saúde reformada³¹. Trata-se de um corpo normativo mais alargado que o elaborado em 1840 e prova que o anterior não era suficiente, nem estava adequado às novas exigências da instituição. Por outro lado, não deixa de ser interessante verificar que entre 1510 e

³⁰ O hospital de Setúbal teve o primeiro regimento em 1779, seguindo-se outros no século XIX. Veja-se ABREU, Laurinda - *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage Editora, 1999, p. 391-392.

³¹ Para o efeito foi necessário proceder a um orçamento suplementar. ADE, Fundo do Governo Civil, cx. 983, Documento avulso, não paginado.

1840 o hospital funcionou sem qualquer regulamento e que no século XIX, num espaço de 12 anos, se elaboraram dois. Esta produção normativa se, por um lado, evidenciava a necessidade de regras, apontava também para o relevo conferido ao sector da saúde e à importância dada pela Santa Casa ao hospital, principal actividade da instituição.

As condições financeiras da confraria foram responsáveis pelas medidas tomadas ao longo dos anos pela Santa Casa no sentido de diminuir o número de doentes internados e os que se tratavam em suas casas. O crivo apertava-se sempre que crescia o número de internados, pedindo-se atestados aos párocos sobre a pobreza dos interessados e ordenando-se aos profissionais de saúde o despedimento de todos os que já não corriam perigo de vida. Em 1858, incapaz de fazer parar a escalada das despesas, foi deliberado não aceitar mais de 20 doentes no hospital: 12 de medicina e oito de cirurgia, tendo sido pedido ao médico e ao cirurgião o cumprimento desta medida. O médico João da Cunha Rivara e o cirurgião José António da Veiga prometeram respeitar a resolução tomada³², embora em alguns momentos estes limites tenham sido ultrapassados.

Com a restrição de ingresso no hospital, aumentaram os pedidos de tratamento ao domicílio, bem como as queixas sobre o tratamento recebido, facto que levou a comissão administrativa a escrever ao pároco de São Bartolomeu³³, explicitando os cuidados de saúde prestados aos domiciliados³⁴.

No final de 1864 foi acordado que se tratariam apenas 15 doentes no hospital de ambos os sexos, subtraindo cinco ao número anteriormente fixado. Os argumentos nada traziam de novo: inexistência de fundos para tratar mais enfermos. A medida foi tomada na presença dos facultativos do hospital, responsabilizando-os pela gestão e admissão dos doentes. Foi-lhes pedido rigor e minúcia na aceitação de enfermos, bem como a não ultrapassagem deste número sem “a necessidade absoluta o exigir”³⁵. A falta de recursos afectou vários hospitais neste período. Em Coimbra, a escassez

³² AMVV, Fundo da Misericórdia, *Livro de actas 1857-1860*, fls. 9v.-10.

³³ A Misericórdia e o hospital estavam localizados na paróquia de São Bartolomeu.

³⁴ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Livro de registo dos officios do copiadador expedidos pela Misericórdia 1857-1867*, fl. 16.

³⁵ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Livro de actas 1863-1868*, fl. 22.

de meios foi responsável por medidas tendentes a reduzir as despesas³⁶. De forma abrupta, a Santa Casa de Vila Viçosa ia descendo o volume de internados, demonstrando as dificuldades com que se confrontava para manter o hospital aberto.

A Misericórdia recebia dois tipos de enfermos: os que podiam pagar o seu tratamento, sendo curados em quartos particulares e os que eram tratados gratuitamente, por falta de condições económicas. Entre os primeiros, integravam-se as pessoas de posses, os militares, os mineiros da mina do Bugalho e alguns alienados que o hospital recebeu ao longo do período em estudo. Era um grupo variado que no princípio do século XX incluiu também os polícias destacados na vila. Todavia, os principais pagadores eram os militares, embora o dinheiro tardasse a chegar.

O compromisso de 1881 estabelecia o preço de 240 réis diários para os que estavam internados nas enfermarias e 400 réis para os instalados em quartos particulares. Todavia, o regulamento advertia para a necessidade de evitar vexames às pessoas que se viam obrigadas a pagamento e estavam impossibilitadas de o honrar, em virtude das dificuldades que passavam. A estes, segundo o compromisso, bastava a infelicidade da doença³⁷. Embora obrigatório, o pagamento devia ser efectuado com moderação, não estigmatizando os incapazes de o fazerem. Como se constatou ao longo do período em estudo, alguns doentes deveriam pagar a conta do seu internamento, mas como não tinham dinheiro, era com os seus bens imóveis que a confraria se via ressarcida, embora nem sempre esta solução fosse do agrado dos herdeiros.

Os hospitais eram sorvedouros de dinheiro e em Vila Viçosa constituía a principal fonte de despesas, todavia, era também uma interessante fonte de receitas, à semelhança, aliás, do que se passava desde o século XVIII.

Depois de serem aceites, os doentes estavam obrigados a cumprirem as regras internas e a adequarem o seu comportamento ao exigido. Em 1854 estabeleceu-se que depois de internados, os doentes deviam cortar o cabelo, fazer a barba e tomar banho de água quente, quando o seu estado de saúde

³⁶ Consulte-se LOPES, Maria Antónia - Os pobres e os mecanismos de protecção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do XIX. In *A História Tal e Qual se Faz*. Lisboa: Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003. p. 101.

³⁷ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Compromisso de 1881*, não paginado.

o permitisse³⁸. A preocupação com a higiene era agora maior e necessária, sobretudo junto dos grupos mais desfavorecidos da população que raramente cuidavam da higiene corporal. Esta medida era tomada nas vésperas do anúncio público da cólera na vila, tornando-se urgente proceder a medidas de higiene pessoal e colectiva.

Com problemas internos graves, a Misericórdia viu-se ainda obrigada a abrir mais uma frente de batalha na década de 70 de Oitocentos com o hospital de São José de Lisboa, devido aos doentes alienados que seguiam de Vila Viçosa para o hospital de Rilhafoles. Negando-se a assumir as contas enviadas pelo mordomo-mor do hospital de São José, a Misericórdia alentejana escudava-se em razões pouco sustentadas, alegando não ter passado cartas de guia para Lisboa desde 1852, mas o que é certo é que vários doentes alienados foram remetidos para Rilhafoles nas décadas de 60 e 70 e a Misericórdia foi obrigada a pagar as despesas, por ordem régia. De nada lhe valeu o tom sarcástico com que várias vezes tratou o mordomo-mor do hospital da capital e mesmo as dúvidas lançadas de forma intencional sobre a sua gestão. Pagou muito a custo e de forma parcelar, como lhe faziam os seus devedores, até à República, demonstrando a dificuldade que tinha em saldar as suas dívidas.

A solução encontrada em 1897 foi nomear uma comissão administrativa, mas também esta não fez milagres e decidiu cortar nos socorros aos pobres ajudados em casa e algumas despesas com as festividades da semana santa. A Misericórdia vivia neste momento da ajuda de beneméritos: os membros da comissão administrativa, cavalheiros e senhoras que a beneficiavam na ocasião em que era novamente ameaçada pelo governador civil de ser encerrada e os seus bens distribuídos pelo asilo e por outros estabelecimentos do concelho.

A Santa Casa aguentou-se, arrastando-se sem perspectivas de poder alterar uma conjuntura que lhe era desfavorável e a penalizava fortemente. Com dívidas acumuladas, gestores acusados de fraudes e não observância da lei, quebra abrupta dos rendimentos a partir de 1892, encerramento da farmácia em 1896, por falta de farmacêuticos que quisessem permanecer na vila, devido ao baixo ordenado que lhes era pago, e consequente

³⁸ AMVV, Fundo da Misericórdia, *Livro de actas 1847-1857*, fl. 60.

arrendamento após três anos, o hospital vivia tempos muito complicados no dealbar do novo século, embora se constituísse no principal eixo de beneficência da Santa Casa. A Misericórdia resumia-se praticamente ao hospital e, mesmo assim, chegou moribunda à República.

Considerações finais

Apesar dos cortes efectuados em vários sectores de actividade, a Misericórdia de Vila Viçosa ganhou a difícil luta pela sobrevivência, embora tenha chegado à República envolta em conflitos e quase falida.

Fortemente fustigada pelas mudanças políticas e pelas crises económicas e financeiras do reino, a Santa Casa ficou muito exposta às lutas políticas e, por várias vezes, se cindiu internamente. Situada no coração da Casa de Bragança, reagiu mal às inovações liberais e no final do século é clara a animosidade sentida contra os adeptos do republicanismo.

Vivendo principalmente de rendimentos de foros, rendas e pensões até à lei de desamortização de 1866, a Santa Casa esteve perto da falência sempre que a agricultura entrou em crise e surgiram epidemias. Depois, em 1892, com o corte de 30% nos juros das inscrições de dívida pública, sofreu um golpe de morte que a tornou dependente de benfeitores, praticamente paralisada e ameaçada de insolvência.

Muito permeável a factores externos e com uma situação financeira muito frágil, o caminho encontrado para sobreviver foi o de reduzir a despesa, deixando cair progressivamente formas tradicionais de assistência e concentrando-se quase exclusivamente no hospital.

Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Arganil do século XIX. Metamorfoses, elos e poderes*

Filipa Formigo

Licenciada em História pela Universidade de Coimbra

filipaf05@gmail.com

Texto recebido em/ Text submitted on: 24/02/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 07/05/2010

Resumo/Abstract:

Neste artigo propõe-se um estudo de natureza prosopográfica em torno das elites locais chamadas ao poder da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, salientando esta no contexto das Misericórdias Portuguesas do século XIX, os provedores dirigentes no mesmo período e as suas relações, poderes e conflitualidades. No século XIX, a Misericórdia de Arganil revela um evidente papel social na transmissão de influência e prestígio às elites locais, verificando-se uma gradual ruptura da hegemonia nobiliárquica e a ascensão de categorias profissionais com estatuto dignificante o que se traduz na emergência de conflitualidade pelo clero, grupo de maior domínio durante o período em análise.

This paper undertakes to study from a prosopographic perspective the local elites who were summoned to lead the *Santa Casa da Misericórdia* (Holy House of Mercy) of Arganil, against the backdrop of 19th century Portuguese *Misericórdias*, while focusing on the chairing ombudsmen and relevant connections, powers and conflicts. In the 19th century, *Misericórdia* of Arganil manifestly plays a social role in the transfer of power and prestige to the local elites, hereby witnessing a growing break in the hegemony of the nobility and the rise of professional categories which enjoyed a dignifying status, consequently originating conflicts among the clergy, the dominant social group at the time.

Palavras chave/Keywords:

Misericórdia; Arganil; Provedores; Elite; Poder local.

Misericórdia; Arganil; Ombudsmen; Elite; Local power.

* Este texto corresponde ao trabalho realizado no âmbito de um seminário da Licenciatura em História da FLUC, orientado pela Professora Doutora Maria Antónia Lopes. Agradeço a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para a sua realização. À Professora Doutora Maria Antónia Lopes, pela orientação dedicada e pelo constante estímulo nesse 2º semestre de 2008-2009. Ao senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, professor José Dias Coimbra, por me ter permitido o acesso a toda a documentação do Arquivo da Santa Casa. Ao senhor Director Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, Dr. Nuno Miguel Gomes, devido ao apoio e disponibilidade prestadas. À Professora Doutora Regina Anacleto, pelo olhar crítico e pelas suas recomendações. Ao senhor Jorge Pereira, pela atenção e amabilidade com que me recebeu e encaminhou na Biblioteca Municipal de Arganil.

Introdução

As elites superintendentes da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, mais concretamente os provedores, enquanto protagonistas da vida social arganilense do século XIX e, ao mesmo tempo, membros de uma poderosa organização promotora de estatuto social, são o tema principal do trabalho que se pretende desenvolver.

Sendo as misericórdias instituições que, pelos seus ricos séculos de história, atravessaram conjunturas das mais diversificadas que as obrigaram a mudanças que ditaram a sua sobrevivência, e sendo o século XIX um período de profundas mudanças no país, será interessante analisar de que forma essas progressivas alterações chegaram a um âmbito local manifestando-se também nas misericórdias. Para explorar esse objectivo, o ponto 1 será de contextualização histórica das Santas Casas no século XIX, a de Arganil em particular, a par das circunstâncias gerais condicionantes, sejam elas locais ou globais.

A caracterização do perfil dos provedores permite-nos questionar a capacidade selectiva da instituição. Para isso, será essencial perceber quais as características que se revelavam imprescindíveis a esse cargo, o que seria exigido na escolha do mais alto representante da instituição. Todavia, terá existido um grupo maioritariamente dominante? E que implicações houve para a direcção da Misericórdia? Será, neste caso, essencial um estudo prosopográfico dos provedores apurando qual o grupo social a que pertenciam, em que sector profissional estavam inseridos ou que tipo de formação detinham. Para tal, foi efectuada uma análise às diferentes fases que ditam as mais significativas mudanças a esse nível, durante todo século. Sendo que estas são determinadas pelo tipo de motivações para o cargo, um aspecto indispensável para compreender quaisquer alterações. Desta forma, o segundo ponto pretende abordar a temática dos provedores dirigentes da Santa Casa ao nível das suas funções, do seu poder simbólico e dos grupos sociais abrangidos.

Perante as problemáticas colocadas, outras, que permitem entender mais concretamente o grupo de provedores analisados, serão focadas no âmbito das relações que se estabeleceram. Existiria ou não uma oligarquia dominante, quer entre o cargo de provedor, quer entre outros cargos da mesa? Era notória

uma rede familiar? Para responder a estas questões é preponderante uma análise à rotatividade dos cargos e mandatos, correspondente à primeira parte do ponto 3. Uma das relações que se salienta como foco de observação, é a que existiria entre a Câmara e a Misericórdia. Seriam ou não duas instituições sem qualquer vínculo ao nível da sua liderança?

No entanto, sendo a Misericórdia uma instituição das mais poderosas ao nível local, não seria também um pólo gerador de conflitos? Em que é que consistiriam? As respostas a essas questões são o objectivo da última parte do terceiro ponto.

I. Misericórdia de Arganil no contexto das misericórdias portuguesas no século XIX

Nos finais do século XVIII, inícios do século XIX, a inflação foi violenta em Portugal. O país deparava-se com uma crise alimentar e comercial¹ provocada pela abertura dos portos brasileiros ao livre comércio, pelas ocupações estrangeiras a partes do Ultramar, por um comércio externo perturbado e por uma indústria em baixa produção. Estes factores levaram a um saldo negativo da balança comercial, a uma elevada subida dos preços e a que as finanças do Estado se afigurassem deficitárias, provocando, naturalmente, fortes impactos na economia nacional. Este panorama, em si prejudicial ao país, foi agravado pelo distanciamento do governo da cidade de Lisboa, transformando Portugal «numa colónia do Brasil e num protectorado da Grã-Bretanha»². Agravamento este ocasionado pelo contexto de sete anos de guerra com três invasões francesas.

Cada região do país sofreu as consequências tanto da crise como da guerra, que chegaram também às Santas Casas³. Rui Casção conclui que

¹ MARQUES, A. H. Oliveira – Conjuntura in MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX de *Nova História de Portugal* dir. por Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 544-607.

² *Idem, ibidem*, p. 545.

³ SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve das Misericórdias Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 74-80.

Arganil foi «uma das zonas mais afectadas dentro do Bispado de Coimbra»⁴ especialmente pela terceira invasão francesa, o que irá reflectir-se nas actividades usuais da Misericórdia, como se pode ler em assento de 1 de Julho de 1811:

«Determinou-se que em atenção ao compromisso pelo qual se devia hoje proceder a Eleição do Provedor e Officiaes, a que pelos tristes circunstancias dos tempos occasionados da guerra se não apresentarão todos os indivíduos necessarios para ella, ficasse servindo por aclamação o mesmo senhor Provedor e mais Officiaes e Irmãos da meza»⁵.

A estes acontecimentos seguiu-se a revolução liberal de 1820 e a contra-revolução. O período que se segue, de governação miguelista, vai caracterizar-se por um reforço do exército e por constantes actos repressivos. O que justifica que na acta da mesa da Misericórdia de Arganil de 1 de Junho de 1828 se refira que não teve efeito a mesma reunião por «se nam poder fazer por cauza do barulho que hove com a entrada da tropa»⁶.

A guerra civil de 1832 a 1834 teve fortes impactos e aprofundou a crise financeira. Com a Regeneração, em 1851, o país conseguiu alcançar alguma estabilidade. Entre 1870 e 1890 foi possível estabelecer-se uma “democratização” gradual e um equilibrio entre os poderes. No entanto, importa não esquecer as dificuldades com a questão da Índia (1871), a questão ibérica (1869-1874) e a questão de Lourenço Marques (1872-1875). Na sequência do *Ultimatum* de 1890, as relações com Inglaterra degradaram-se e de norte a sul do país, principalmente nas grandes cidades, surgiram revoltas⁷.

A situação em que as misericórdias se encontravam no final do século XVIII, que se vai reflectir na centúria seguinte, era uma continuação das dificuldades sentidas em anos anteriores, restringindo-se essencialmente ao

⁴ CASCÃO, Rui – Aspectos sociais e económicos do concelho de Arganil na segunda metade do século XIX. *Boletim do Arquivo da Universidade*. 4 (1978), 1-37.

⁵ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arganil (ASCMA), *Eleições e determinações*, livro 1, fl. 31v-32.

⁶ ASCMA, *Eleições e determinações*, livro 1, fl. 140v.

⁷ MARQUES, A. H. Oliveira – Conjuntura, cit.

contínuo e cada vez maior número de dívidas activas⁸. Esta conjuntura foi provocada pelo capital que, na maioria dos casos, era creditado a pessoas de maior estatuto local e que não pagando os juros do empréstimo, não tinham quem lhes exigisse o pagamento, devido ao seu poder de influência. Na Misericórdia de Arganil estas dificuldades vão fazer-se sentir também em meados do século XIX, como transparece na acta de 14 de Março de 1847: «Que attendendo ao estado de penuria em que se acha a Santa Caza da Mesericordia pois naõ tem dinheiro no cofre por falta de pagamentos pelos devedores»⁹.

Outro aspecto que justifica algumas das dificuldades financeiras internas é a sucessiva diminuição dos rendimentos dos enterros pelo desenvolvimento de outras confrarias e ordens terceiras. Aliado a essas dificuldades existia ainda um elevado número de encargos pios, sonegação de bens, desmazelo e fraudes administrativas, diminuição das rendas devido à subida dos preços e crescimento das despesas pelo aumento da procura por parte das populações¹⁰.

No entanto, apesar das dificuldades acrescidas, surgiram ao mesmo tempo novos serviços. Este facto levou Maria Antónia Lopes a defender um carácter não totalizador da crise nestas instituições¹¹. O mesmo afirma Luís Elias, que caracteriza o período como sendo de *adaptação* ou *refundação* das mesmas¹².

Outro factor a destacar da conjuntura interna das misericórdias no período considerado, é o reforço da intervenção da Coroa, com o desígnio de evitar hegemonias do poder local e o desrespeito por determinadas normas ao nível financeiro, regulamentar e administrativo. Esta preocupação já tinha sido visível, nos finais da Monarquia Absoluta. No entanto, parece manter-se

⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve...*, cit., p. 75.

⁹ ASCMA, *Actas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Mesa da Irmandade da Santa Casa da Mizericordia de Arganil*, livro 1, fl. 33v-34.

¹⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve...*, cit., p. 65-80. Ver também LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – Introdução in LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro (dir.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 7. Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2008, p. 7-36

¹¹ SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve...*, cit., p. 78-80.

¹² ELIAS, Luís Filipe – *A Misericórdia de Coimbra. Os Irmãos, as suas práticas e a intervenção régia (1749-1784)*, tese de mestrado, FLUC, 2006, p. 102 e 98-102.

num contexto de Monarquia Constitucional, de que é exemplo a lei de 22 de Junho de 1866 para a desamortização dos bens das misericórdias inserida no propósito dos governos oitocentistas¹³.

Na segunda metade e nos finais do século XIX irá verificar-se em diversas misericórdias a efectivação de novos compromissos, demonstrando uma certa “democratização”, a par da que se afere no país na mesma altura. Esta torna-se tangível em Arganil na extinção da divisão entre confrades de primeira e segunda condição e na admissão de mulheres, até então proibida, como consta no compromisso de 1843: «O mesmo que fica estabelecido para os Irmãos, será aplicável ás Irmaãs, que houverem d’entrár»¹⁴.

1. Contexto num âmbito local

A par da contextualização interna e externa das Santas Casas da Misericórdia em geral, e da Santa Casa de Arganil em particular, será também oportuna uma caracterização da localidade de Arganil no século XIX.

Rui Cascão qualificou Arganil deste período como uma «zona periférica»¹⁵ devido ao seu débil desenvolvimento económico e social. Aliado a essa condição, está o estado conjuntural do país que vai trazer à localidade acrescidas dificuldades alimentares e uma elevada taxa de mortalidade. Esta configuração irá levar a queixas do administrador do concelho ao nível da assistência pública prestada. Referindo-se às Misericórdias de Vila Cova e de Arganil, afirmava ele em Julho de 1861:

«a sua Administração não andam [sic] com as regularidades precisas; estes estabelecimentos têm sido ao desprezo pelas diversas auctoridades (...) consumindo a maior parte dos mesmos [rendimentos] em festas, e luxos, que ainda ate certo ponto precizos, são contudo necessidades secundárias, que devião ceder o seu lugar a outras muitas, que julgo

¹³ Sobre este assunto ver SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve...*, cit., p. 65-92.

¹⁴ ASCMA, *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Arganil* [1843], livro 1, fl. 3.

¹⁵ CASCÃO, Rui – *Aspectos sociais e económicos...*, cit., p. 4.

de primeira classe, como socorrer a pobreza e derramar a instrução, e outras muitas»¹⁶.

Maria Antónia Lopes atesta existir uma «assistência medíocre» por parte de algumas misericórdias, em contraste com a «opulência das cerimónias religiosas que insistiam em perpetuar»¹⁷, o que sucedia, notoriamente, em Arganil.

Quanto à actividade económica da região, o sector agrícola seria o mais importante, sem abstrair a complexidade da actividade comercial com variadas redes de trocas. Este sistema, próprio da estrutura de uma economia arcaica, provocava a privação de dinheiro no seu estado *líquido*, de que resultava uma exangue capacidade de capitalização. Era portanto a terra, ainda, o principal meio de criação de riqueza¹⁸.

A desigualdade das condições materiais de existência leva inevitavelmente à desigualdade social espelhada na distribuição dos indivíduos por sectores de actividades. Rui Cascão já estabeleceu essa distribuição entre 1860 e 1900. A agricultura englobava entre 80% a 85% da população activa. A indústria ocupava uma média de 10,2%, a seguir o comércio e os transportes com 3,9%, a administração e justiça com 0,62%, o clero com 0,95% e as profissões liberais com 0,90%. Apesar das profissões liberais serem o sector com menos indivíduos, foi aquele que mais aumentou entre 1860 e 1900, de 0,41% para 1,39%¹⁹.

Ao nível da distribuição da riqueza em Arganil, segundo o Autor que estamos a seguir, os bacharéis, também proprietários de terras, eram os de maior opulência e os negociantes encontram-se no grupo das médias fortunas. O clero estava igualmente bem colocado, logo a seguir. Por fim surgiam os artífices e, numa condição de grande precariedade, os que viviam unicamente do trabalho da terra²⁰.

¹⁶ Cit. a partir de CASCÃO, Rui – Aspectos sociais e económicos..., cit., p. 8-9.

¹⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve...*, cit., p. 75.

¹⁸ CASCÃO, Rui – Aspectos sociais e económicos..., cit., p. 14-35.

¹⁹ CASCÃO, Rui – Aspectos sociais e económicos..., cit., p. 10.

²⁰ CASCÃO, Rui – Aspectos sociais e económicos..., cit., 17-26.

Importa referir que os grupos mais bem situados à escala económica eram-no também à escala social, o que justifica que membros eleitos para a Câmara ou para o Conselho Municipal pertencessem ao grupo dos grandes proprietários²¹. A constituição vintista ditou a riqueza como a afirmação das capacidades de cada um: os mais ricos seriam os melhores e os capazes de exercer o poder ou conduzir a comunidade²². Como tal, será interessante verificar de que forma esta mentalidade interferiu na eleição dos que chefiaram a Misericórdia e se a capacidade económica foi ou não uma condicionante ou um requisito.

II. Os Provedores dirigentes da Misericórdia de Arganil no século XIX

O provedor é o primeiro responsável pela administração da Santa Casa da Misericórdia. Segundo o compromisso de 1647 da Santa Casa da Misericórdia de Arganil, que se manteve em vigor até 1843, o provedor deveria ser uma pessoa com autoridade, prudência e virtude para que a irmandade o reconhecesse como líder. Teria de ser, igualmente, uma pessoa nobre, com o mínimo de vinte e cinco anos de idade e ter passado um ano depois da sua entrada como irmão²³. Assim sendo, além das particularidades exigidas a qualquer provedor, teria de ultrapassar o processo selectivo e restritivo de entrada de qualquer irmão.

«O Irmaão que houver de ser admitido, terá sido de vida exemplár, limpo de maõs, caritativo, e temente a Deos./ Terá quatorze annos de idade completos. /Possuirá bens sofficientes de raiz para pagar a sua entrada e annual, e para poder occorrêr ás percisoens da Irmandade (...) Não deverá ser admitido para Irmaão o que tivér má nota no conceito

²¹ CASCÃO, Rui – Aspectos sociais e económicos..., cit., p.12.

²² VIEIRA, Benedicta Maria Duque – A sociedade: configuração e estrutura in MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX de *Nova História de Portugal* dir. por Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 161-163.

²³ ASCMA, *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Arganil* [1647] livro 1, fl. 6v.

publico, ou que tivér commetido delicto infamante, ou que em juizo fôsse delle convencido; nem o que tivér molestia contagióza, alêijão, ou notavel deformidáde» (cap. 1º)²⁴.

Quem almejasse ser irmão da Misericórdia tinha de, posteriormente, apresentar o seu requerimento ao provedor que o proporia à Mesa e «pela maioria dos votos por escrutínio secreto d'esfêras brancas, e pretas»²⁵, a Mesa decidia se devia ser admitido.

É assim perceptível uma selectividade exigente em aspectos económicos, sociais, religiosos e físicos. Ao provedor estavam ainda acrescentadas determinadas características ético-morais e o reconhecimento delas.

1. Funções e poder simbólico de Provedor

A exigência selectiva de acesso ao cargo está associada às obrigações a serem cumpridas por aquele que ascender a ele. Segundo o compromisso de 1843²⁶, o provedor tem o direito e dever de dirigir a irmandade «promovendo a boa ordem, e o socêgo»²⁷. Tem ainda o direito e o dever de, no caso da ausência longa ou doença de um mesário, convocar os que se seguem a ele em número de votos da eleição correspondente, decidindo aquele que substitui o ausente. Tem o poder de reunir a Mesa ou a Irmandade quando considerar necessário, de ordenar ao escrivão que aponte a presença dos irmãos nas ocasiões em que devem comparecer. Tem o dever de se informar relativamente àqueles que pretendem entrar como irmãos, de ordenar a esmola até duzentos réis e sendo mais avultada é obrigado a consultar a Mesa;

²⁴ *Idem, ibidem*, fl. 1v. Existem alterações num posterior compromisso, mas apenas em termos de idade permitida para se poder exercer o cargo. A partir do de 1882, o provedor teria de ter vinte e um anos de idade (ASCMA, *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Arganil* [1647], livro 3, fl. 8v.).

²⁵ ASCMA, *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Arganil* [1647], livro 1, fl. 1v-2.

²⁶ ASCMA, *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Arganil* [1843], livro 1, fl. 6v.-7v.

²⁷ ASCMA, *Compromisso da Irmandade da Misericórdia de Arganil* [1843], livro 1, fl. 6v.

o dever de condenar todos os irmãos que faltarem sem justificação às suas obrigações, o direito e dever de presidir às Mesas, dirigindo os trabalhos, e em caso de votações decidir por *voto de qualidade* quando houvesse empate. É a ele que compete «mandar assentar, votar e calar quando lhe convier e todos obedecerão»²⁸. Compete-lhe ainda reunir a Irmandade para os enterros, devendo promover a decência do acto, pagar aos eclesiásticos e ao capelão quando necessário. Tem o direito a uma chave do arquivo, sendo considerado o primeiro fiscal da Irmandade. No compromisso de 1882 foi acrescida mais uma competência ao provedor: o poder de multar os oficiais da Mesa que, depois de avisados, faltassem sem justificação²⁹.

Não só lhe era atribuído um forte poder decisivo no seio da Irmandade, através dos seus deveres e dos seus direitos, como detinha um concentrado poder simbólico³⁰. O provedor tinha o dever, em todas as procissões solenes, de levar «a sua Vára de Gôverno logo adiante do Pálio, ou do Féretro»³¹. A vara de governo, que simbolizava o seu poder, era desfilada em cerimónia, além de que, nas procissões, o provedor ocupava o lugar à frente do pálio, e quanto mais perto se estivesse dele, mais proeminente se era.

2. Grupos sociais de destaque

Os aspectos mencionados como a selectividade no acesso ao cargo, o poder decisório de quem o alcança e a carga simbólica que este detém, permite perceber porque está ele reservado a uma elite local. Assim como afirma José Manuel Sobral, «Tal restringia o poder de decisão a uma

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ ASCMA, *Compromisso da Irmandade da Mizeriscordia de Arganil* [1882], livro 3, fl. 9.

³⁰ LOPES, Maria Antónia – Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e Fontes de Poder. *Revista Portuguesa de História*. 36 (2º), (2002/2003), p. 217

³¹ ASCMA, *Compromisso da Irmandade da Mizeriscordia de Arganil* [1843], livro 1, fl. 7.

minoria»³². Importa, portanto, averiguar que elite predomina nas chefias da Santa Casa da Misericórdia de Arganil.

Ao ser analisada a lista de provedores que dirigiram a irmandade, primeiramente entre 1797 e 1831, deparamo-nos com uma presença maioritária de militares (50%), indivíduos pertencentes a famílias nobres da região. Dentro deste grupo existem ainda dois desconhecidos (33%)³³ e um sacerdote (17%).

É fundamental considerar-se, perante isto, que no Antigo Regime a nobreza era muito abrangente, pois incluía os proprietários que viviam das suas rendas, oficiais militares, licenciados, negociantes matriculados, e no limite, segundo Francisco Vasconcelos, «todos os que possuíam cavalo e não tinham ofícios mecânicos»³⁴. Até ao século XIX, nobreza era a designação que incluía toda a classe dirigente, independentemente de ser ou não hereditária, de ter ou não posses económicas. No final do Antigo Regime, começa a utilizar-se a designação de “classe média” pois a palavra nobreza era apenas para a hereditária. A explicação dessa alteração, para Francisco Vasconcelos, está na perda de força social da aristocracia fechando-se na sua hereditariedade³⁵.

Podemos afirmar, diante disto, que estamos numa fase de transição em que, por um lado, ainda permanecem oficiais militares nobres com uma participação activa em lugares de destaque na sociedade e que, por outro lado, estes aristocratas deixam de usar os seus títulos ou qualquer qualificação nobiliárquica.

Dentro deste grupo de provedores estão José Feliciano de Melo Godinho Bulhões, José de Melo Freire de Bulhões Castelo Branco e João Saraiva Quaresma Caldeira, por esta ordem. José Feliciano de Melo Godinho

³² SOBRAL, José Manuel – Religião, relações sociais e poder – a Misericórdia de F. no seu espaço social e religioso. *Análise Social*. Vol. 25, nº 107 (1990), p. 356.

³³ Desconhecidos são aqueles dos quais se sabe apenas o nome, desconhecendo-se o estrato social a que pertenceram.

³⁴ VASCONCELOS, Francisco – Alterações na nobreza no último século da monarquia in VIEIRA, Benedicta Maria Duque (coord.) – *Grupos e estratificação social em Portugal no século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2004, p. 100-101.

³⁵ *Idem, ibidem*, p.103.

Bulhões foi capitão-mor³⁶ e na igreja matriz de Arganil encontra-se a capela da família Melo de Bulhões onde José Feliciano aparece como marido de D. Teresa Rita Freire de Vasconcelos Castelo Branco e mencionado como último visconde e conde da Quinta das Canas³⁷. É, portanto, clara a sua ascendência aristocrática. E tudo indica que José de Melo Freire de Bulhões Castelo Branco descendesse dessa mesma família, ao que acresce ter sido coronel do regimento das milícias da comarca de Arganil e fidalgo da Casa Real³⁸. João Saraiva Quaresma Caldeira foi capitão³⁹.

Tal como Maria Antónia Lopes concluiu para Coimbra desta época⁴⁰, em Arganil parece existir uma tendência para a hereditariedade do cargo, numa altura em que a Coroa não interferiu na eleição do provedor.

O sacerdote que dirigiu a Misericórdia neste primeiro período foi Francisco Saraiva Quaresma Caldeira, que parece ser o limiar da tendência que se irá seguir. Os dois desconhecidos foram Joaquim da Fonseca Figueiredo e João Antunes de Oliveira Leite.

Numa segunda fase de análise, desta vez entre 1831 a 1874, as alterações são significativas. Neste período a maioria dos provedores é constituída por clérigos (46%). Existe ainda um doutor (7%)⁴¹, um proprietário (7%) e seis desconhecidos (40%). Os sacerdotes são Manuel Saraiva Quaresma de Oliveira, Francisco Ribeiro Barata, Manuel da Costa Vasconcelos Delgado, António Joaquim Ribeiro de Campos, António Joaquim de Paula, Luís Caetano Lobo, Joaquim Inácio da Costa Vasconcelos.

É possível uma referência biográfica apenas a duas individualidades deste grupo, Manuel da Costa e Luís Caetano, por terem sido estudadas por Amândio Galvão⁴². O primeiro, Manuel da Costa Vasconcelos Delgado, nasceu em Arganil a 28 de Outubro de 1790 no seio de uma família

³⁶ ASCMA, *Eleições e determinações*, livro 1, fl. 7v-8.

³⁷ SIMÕES, Alberto Veiga – Arganil in *Ilustração Portuguesa*. 10 de Dezembro de 1906, p. 604. Para informação mais detalhada da capela dos Melos ver ANACLETO, Regina – *Arganil*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

³⁸ ASCMA, *Eleições e Determinações*, livro 1, fl. 116-117.

³⁹ *Idem, ibidem*, fl. 152-153.

⁴⁰ LOPES, Maria Antónia – *Provedores e escrivães...*, cit., p. 222.

⁴¹ O provedor aparece mencionado com Dr. antes do nome. Não foi possível apurar se seria doutorado ou bacharel.

⁴² GALVÃO, Amândio – *Figuras Notáveis de Arganil*. Arganil: Câmara Municipal, 1991. A informação recolhida nesta obra merece algumas reservas.

aristocrática, o seu pai era um grande proprietário e dono das maiores casas agrícolas de Arganil. Iniciou os seus estudos na vila e, posteriormente, frequentou o Seminário em Coimbra, regressando a Arganil em 1814. A 14 de Junho de 1825 foi nomeado reitor da igreja paroquial e colegiada de Arganil, já com 35 anos de idade, e foi provedor da Misericórdia em 1842-44, 1845-47 e 1855-56. Faleceu no dia 23 de Maio de 1856.

Luís Caetano Francisco António Jerónimo Vicente Guilherme de Santa Ana Lobo, era indiano, nascido em Goa a 24 de Julho de 1816. Pertencia à alta aristocracia indiana. A sua família converteu-se ao catolicismo e por isso iniciou estudos no seminário em Goa. Seguiu depois para Coimbra para se formar em Teologia, terminando o bacharelato em 1845. Doutorou-se em Leis aos 35 anos em 1851⁴³ e chegou mesmo a dar aulas na Faculdade, mas foi impedido de chegar a lente. Iniciou, por isso, a sua vida eclesiástica e em 1856, com o falecimento do reitor da vila de Arganil, Manuel da Costa Vasconcelos Delgado, foi convidado para ocupar o seu lugar, o que fez em 1857. Foi provedor da Misericórdia a 1858-61, 1870-71 e 1873-74 e chegou também a exercer advocacia na região. Faleceu a 29 de Novembro de 1890.

Importa considerar, nesta matéria, a evolução das relações entre o Estado e a Igreja neste período. A secularização do Estado e da sociedade trouxe ao clero algumas dificuldades que se vão fazer sentir ao longo do século XIX. Miguel Santos refere-se à legislação desamortizadora, como o dízimo, que irá reforçar a dependência económica do clero, ao que se associa desprestígio social⁴⁴. Ana Mouta Faria acrescenta dificuldades de recrutamento e uma ignorância generalizada. Estas perturbações levam o clero a ganhar um novo perfil e estatuto, definido em função do serviço da religião e legitimado por este mesmo serviço⁴⁵. Este contexto permite-nos compreender as razões

⁴³ Apesar de Luís Caetano Lobo ser bacharel e doutorado, está inserido no conjunto dos eclesiásticos eleitos provedores porque a maioria da sua acção profissional é direccionada nessa vertente.

⁴⁴ SANTOS, Miguel – O Clero in SOUSA, Fernando e MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Portugal e a Regeneração*, vol. X de *Nova História de Portugal* dir. por Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 149-157.

⁴⁵ FARIA, Ana Mouta – O Clero em mudança, do Antigo Regime para o Liberalismo (1820-1930): demografia, representações e problemas de classificação social (de ordem a corpo profissional) in VIEIRA, Benedicta Maria Duque (coord.) – *Grupos e estratificação social em Portugal no século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2004, p. 81-82.

que potenciaram uma acessão em massa a um cargo tão relevante por parte desta categoria profissional.

José Joaquim Jorge foi o único provedor com o título de doutor. Em igual período, na Misericórdia de Coimbra, verificou-se um forte crescimento da carreira académica enquanto geradora de provedores⁴⁶. Este panorama não se verifica tão intensamente em Arganil, mas a inserção deste provedor permite perceber que o grau académico começa a adquirir uma consideração acrescida. O provedor Bernardo José Simões era proprietário⁴⁷. Sendo este um grande proprietário, justifica-se que fizesse parte da elite local.

Como provedores desconhecidos estão José da Costa Gomes, Joaquim da Fonseca Figueiredo, João Antunes Tavares, António José Coelho Sénior, Francisco José Jorge e Manuel Jorge Rodrigues.

Na terceira e última fase de análise, entre 1874 e 1900, revela-se, novamente, outra alteração do quadro social da lista de provedores. Os que se evidenciam em maior número são os doutores (38%), seguidos dos negociantes (25%) e dos eclesiásticos (25%). Existe ainda um proprietário (12%) e não se registam desconhecidos. É, portanto visível, nesta fase, uma maior distribuição da escolha dos provedores pelos diferentes grupos sociais e revela-se, igualmente, uma maior frequência de estratos sociais em ascensão, como é o caso dos negociantes. Estes começam a adquirir relevo social, uma vez que é um grupo que cada vez mais se destaca pelo seu grau de riqueza⁴⁸.

Os provedores referidos com o título de doutor são José da Costa Vasconcelos Delgado, Augusto de Oliveira Coimbra e António Gomes da Silva Sanches⁴⁹. Os negociantes são João Travassos⁵⁰, e José Augusto de Carvalho⁵¹. Os padres são António Joaquim de Paula e Joaquim Inácio da

⁴⁶ LOPES, Maria Antónia – Provedores e escrivães..., *cit.*, p. 232.

⁴⁷ CALDEIRA, José – A família Arganilense de Veiga Simões. *Arganilia*. Nº 1, 1992, p. 51-65.

⁴⁸ SANTOS, Miguel e CRUZ, Maria Antonieta – A sociedade, in SOUSA, Fernando e MARQUES, A. H. Oliveira (coord.) – *Portugal e a Regeneração*, *cit.*, p. 169.

⁴⁹ O provedor António Gomes aparece mencionado com Dr. antes do nome, no entanto, não foi possível apurar se seria doutorado, bacharel ou médico.

⁵⁰ ASCMA, *Actas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias*..., *cit.*, livro 1, fl. 174-174v.

⁵¹ *Idem, ibidem*, fl. 32-33.

Costa Vasconcelos e o referido proprietário é Francisco António Maria da Veiga.

Podemos, em suma, verificar que os eclesiásticos são aqueles que ao longo do século XIX mais são eleitos para o cargo de provedor na Misericórdia de Arganil, os segundos mais eleitos são os doutores e seguidamente os militares. São estes diferentes grupos, que nas distintas fases analisadas, e respectivamente, se transformam na maioria. Como se justificaria essa primazia? É compreensível que, numa primeira fase, se mantenha a lógica de Antigo Regime em que a aristocracia abrange uma elevada relevância ao nível do poder local. Porém, a maioria dos provedores de prosápia nobre são militares, o que revela a cada vez maior secundarização da nobreza pela perda de força social, uma vez que a condição militar se tornou a mais ambicionada pelos grupos da pequena aristocracia ou da nobreza empobrecida⁵². Convém, contudo, ponderar que no discurso liberal as qualificações de “homem nobre” ou de cavaleiro caem em desuso e que as mesmas pessoas passam a intitular-se proprietários como aqueles que possuem bens imóveis⁵³. A atenção a este fenómeno possibilita uma diferente análise dos provedores supracitados intitulados proprietários. Obriga a considerar que a presença nobre na direcção da Misericórdia esteja em maioria só no início do século. Ter-se-á mantido ao longo do período, embora em minoria.

Os eclesiásticos são a maioria ao longo de todo o século, mas é entre 1831-74 que granjeiam destaque. Como foi referido anteriormente, o clero vai sofrer um desprestígio social significativo, associado à diminuição do seu poder económico. No entanto, a influência moral exercida pelo clero paroquial sobre as populações locais mantinha-se em níveis elevados⁵⁴. Tal como afirma Ana Mouta Faria «O clero paroquial é, de longe, de entre os estratos eclesiásticos, o mais valorizado. Facto devido à importância atribuída à proximidade dos leigos, ao serviço de quem se encontra»⁵⁵.

⁵² VIEIRA, Benedicta Maria Duque – A sociedade: configuração e estrutura, cit., p. 191.

⁵³ Segundo Francisco Vasconcelos passa a existir, no século XIX, uma nobreza oculta escondida por identificações profissionais, o que faz com que seja difícil perceber a sua real participação na sociedade (VASCONCELOS, Francisco – Alterações na nobreza..., cit., p. 101).

⁵⁴ SANTOS, Miguel e CRUZ, Maria Antonieta – A sociedade..., cit., p. 153.

⁵⁵ FARIA, Ana Mouta – O Clero em mudança..., cit., p. 94.

No período subsequente vão destacar-se os doutores. Este número atesta o valor que era atribuído à instrução no contributo para o desenvolvimento económico e para o aperfeiçoamento de cada um⁵⁶.

Uma percentagem numericamente relevante é a de desconhecidos, principalmente na segunda fase analisada, impossibilitando uma correcta análise desse período.

As mudanças das elites dirigentes da Misericórdia de Arganil significam, além de transformações do contexto social, cultural, económico, político e religioso de então, uma patente alteração das motivações para a busca do cargo de provedor.

Desde as últimas décadas de Setecentos que se verificava a perda de atractivos pelo cargo por parte da nobreza, o que foi provocado, provavelmente, pela sucessiva e crescente dificuldade no acesso ao crédito e a pressão que se intensificou para o pagamento dos juros desses empréstimos, com o intuito de colmatar as dificuldades financeiras das misericórdias⁵⁷.

Em Arganil, José de Melo Freire de Bulhões Castelo Branco recusou ser provedor da Misericórdia a 16 de Julho de 1826⁵⁸. Mais tarde, outros dois provedores pretenderam demitir-se do cargo, como é o caso do Reverendo Francisco Ribeiro Barata a 16 de Abril de 1837⁵⁹ e do Reverendo António Joaquim de Paula a 23 de Março de 1885⁶⁰. Não foi possível apurar as razões dessas tomadas de decisão.

Por outro lado, o prestígio, poder e visibilidade social eram sem dúvida grandes motivações para os grupos em processo de ascensão, como é o caso dos negociantes que, apesar de economicamente abastados, não tinham um estatuto social correspondente, adquirindo desta forma a honorabilidade almejada⁶¹. Seria também esse o motivo do interesse pela chefia da parte dos eclesiásticos: o cargo permitia-lhes um acréscimo ao estatuto e um acesso aos rendimentos da instituição, a par de outras regalias constantes dos

⁵⁶ Ver SANTOS, Miguel e CRUZ, Maria Antonieta – A sociedade, cit., p. 167.

⁵⁷ LOPES, Maria Antónia – Provedores e escrivães..., cit., p. 228.

⁵⁸ ASCMA, *Eleições e Determinações*, livro 1, fl. 114-115v.

⁵⁹ ASCMA, *Eleições e Determinações*, livro 2, fl. 43-43v.

⁶⁰ ASCMA, *Actas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias...*, cit., livro 4, fl. 35-36v.

⁶¹ LOPES, Maria Antónia – Provedores e escrivães..., cit., p. 236.

direitos do provedor. Assim, mais uma vez como em Coimbra, é manifesta a permanência de capacidades atractivas da Misericórdia durante o século XIX.

III. Relações, poderes e conflitualidades

1. Rotatividade nos cargos e mandatos

Como se apurou anteriormente, as elites dirigentes da Misericórdia de Arganil foram-se alterando. Esse facto levaria a pensar que não seria possível permanecer uma oligarquia restrita na chefia da Santa Casa. Contudo, após uma análise direccionada para os anos de mandatos de cada provedor, foi possível aferir o oposto.

Numa primeira fase (1797-1831), a média de anos de mandato por provedor é de seis, no período seguinte (1831-1874) baixa para três anos e na última época (1874-1900) a média é de quatro anos. Estes dados proporcionam avaliar que, reduzindo-se o número de anos de mandatos, permitiu-se uma maior rotatividade entre os provedores eleitos. No entanto, este cotejo não permite concluir se subsistiria uma determinada oligarquia na Misericórdia. Tal comprovou-se possível através do número de vezes que cada provedor foi eleito. Na primeira fase foram-no, em média, uma vez, mas nos segundo e terceiro períodos a média subiu para duas vezes⁶², chegando a encontrar-se provedores a serem eleitos cinco vezes. Existiu, portanto, na Misericórdia de Arganil do século XIX, não só um evidente aumento da rotatividade nas eleições dos provedores, como também uma manifesta presença dos mesmos indivíduos que reaparecem e se sucedem constantemente. Esse facto é justificável se se atentar que, além do cargo de provedor estar restrito a uma elite, e portanto, a uma minoria, Arganil, como foi referido, era uma região periférica, logo, essa minoria tornar-se-ia ainda mais restrita.

Importa ainda verificar que no primeiro período, não só é manifesta a presença de uma rede familiar, como também é visível um elevadíssimo número de mandatos exercidos pela mesma pessoa, chegando mesmo aos

⁶² LOPES, Maria Antónia – Provedores e escrivães..., cit., p. 236.

quinze anos⁶³. A justificação encontra-se novamente no domínio da nobreza a um âmbito local, à semelhança do que sucederia no Antigo Regime.

Outro aspecto que merece destaque no âmbito da rotatividade dos mandatos, é o de terem existido casos em que o Governo central teve um carácter activo na nomeação do provedor, interrompendo e impedindo que os mandatos se concluíssem naturalmente. Este aspecto atesta o carácter intervencionista adoptado pela Coroa em relação às misericórdias neste período. Uma nomeação desse tipo foi executada no mandato do provedor Bernardo José Simões, em 1869/1870, e outra no de José de Costa Vasconcelos Delgado, em 1886/1887⁶⁴. Foi sempre nomeado pela Coroa como presidente da comissão administrativa da Santa Casa o Reverendo Joaquim Inácio da Costa Vasconcelos, que foi procurador nos anos 1862 a 1865, provedor entre 1865 e 1867 e por altura do mandato de Bernardo José Simões foi também secretário, ascendendo a presidente no dia 8 de Junho de 1870⁶⁵. Decorridos dezassete anos, volta a ser novamente nomeado para presidente a 13 de Fevereiro de 1887⁶⁶.

Comprovada a rotatividade nos mandatos dos provedores, importa aferir se a ocupação do cargo de provedor se constituía como uma promoção interna, isto é, se haveria uma acumulada ocupação dos restantes cargos da Mesa até se chegar ao topo. Numa análise feita às Mesas que presidiram à Santa Casa no período em análise, verifica-se que aqueles que chegaram a provedores foram na maioria das vezes ocupando cargos da Mesa tanto antes como depois de o serem, numa percentagem de 46%. A percentagem daqueles que apenas ocupam cargos antes de serem provedores é de 25%. Cerca de 12% exercem os restantes cargos da Mesa depois da chefia e uma percentagem de 17% não ocupou mais nenhum cargo. Não foi, todavia, detectado um padrão no tipo de cargos exercidos antes de se ser provedor ou depois. Verificou-se ser muito variado o tipo de trajectória que se fazia dentro da instituição.

⁶³ Refiro-me aos anos de mandato de José de Melo Freire de Bulhões Castelo Branco.

⁶⁴ Apenas 5% dos mandatos foram de nomeação governamental.

⁶⁵ ASCMA, *Actas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias...*, cit., livro 5, fl. 172-173.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, fl. 19v-20v.

Aqueles que vão ocupando cargos, tanto antes como depois exercício da provedoria, são também aqueles que mais vezes foram eleitos provedores. Esta evidência coloca em destaque a valorização que era atribuída aos que, através da ocupação de cargos, obtinham um estatuto dentro da Misericórdia. Desta mesma forma se justificam os 25% dos que haviam já desempenhado cargos na Mesa antes da chefia, pois permitira-lhes demonstrar capacidades para que a irmandade os «reconhecesse seo chefe», como se afirma em sessão de 1870⁶⁷. Aqueles que exerceram posteriormente outros cargos da Mesa, seria por terem adquirido um estatuto que lho permitia.

Apesar da experiência e do estatuto que se adquiriam internamente terem constatável relevância, existiram provedores que desempenharam a sua chefia sem nenhum histórico e sem continuação no comando da Santa Casas. Um desses casos foi o de Francisco Saraiva Quaresma da Caldeira, provedor em 1821-22, de que se sabe apenas ser eclesiástico. Também o de António Gomes da Silva Sanches que, segundo a acta de 4 de Outubro de 1891, terá «sido elleito Provedor por influencia e sugestão d'alguns seos amigos»⁶⁸. Finalmente, surgem-nos os casos de Francisco António Maria da Veiga, provedor entre 1874-1881, e José da Costa Vasconcelos Delgado, provedor em 1888-89, 1891-92, 1893-95 e 1897-99, que têm em comum a ocupação de cargos na Câmara Municipal de Arganil. O primeiro vem referido na acta de 20 de Julho de 1874 como tendo sido vogal do Conselho Municipal⁶⁹ e o segundo foi presidente da Câmara nos anos de 1870, 1872, 1876, 1878, 1880, 1884 e 1886⁷⁰. Assim sendo, ambos desempenharam as suas actividades na Câmara durante o mandato na Santa Casa. Essa atitude permitiria justificar a sua intervenção pontual na Irmandade pela intenção de permanecer em actividade na Câmara. O facto de terem ocupado o lugar máximo da Misericórdia sem qualquer actividade prévia relevante, só pode explicar-se pelo reconhecimento social de que gozavam na vila e que à Santa Casa interessava.

⁶⁷ CASCMA, *Actas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias...*, cit., livro 6, fl. 112v-113v.

⁶⁸ *Idem, ibidem*, fl. 112v-113v.

⁶⁹ Arquivo da Câmara Municipal de Arganil, *Livro de Actas da Câmara Municipal de Arganil*, livro 5, fl. 21.

⁷⁰ PIMENTEL – Presidentes e vice-presidentes da Câmara Municipal de Arganil desde 1834. *A Comarca de Arganil*, Arganil, 29 de Julho de 1971, p. 1-2.

2. Poderes autárquicos dos Provedores

Tanto no Antigo Regime, como no Liberalismo, as Câmaras eram governadas pelas elites locais⁷¹. Sendo em Arganil essa elite bastante restrita, torna-se lógico que a mesma se encontre presente tanto na governação municipal como nas misericórdias, duas importantes instituições de poder local. Manuel Sobral refere para o caso da Misericórdia de F. essa ligação das famílias mais importantes da Santa Casa a outros órgãos políticos⁷² e o mesmo se verificava em Arganil de Oitocentos. João Antunes de Oliveira Leite, provedor entre 1824-1825 e 1828-1829, ocupou o cargo de administrador do concelho entre 1831-35. João Antunes Tavares, provedor entre 1840-42, tinha sido presidente da Câmara em 1838 e volta a sê-lo em 1840. António Joaquim Ribeiro de Campos, provedor entre 1844-1845, 1848-1850, 1851-1853, 1861-1862 e 1867-1868, foi vice-presidente da Câmara nos anos 1862, 1864, 1866 e 1868. Francisco José Jorge, provedor entre 1856-1857, foi presidente da Câmara em 1854 e vice-presidente em 1854 e 1858. Manuel Jorge Rodrigues, provedor entre 1872-1873 foi presidente em 1845. João Travasso, provedor entre 1885-1886 e 1887-1888, foi presidente da Câmara no ano de 1891. José da Costa Vasconcelos Delgado, provedor entre 1886-1887, 1888-1889, 1891-1892, 1893-1895, 1897-1899, foi presidente da Câmara nos anos de 1870, 1872, 1876, 1878, 1880, 1884 e 1886⁷³. Numa análise aos principais cargos ocupados na Câmara por membros da Santa Casa que chegaram a provedores, é possível apurar que, por um lado, a Câmara funcionava como meio de alcançar um estatuto social – para os grupos em ascensão neste período – que permitia a quem o conquistava ocupar lugares de notoriedade também na Misericórdia, e que, por outro lado, existia um *cursus honorum* com sentido inverso: a Misericórdia possibilitava um estatuto que levava aqueles que a chefiaram a usufruírem de um acesso facilitado a altos cargos da Câmara. O que

⁷¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder*. Lisboa: Imprensa das Ciências, 2003; PEREIRA, João – Elites locais e liberalismo. Torres Vedras, 1792-1878. *Estudos Autárquicos*, 6-7 (1996).

⁷² SOBRAL, José Manuel – Religião, relações sociais e poder..., cit., p. 362-363.

⁷³ PIMENTEL – Presidentes e vice-presidentes..., cit., p. 1-2.

não surpreende, uma vez que eram duas instituições decisivas ao nível do poder local⁷⁴.

A ocupação de lugares na Câmara por membros que chefiaram a Santa Casa não se resumia aos altos cargos⁷⁵. Existiu um total de catorze (58%) em vinte e quatro provedores a ocupar lugares que variaram entre vereador, vogal, vogal suplente e tesoureiro. Dos dez homens que não desempenharam funções camarárias (42%) seis eram eclesiásticos, talvez impedidos por questões profissionais, embora esses cargos não lhes fossem interditos e, de facto, alguns dos provedores anteriormente referidos com lugares na Câmara eram sacerdotes.

A relação que se descobre entre os dois organismos de poder local evidencia a crescente apropriação de poder que se alcançava através do exercício dos cargos tanto na Câmara como na Misericórdia.

3. Relações de conflito

Sendo as misericórdias instituições com grandes rendimentos e detentoras de prestígio que lhes permitia exercer, de facto, poder a um âmbito local, seria inusitado que não surgissem conflitos para se aceder aos mais altos cargos da sua governação.

Um género de conflitos muito comum em finais de Antigo Regime era o dos clérigos com as misericórdias. As suas relações não eram somente baseadas na ocupação de cargos de chefia uma vez que, em muitos casos, foram detectados conflitos entre os párocos e as misericórdias das pequenas localidades⁷⁶. A Misericórdia de Arganil não foi excepção e segundo Regina Anacleto, em meados do século XVIII, são notórios os diferendos entre a autoridade religiosa e a Misericórdia⁷⁷, os quais permanecem ao longo do século XIX. No dia 14 de Novembro de 1875 foi realizada uma reunião

⁷⁴ LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – Introdução, cit., p. 20.

⁷⁵ Foram analisados apenas os livros de actas da Câmara Municipal dos anos 1831 a 1835, 1843 a 1845, 1850 a 1852, 1860 a 1864, 1874 a 1877 e 1880 a 1883 o que impossibilita uma análise mais aprofundada das relações entre a Câmara e a Misericórdia, mas permite uma visão aproximada a esse nível.

⁷⁶ Cf. LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – Introdução, cit., p. 19.

⁷⁷ ANACLETO, Regina – A Irmandade da Misericórdia de Arganil e a festa da Senhora da Conceição. *A Comarca de Arganil*, 7966 (18.10.1979).

da Mesa a que presidiu o provedor Francisco António Maria da Veiga para que se lesse e respondesse a uma queixa feita pelo padre Joaquim Inácio da Costa Vasconcelos, dirigida ao governador civil do distrito, cuja cópia foi apresentada ao administrador do concelho⁷⁸. Será relevante assinalar que o padre Joaquim Vasconcelos, nesta data, detinha um notável historial de carreira na Misericórdia, tendo sido procurador, secretário, provedor e presidente da comissão administrativa da Santa Casa.

Na queixa que elaborou alegava não serem realizados orçamentos anuais, nem terem sido concluídas as obras da albergaria, orçadas pela última comissão à qual presidira. Afirmava não serem cobradas as dívidas activas, acusando disso a Mesa em exercício e as anteriores, não serem registadas na conservatória algumas escrituras, e serem realizadas obras luxuosas e desnecessárias. Acusava ainda o provedor de não dirigir correctamente a Santa Casa, não cumprindo com as suas obrigações determinadas pelo compromisso. Por último, alegava serem emprestados a particulares bens móveis da Santa Casa. A todas as alegações do padre Joaquim Inácio Vasconcelos a Mesa respondeu agressivamente, chegando a acusá-lo de ter «muita ingerência nos negocios da Misericórdia».

Estes conflitos patenteiam uma acesa disputa pelo controlo da Santa Casa que levava ao extremo das denúncias e, decerto não por acaso, se revelava numa altura em que se iniciava uma fase em que os sacerdotes deixavam de alcançar em tão elevado número o cargo de provedor, passando a existir uma hegemonia de doutores, negociantes e proprietários.

Apesar deste incidente, onze anos após a queixa que efectuou, Joaquim Inácio da Costa Vasconcelos foi nomeado presidente da comissão administrativa da Santa Casa. Como seria de esperar, surgiram mais queixas, revelando o desacordo que sua nomeação suscitava. António Ribeiro Mendes, proprietário e irmão da Misericórdia, terá afirmado «que na qualidade de Irmão da Sancta Casa da Mizericórdia, não voltava aos actos da Irmandade em quanto la estivesse aquella quadilha (referindo-se á Comissão), e que não punha os pez na Mizericórdia, em quanto a mesma Comissão estivesse a funcionar»⁷⁹.

⁷⁸ ASCMA, *Actas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias...*, cit., livro 2, fl. 63-67v.

⁷⁹ ASCMA, *Actas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias...*, cit., livro 5, fl. 37-37v.

Em 1887 chegaram à comissão administrativa quatro oficiais do pároco da freguesia, queixando-se de desigualdade na atribuição de esmolas, de desinteresse pela Irmandade no acompanhamento dos funerais e de serem admitidas pessoas menos dignas para enfermeiros do hospital. Considerava-se escuso de determinadas obrigações de irmão devido às suas tarefas enquanto pároco e alegava estar isento de multas por esse incumprimento por ter sido provedor. Declarava ainda que a comissão tinha sido eleita para «se cortarem abusos que n'ella [Santa Casa] grassavam com escândalo publico – e era publico que eram incobertos pelas Mesas tranzactas, pelo favoritismo dos partidos»⁸⁰.

As rivalidades verificavam-se sobretudo entre aqueles que eram nomeados pelo poder central para chefiar a Santa Casa e aqueles que eram eleitos no interior da instituição, o que demonstra que o controlo que os governos pretendiam exercer não era bem recebido e se revelava causador de conflitos.

Conclusão

A Misericórdia de Arganil reproduz as conjunturas sociais, económicas, políticas e administrativas do século XIX. Revela um evidente papel social na transmissão, às elites locais, de influência e de prestígio, através da ocupação dos cargos de chefia. Neste período, fértil em transformações, verifica-se uma gradual ruptura da hegemonia nobiliárquica, facilitando a ascensão de novos grupos, como os negociantes e os licenciados, e permitindo uma maior distribuição, no acesso à provedoria, por diversas categorias profissionais, desde que detentoras de estatuto social considerado dignificante. Contudo, tal não foi sinónimo de “democratização”, pois subsistiram oligarquias restritas. Simultaneamente, emerge intensa conflitualidade protagonizada pelo grupo que, em maior número, dominou o poder na Santa Casa durante o período considerado, o clero. Revela-se, assim, que a instituição continuava apelativa e que dominá-la era um objectivo almejado.

⁸⁰ *Idem, ibidem*, fl. 21v-22v.

Percursos de vida. As potencialidades da micro-história e das pesquisas biográficas

Margarida Durães

Departamento de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
margaridad@ics.uminho.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 25/02/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 01/05/2010

Resumo/Abstract:

Este texto tem como objectivo conhecer alguns aspectos que qualificam os comportamentos dos negociantes inseridos nas comunidades camponesas. Transformando-se em intermediários privilegiados, entre as economias do mundo rural e do mundo urbano, os negociantes desenvolveram estratégias comerciais que possibilitaram a utilização, em seu benefício, da dependência dos camponeses na venda dos excedentes agrícolas. Partindo de um estudo de caso e utilizando os procedimentos da micro-história, estudou-se um espólio documental privado – produzido por um jovem negociante estabelecido, aos 22 anos de idade, na freguesia de Paderne, concelho de Melgaço, junto da fronteira luso-galaica – de onde foram retiradas informações que cruzadas com os conteúdos de outras fontes – registos paroquiais e, sobretudo, os livros de notas dos tabeliães e os recenseamentos eleitorais – permitiram conhecer o seu percurso de vida bem como o conjunto de estratégias que levou a cabo para intensificar a actividade comercial e obter o reconhecimento dos seus pares e da sociedade onde se introduziu. O estudo desenvolve uma narrativa do “individual” que analisa um percurso de vida. Porém, a inserção das estratégias, pessoais e familiares deste negociante, no contexto socioeconómico e político da região, possibilitarão o conhecimento do modelo cultural dos homens de negócio.

This paper envisages analysing some features of the behaviour of traders in farming communities. As privileged intermediaries of rural and urban economies, traders developed commercial strategies for using to their advantage farmers' dependence on sales of excess produce. Based on a case-study and using micro-history procedures, we analysed private documents – produced by a young merchant - 22 years old - who established in Paderne, municipality of Melgaço, on the Portuguese-Galician border. The information drawn from this source, compared with that of other sources – parish records and, particularly, notaries' books and electoral censuses- unveils the merchant's path in life and the strategies he adopted to enhance trade and earn the recognition of his peers and the surrounding society. The study develops a narrative of 'individual', based on the analysis of a life. However, the contextualization of this merchant's personal and family strategies against the region's social and economic backdrop provides insight into the cultural model of businessmen.

Palavras chave/Keywords:

Negociante; Crédito; Proprietário; Escrivão; Contribuinte.

Merchant; Credit; Owner; Registrar; Tax-Payer.

Introdução

Custódio Jozé Gomes de Villasboas, memorialista do final do século XVIII, sustentava que qualquer aldeia ou freguesia do Alto-Minho possuía uma sociedade organizada em quatro grupos, apresentando-se cada um deles, em relação aos demais, numa proporção que permitia a sustentabilidade da comunidade rural e o equilíbrio da sua funcionalidade. Segundo o autor, os quatro grupos (jornaleiros, caseiros, lavradores-artesãos e lavradores-proprietários) distribuíam-se de modo equilibrado em relação à disponibilidade dos terrenos agricultáveis e às necessidades de mão-de-obra para as distintas tarefas da comunidade rural¹.

Alguns anos depois, na década de cinquenta do século XIX, a estratificação social e a relativa proporcionalidade entre os distintos grupos pareciam manter-se idênticas já que, Eusébio Furtado Coelho, outro analista da mesma região, apontava, nas suas *Estatísticas* do distrito de Viana do Castelo, uma proporção de 2,8 trabalhadores para cada proprietário-lavrador, justificando, deste modo, os baixos salários praticados nesta região². Outro meio século mais à frente, no final do século XIX, início do século XX, Bazilio Telles, reafirmava a mesma realidade³, dando a entender que ao longo deste largo período nada tinha mudado na organização socioeconómica das comunidades rurais minhotas. Os processos de cultivo eram os mesmos desde tempos ancestrais continuando a assentar no amanho intensivo dos terrenos agricultáveis, sem recurso a meios tecnológicos em virtude destes serem substituídos pela abundante mão-de-obra da região. Deste sistema resultava uma agricultura de baixa produtividade e pouco rentável que se dirigia, sobretudo, para a satisfação alimentar do cultivador e da sua família.

A imagem de um mundo imóvel, cauteloso e conservador foi a opinião corrente, divulgada por diferentes estudos provenientes de distintas áreas científicas, apesar de serem conhecidas as profundas mudanças verificadas nas sociedades camponesas ao longo dos séculos. Defendia-se a resistência

¹ SOUSA, Fernando de e ALVES, Jorge Fernandes - *Alto Minho. População e Economia nos Finais do Setecentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

² COELHO, Eusébio Furtado - *Estatísticas do Distrito de Vianna do Castello*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861.

³ TELLES, Bazilio - *Carestia da Vida nos Campos*. Porto: Chardron, 1903, p. 239.

e adaptação das sociedades rurais às novidades que lhes eram introduzidas “pela acção de forças totalmente externas”⁴.

Todavia, a estas análises, defensoras do imobilismo e conservadorismo das sociedades camponesas, contrapõem-se outros estudos onde nos é dado a conhecer um mundo rural muito mais complexo – composto por outros grupos além dos que trabalham e vivem directamente da exploração da terra –, tradicionalmente agitado, díspar e conflituoso do ponto de vista social e muito activo do ponto de vista económico e político⁵.

Assim, o que propomos no presente texto – que faz parte de um projecto de investigação mais alargado que pretende conhecer o papel dos homens de negócio sediados nas sociedades rurais com o objectivo de aceder às lógicas comerciais, às estratégias desenvolvidas e aos modelos culturais adoptados para a sua instalação e organização das suas casas – é a “redução da escala de análise” como é proposto pela micro-história, a fim de nos aproximarmos e compreendermos a complexa realidade das sociedades rurais⁶. Como em outros trabalhos históricos que utilizaram esta abordagem, o presente estudo também se “centra nas estratégias individuais e familiares”⁷. À procura de “indícios”, privilegiamos os “acontecimentos minúsculos” como a compra, venda e arrendamento de terras, a compra e venda de gado, os movimentos do crédito e a luta pelo prestígio e pelo reconhecimento. Enfim, tentamos encetar o nosso trabalho pelo “rés-do-chão”, como nos é proposto na expressão paradigmática de Jacques Revel ao caracterizar os procedimentos da micro-história⁸.

⁴ Em relação às questões ligadas ao conservadorismo das sociedades camponesas minhotas cf. SILVA, Manuel Carlos Ferreira da – *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento, 1998. Para o contexto europeu conhecer a posição de LEVI, Giovanni – *A Herança Imaterial. Trajectória de um exorista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 43.

⁵ DURÃES, Margarida – Espírito de aventura ou aperto da vida? As migrações internas e os seus impactos na organização familiar e social das comunidades rurais do Alto Minho (sécs. XVIII-XIX), *Estudos Regionais*, série nº 3, 2009, p. 117-145; Cf. ainda ROSENTHAL, Paul-André – *Les sentiers invisibles. Espaces, familles et migrations dans la France du 19^e siècle*. Paris: EHESS, 1999.

⁶ LIMA, Henrique Espada – *A micro-história italiana. Escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 225-245.

⁷ LEVI, Giovanni – *A Herança Imaterial...*, cit., p. 45.

⁸ REVEL, Jacques – Prefácio: A História ao Rés-do-Chão in LEVI, Giovanni, *A Herança Imaterial...*, cit., p. 19-25.

A investigação inicia-se em torno de um indivíduo – António, negociante – porque, como defende Carlo Ginzburg, “alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico”⁹.

Para acedermos a esta realidade microscópica utilizaremos o teor do espólio documental que, só por casualidade, este anónimo homem de negócios nos legou avaliando qual o interesse das notas e registos inseridos nos seus Livros de Razão para o relato da história da sua vida privada mas, também, para a história social da região. A vida do negociante António Luís Pereira permitirá aceder à “banalidade e normalidade” das relações sociais, das regras económicas e da vida política de um lugarejo desconhecido e perdido no sopé das serranias do Alto Minho, bem junto da fronteira luso-galaica. Por fim, cruzando as informações veiculadas pelos Livros de Razão de António com as informações recolhidas nos Livros de Notas dos tabeliães da região e com as listas dos Recenseamentos Eleitorais, daremos conta de algumas das estratégias económicas e sociais que António utilizou para o estabelecimento da sua casa, para a conquista de prestígio e para a sua interacção na comunidade onde se estabeleceu¹⁰.

1. As fontes

Não sabemos quando é que António Luís Pereira se terá instalado com a sua loja de comércio na freguesia de Paderne, do concelho de Melgaço. Mas, em 1837, adquire um pequeno livro no qual lança, na primeira página, uma declaração de intenção onde exprime a serventia que o livro teria:

⁹ GINZBURG, Carlo – *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 27.

¹⁰ Este texto foi produzido no âmbito do projecto de investigação PTDC/HAH/71309/2006, financiado pela FCT e intitulado “Portas adentro: modos de habitar do séc. XVI e XVIII em Portugal”.

“Livro que há de servir para nelle carregar os gados que tenho ao ganho, títulos a juro de que sou direito senhor eu António Luis Pereira - juntamente os assentos das terras que compro”

Escreveu com letra firme, bem desenhada, na primeira pessoa do singular, utilizando o estilo do tabelionato de modo a afirmar o poder de assinante e, sobretudo, conferindo valor e autenticidade a todas as informações que ali foram registadas. Para reforçar a veracidade de tudo quanto foi anotado no livro, António assinou com um sinal público de extraordinária beleza onde o A e o L se entrelaçam contornados de arabescos que só ele sabia desenhar.

Com este livro dava-se início a um conjunto de 9 *Livros de Razão*, onde o comerciante se preocupou em registar o movimento de duas das suas actividades comerciais: “o gado ao ganho” e o dinheiro emprestado a juros. A estes dois assuntos que surgem como as principais actividades na preocupação dos registos, António Luís Pereira acrescentou nas suas anotações um terceiro tema: o livro também serviria para “assentar” as terras que ele tinha intenção de comprar¹¹.

Faltava, no entanto, a este conjunto de *Livros de Razão* o movimento das compras e vendas da loja. Como tantos outros comerciantes instalados nas aldeias, António tinha como principal função assegurar as indispensáveis relações desta localidade com o mundo exterior¹². Nessa medida pareceu-nos, à primeira vista, estar perante uma documentação que nos fornecia uma informação parcelar dos negócios desenvolvidos pelo negociante. Todavia, após uma observação mais atenta do conteúdo dos diferentes livros que tínhamos em mãos, verificamos que, apesar do empréstimo do dinheiro a juros e o negócio do “gado ao ganho” terem a primazia na informação

¹¹ Estes livros não provêm de um depósito de arquivos públicos. Eles fazem parte de um pequeno espólio privado pertencente aos descendentes de António Luís Pereira e constituem um dos elementos do património e memória familiar. O acaso permitiu-nos o acesso a esta documentação, tendo-nos sido concedido o privilégio de a consultar e estudar. Ao longo deste estudo, sempre que utilizarmos a informação extraída de algum destes livros será indicada como pertencente ao Arquivo Privado da Família Pereira (APFP).

¹² MICHEL, Louis - Un marchand rural en Nouvelle-France. François-Augustin Bailly de Messin (1709-1711). *Revue d'histoire de l'Amérique-Française*. 33, n.º 2 (1979) 215-262. JUSTINO, David - *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*. Lisboa: Ed. Vega, vol. I, 1988, p. 224-272.

registada, era também possível aceder à proveniência de alguns produtos que abasteciam a loja, à origem, composição e gestão do património imóvel que o comerciante foi adquirindo ao longo dos anos, sendo ainda possível encontrar aqui e ali, apontamentos de carácter mais particular que diziam respeito a despesas com obras de melhoramentos de alguns prédios, tentativas de desenvolvimento de outros negócios e pequenas questões de carácter familiar.

A partir de então, fomos confrontados com a necessidade de definir a tipologia desta documentação e determinar o valor histórico das suas informações. Como classificar os livros nos quais aquele, que nos parecia ser um pequeno negociante de aldeia, foi lançando, ao longo de uma vida de negócios muito activa, um conjunto de notas por ele consideradas da máxima importância?

Tudo indicava que estávamos perante um conjunto de Livros de Razão. Porém, na opinião de Roland Mousnier um Livro de Razão completo deve conter três partes: “a primeira dedica-se à história da família, à sua genealogia, aos parentes, às alianças, aos casamentos, aos nascimentos dos filhos e aos óbitos. Em segundo lugar, deve conter tudo o que concerne o património e a gestão dos bens, as receitas, as despesas, as economias, os investimentos. Em último lugar, este tipo de documentação deve conter os conselhos, os costumes, a conduta, enfim os princípios fundamentais em relação a Deus, ao próximo, à família e a si mesmo”¹³. Na mesma linha, Jean Tricard distingue os Livros de Razão de outras fontes que pertencem a géneros vizinhos como os diários, as crónicas, as memórias ou as autobiografias, porque, segundo o autor, os “Livros de Razão associam a contabilidade dos bens com a contabilidade dos membros da família, ou seja, dão informações patrimoniais e informações familiares. São uma espécie de memória contabilística e familiar aplicada aos bens e aos homens”¹⁴.

Se adoptássemos qualquer destas definições no seu sentido literal não poderíamos classificar os livros em análise como Livros de Razão já que eles contêm, tão-somente, informações sobre uma parte da actividade comercial

¹³ MOUSNIER, Roland - *Les institutions de la France sous la Monarchie Absolue (1598-1789)*, Paris: PUF, Tome 1, 1974, p. 48-49.

¹⁴ TRICARD, Jean - Les livres de raison français au miroir des livres de familles italiens: pour relancer une enquête. *Revue historique*. 624 (2002) p. 999.

e da vida económica e material do negociante que os elaborou. Falta-lhes a “história da família” ou “a memória contabilística aplicada aos homens”. A reforçar esta ideia, os livros que fazem parte do espólio em análise também não deveriam ser considerados como Livros de Razão, já que no seu conteúdo não poderemos apreender o princípio ou a ideia de linhagem que, segundo Mousnier, deve estar presente na redacção de todos os Livros de Razão. O seu autor era um simples e obscuro comerciante de aldeia e não o membro de uma família da fidalguia minhota preocupado com as origens ancestrais de modo a provar a antiguidade da sua linhagem¹⁵.

Porém, nem todos os historiadores apresentam uma definição tão completa, nem consideram que a ideia de linhagem seja o princípio identificador dos Livros de Razão. Para Madeleine Foisil “o livro de razão é simplesmente um livro no qual um bom administrador ou um comerciante escreve tudo o que ele recebe e gasta para dar conta a ele próprio de todos os seus negócios”¹⁶. Segundo a mesma autora, na maior parte, os Livros de Razão são, à primeira vista, o mais elementar livro de contas podendo, no entanto, surgir exemplares mais desenvolvidos, mais elaborados e com uma maior riqueza e diversidade de informação. Mas, mesmo quando isso se verifica, é sempre à volta das contas que eles se articulam e se constroem. Se aplicarmos esta definição e caracterização à documentação que tínhamos entre mãos, podemos dizer que estamos perante um conjunto de Livros de Razão nos quais, desde a primeira página – no auto de abertura – estão expressos os princípios que devem presidir à gestão de um bom negociante e administrador dos seus bens.

Mau grado as limitações e insuficiências já apontadas, a observação destes Livros de Razão, como passo prévio para a análise que pretendemos levar a cabo, deve revestir-se de prudência e fazer-se atentamente porque o seu conteúdo permite-nos aceder a algumas informações que podem ser consideradas o “embrião vital” para o conhecimento do percurso de vida

¹⁵ As histórias de vida do homem comum foram valorizadas pela actual historiografia em virtude do papel que assumem no acesso ao conhecimento da massa anónima que ajudou a construir a história de um povo. Cf. DOSSE, François - *Le Pari Biographique. Écrire une vie*. Paris: Ed. La Découverte, 2005, p. 327-337.

¹⁶ FOISIL, Madeleine – Escritos de foro privado in ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (dir) - *História da Vida Privada*. Porto: Ed. Afrontamento, 1990, vol. 3, p. 332.

deste negociante e das redes familiares, sociais e políticas por ele entretecidas visando a sua valorização, a obtenção de prestígio e o seu reconhecimento pela comunidade onde se tinha inserido. Juntamente com a análise das grandes rubricas – dinheiro a juro, gado ao ganho, compra de terras – devemos estar atentos às pequenas anotações, aos inúmeros papéis (recados e mensagens) e cartas que foram guardados no interior das páginas destes livros. Cruzar toda esta informação com outras fontes – arquivos notariais, registos paroquiais e recenseamentos eleitorais – tornou-se necessário não só para colmatar lacunas como também para lhes dar um sentido mais lato que pudesse ultrapassar a simples contabilidade ou a riqueza material de um indivíduo.

2. De negociante a proprietário e senhorio

A novidade que representam as abordagens das questões sociais e culturais através dos procedimentos da micro-história e a riqueza de informações que é possível extrair a partir dos Livros de Razão transformou-se num desafio. O indivíduo – António – e a reconstituição do seu percurso de vida, em geral inacessível às outras abordagens historiográficas, tornaram-se nos nossos principais objectos de estudo¹⁷. Mas, na medida em que os indivíduos se inserem em determinados contextos, *pensar* António Luís Pereira permitirá compreender as principais características que se desenvolvem em torno do funcionamento de determinados grupos sociais como, por exemplo, o grupo dos homens de negócio ao qual ele pertencia.

As primeiras páginas, do primeiro Livro de Razão, estão preenchidas com “o gado ao ganho” que, a partir de 1837, António começou a espalhar pelos vários lugares da freguesia de Paderne e de outras freguesias do mesmo concelho de Melgaço¹⁸. Alguns bois, poucos cavalos, uma experiência com

¹⁷ REVEL, Jacques – Prefácio..., cit., p. 19. Na opinião do autor, uma das novidades dos procedimentos da micro-história, verifica-se na capacidade que tem em inventar novos objectos de estudo.

¹⁸ Na medida em que esta actividade era considerada ilícita pelas *Ordenações* (Quarto Livro, Título LXIX), dificilmente se poderá encontrar, em Portugal, documentação oficial sobre este tipo de negócio apesar de ter sido muito praticado entre nós como também foi em vários países da Europa, ao longo do Antigo Regime. No Minho, o negócio do “gado ao

cabras que parece não ter resultado e muitos porcos, é, em síntese, aquilo que podemos encontrar nos primeiros registos relativos a este negócio. Enquanto os bois e os cavalos se destinavam à venda nas feiras de gado da região, os porcos eram entregues para engorda durante um ano, no final do qual ele recebia metade da carne ou os presuntos. Nestas primeiras páginas, as referências à compra de porcos, ao seu preço, em casa de quem estavam e quantas arrobas de carne tinham rendido, são as informações que mais chamam a atenção. De 1837 para o ano de 1838 comprou 16 porcos que colocou, pelas condições já indicadas, a engordar em casa de várias vizinhas – os nomes indicados nestes contratos são sempre de mulheres, porque a criação de porcos pertence à economia doméstica da casa camponesa e, por isso, é uma das tarefas que concerne às mulheres.

Aqui e ali aparecem os empréstimos de dinheiro a juros. Apesar de se tratar de pequenas quantias, o nosso negociante não deixa de tomar algumas precauções exigindo garantias: fiadores ou hipotecas. É um negócio que parece dar os primeiros passos. Para cada empréstimo, além de anotar o nome e a morada do devedor e a garantia dada, ano após ano vai registando o pagamento dos juros e o abatimento do capital até à total liquidação da dívida ou à sua transferência para outro responsável. Em todos os empréstimos pode verificar-se que o pagamento dos juros se prolonga por alguns anos e nem sempre é feito em dinheiro. Por vezes, tanto os juros como o capital da dívida eram abatidos com produtos agrícolas como, por exemplo, o milho¹⁹.

Mas o conteúdo mais significativo deste primeiro Livro de Razão é, sem dúvida, a compra e arrendamento de terras. Por isso, centremo-nos, por ora, nesta rubrica. A partir da página 14 surgem as primeiras referências

ganho” sobreviveu até ao século XX, sendo praticado através de contratos orais. Por isso, não possuímos estudos que nos permitam avaliar a importância e a extensão que esta forma de criação de gado atingiu no nosso país. Sobre “o gado ao ganho” cf. MORICEAU, Jean-Marc - *L'Élevage sous L'Ancien Régime (XVIIe – XVIIIe siècles)*. Paris: SEDES, 1999, p. 15-30; DEMONET, Michel - *Tableau de l'Agriculture Française au milieu du 19^e siècle. L'enquête de 1852*. Paris: EHESS, 1990, p. 97-99; ANTOINE, Annie, BOEHLER, Jean-Michel, BRUMONT, Francis - *L'Agriculture en Europe Occidentale, à l'époque moderne*. Paris: Belin, 2000, p. 172-173.

¹⁹ APFP, *Livro de Razão* n.º 1, fol. 29. Em 5 de Julho de 1840 anotou que tinha “de José Luís Lourenço e mulher, do lugar do Pinheiro, uma escritura feita na nota de Almeida de Melgaço pelo empréstimo de 144.760rs a juro”. E acrescentou: “os juros que paga são 24 alq. de milho cada anno segundo o nosso contrato”.

à compra de terras. Pelas datas indicadas, as compras tinham começado antes da aquisição do Livro e do início da sua redacção. Por isso, o nosso negociante, almejando fazer uma boa gestão do seu património iniciou os assentos das compras de terras com os prédios rústicos que tinham sido adquiridos em 1835.

Primeiro foi a terra da *Pocinha*, à qual se seguiu, em 1836, os *Balados da Ponte da Lage*. Em Janeiro de 1837, comprou a *Coutada da Abelenda*, em Agosto do mesmo ano, o *Pelo Grande da Abelenda* e no mês seguinte, Setembro, o *Pelo Pequeno da Abelenda*. Em Janeiro de 1838, negociou outro “*bocado*” de terra da *Pocinha* e em 16 de Maio adquiriu mais um bocado de terra junto da *Ponte da Lage*, denominado de *Calçadinha*. A 25 do mesmo mês, obteve outra terra da *Pocinha* e em Novembro do mesmo ano negociou a *Casa dos Moinhos*. A partir de então, António instalou-se, definitivamente, no lugar dos Moinhos, de onde passaria a desenvolver os seus negócios.

Quadro nº 1 – Compras de imóveis de António Luís Pereira (1835-1845)

Data	Nome da propriedade	Valor da Compra em rs	Renda	Situação da propriedade
25/04/1835	Campo da Pocinha	71.890	10 alq.	Hipotecada/1840
26/12/1836	Valados da P. Lage	24.500	12 alq.	Hipotecada/1840
16/01/1837	Coutada d'Abelenda	29.000		Hipotecada/1840
13/08/1837	Pêlo G. d'Abelenda	40.000		Hipotecada/1840
09/09/1837	Pêlo P. d'Abelenda	25.000	1,5alq./milho	
16/01/1838	Campo da Pocinha	12.000	14 alq./milho	
16/05/1838	Campo Calçadinha	45.160	¼ de feijão	
25/05/1838	Campo da Pocinha	26.000		
17/11/1838	Casa dos Moinhos	54.000		
09/06/1839	Propriedade de Barreiros	245.000	16alq./milho 0,5alq./feijão	Hipotecada 1840/1841
09/07/1839	Coutada da Portinha	43.000	2.000rs	Hipotecada/1840
16/08/1843	Moinho da Lage	95.000	“a meias”	
25/08/1844	O Souto	24.000		
27/11/1844	Casa do Granjão	15.000	100rs/mês	
08/07/1845	Casa dos Moinhos	27.000		
27/04/1845	Rocio/C. da Cruz	68.000	7alq./milho ¼ de feijão	
20/07/1845	Canastro e Eira	20.750		
30/12/1845	Campo o Bal	16.500	2 alq.	
Total Compras e Rendas		881.300	Milho/62,5alq. Feijão/1 alq. 1.200rs	

Fonte: A.P.F.P.: Livro de Razão nº 1, fol. 14 a 17, 24 a 25v, 35 a 36, 39v a 41, 45 a 45v.

Além de registrar o nome pelo qual as propriedades eram conhecidas e a data da sua aquisição, o negociante, cuidadoso com a gestão dos seus bens, não se esqueceu de nos indicar o nome do antigo proprietário, o preço pelo qual fez a compra, as despesas com as escrituras e sisas, bem como o montante pelo qual estas propriedades foram arrendadas. António era negociante. Investia em terras, mas não as trabalhava. Só o “vinho” fugia a este modelo de exploração! O “vinho”, como ele designava a exploração das vinhas, ficava por sua conta ou, pertencia “à casa”, raramente arrendando a exploração das vinhas. Quanto ao resto, após a aquisição das terras, entregava-as a lavradores da freguesia – frequentemente ao antigo proprietário – em troca de uma renda composta essencialmente de cereais (milho) e feijão.

Mas as aquisições não tinham cessado. Em 1839, o negociante fez uma das suas maiores aquisições ao comprar o *Pelo da Calçadinha* e a *Propriedade de Barreiros* “por arrematação em haste publica”. Depois desta compra, na qual parece ter despendido uma grossa quantia em dinheiro, só voltaria a fazer nova aquisição em 1843, quando comprou um moinho junto da Ponte da Lage que arrendou “a meias” a uma moleira. A compra de bens imóveis parece ter finalizado em 1845 quando adquiriu uma outra casa, no mesmo lugar dos Moinhos, “com seu rocio, o Campo da Cruz”, além de um canastro, uma eira e mais outro pedaço de terra, designada de *Campo do Bal*.

Como se pode observar pela síntese apresentada no quadro nº 1, o jovem negociante, que se tinha instalado na aldeia com uma loja, transformou-se, apenas numa década, num proprietário fundiário relativamente abastado se considerarmos que estava sediado numa região que é um dos bastiões do minifúndio minhoto. Com a aquisição de terras de distinta qualidade e diferentes áreas (coutadas, leiras, pêlos, campos, campinhos e souts), com a compra de casas, de um moinho, de uma eira e um canastro, António tinha conseguido formar uma verdadeira exploração agrícola que lhe permitiria assegurar o sustento de uma família, mas, sobretudo abastecer a sua loja com produtos agrícolas originários da região: milho, feijão e vinho.

Todavia, a sua verdadeira vocação era o comércio. Para o desenvolver, em Junho de 1839, resolveu tomar por “*emprazamento de 3 vidas*” umas casas no lugar da Portela com o seu alpendre e lagar de azeite “que tudo

era de Simão Pereira da Brejoeira [...] por oito mil reis de foro cada ano”. No entanto, no dia 13 de Agosto do mesmo ano, António arrendou esta “venda” a outro negociante, Manuel Caetano Ribeiro, por moeda e meia cada ano (7.200rs) “com a condição de serem para [ele] todos os estrumes que fizer na corte da dita casa, e vender [o seu] vinho em primeiro lugar”²⁰.

Neste Livro de Razão, ainda podemos encontrar os assentos de outros negócios ou experiências que empreendeu, mas que foram abandonadas logo que detectou que não tinham a rentabilidade que ambicionava. Por exemplo, em 1847, anota uma “lembrança de linho que junta e vai para casa”. Recebera o linho em “pares” que depois foram transformados em “afuzais”. Nesse ano, tendo recebido, 223 “pares” que renderam 9 “afuzais” apontou que se tratava de “fraco negócio”²¹. Todavia, pensamos que estamos perante mais uma forma de pagamento habitual nos meios rurais onde predominava a economia de subsistência. A produção de linho era outra das fontes de rendimento da pequena economia agrária. Semeado, colhido e tratado pela mão-de-obra feminina, o linho transformava-se em moeda de troca na aquisição de outros géneros necessários ao bem-estar da família camponesa. Além disso, o linho era uma das principais matérias-primas na preparação dos enxovais e na confecção de peças de vestuário como, por exemplo, as camisas e os saiotes “representando praticamente metade do consumo total de têxteis”²². Daí o interesse de qualquer negociante em possuir na sua loja linho para venda. Em cabelo, fiado ou tecido, o linho era um produto de consumo generalizado quer nos meios rurais quer nas cidades e, por isso, com grande interesse comercial. Estando as sociedades rurais privadas de meios monetários, os lavradores pagavam a compra dos produtos de que necessitavam com os géneros que retiravam das suas explorações agrícolas. Por sua vez, os comerciantes, instalados nestes meios, atribuíam-lhes um valor e recebiam-nos como pagamento dos produtos que vendiam,

²⁰ APFP, Livro de Razão nº 1, fol. 26 e 27.

²¹ APFP, Livro de Razão nº 1, fol. 94v e 95.

²² MADUREIRA, Nuno Luís - *Lisboa. Luxo e Distinção (1750-1830)*. Lisboa, 1990, p. 72; DURÃES, Margarida - *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no termo de Braga (sécs. XVIII – XIX)*. Tese de Doutoramento, Univ. do Minho, 2000, p. 218-231; JUSTINO, David - *A Formação do Espaço...*, cit. p. 161.

voltando a colocá-los no mercado de forma a obterem uma mais-valia²³. Se o negócio do linho fora “*fraco*” devia-se, certamente, à inexperiência de António que sobreavaliou os “*pares*” de linho na expectativa que rendessem mais “*afuzais*”. Será que continuou a aceitar os “*pares*” de linho como forma de pagamento das compras que os clientes faziam na sua loja? Nada nos permite afirmar essa possibilidade porque nunca mais voltamos a encontrar qualquer apontamento sobre este tipo de negócio nos Livros de Razão.

A análise destas e de outras informações, veiculadas pelo 1º Livro, despertou-nos o interesse em saber mais sobre este indivíduo que desde o começo da nossa observação se revelou extremamente habilidoso para os negócios, arrojado, de uma lucidez invulgar em relação aos negócios que lhe eram mais vantajosos, correndo riscos sem descurar a máxima precaução.

Afinal, quem era António Luís Pereira? A que família pertencia? A uma família de comerciantes? Como e onde tinha ele aprendido a arte de fazer negócios?

O que se sabe da sua vida, até ao dia em que ele sentiu necessidade de organizar contabilisticamente os seus negócios nos Livros de Razão que passou a possuir, está quase inteiramente contido nos registos paroquiais e nos arquivos notariais havendo, no entanto, muitos aspectos do seu percurso de vida e da sua actividade que continuam na sombra.

3. Sob o lema “é preciso dinheiro para fazer dinheiro”

António era natural da freguesia de Paço Vedro de Magalhães, do concelho de Ponte da Barca²⁴. Nascido em 1812, era o primeiro filho do casamento de André Bento Pereira, natural da mesma freguesia, com Maria

²³ CAPELA, José Viriato Eiras - O porto de Viana no contexto do comércio externo português (análise à balança comercial de 1781) in *Viana – o mar e o porto*, Viana do Castelo, 1987, p. 94; Cf. ainda, DURÃES, Margarida - Une population qui bouge: Les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIIIe – XIXe siècles). *Obradoiro de História Moderna*. 15 (2006) 69-75.

²⁴ Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC), Registo Paroquial, *Livro de Nascimento (1851-1866)*, da freguesia de Paderne, concelho de Melgaço, fol. 11.

Teresa de Oliveira, natural da freguesia de Adaúfe, do concelho de Braga, realizado em 16 de Julho de 1809²⁵.

Não conhecemos a data exacta nem as razões que levaram esta família a abandonar a freguesia de Paço Vedro de Magalhães e a região de Ponte da Barca para se instalar no concelho de Valadares²⁶. As últimas informações que obtivemos na região de Ponte da Barca datam de 1820 e referem-se ao nascimento e baptizado de Rosália Teresa, terceira filha de André Bento e Maria Teresa²⁷. Depois desta data, os nomes dos pais de António desaparecem dos registos da paróquia de Paço Vedro.

Em razão do exposto não podemos deixar de apontar os fortes indícios que nos alertaram para a tradição migratória que parecia viver-se no seio desta família. Em primeiro lugar, aquando do nascimento de António ficamos a saber que os seus avós maternos e a sua mãe Maria Teresa eram originários da freguesia de Adaúfe, concelho de Braga. Em sentido contrário ao das históricas migrações minhotas²⁸, esta família tinha optado por Ponte da Barca, região que se situa a norte de Braga. Em segundo lugar, o prolongado espaçamento existente entre os nascimentos do segundo e terceiro filho do casal – Francisco José, segundo filho do casal nascido a 12 de Novembro de 1814, era 6 anos mais velho do que sua irmã Rosália Teresa – chamaram a nossa atenção, já que é um dos indicadores que permite suspeitar da existência de ausências continuadas e habituais de André Bento. Estaremos perante mais um dos muitos lavradores minhotos que necessitavam de partir periodicamente “*ao ganho*” para complementarem o magro rendimento que

²⁵ ADVC, Registo paroquial. *Livro de Nascimentos (1777-1854)*, da freguesia de Paço Vedro de Magalhães, concelho de Ponte da Barca, fol.140v e *Livro de Casamentos (1748-1853)*, da freguesia de Paço Vedro de Magalhães, concelho de Ponte da Barca, fol.176v.

²⁶ O concelho de Valadares foi extinto pelo decreto de 24 de Outubro de 1855. Até então integrava várias freguesias que foram distribuídas pelos concelhos de Monção e Melgaço. A freguesia de Paderne que integrava o concelho de Valadares ficou a pertencer a Melgaço depois da extinção daquele concelho.

²⁷ ADVC, Registo paroquial. *Livro de Nascimentos (1777-1854)* da freguesia de Paço Vedro de Magalhães, concelho de Ponte da Barca, fol. 168v.

²⁸ SAMPAIO, Alberto - *Estudos Históricos e Económicos*. Porto, Livraria Chardon, 1923, p. 176-178.

conseguiam retirar das suas pequenas explorações agrícolas e, desse modo, sustentarem a família²⁹?

A partir de um determinado momento – que ainda não conseguimos datar –, André Bento terá resolvido partir de novo. Porém, desta vez, a família acompanhou-o. Seguindo a tradição familiar, optaram por rumar ainda mais para norte, estabelecendo-se no concelho de Valadares, junto da fronteira com a Galiza. Também aqui a família de António continuará a ser registada, na documentação consultada, como se tratando de lavradores. Porém, graças a um pequeno apontamento que António inseriu no seu livro quando, em 1835, adquiriu a primeira “*terra da Pocinha*”, ficamos a saber que o pai, além de lavrador executava trabalhos de pedraria. Comprada a leira e havendo necessidade de fazer algumas obras de beneficiação, António chamou o pai, a quem pagou o serviço de reparação dos muros como a qualquer outro pedreiro, apontando no seu livro as despesas que tinha efectuado com as reparações, nos seguintes termos: “*por obras que meu Pai lhe fez que paguei 11\$000rs*”³⁰.

Sendo António filho de pequenos lavradores que tinham necessidade de complementar os seus rendimentos com os ganhos que o chefe de família conseguia auferir trabalhando no sector da construção, como é que ele conseguiu o capital necessário para encetar a sua actividade de negociante?

A resposta foi-nos dada pela análise dos Livros de Notas dos Tabeliães do concelho de Valadares.

Em 26 de Novembro de 1840, quando António tinha à volta de 28 anos, teve de fazer uma escritura de “*confissão de dívida*”, facto que nos permitiu conhecer o seu benfeitor e principal financiador dos seus negócios³¹. Nessa escritura, o nosso negociante confessa que foi o padre Manuel José Gomes Vilarinho, reitor de uma paróquia vizinha que em “*diferentes parcelas e ocasiões lhe avia emprestado para arranjos de seu negocio e algumas*

²⁹ DURÃES, Margarida - Espírito de aventura ou aperto da vida? As Migrações Internas e os seus Impactos na Organização Familiar e Social das Comunidades Rurais do Alto-Minho (sécs. XVIII–XIX). *Estudos Regionais*, 2ª série, 3 (2009) 117 – 145.

³⁰ APFP, Livro de Razão nº 1, fol. 13v.

³¹ Segundo o historiador Gérard Béaur, existem múltiplos laços entre as dívidas e o mercado fundiário, entre a circulação de terra e a circulação de dinheiro. Cf. BÉAUR, Gérard - Foncier et crédit dans les sociétés préindustrielles. Des liens solides ou des chaînes fragiles?. *Annales H.S.C.* 6 (1994) 1411-1428.

compras de bens” várias quantias, das quais resultou, no momento da escritura, uma dívida de 200 mil réis. E como de momento, António não tinha dinheiro para pagar, não só confessava a dívida como garantia o seu pagamento com a hipoteca de alguns bens imóveis de que era proprietário³².

No ano seguinte, em 1841, encontramos o mesmo negociante a fazer nova confissão de dívida. Desta vez os credores pertenciam à firma José Vicente & Companheiro, negociantes da vila de Monção. Pelo teor da escritura ficamos a saber que era desta firma que “*a vários annos tinha trazido fazendas fiadas para sortimento de seu negocio*”, confessando estar a dever “*por a justo de contas*” a quantia de 191.460rs. Como também não tinha meios para inteira satisfação da quantia em dívida, António obrigava-se por seus bens a pagar o capital e os juros “*em pagamentos iguais de dois em dois meses e cada hum de vinte e quatro mil réis athe emteira satisfação*”. Como garantia dava em hipoteca o seu campo do Soutilho e a sua propriedade de Barreiros³³.

Com algum dinheiro emprestado e abastecendo o seu negócio a crédito, António tinha conseguido comprar vários bens fundiários que arrendava logo de seguida. Simultaneamente adquiria gado que colocava a engordar de modo a obter mais-valias na sua venda e emprestava dinheiro a juro. Com estas estratégias, o negociante conseguia rentabilizar ao máximo os capitais que lhe emprestavam assim como os créditos que obtinha dos seus fornecedores. O cruzamento da análise dos seus apontamentos contabilísticos com o conteúdo destas duas escrituras notariais sugere-nos que a principal estratégia comercial, utilizada por António e que está no cerne do seu êxito, era a que resultava da célebre expressão: “*pagar com o pêlo do mesmo gato*”. Todas estas ilações podem ser confirmadas se nos ativermos ao rol das terras compradas e que, ao longo de vários anos, foram sendo hipotecadas como garantia de pedidos de empréstimos ou como garantia de dívidas contraídas na compra de produtos para abastecer a “*venda*” que possuía no lugar dos Moinhos. Nunca as perdeu! Nunca as hipotecas tiveram de ser activadas! Os lucros que ele obteve nos distintos negócios, foram suficientes para saldar os créditos e empréstimos quando chegava o momento de fazer os pagamentos.

³² ADVN, Arquivo Notarial de Monção. Julgado de Valadares, 3º officio. Cota: 5.7.29., fol. 3v-4.

³³ ADVN, Arquivo Notarial. Julgado de Valadares, 2º officio. Cota, 5.1.2.54, fol. 71v-73v.

Mas demoremo-nos um pouco mais na escritura de confissão de dívida à firma José Vicente & Companheiro. Ela representa um dos raros documentos que possuímos em relação ao negócio que se realizava na “*venda*”. Por ela ficamos a saber que entre os vários produtos que ali eram vendidos estavam as fazendas ou panos adquiridos no armazém de Monção. E, pela quantia em dívida, António tinha um grande escoamento de produtos têxteis que não parece coadunar-se nem com o número de possíveis clientes da aldeia nem com a sua capacidade de consumo³⁴. Mas, como em qualquer outra loja de aldeia o sortido teria de ser mais variado, já que os comerciantes rurais eram os principais intermediários e o elo de ligação entre o mundo rural e o mundo urbano. Das cidades e vilas vinham os produtos que as economias agrícolas de subsistência não produziam e, paralelamente, as mesmas cidades e vilas eram abastecidas pelos excedentes das economias rurais.

Não é difícil conhecer os produtos originários da região que António ajudava a escoar. Os cereais, milho e centeio, mas sobretudo o vinho e os presuntos, eram os principais produtos da região comercializados por este negociante. O milho era-lhe fornecido através dos arrendamentos das suas terras mas também era moeda de troca utilizada pelos camponeses nas compras que faziam na “*venda*” assim como servia para pagar os juros e as dívidas que contraíam junto do negociante. O vinho, como já antes referimos era proveniente das suas terras, sendo as vinhas exploradas directamente. Todavia, quando o seu vinho não chegava para o abastecimento da “*venda*”, António adquiria uvas a outros proprietários como aconteceu no ano de 1847. Neste ano comprou “todas as uvas de Bento da Arroiteia por 5.000rs e renderão 24 cestos”. No ano seguinte, em 1848, colheu nas suas terras 105

³⁴ A importância dos têxteis, no sortido das lojas dos comerciantes rurais, já foi avaliada noutros estudos que se dedicaram à análise pormenorizada do papel desempenhado por estes agentes económicos no abastecimento das regiões rurais e no escoamento dos produtos originários da agricultura. Cf., além da bibliografia já apresentada, PRONOVOST, Claude - *Marchands et crédit marchand au début du XIXe siècle* in BOUCHARD, G. e GOY, J. (dir) - *Famille, économie et société rurale en contexte d'urbanisation (17^e-20^e siècles)*. Actes du Colloque d'histoire comparée Québec-France. Chicoutini/Paris: SOREP/EHESS, 1990, p. 237-249; neste caso particular, não podemos deixar de notar a localização da loja. A proximidade da fronteira com a Galiza permitiria a António alargar a área dos seus negócios através dos circuitos legais e ilegais que neste período incrementaram o comércio entre as regiões fronteiriças. Ver sobre o assunto JUSTINO, David - *A Formação do Espaço...*, cit. p. 215-218.

cestos de uvas. Como não há qualquer referência a compras de uvas a outros lavradores, pensamos que neste ano conseguiu abastecer a “venda” com o vinho produzido nas suas próprias terras³⁵. Por seu lado, o abastecimento de presuntos era feito através do sistema de negócio “do gado ao ganho” que, como já fizemos notar anteriormente, ele explorou desde os inícios da sua actividade de negociante.

Os produtos que vinham de fora eram, como já vimos, as fazendas mas, também, o sal e um conjunto muito variado de miudezas destinadas ao fabrico dos utensílios produzidos pelas pequenas oficinas artesanais da região. Como já antes sugerimos, as referências ao movimento comercial da loja são escassas, surgindo aqui e ali de uma forma indirecta. Quase sempre, essas referências encontram-se relacionadas com os títulos de dívida que eram aceites e assinados pelos clientes. Quando os montantes das dívidas na loja atingiam valores elevados o seu pagamento era protelado. Então, António passava-as a títulos de dívida, cobrando-se de juros e pedindo garantias do seu pagamento.

Foi assim que António construiu uma verdadeira rede de negócios. Estes não eram independentes da posse de terras assim como estas não estavam apartadas da actividade das lojas que mantinha nos dois principais lugares da freguesia: Moinhos e Portela. Como proprietário fundiário, à exploração das suas terras que era feita em regime de arrendamento ele aliava a produção de vinho e a criação de gado. Juntamente com as terras arrendadas, os rendeiros recebiam algumas cabeças de gado compradas pelo comerciante e fornecidas segundo o sistema de “gado ao ganho”³⁶. O “gado ao ganho” e o empréstimo de dinheiro – as principais informações que podem ser extraídas de todos os Livros de Razão que António nos legou – não eram mais do que um prolongamento das actividades anteriores. A maioria dos títulos de dívida referidos nos livros, e mesmo aqueles que foram transformados em escritura pública, eram assinados por clientes da

³⁵ APFP, Livro de Razão nº 1, fol. 84.

³⁶ MEIJIDE PARDO, António - Aspectos del Comercio Gallego de Exportacion a Portugal en el siglo XVIII in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. III. História Moderna, S. de C., 1975, p. 803-823. Segundo o autor, desde o séc. XVIII que Portugal era abastecido legal e ilegalmente de gado e cereais provenientes da região galega. No séc. XIX o comércio de gado intensificou-se graças à alta dos preços verificada em Portugal.

loja, onde aos débitos das compras de artigos se juntavam algumas quantias que tinham sido pedidas por empréstimo.

Através dos dados que conseguimos até agora reunir, é possível apreciar a amplitude do seu êxito e reconstituir os mecanismos essenciais que foram adoptados no caminho da sua ascensão social. Num complexo Deve-Haver, onde se inscrevem várias estratégias de negócio, António Luís Pereira passou, a pouco e pouco, de pequeno negociante devedor de somas avultadas aos fornecedores e ao seu protector, a proprietário rural e a “capitalista” que além de conceder empréstimos a juros financiava a criação de um número significativo de cabeças de gado bovino e cavalar.

Quando se inicia a década de cinquenta, o seu valor e prestígio já eram reconhecidos pelos seus pares, reunindo as condições para realizar o seu matrimónio no seio do grupo de que agora fazia parte. Em 1852, com 40 anos de idade, decide casar-se. Para esposa escolheu Francisca de Araújo, pertencente à família dos Sousas Vianas, comerciantes no lugar de S. Gregório, da freguesia de Cristóval³⁷. Este casamento, realizado no seio do mesmo grupo socioprofissional, deve ter-lhe permitido não só a consolidação do seu lugar na rede de negócios da região mas também lhe deve ter aberto novos horizontes. No ano seguinte, a 9 de Maio de 1853, consolidou esta aliança tendo escolhido para padrinho de baptismo do seu filho primogénito, Manuel Policarpo, o P^o. Policarpo José de Araújo, irmão de Francisca.

4. De eleitor a elegível

Todavia, é nos recenseamentos eleitorais que o percurso de vida de António Luís Pereira melhor se visualiza, além de ser possível encontrar, nesta documentação, outras informações sobre as suas actividades que não foram contempladas nas fontes até agora utilizadas.

Com a implantação do regime liberal em Portugal deu-se início à produção dos recenseamentos ou listas eleitorais que tinham como principal

³⁷ ADVC, Registo Paroquial. *Livro de Casamentos* da freguesia de Cristóval (1827-1884), concelho de Melgaço, fol. 29. Cf. também, ESTEVES, Augusto César - *O Meu Livro das Gerações de Melgacenses*. Melgaço: Ed. A., 1989, p. 442.

objectivo conhecer a população apta a participar nos actos eleitorais, através dos quais eram escolhidos os representantes dos cidadãos nos distintos órgãos da governação política e administrativa da nação. “Apesar de defensores da liberdade e da igualdade, os regimes liberais desenvolveram a sua filosofia política e social segundo critérios objectivos como a posse de propriedade fundiária, os rendimentos e a instrução de cada cidadão”³⁸. Elaborados segundo a legislação eleitoral que foi promulgada, ao longo de todo o século XIX, pelos distintos parlamentos que governaram o país, os recenseamentos eleitorais estavam formatados segundo os dois pilares básicos da filosofia liberal – fortuna e instrução – em que assentava a edificação de todo o sistema político e conseqüentemente o funcionamento do aparelho do Estado³⁹. Os sufrágios que davam origem às listas eleitorais eram voluntários e restritos. Os cidadãos, interessados em participar no acto eleitoral, deviam apresentar-se voluntariamente, munidos dos seus documentos a fim de provar as condições exigidas ao acto eleitoral, o qual permanecerá restrito ao longo do regime monárquico constitucional. Só alguns eram eleitores e muito poucos eram elegíveis. A participação no acto eleitoral era restrita aos cidadãos que declaravam um rendimento líquido anual de, pelo menos, 100 mil réis, enquanto era necessário um rendimento de 400 mil réis para se ser elegível⁴⁰.

António sabia ler e escrever, como ficou comprovado no auto de abertura do 1º Livro de Razão. Mas a sua idade, a qualidade de homem solteiro e a não posse de propriedade fundiária não lhe permitiam apresentar-se a sufrágio para participar nos actos eleitorais. O seu nome aparece nas listas eleitorais do concelho de Melgaço, pela primeira vez, em 1844, quando já tinha 32 anos de idade⁴¹. Continuava solteiro mas, agora, era proprietário. Por essa

³⁸ DURÃES, Margarida - Entrelaçando a teia Política. Profissões e rendimentos dos chefes de família nos recenseamentos eleitorais (Braga, 1851). *Noroeste. Revista de História* 3 (2007) 587.

³⁹ ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.) - *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*. Lisboa: Imp. Nacional, Casa da Moeda, 1998.

⁴⁰ VARGUES, Isabel Nobre e RIBEIRO, M. Manuela Tavares - Estruturas políticas: parlamento, eleições, partidos políticos e maçonarias in MATTOSO, José (dir) - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, p. 191-198.

⁴¹ Arquivo Municipal da Câmara de Melgaço, *Listas dos recenseamentos eleitorais do Concelho de Melgaço* (1844-1920).

razão, declarou, para preenchimento da rubrica correspondente à “*décima predial*”, a quantia de 2.400rs. A partir de então, o seu nome passou a constar nas listas anuais do concelho, sendo possível observar a evolução dos seus rendimentos e a sua correspondente proveniência. Em 1848, quando já tinha adquirido a maioria dos seus haveres, a verba correspondente à *décima predial* aumentou para 3.200rs, passando a preencher, também, a rubrica correspondente à “*décima dos vencimentos*” com 600rs. No ano seguinte, os montantes declarados em cada uma destas rubricas subiram para 4.000rs e 800rs respectivamente.

Quadro nº 2 – Montantes das contribuições pagas por António Luís Pereira

Data	Idade	Estado	Profissão	Total da Contribuição
1844	32	solteiro	negociante	2.400rs
1848	36	solteiro	negociante e escrivão da Paz	3.800rs
1852	40	casado	negociante e escrivão da Paz	4.800rs
1856	44	“”	negociante e escrivão da Paz	4.800rs
1860	48	“”	negociante	7.792rs
1868	53	“”	negociante	8.280rs
1878	66	“”	negociante	33.935rs
1882	70	“”	negociante	36.240rs
1886	74	“”	negociante	41.743rs
1887	75	“”	negociante	146.078rs

Fonte: A.M.C.M.: *Listas dos recenseamentos eleitorais do Concelho de Melgaço (1844-1887)*.

Graças às informações veiculadas pelas listas eleitorais ficamos a saber que António, além de negociante e proprietário, tinha sido nomeado escrivão do juiz de paz da freguesia de Paderne auferindo a remuneração correspondente à de um funcionário administrativo judicial⁴². Foi o domínio da escrita, competência rara que só alguns detinham naquela época, que lhe permitiu assumir estas funções. Embora “ser um elemento da população, que conhece os modos de vida, os problemas, as dificuldades da vida dos restantes membros da comunidade” também possa ter contribuído para tal nomeação⁴³. Detendo o cargo de escrivão, os rendimentos aumentaram e com eles teria acumulado prestígio e reconhecimento, acabando por ser declarado elegível para “*jurado*”. As funções de escrivão da paz teriam sido

⁴² Sobre o funcionamento e competências dos Juízos de Paz cf. CARVALHO, José Alberto B. S. de - *Tensões numa Comunidade Rural do Baixo Minho. Adaiife e o seu Juízo de Paz (1835-1880)*. Tese de Mestrado. Univ. do Minho, 1993, p. 74-91.

⁴³ Id., *ibid.*, p. 97.

abandonadas em 1857/58, já que nessa época desapareceram as referências relacionadas com o cargo.

Em 1860, aos 48 anos de idade, pela décima predial e dinheiro a juros, ficou registada a quantia de 7.792rs à qual se acrescentou 710rs pela côngrua e primícias. Continuava a ser elegível e, a partir de então, passou a ser apontado como um dos “40 maiores contribuintes” do concelho de Melgaço. Como se pode observar pelo quadro nº 2, em 1878, aos 66 anos de idade, verificou-se uma extraordinária subida dos montantes declarados para pagamento dos impostos. Na “décima predial” o montante registado é de 13.195rs enquanto nos “diversos” foi lançada a verba de 20.740rs. Em 1887, quando António já tinha 75 anos de idade, os montantes declarados registaram um novo aumento, repartindo-se pelas várias rubricas das contribuições, do seguinte modo: décima predial, 52.410rs; décima industrial, 16.485rs; rendas de casas, 7.681rs; décima de juros, 69.502rs. A estes montantes juntava-se uma nota onde se declarava que António era elegível para o exercício de “cargos administrativos”.

A imagem do percurso contributivo de António, explanada nas listas dos recenseamentos eleitorais, reflecte, sem dúvida, o seu sucesso não só no mundo dos negócios mas também espelha o reconhecimento que conquistou na comunidade em que estava inserido ao ser apontada a sua capacidade para participar na vida política através do exercício de cargos administrativos. Não o fez! Mas o legado ficou para os seus descendentes.

Faleceu em 1895, com 84 anos de idade, “na sua casa de morada do lugar dos Moinhos (...)”. Segundo reza o assento de óbito, “não fez testamento, deixou filhos” e “foi sepultado no adro desta Igreja”⁴⁴.

Em síntese: devemos acrescentar que os registos esparsos e confusos do 1º Livro de Razão terminam em 1855. Entre esta data e 1869 não temos qualquer anotação ou registo dos negócios desenvolvidos por António. A partir de então, seguem-se 8 Livros de Razão que não só são de maior dimensão como adoptam uma nova metodologia, consubstanciada nos seguintes aspectos:

⁴⁴ Conservatória do Registo Civil do Concelho de Melgaço. *Livro de Óbitos* da freguesia de Paderme. Assento nº 20, ano de 1895.

- em primeiro lugar, os diferentes ramos de negócio ou de investimentos foram separados devido ao grande incremento que cada um deles registou a partir daquela data. O “gado ao ganho” teria atingido tal dimensão que passou a merecer um livro próprio, aparecendo a partir de agora separado dos empréstimos de dinheiro a juros;

- em segundo lugar, é de notar que à actividade creditícia – esta regista um tal movimento que parece estar-se perante um pequeno banco rural – junta-se a partir de 1869, o negócio de câmbio ou a compra e venda de moeda espanhola que alimentava as redes de comércio da região com a vizinha Galiza. Trata-se de um novo ramo de negócio. No início surge timidamente mas, no final do período a que se reportam os Livros de Razão, o negócio do câmbio irá prevalecer sobre todos os outros. É a época em que os negócios já contavam com a colaboração de Francisco José Pereira, filho e sucessor de António. Aquele conhecia e sabia utilizar alguns elementos da moderna contabilidade como “*as partidas dobradas*”, que reforçam não só a imagem de um comerciante actualizado, como também a necessidade de possuir uma contabilidade ordenada e metódica devido ao incremento e desenvolvimento do negócio do dinheiro.

No entanto, algumas anotações de carácter familiar persistem em aparecer nas margens da contabilidade, reenviando-nos constantemente para outros níveis de pesquisa onde o enfoque da análise deixa de se centrar no indivíduo para privilegiar a avaliação das estratégias do grupo familiar e das redes sociais em que estas personagens se inseriam.

Este ensaio, circunscrito à narração da história de vida de António, acabou por nos conduzir à necessidade de elaborar análises particularizadas no âmbito dos dois ramos de negócio – “*gado ao ganho*” e empréstimo de dinheiro a juro – mas, também, desenvolver os estudos em torno das estratégias familiares de modo a conhecer como António utilizou e transmitiu aos seus descendentes o êxito económico e o reconhecimento e prestígio conquistados ao longo do seu percurso de vida. Uns e outros ficarão para uma próxima oportunidade ...!

A cidadania infantil na Primeira República e a tutela da infância. A criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo*

Maria Rosa Tomé

Doutoranda na Universidade de Coimbra

Assistente no Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra

rosa_tome@hotmail.com

Texto recebido em/ Text submitted on: 30/01/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 07/05/2010

Resumo/Abstract:

Sob forte influência do debate internacional e com apoio político dos republicanos, a Lei de Protecção à Infância (LPI) de 1911, constitui uma referência para o avanço da cidadania infantil em Portugal. A criação da Tutoria da Infância e da Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças prometiam a aplicação de medidas preventivas e profiláticas para garantir a defesa dos direitos da criança. Contudo, era preciso um investimento maior e mais diversificado, acima de tudo, para enfrentar os problemas estruturais da sociedade portuguesa. Nos grandes centros urbanos as dificuldades das crianças e as suas famílias eram crescentes. Em Coimbra, a pobreza atingia também algumas das instituições de apoio social às crianças. A criação da Tutoria da Infância e do Refúgio anexo, foi então necessária à obra da assistência (ou tão só mais uma obra de assistência à criança em Coimbra).

Under the strong influence of the international debate and with the political support of the Republicans, the Childhood Protection Law (*Lei de Protecção à Infância* - LPI) of 1911 is a reference of the progress of infant citizenship in Portugal. The formation of the *Tutoria da Infância* and the *Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças* promised the implementation of preventive and prophylactic measures for safeguarding children's rights. However, there was the need for more and diversified investment, particularly to respond to the structural problems of Portuguese society. In large urban centres, children and their families faced growing constraints. In Coimbra, poverty was also inflicted on institutions of children's social welfare. The formation of the *Tutoria da Infância* and its shelter provided essential support (or was one more institution providing child care in Coimbra).

Palavras chave/Keywords:

Protecção social e judicial; Cidadania infantil.

Social and legal protection; Infant citizenship.

* O estudo aqui apresentado insere-se num projecto ainda em curso sobre a política social dirigida à infância em Portugal e que constitui a investigação para doutoramento, na especialidade de História Contemporânea, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1. Modernidade e cidadania infantil

No século XIX a questão da infância tornou-se uma especificidade da questão social. A criança ganhou estatuto e mérito para se tornar objecto de atenção e de controlo em vários domínios da vida civil, social, laboral, escolar e penal. No século XX, foi o primeiro grupo a merecer uma declaração específica no quadro dos Direitos do Homem. A Declaração dos Direitos da Criança, conhecida como Declaração de Genebra, foi aprovada na *International Save the Children Union*, em 1923, e adoptada por unanimidade pela Assembleia da Sociedade das Nações (V sessão), em Genebra, em 1924. Ainda por esta década, diferentes países europeus legislaram políticas de protecção judicial específicas, para defender os seus direitos e interesses.

Os problemas da/com a criança e do/com o jovem, inerentes ao processo de crescente industrialização e urbanização, bem como os mecanismos de protecção social que se iam desenvolvendo em cada país, foram sistematicamente debatidos nos congressos internacionais, de tal forma que podemos considerar que uma “internacional da infância”¹ socializou os conceitos e as respostas aos problemas, abrindo caminho à “internacionalização” de tendências sobre a definição das idades mínimas para o trabalho², sobre a escolaridade obrigatória³, a repressão contra a

¹ Expressão usada por referência à internacionalização das medidas de protecção social e judiciária, difundidas pelos congressos internacionais de protecção à infância e penitenciários. Cf. DUPONT-BOUCHAT, M. S. and PIERRE, E. (ed.) – *Enfance et justice au XIX siècle*. Paris: PUF, 2001, cap. 6.

² Ver a regulamentação, primeiro em Inglaterra, na Prússia, em França, etc. Em Portugal o Código Civil de 1867 impunha o limite máximo de 9 h de trabalho diário aos menores de 14 anos. Cf. LOPES, Maria Antónia - Crianças e Jovens em risco no século XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 2 (2002) 155-184. A OIT criada em 1919 deu início à organização de princípios internacionais de organização do trabalho, tais como a supressão do trabalho das crianças e a limitação do dos jovens, a fim de lhes permitir a sua educação. Em 1931, 53 países integravam esta organização, apesar de haver no seu seio diferentes ritmos de adesão às suas orientações. Cf. CASTIGLIONI G. E. di Palma – Conferência apresentada à X Sessão da Associação, Internacional de Protecção à Infância. *Miscelânea*. Lisboa, 1931.

³ De uma forma geral por todo o lado, o Liberalismo lançou as bases para a universalização da instrução e para o combate ao analfabetismo. Em Portugal, a República criou 50 novas escolas de primeiras letras e com elas baixou o analfabetismo. Cf. TOMÉ, Maria Rosa – *A criança e a delinquência juvenil na Primeira República*. Lisboa: CPIHTS,

mendicidade, a promoção das condições de vida pela luta contra a pobreza, contra a doença e mortalidade infantil, entre outras. Para o final do século XIX e princípios do século XX, intensificaram-se as trocas de ideias sobre a sua protecção, pelo controlo judiciário dos interesses e direitos dos jovens de menor idade, pela criação de tribunais tutelares, à semelhança dos tribunais americanos, que se difundiram pela Europa particularmente pelos anos 20 do século XX e que ficaram conhecidos como tutorias/tribunais de Menores.

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, as respostas sociais americanas e europeias vieram por iniciativa de personalidades e de movimentos sociais, fortemente apoiados pelas Igrejas⁴ e pelos governos⁵. De assunto privado, familiar, a criança passou a assunto de Estado, com garantias registadas nos códigos, civil e penal. Do ponto de vista do direito civil, o século XIX acrescentou à noção de menoridade e da tutela obrigatória a definição dos limites ao exercício do seu poder. Do ponto de vista penal, o século XX definiu a inimputabilidade pela idade, marcando o desenvolvimento de um sistema de protecção especial para as crianças e jovens que não estivessem devidamente inseridas nas instituições sociais que o sistema económico e social definiu

2003, p. 72. Em 1911 75,1% da população portuguesa era analfabeta. Entre 1911 e 1930, o analfabetismo cresceu em números absolutos em cerca de 150.000, mas em termos relativos baixou para 67,8%. O analfabetismo feminino era substancialmente superior. Cf. CARVALHO, Rómulo – *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 726 Os países do norte da Europa fizeram disto um combate, de tal maneira que na Finlândia da década de 1930 o analfabetismo estava praticamente extinto. Cf. TOMÉ, Maria Rosa – *A criança e a delinquência...* cit, p. 74.

⁴ Na Europa católica, o movimento de laicização e a secularização que influenciou grande parte deste período expulsou a Igreja deste processo. Contudo, as dificuldades de recrutamento de pessoal especializado para o funcionamento do sistema e o facto de haver experiência acumulada pelas Ordens Religiosas em matéria de educação, permitiu que estas, muitas vezes, fossem a “solução” adoptada, principalmente para se ocuparem das raparigas. Neste sentido ver o papel das Irmãs do Bom Pastor de Angers e as Irmãs da Caridade de Gand em DUPONT-BOUCHAT, M S and PIERRE, E – *Enfance et justice...*, cit., p. 86-89.

⁵ Por todos os países se verifica que alguns dos filantropos ocupavam cargos executivos, eram ministros, directores das prisões, pertenciam às elites influentes, etc. Sobre a situação no EUA, cf. PLATT, A. – *Los salvadores del niño. A invenção de la delinquência*. México; Argentina: Siglo XXI, 4ª ed., p. 70-78 Nos países francófonos, cf. DUPONT-BOUCHAT, M S and PIERRE, E – *Enfance et justice...*, cit., p. 52-61 Em Portugal, cf. TOMÉ, Maria Rosa – *A criança e a delinquência...* cit., p. 90.

como fundamentais para o seu desenvolvimento adequado, bem como ao cumprimento das expectativas que a modernidade abriu para todos.

Segundo Dominique de Fraene⁶, quatro “forças produtivas” interagiram no sentido da criação de um sistema de protecção à infância, precursor da definição de um quadro judiciário para o estabelecimento de um regime especial para menores. A saber: o desenvolvimento de uma forte e sustentada atitude crítica face aos efeitos do sistema penal sobre os menores; a compreensão de que as crianças podiam engrossar o reservatório de mão-de-obra disponível e adaptá-lo às necessidades da indústria; a sensibilidade humanista de alguns sectores da burguesia, críticos da aplicação de um regime meramente retributivo às crianças e jovens infractoras à lei penal; e o nascimento de uma racionalidade científica, essencialmente clínica, para tratar a inadaptação social, de forma a controlar a sua perigosidade.

2. A Assistência à infância e a criação dos Tribunais de Menores

Em Portugal, particularmente com a Regeneração, assistimos ao desenvolvimento de uma atenção especial à questão da infância como estratégia de regeneração da nação. A sua protecção, controlo e educação foram entendidas como um investimento para o desenvolvimento e para a riqueza do país. Assim, a criança tornou-se um alvo de diferentes áreas da ciência e de políticas sociais e judiciais. A monarquia liberal portuguesa do século XIX, atenta à questão social, obrigou o Estado a promover, regulamentar e fiscalizar a beneficência, fomentando a criação de instituições que, oriundas de subscrições privadas, foram fortemente apoiadas pelos governos. Às misericórdias, herança que permanecia indispensável pelo papel que desempenhavam no socorro aos pobres e doentes, juntaram-se os asilos da mendicidade e da infância desvalida, as associações de socorros mútuos, as creches, os albergues nocturnos, os dispensários, os lactários e as cozinhas económicas. Assim, a prevenção da doença, a repressão

⁶ FRAENE, Dominique de – A Reforma da Justiça dos Menores. Entre Compromissos Pragmáticos e Aporias Crónicas. *Infância e Juventude*. 99.3 (1999) 10-11.

da mendicância e do crime, o socorro à invalidez e à infância foram preocupações e linhas centrais de intervenção nos governos liberais⁷.

A atenção dirigida a estes grupos desenvolveu-se no seio de pensamentos conflitantes entre as velhas ideias conservadoras e as novas ideias liberais, entre a influência conservadora da Igreja e a vaga reformista do cientismo em desenvolvimento. Identificamos três correntes que, grosso modo, persistiram nas primeiras décadas do século XX. A primeira diz respeito à influência da Igreja na beneficência. Os ideais da caridade cristã tiveram primazia, por vezes articulados de forma eclética com o conceito emergente de assistência por direito⁸. Algumas instituições, eram apoiadas por ordens religiosas, como por exemplo o Dispensário Rainha D. Amélia, cuja enfermagem foi entregue às irmãs dominicanas até à implantação da República, altura em que foi encerrado. Quando reabriu, o serviço de enfermagem profissionalizou e laicizou⁹.

Na Primeira República foi declarado por Afonso Costa, responsável pela lei da separação, que os bens da Igreja seriam entregues à protecção à infância¹⁰. A direcção das obras nascidas com o republicanismo tiveram uma orientação laica até que o Estado Novo permitiu, primeiro, reintroduzir o catolicismo no processo educativo dos jovens internos e, depois de assinada a concordata, a passagem da direcção e do modelo educativo de algumas instituições para as ordens religiosas¹¹.

⁷ LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – Introdução in LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro (dir.) - *Portugaliae Monumenta Misericordiarum 8. Tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2010, p. 7-30.

⁸ LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro - Introdução, cit.

⁹ MARTINS, Alcina - *Génese, emergência e institucionalização do serviço social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT, 1999, p. 58-60.

¹⁰ Discurso de Afonso Costa à Câmara de Deputados in *Diário da Câmara de Deputados* de 2 de Agosto de 1911, 36ª sessão e artigo 104º, 2º da Lei da Separação da Igreja e do Estado, de 20 de Abril de 1911. No Decreto-Lei 10:767 de 15 de Maio de 1925, artigo 130º, pode ler-se “Os bens das extintas congregações religiosas que estão ou vierem a ficar na livre disposição do Estado, constituem um património confiado à guarda e administração da Federação Nacional das Instituições de Protecção à Infância”. A secção administrativa da Federação designava-se “Comissão Jurisdicional dos Bens das Extintas Congregações Religiosas” (artigo 131º).

¹¹ A Congregação da Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers assumiu a partir de 1944 a direcção do Reformatório Feminino de Viseu, criado em 1928. Em 1962 foi firmado um protocolo entre a Direcção-Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores

A segunda diz respeito ao movimento da medicina social e do higienismo. Segundo Foucault¹², a construção histórica do que chamou medicina social e urbana, que se desenvolveu particularmente a partir da Alemanha, França e Inglaterra, com a introdução da importância política da medicalização, da investigação médica e do desenvolvimento das instituições de saúde, deu origem, a partir do século XVIII, ao nascimento de uma economia da saúde e de uma medicina social, com o fundamento de construir uma certa tecnologia do corpo social e uma boa relação entre o organismo e o meio. Por um lado, o reconhecimento político, económico e social do corpo como força de trabalho, fez da medicina uma “estratégia biopolítica”¹³ e, por outro, a importância reconhecida às condições de vida e bem-estar, fez com que, na prática, introduzisse um *corpus* físico-químico para controlo das coisas do ambiente. Esta biotecnologia permitia então um controlo disciplinar sobre as pessoas e um processo de regulação estatal sobre a população¹⁴.

Assim, e depois da definição de salubridade do espaço urbano e da criação de mecanismos de atenção médica à pobreza muitas instituições nasceram, conferindo ao panorama da filantropia uma nova roupagem especializada, atenta ao problema da insalubridade urbana, da falta de água potável, das epidemias, da fome, da mortalidade infantil e tantos outros problemas que exigiram a tomada de medidas públicas profiláticas e eugénicas, que contaram com a forte contribuição dos médicos¹⁵.

(DGSJM), Eurico Simões Serra e a Irmã Maria do Precioso Sangue, superiora provincial da Congregação, reforçando, ao abrigo do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 33262 de 24 de Novembro de 1943, a cooperação nos termos do acordo. Passaram para sua direcção o Reformatório de Viseu, que passou a designar-se Instituto de São José e o Instituto Corpus Christi em Vila Nova de Gaia. Em 1961 foi revisto o acordo elaborado em 1951 entre a DGSJM e a Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, assinado por Eurico Simões Serra e pelo padre Armando da Costa Monteiro, atribuindo-lhe a direcção da Colónia Correccional de Izeda, que passou a designar-se Escola Profissional de Santo António. Cf. BANDEIRA, Filomena – O reformatório feminino de Viseu: São José do Bom Pastor. A reestruturação da rede em meados do século XX in *Arquitectura de serviços públicos em Portugal: os internatos na justiça de menores 1871-1978*. Lisboa: DGRS e IHRU, p. 205. *Infância e Juventude* 28 (1961).

¹² FOUCAULT, Michel – *Estratégias de poder. Obras essenciais*, vol II. Barcelona: Paidós, 1999, p. 363-366.

¹³ FOUCAULT, Michel – *Estratégias...* p. 366.

¹⁴ FOUCAULT, Michel – *É preciso defender a sociedade*. Lisboa: Livros do Brasil, p. 255-267.

¹⁵ MARTINS, Alcina - *Génese, emergência...*cit., p. 51 e ss.

Uma terceira discussão, alimentada pela filosofia jurídica, vem desacreditar a tese do livre arbítrio em favor do positivismo e defender a implementação de medidas de prevenção pela vigilância social dos indivíduos, como estratégia central de defesa social e de controlo dos problemas que pudessem causar dano à vida social. Esta perspectiva centra a atenção nos indivíduos e no seu controlo. Particularmente no domínio da criminologia desviou o discurso do crime para o criminoso, do acto para o actor. Em matéria penal, a sanção à medida do dano causado¹⁶ foi substituída pela sanção com a medida necessária à recuperação social do indivíduo, para a defesa da sociedade, criando-se, em alternativa à pena de prisão, uma forma de vigilância social pelo sistema de *probation* e pela liberdade condicional, ou, em caso de reconhecida perigosidade, a sentença indeterminada.

É no âmbito do desenvolvimento destas ideias que a preocupação com os jovens de menor idade se tornou alvo de uma atenção particular pelo mundo fora. O problema da infância pobre, maltratada, vadia, mendiga, anormal, indisciplinada e delinquente era uma afronta à ordem social e corria pelo mundo desde o século XIX, por via da tomada de consciência, quer social quer judicial, que a defesa social como princípio de justiça exigia medidas “prevenção”¹⁷ à inadaptação social, pela conjugação de medidas de assistência com medidas de prevenção criminal. Esta preocupação, é bem evidente nos congressos internacionais sobre a protecção da infância e nos congressos penitenciários internacionais dos finais do século XIX e princípios do século XX (1886-1921). Sendo já voz corrente a necessidade

¹⁶ A justa medida da pena em função do dano causado era apanágio das teses clássicas do crime. A criminologia positivista exigia o conhecimento do sujeito, da sua condição e motivações para o crime. Assim era possível enquadrá-lo numa tipologia indicativa do seu grau de perigosidade. Uma equipa de peritos tinha como função determinar “o tipo”, informar o juiz, para que a medida fosse adequada ao sujeito, à sua recuperação social e preventiva em relação à reincidência. Sobre as teses do livre arbítrio cf. BECCARIA, Cesare - *Dos Delitos e das Penas*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Sobre a criminologia nova e seus procedimentos. COSTA, Afonso - *Comentário ao Código Penal Português. Escolas e princípios de criminologia moderna*. Coimbra, 1895 e *Os Peritos no processo penal - Legislação portuguesa, crítica, reformas*. Coimbra, 1895.

¹⁷ É de notar o carácter restritivo do conceito à ideia de defesa social, nos princípios do século XX e, portanto, à prevenção dos efeitos da inadaptação social. Não obstante o desenvolvimento do discurso dos direitos sociais que se foi acentuando a partir de meados do século XX, o conceito inscrito na legislação tinha maior valor de controlo e disciplina do que de luta contra a exclusão social.

de separar as crianças e os jovens dos adultos em cumprimento de pena de prisão, o Congresso Internacional de Protecção à Infância de 1886, realizado em Paris, já divulgava os relatórios dos diferentes países sobre os recursos institucionais para as crianças abandonadas e para os jovens infractores¹⁸. A partir de então discute-se: i) a definição da prevenção como forma de aplicação do princípio de defesa social à criança, a formação do pessoal de vigilância, entre outros, no Congresso Penitenciário de Estocolmo, em 1878¹⁹; ii) a categorização da infância, nos Congressos de São Petersburgo e de Antuérpia em 1890²⁰; iii) a substituição da sanção penal por medidas de protecção, de prevenção e de regeneração, bem como a criação de um tribunal para jovens a partir dos 16 anos e a definição do papel dos mecanismos de vigilância social e apoio à reinserção social dos jovens saídos dos internatos (o patronato), no Congresso de Washington em 1910²¹. Em 1911, no Congresso Internacional para os Tribunais da Infância²², difundiu-se a discussão sobre a criação do tribunal de menores, sua composição e funcionamento, as regras próprias de processo, mais simplificadas e personalizadas, as medidas de protecção e de prevenção criminal, em vez de medidas sancionatórias, os limites de idade das crianças ou jovens que deviam ser julgados em tribunal de menores. Foram ainda debatidos e aprofundados nos congressos temas como a relação entre os tribunais e as famílias das crianças e jovens, a questão das crianças “anormais”, os métodos de observação e profilaxia a desenvolver, a especialização do pessoal, entre outras, bem como foram permitidas a troca de ideias e de experiências entre os países participantes.

¹⁸ Cf. BONJEAN, M. M. – *Congrès International de la Protection de l'Enfance*. Paris: A Durand et Pedone-Lauriel editeurs, Libraire de la Comotion d'Appel et de l'Ordre des Avocats, 1886, p. 90-138 e 212-248. Sobre os relatórios apresentados por Portugal cf. p 126-129 e 234-236.

¹⁹ GUILLAUME – *Le Congrès Penitentiaire International de Stockholm*, 15-26 de Agosto 1878. Comptes-rendus des séances. Stockholm. Bureau de la Commission Pénitentiaire Internationale, 1879.

²⁰ GUILLAUME – *Actes du Congrès Pénitentiaire International de Saint-Petersbourg*, 1890. Saint-Petersbourg: Bureau de la Commission d'Organization du Congrès, 1892.

²¹ *Actes du Congrès Penitentiaire International de Washington*. Outubro 1910.

²² *Acte du Congrès International des Tribunaux des Mineurs*. Paris, 1911.

A partir de 1900 havia já um plano elaborado à escala europeia, para propor reformas legislativas e das instituições, promover o patronato e criar os tribunais de menores segundo o modelo americano²³.

As elites burguesas do século XIX e os movimentos religiosos, católicos e protestantes, consagraram os internatos para crianças e jovens, separados dos adultos. Para o final do século, o perfil da filantropia adquire uma nova feição especializada, com médicos, juristas e pedagogos e, apoiados em fortes movimentos sociais, principalmente de mulheres, e da elite financeira, angariam força para reclamar, junto das instâncias legislativas e governamentais, a criação dos tribunais de menores. O primeiro foi criado em 1899, no estado de Illinois, nos Estados Unidos. Em 1905 foi revista a lei e em 1911 existiam tribunais de menores em 26 estados norte-americanos. Esta experiência serviu de modelo e a sua difusão permitiu ganhar adeptos em diversos países. Na primeira década do século XX havia já tribunais da infância a funcionar na Alemanha, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália e Canadá e reuniam esforços para a sua criação em França, Bélgica, na Rússia, Áustria, Suíça e Hungria²⁴.

3. A Protecção judicial e as Tutorias/Tribunais de Menores em Portugal

A primeira lei da protecção à infância foi o decreto de 1 de Janeiro de 1911 que criou as comissões de protecção. Foram criadas em Lisboa e no Porto, em Janeiro e Fevereiro, respectivamente. Mas foi a lei de protecção à infância (LPI) de 14 de Junho de 1911, que deu início à organização de um sistema judicial de protecção às crianças e jovens, pioneiro na Europa na implementação das novas ideias da criminologia.

Este processo acompanhou as vicissitudes quer internacionais quer nacionais. Por um lado, fez-se sentir a representação portuguesa nos congressos internacionais, acompanhando as preocupações e os debates em

²³ Cf. DUPONT-BOUCHAT, M. T and PIERRE, E. – *Enfance et justice...*, cit., p. 397.

²⁴ CASABIANCA, M. Pierre – Comunicação ao Primeiro Congresso Internacional dos Tribunais de menores. Paris, 29 de Junho 1911, p. 306-307.

voga²⁵ e, por outro, com a primeira guerra mundial, viu-se agravar o problema da infância ao mesmo tempo que se fizeram sentir restrições orçamentais, que criaram fortes constrangimentos ao desenvolvimento do sistema²⁶.

O sistema português implementado pela LPI, sob forte impulso de padre António Oliveira e com o apoio do ministro da Justiça e dos Cultos Afonso Costa, criou as Tutorias em Lisboa e no Porto (1911 e 1912 respectivamente)

²⁵ Encontrámos participação de personalidades portuguesas nos debates internacionais: nos Congressos Penitenciários Internacionais, Ferreira-Deusdado foi delegado oficial ao Congresso de 1890 em São Petersburgo e relator e participante em discussões no Congresso de Paris em 1895. Foi também presidente de Honra ao III Congresso Internacional de Antropologia Criminal de Bruxelas. Em 1885 em Roma, esteve João Silva Mattos, advogado em Lisboa e em 1878, em Estocolmo, M. Soto Maior, ministro plenipotenciário e enviado extraordinário ao congresso. No século XX encontrámos uma forte presença portuguesa em alguns eventos. Em 1911 houve três congressos, dois dos quais sobre a questão dos menores, mas onde não estiveram portugueses. O terceiro foi o VII Congresso Internacional de Antropologia Criminal, em Heidelberg onde estiveram como delegados do governo Barbosa de Magalhães e Júlio de Matos. Em 1921, no Segundo Congresso Internacional de Protecção à Infância os juizes Abel Pereira do Vale e Pereira de Castro apresentaram relatórios da situação portuguesa. Em 1925, J. J. Henriques da Silva, advogado e cônsul português em Swansea, foi delegado do governo português ao IX Congresso Penitenciário Internacional realizado em Londres. José Beleza dos Santos foi considerado por Eduardo Correia “uma das coordenadas de ligação do nosso país com o mundo culto”. Foi chefe da delegação portuguesa aos Congressos Penais e Penitenciários Internacionais de Londres, Praga, Berlim e Haia, ao I Congresso das Nações Unidas de Genebra, entre outros. No II Congresso Internacional de Criminologia em 1950, realizado em Paris-Sorbone, estiveram os médicos psiquiatras Dr Baía Júnior, director Hospital Conde Ferreira; Fernandes H. J. de Barahona, Professor de psiquiatria na Faculdade de Medicina de Lisboa; Marcelo Bastos de Barros, assistente da Faculdade de Medicina, médico no Conde Ferreira, assistente estrangeiro na Faculdade Medicina Paris; Óscar Teixeira de Bastos, médico chefe e auxiliar da direcção do Instituto de Medicina Legal, professor da policia científica do curso Superior de Medicina Legal de Lisboa, encarregado do curso técnico de policia e da Direcção da Polícia Judiciária de Lisboa, delegado do governo português; Dr. Correia de Oliveira, professor de psiquiatria da Faculdade Medicina da Universidade de Coimbra, representante da Clínica Psiquiátrica de Coimbra; Dr. Luís Augusto Duarte Santos, médico legista e psiquiatra, encarregado do curso da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e o Dr. Luís Vasco Navarro Soeiro médico psiquiatra do Hospital Júlio de Matos em Lisboa. Esteve também o Professor Doutor José Beleza dos Santos professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e delegado da Associação Internacional de Direito Penal. Relativamente aos congressos estas são apenas referências. Muito mais há para pesquisar e divulgar sobre as visitas e viagens de estudo realizadas por ordem dos governos, das traduções das obras de autores portugueses e de autores estrangeiros para português.

²⁶ Cf. OLIVEIRA, Augusto de - Movimento da Criminalidade em Portugal. Comunicação feita ao Congresso das Ciências da População, a convite da Comissão dos Centenários, em Setembro de 1940. *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*. Ano I, (1940), p. 106.

e, portanto, as condições para o desenvolvimento de “um processo de therapeutica moral, de hygiene preventiva contra o crime, antes do crime, e de hygiene curativa contra o crime consummado, de maneira a evitar a sua repetição”²⁷, que permitiu a avaliação diagnóstica para determinação de medidas individualizadas de prevenção criminal e sua execução, de acordo com os novos preceitos legais. O resto do país teve de aguardar pela lei de 1925, que regulamentou a expansão do sistema, concluída apenas no Estado Novo²⁸. Nas colónias portuguesas, o regime jurídico para menores foi estabelecido apenas em 1956, pelo decreto-lei n.º 40703, de 26 de Julho, para “tornar extensivas ao ultramar, pura e simplesmente, as disposições que na metrópole integram o regime jurídico de menores, com base no Código Civil, que está em vigor em todo o território nacional”, bem como “centralizar a política e descentralizar a administração” de forma a permitir a adequação dos procedimentos aos indígenas²⁹.

O primeiro tribunal de menores foi criado em Lisboa com a designação de Tutoria da Infância. A publicação do estatuto judiciário de 1944 alterou a sua designação para Tribunal de Menores³⁰ e em 1977 a Lei n.º 82/77, introduziu profundas alterações à organização dos tribunais judiciais, levando à divisão entre tribunais de menores e tribunais de família.

A opção inicial pela designação Tutoria da Infância pretendia evitar o estigma gerado pelo tribunal, instituição de vocação punitiva, bem como funcionar com proximidade aos jovens, para prevenir e curar os problemas, mais do que condenar e sancionar. Na introdução à LPI define-se como “um tribunal colectivo especial, essencialmente de equidade, que se destina a defender ou proteger as crianças em perigo moral, desamparadas ou

²⁷ *Diário do Governo* n.º 137, Lei de 14 de Junho de 1911. Introdução da LPI.

²⁸ Em 1931 havia 157 tutórias, três centrais, em Lisboa, Porto e Coimbra e as restantes comarcãs. Relativamente à rede institucional de suporte às decisões do tribunal, todos os refúgios e institutos de reforma ou correcção para raparigas foram criados a partir de 1927. Os institutos para rapazes, com excepção dos refúgios e do Instituto da Guarda, datam de finais do século XIX ou princípios do século XX. Cf. Relatório apresentado ao X Sessão da Associação, Internacional de Protecção à Infância. *Miscelânea*. Lisboa, 1931.

²⁹ No artigo 1.º, § único ficou estabelecido que os tribunais de menores funcionavam nos de comarca ou municipais. Não sendo objecto deste artigo, vale deixar nota sobre a regulamentação diferenciada para os jovens indígenas e não indígenas, quer em matéria de processo quer nos internatos, para cumprir medidas.

³⁰ Decreto-Lei n.º 33547 de 23 de Fevereiro de 1944, artigo 8.º e 70.º a 72.º.

delinquentes, sob a divisa: educação e trabalho. Este tribunal julga pela sua consciência, como um bom pae de família, no amor pela verdade e justiça, e sempre no interesse das crianças”. No julgamento deveria prevalecer o critério de necessidade de “despertar a criança para o cumprimento do bem (...) lavando-lhe a alma das sujidades, dos detricitos em que nasceu e se desenvolveu, e mostrando-lhe a lua clara da verdade, os ensinamentos rehabilitadores da justiça”. Estes procedimentos constituíam na época novas formas de direito penal. “Para que a therapeutica estrictamente preventiva produzisse resultados apreciáveis, teve o presente decreto de procurar formas novas de direito civil”. Assim, definiu as causas de inibição do poder paternal e simplificou e abreviou o processo.

As restrições orçamentais que se viviam na República aconselharam a dar início ao sistema, a título experimental, com a criação da Tutoria de Lisboa e para julgar apenas as causas relativas às crianças maltratadas, desamparadas e delinquentes. Fixou-se o número e categoria do pessoal do Depósito de Menores, os seus vencimentos e demais despesas, de entre a “verba de 10:000\$00 réis” que o decreto de 1 de Janeiro já havia estipulado. Pedia-se também o aumento dos vencimentos do quadro de pessoal da correcção de Caxias³¹.

3.1. As instituições judiciais da protecção

As instituições que marcaram o arranque do sistema foram a Tutoria da Infância, o Refúgio da Tutoria Central de Lisboa e a Escola Central de Reforma de Lisboa. A Tutoria era composta por um juiz de direito, seu presidente e dois vogais com o título de juizes adjuntos, médicos, advogados ou professores, nomeados pelo presidente e escolhidos de entre homens bons³². Funcionavam também com o delegado da comarca, os agentes do Ministério

³¹ “Esse aumento fica ao cuidado da Assembleia Constituinte, que, olhando às circunstancias da nossa vida económica nacional, não deixará de olhar também aos dispêndios de energia a que corresponde o aproveitamento dos menores confiados ao trabalho, à iniciativa do respectivo pessoal, e ao dever de estimular os que não se pouparam a canseiras a fim de transformar numa casa modelo o que há alguns anos era considerado o Inferno das crianças”. Preâmbulo da LPI.

³² Artigo 5º e seguintes da LPI.

Público e os delegados de vigilância³³. O Refúgio e a Escola Central de Reforma eram instituições da Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças e eram dotadas com pessoal administrativo, de vigilância, professores e preceptores para fazer funcionar o sistema socioeducativo do internato e dos serviços domésticos para a organização do quotidiano da vida interna. O Refúgio tinha ainda um médico a dirigir o posto antropométrico, uma enfermeira e, como pessoal auxiliar, professores de trabalhos manuais, de canto coral, de ginástica e instrução militar³⁴. A Escola de Reforma estava dotada de mestres para fazer formação para profissões industriais (marcenaria, trabalhos em talha, serralharia mecânica ou artística, litografia, tipografia, alfaiataria e sapataria) e agrícolas (horticultura, pomologia e jardinagem)³⁵.

A par com a Tutoria, a LPI criou a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças (artigo 112º a 131º), que definiu como a “união jurídica, moral e facultativa de várias instituições, quer oficiais quer particulares, de propaganda, educação e patronato, que deverão formar um verdadeiro systema de hygiene moral e social”. Era superintendida pela Junta Superior³⁶ e contava na sua composição com o Director Geral da Assistência Pública. A estrutura organizacional, previa a descentralização dos serviços. Havia três circunscrições (norte, centro e sul) e, em cada, uma junta central com uma delegação em cada comarca, a junta comarcã, e esta com uma subdelegação em cada freguesia, a junta paroquial. Pertenciam à Federação instituições de propaganda, de educação preventiva, de educação reformadora ou correccional e de patronato. Qualquer instituição do ministério da Justiça criada ou reformada pela LPI era por direito, uma instituição federada. Já os internatos de outro ministério, destinados à

³³ Segundo o artigo 16º da LPI, os delegados de vigilância formavam um corpo de polícia especial, que tinham por função: fazer os inquéritos aos pais ou tutor; deter ou prender os menor ou os seus pais ou tutores e levá-los à presença do juiz; vigiar os menores que lhes forem indicados e desempenhar as suas funções conforme o estatuto.

³⁴ Artigos n.º 138º, 139º, 141º e 142º.

³⁵ Artigos n.º 161º, 162º, 176 e 177º da LPI.

³⁶ A presidência da Junta Superior foi entregue, primeiro, ao Presidente da Comissão de Protecção, depois passou para o Ministro da Justiça e, no Decreto-lei 10:767 de 1925, para o Inspector-Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores, primeiro António Augusto de Oliveira e depois Eurico Serra Simões.

educação gratuita de menores abandonados, pobres ou maltratados, podiam ser nela incorporados, desde que os seus estatutos ou regulamentos fossem aprovados pelo ministro da Justiça. O patronato era constituído por todas as associações de beneficência destinadas a policiar, vigiar e controlar os jovens, quer para evitar desvios no seu comportamento quer para os apoiar à saída dos internatos. Devia também auxiliar a acção da Tutoria e dos delegados de vigilância.

O decreto 10:767 de 15 de Maio de 1925, alterou a sua designação para Federação Nacional da Instituições de Protecção à Infância (FNIPI), que passou a representar as instituições de protecção à infância na “Association International de la Protection de l’Enfance”, sediada em Bruxelas. A Federação tornou-se uma instituição *pivot* na relação com as associações nacionais, internacionais, de serviço social e da jurisdição de menores. A partir de 1952 integrou o Comité Executivo da União Internacional de Protecção à Infância (UIPI) e de 1955 criou a Revista *Infância e Juventude*, órgão da Federação, que se dedicou ao estudo dos temas relativos aos serviços e a difusão de ideias sobre o direito de menores.

Os recursos disponíveis para a protecção à infância ficaram por esta via com maior potencial de articulação entre os serviços públicos e privados e entre os diferentes sectores da justiça, saúde e educação relativos às políticas para a família e para os jovens. Em 1931, a rede de estabelecimentos do ministério da Justiça contava com três refúgios, cada um com secções masculina e feminina, três colónias correcionais, sendo duas masculinas, 5 reformatórios, sendo um para raparigas e mais dois em projecto³⁷. A Direcção Geral de Assistência contava com sete internatos federados³⁸, o ministério da Guerra com três³⁹, a Misericórdia de Lisboa com nove e os corpos administrativos e instituições privadas no país, incluindo ilhas,

³⁷ Um deles veio a ser o Instituto Navarro Paiva, para “anormais” e o outro, o reformatório marinho que, cremos, não foi nunca activado. Relatório apresentado à X Secção da Associação Internacional de Protecção à Infância. *Miscelânea*. Lisboa, 1931.

³⁸ Casa Pia, Asilo 28 de Maio, Asilo Nuno Álvares, Asilo Maria Pia, Escola Profissional Santa Clara e Asilo José de Magalhães. OLIVEIRA, Augusto – Les Services de Jurisdiction et de Tutelle des Mineurs au Portugal. *Miscelânea*. Lisboa, 1931, p. 24.

³⁹ Colégio Militar, Instituto Feminino de Educação e Trabalho e Instituto dos Pupilos do Exército. Cf. OLIVEIRA, Augusto – Les Services de ... cit., p. 24.

cento e dezanove internatos⁴⁰. Podemos contar um total de 138 instituições de protecção, assistência e educação, com vocação para acolher crianças em perigo ou desamparadas. Parece ainda interessante registar o papel que vieram a desempenhar na educação, saúde e luta contra a pobreza infantil, os lactários, as cantinas e os dispensários, instituições a que a República deu fôlego e que proliferaram pela cidade de Lisboa.

4. A Situação da Criança e a expansão do sistema. A criação da Tutoria da Infância de Coimbra

A LPI assegurou melhorias no estatuto da criança e dos jovens, abriu-lhes espaço no mundo dos direitos. Contudo, a sua condição efectiva viu algumas dificuldades de promoção. Primeiro porque demorou quase duas décadas a expandir-se ao país, segundo porque se mostrou insuficiente para responder cabalmente às necessidades da “criança portuguesa” e terceiro, pelo tipo de selectividade que impôs no acesso à protecção. Mesmo onde já funcionavam as suas instituições, a regularização da situação das crianças e jovens presos, teve de aguardar ainda algum tempo. Não tardaram vozes de protesto nos discursos da Assembleia Nacional Constituinte. Ainda não tinha passado um mês sobre a publicação da LPI, e já se reclamava contra a situação de 54 crianças presas no Limoeiro, exigindo-se que, pelo menos, não fossem detidas na casa dos entrados, em promiscuidade com todos os criminosos⁴¹. Bernardino Machado afirmava a urgência de passar as crianças para as casas de correcção. Chamou à discussão a falta de dotação para o acolhimento dos jovens e a necessidade de fazer um crédito extraordinário para dotar as casas de correcção dos meios indispensáveis ao cumprimento das suas obrigações. Afirmava “os menores podem ser abandonados pelas famílias, não o podem ser pelos poderes públicos e, sobretudo, o que não se pode consentir é a promiscuidade dessas crianças com os criminosos”. Havia também crianças esquecidas na prisão, outras que tinham transitado

⁴⁰ OLIVEIRA, Augusto – *Les Services de ... cit.*, p. 24-27

⁴¹ Denúncias feitas por Botto Machado e José Cordeiro na 19ª sessão de 12 de Julho de 1911, da Assembleia Nacional Constituinte.

de uma casa de correção para a prisão por mau comportamento⁴², etc. Um sem número de situações sinalizadas na capital chamava a atenção para a urgência de agilizar o sistema para assumir as funções que lhe competiam.

As crianças “anormais” de todo o país viveram tempos difíceis e parcos em soluções adequadas. Dirigida por Victor Fontes, existia no Instituto Aurélio da Costa Ferreira uma escola de reeducação de menores “anormais”, criada em 1915. O Instituto Médico-Pedagógico, criado em 1925 e dirigido pela condessa de Rilvas destinava-se ao tratamento especializado de 40 raparigas “anormais” (físicas e psíquicas). Em 1930 foi criado pelo decreto n.º 18375 de 17 de Maio o Instituto Navarro de Paiva, que abriu portas a um serviço de estudo e tratamento médico-psicológico dos menores delinquentes, indisciplinados ou inadaptados com deficiências ou irregularidades mentais, em 1956, anexo ao Centro de Observação de Lisboa. Fora de Lisboa não havia respostas socioeducativas para jovens com dificuldades.

Outro problema de grande dimensão nacional era a pobreza infantil. Várias ações foram desenvolvidas para o seu combate, mas, como dizia Fátima Caldeira, “A pobreza falou sempre mais alto”⁴³. Em Coimbra, esta questão impunha-se, reunindo a atenção tanto dos parlamentares como dos jornais locais. Em 1931 havia na região sete internatos, para acolhimento de rapazes e raparigas⁴⁴, mas eram frequentes as notícias das dificuldades vividas para manter o seu funcionamento quotidiano. Assim aconteceu em Coimbra com a Misericórdia e com o Asilo da Infância Desvalida, por exemplo. Em 1920 o deputado Alves dos Santos propunha à Câmara de Deputados o depósito de 2000\$00 para a Misericórdia de Coimbra, pois, não obstante os seus bons serviços a rapazes e raparigas em matéria de assistência e educação profissional e técnica, “este estabelecimento

⁴² Denúncias de Botto Machado e Relato da história por Eusébio Leão, na 19ª sessão de 12 de Julho de 1911 da Assembleia Nacional Constituinte.

⁴³ CALDEIRA, Maria de Fátima – *Assistência infantil em Lisboa na 1ª República*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

⁴⁴ Asilo da Infância Desvalida da Misericórdia de Cantanhede, Colégio dos Órfãos e Órfãs de S. Caetano da Misericórdia de Coimbra, Asilo da Infância Desvalida em Coimbra, Escola Profissional Agrícola em Semide, A “Obra da Figueira” (Asilo para crianças desvalidas do concelho da Figueira da Foz), Preventório de Penacova e o “Ninho dos Pequenitos” em Coimbra.

luta com profundas dificuldades (...) já tomou a decisão de licenciar”⁴⁵. Em 1926 um “grupo de senhoras da melhor sociedade coimbricense” decidiu fazer uma quermesse em favor do Asilo da Infância Desvalida para ajudar o professor Elísio de Moura e sua esposa na manutenção da obra. Com um rendimento suficiente para alimentar apenas seis crianças, o Asilo abrigava 32 meninas de famílias pobres⁴⁶. Paulo Menano lembrava em 1922 o problema das crianças que viviam ao abandono na rua, a necessidade de evitar o desenvolvimento da prostituição das raparigas, a depravação dos costumes e a vadiagem dos rapazes.

Assim, a reclamação pela criação da Tutoria da Infância e respectivo Refúgio em Coimbra surgia pela necessidade de garantir assistência, mais do que responder à criminalidade juvenil. Segundo Caetano Gonçalves, Coimbra era uma cidade pequena, pouco populosa e sem grande desenvolvimento industrial, sem grandes índices de criminalidade juvenil ou mesmo adulta⁴⁷ e os processos dos/das menores eram julgados nos tribunais comuns e as sentenças cumpridas na prisão. Foi por exemplo o caso da jovem Emília⁴⁸ que em 1914, quando tinha 12 anos de idade, foi arguida de um processo de polícia correcional pelo crime de ofensas corporais, que cometeu quando era criada de servir em casa de um casal residente em Coimbra e que, a brincar com uma pressão de ar que era do patrão, feriu o seu filho, rapaz de 11 anos, que ficou cego do olho esquerdo. Foi julgada no Tribunal de Comarca de Coimbra, pelo juiz José Cupertino d’Oliveira Pires e António Dias, delegado do procurador na comarca, e foi presa⁴⁹.

⁴⁵ Sessão de 30 de Junho de 1920.

⁴⁶ *O Despertar* de 26 de Junho de 1926.

⁴⁷ GONÇALVES, Caetano – Os serviços de protecção a menores desamparados e delinquentes em Portugal. *Boletim do Instituto de Criminologia*. I e II. (1922-1923).

⁴⁸ Não facultamos identificação da jovem, a fim de garantir o sigilo sobre a pessoa e/ou seus descendentes.

⁴⁹ Arquivo da Universidade de Coimbra, depósito VI – Secção I, estante 1, tabela 4 e nº 5, maço 17, n.º 762. A história é reconstruída a partir dos documentos que constam do processo, como acusação, auto de notícia, inquirições e outros. Foi autor do processo o Ministério Público.

4.1. A Criação da Tutoria Central da Infância de Coimbra e o Refúgio anexo⁵⁰

A Tutoria Central da Infância de Coimbra e o Refúgio anexo, que foram criados pela LPI de 1911, tiveram de esperar até 1927 para começar a funcionar como Tutoria Central e até 1935 para o exercício pleno das suas funções.

As primeiras leis relativas à sua instalação são de 1914 (decreto n.º 722 de 4 de Agosto e n.º 897 de 29 de Setembro) e definem o quadro e despesas de pessoal e alimentação, vestuário e calçado dos menores⁵¹ para o funcionamento dos serviços, bem como o salário do juiz de direito que for nomeado. O decreto n.º 2955 de 25 de Janeiro de 1917 estabeleceu a cerca e o Colégio das Ursulinas (actual Hospital Militar) para a instalação da Tutoria e Refúgio, mas tal não veio a concretizar-se. O início do processo de criação efectiva dos serviços teve origem apenas no projecto de lei n.º 96-F, apresentado à Câmara de Deputados por Pedro Pita em 12 de Maio de 1922, com a proposta de cedência ao Ministério da Justiça do presbitério de Santo António dos Olivais. Aprovado pelas comissões das finanças e da legislação criminal, foi publicado a 9 de Janeiro de 1923 na Câmara de Deputados e apresentado ao Senado em proposta de lei n.º 350. Em 8 de Janeiro de 1924 é publicada a lei n.º 1523 do ministério das Finanças que autoriza finalmente a cedência ao ministério da Justiça e dos Cultos do presbitério de Santo António dos Olivais, para instalação da Tutoria Central da Infância de Coimbra, permitindo dar início a todo um processo ainda longo, para construção da Tutoria, do Refúgio anexo, do posto policial e das obras necessárias ao aproveitamento agrícola da quinta.

A Tutoria e Refúgio, foram construídos em zona peri-urbana de Coimbra, em confronto a Oeste com a igreja de Santo António dos Olivais. Em Abril de 1925 deu-se início à construção do pavilhão masculino e às obras de adaptação do edifício destinado ao tribunal. As obras do pavilhão feminino só

⁵⁰ A história da Tutoria da Infância de Coimbra e do seu Refúgio anexo, bem como da população que o povoou, está ainda em construção, pelo que, o que agora apresentamos não é mais do que uma breve e primeira abordagem a público, de uma outra história, mais completa e complexa.

⁵¹ Prevía-se no decreto n.º 722 a abertura do Refúgio anexo à Tutoria apenas para rapazes.

iniciaram em 1927 e as do lar de semi-internato em 1930. Em 1933 estavam realizadas as obras e instalados os equipamentos para o seu funcionamento, mas só em 1935 o posto policial e o posto de observação estavam concluídos.

O investimento financeiro e a nomeação da equipa que pôs em funcionamento este complexo judicial de protecção à infância em Coimbra, dão conta do empenho do Estado nesta obra. O juiz presidente da Tutoria da Infância foi José Beleza dos Santos, professor da cadeira de Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e os juízes adjuntos Fernando Duarte Silva de Almeida e Maximino José Novais Correia, professores da Faculdade de Medicina. O Director do Refúgio e presidente da comissão instaladora da Tutoria e Refúgio foi João Cardoso Moniz Bacelar que contou com Maximino José Novais Correia como médico do Refúgio. O primeiro professor preceptor nomeado foi Manuel Barbosa, licenciado em História pela Universidade de Coimbra e o professor de trabalhos manuais, Álvaro Viana de Lemos, eminente personalidade da pedagogia portuguesa, pelo contributo para a introdução da discussão e dos métodos da Escola Nova em Portugal.

Em 8 de Abril de 1927 entraram os três primeiros jovens, à ordem da Polícia de Segurança Pública de Coimbra, por vadiagem. Saíram do Refúgio em Julho de 1929, dois em liberdade definitiva e um, em liberdade vigiada. Vejamos quem foi o primeiro entrado/julgado, com um olhar filtrado pelo pensamento médico, pedagógico, sanitário, social e moral da época.

O entrado n.º 1, Manuel, era filho de um guarda-republicano e de uma alienada, que “indoideceu no parto”. Aos 3 anos ficou abandonado sem qualquer educação (dos pais, da escola ou da oficina) e aos 13 foi preso por ter furtado dinheiro a um tio. Depois disso viveu uns tempos em lares. Apesar de ter tido sarampo e uma pneumonia, o seu crescimento foi normal, tal como o desenvolvimento da dentição, marcha e linguagem. Do exame antropométrico não ficaram registos de anomalias ou deformidades e o exame médico indicava tratar-se de um jovem com bom desenvolvimento do esqueleto e dos pulmões e normal desenvolvimento dos restantes órgãos e sistema nervoso. Quanto à observação psicológica, registou-se que era um rapaz bem-humorado, bem comportado, aplicado no trabalho, sem maus hábitos, púbere, mas ainda sem prática de relações sexuais. Os registos do preceptor indicavam tratar-se de um rapaz com “bom carácter mas pouco

trabalhador e mole”. Esta história é semelhante às muitas outras que se lhe seguiram.

As raparigas entraram apenas a partir de 1928, mas sempre em menor número do que os rapazes. Misto até 1995, o Refúgio/Centro de Observação viu entrar 983 jovens de ambos os sexos até 1940⁵² e pelo menos 1095, dos quais 896 foram rapazes, entre 1958 e 1978⁵³.

Os números pouco nos dizem acerca da dimensão do fenómeno da infância em perigo, desamparada ou delinvente em Coimbra, primeiro porque respeitam apenas aos processos sobreviventes às condições do arquivo e, segundo, porque a selectividade do sistema era grande. Mesmo se infractor à lei penal, a sua história confundia-se quase sempre com uma história de privação (material, educativa e/ou afectiva), razão pela qual encontramos muito poucos registos de jovens que não eram designados de pobres. Durante quase todo o século XX, o acesso ao sistema de protecção judicial era mais ou menos arbitrário. Depois de entrado, o jovem era sujeito a um processo de observação diagnóstica e prognóstica, médica, pedagógica e social, seguindo procedimentos sob orientação internacional que ficaram legalmente estabelecidos nas sucessivas leis (da LPI de 1925 à OTM de 1978) e que pretendiam garantir a aplicação de medidas individualizadas de prevenção criminal. O juízo elaborado criava o “criminoso antes do crime”⁵⁴, pela identificação do grau de perigosidade de cada jovem, ao mesmo tempo que a medida aplicada confundia as motivações penais ou sociais da política de protecção de menores. Na prática, a relação estabelecida entre prevenção e protecção, como garantia de ordem e paz social, foi uma fórmula coerente para a garantia da defesa social, mas em rota de colisão com a garantia dos direitos e da cidadania infantil, particularmente desta infância pobre, que sai duplamente penalizada, sujeita a um processo de clientelização, não apenas estigmatizante, mas também criminalizador da sua condição social de desfavorecida.

⁵² Dados apresentados na crónica de Padre Milciades - Da antiga Tutoria ao Centro de Observação Anexo ao Tribunal Tutelar Central de Menores de Coimbra. *Diário de Coimbra* de 23 de Junho de 1975.

⁵³ Relativo a este período existem (sobreviveram) 1095 boletins de observação de Jovens que ali passaram para observação e estão nos Arquivos do Centro Educativo dos Olivais.

⁵⁴ FOUCAULT, Michel – *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1998.

O Povo Português na Obra de João de Barros

Maria Isabel João

CEMRI/Universidade Aberta

ijoao@univ-ab.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 25/02/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 26/05/2010

Resumo/Abstract:

Neste artigo vamos analisar a representação do povo português num autor fundamental para a compreensão do ideário e dos valores republicanos, o escritor e pedagogo João de Barros. Vamos centrar-nos na interpretação de dois textos essenciais sobre esta matéria: uma conferência proferida em 1931, na *Voz do Operário*, e uma antologia publicada, em 1947, sobre o mesmo assunto que recolhe excertos de textos de variados autores nacionais. Não deixaremos, todavia, de ter como pano de fundo o conjunto da sua obra e a própria vida, dedicada à defesa da instrução pública e da cultura.

In this paper we analyse the Portuguese people as illustrated by the writer and pedagogue João de Barros, essential reading for understanding Republican ideas and values. We focus on the interpretation of two essential texts on this topic: a talk delivered in 1931, at *Voz do Operário*, and an anthology published in 1947, on the same subject, which is composed of a collection of texts from several national authors. These documents are analysed in the light of the author's complete works and his life, dedicated to defending public education and culture.

Palavras chave/Keywords:

Povo; Representação; Nação.

People; Illustration; Nation.

Neste artigo vamos abordar a forma como João de Barros imagina o povo português. O autor foi uma figura cimeira do ideário republicano e é, geralmente, mais conhecido pelas suas ideias no domínio da pedagogia e pela intervenção pública em prol do desenvolvimento da instrução dos Portugueses¹. Em toda a sua obra o povo é concebido como uma verdadeira força positiva onde as sementes da educação poderiam germinar para se criar um mundo melhor e mais próspero. Porém, há alguns textos onde explana, especificamente, as suas ideias sobre o povo português que têm sido esquecidos nos trabalhos feitos sobre a vida e a produção intelectual de João de Barros. Neles perpassam, a par da visão do autor, representações que eram comuns na época e que continuaram a marcar a forma de imaginar os Portugueses até hoje. Alguns termos caíram em desuso e há formas de dizer as coisas que já não se utilizam, mas na substância a retórica actual sobre o povo, no discurso político e comemorativo, continua a recorrer a estribilhos que encontramos em João Barros e noutros autores que emergiram no quadro da afirmação do nacionalismo, entre o último quartel do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

É importante compreender para situar a obra de João de Barros sobre este tema que o povo é um tópico fundamental da construção da identidade nacional. No fundo, trata-se de responder à questão quem somos nós, como colectivo, cujas virtudes e defeitos se inventam e reinventam ao longo das épocas. E podemos remontar longe, pelo menos ao século XVI, à ideia que perpassa na epopeia nacional de Luís de Camões que canta os feitos dos Lusitanos e de nós construiu uma imagem de povo valoroso, às armas feito, capaz de enfrentar os monstros que vivem no fundo do mar e de se espriar pelo mundo. A sua obra tornou-se uma referência obrigatória no século XIX nos discursos identitários nacionais, no quadro do romantismo e, sobretudo, depois do tricentenário da sua morte no contexto do próprio discurso republicano. A revivescência de que falava Teófilo Braga, tão cara aos que queriam uma mudança do regime político, só podia conseguir-se através do despertar da força e do valor do Povo Português que jaziam adormecidos por um modelo de governação inepto para gerir o país e para conduzi-lo a um futuro à altura do seu passado grandioso. Foi isso, afinal, que se foi

¹ REIS, Maria Alice (sel.) – *A Pedagogia e o Ideal Republicano em João de Barros*. Joaquim Romero Magalhães – Introdução; Lisboa: Terra Livre, 1979.

expressando ao longo do ciclo comemorativo das grandes descobertas dos Portugueses que decorreu, precisamente, nas últimas décadas de Oitocentos².

Assim sendo, há uma enorme multiplicidade de obras que tratam deste tema de forma directa ou indirecta. Para nos situarmos somente no período da Primeira República e nas duas décadas que se seguem à implantação da Ditadura, num contexto de grande afirmação nacionalista, podemos referir a talhe de foice, de modo nenhum exaustivo, a obra de Teixeira da Pascoes, *A Arte de Ser Português* (1915), uma edição da “Renascença Portuguesa” que foi um movimento cultural particularmente atento a este tema na sua reflexão sobre o destino de Portugal. Nas páginas da revista *Águia* e em figuras intelectuais de grande valor, como o médico e historiador Jaime Cortesão, a questão do povo está presente. Bento Carqueja escreveu um opúsculo sobre *O Povo Portuguez: Aspectos Sociaes e Economicos* (1916) e o problema da origem dos Portugueses motivou diversos estudos, destacando-se A. A. Correia Mendes, *Etnologia Ibérica: Considerações Sobre a Origem do Povo Português* (1921) e J. Leite de Vasconcelos, *Origem Histórica e Formação do Povo Português* (1923). Naqueles anos abundaram as palestras e as edições com considerações patrióticas sobre o valor do Povo Português com o intuito explícito de elevar a auto-estima nacional, como hoje se diria, e de contribuir para criar as condições necessárias à obra de transformação nacional que os diferentes quadrantes político-ideológicos pretendiam realizar no país. Deste modo, republicanos democráticos, aderentes do movimento integralista e partidários da Ditadura e do regime do Estado Novo multiplicaram as intervenções sobre a ideia de povo, geralmente no sentido de enaltecer a sua história e de valorizar as qualidades que cada sector ideológico considerava mais úteis para a obra de regeneração nacional que queria ver efectuada em Portugal. Mas o tema também não foi alheio ao discurso dos grupos políticos e sindicais mais minoritários, onde aparece permeado pela ideia da luta de classes e da valorização do povo trabalhador, isto é, dos assalariados e proletários. Entendia-se que nos trabalhadores residia a força

² Ver sobre o tema: CATROGA, Fernando – “Ritualizações da História” in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga – *História da História em Portugal Sécs. XIX e XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 547-671; JOÃO, Maria Isabel - *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

capaz de mudar a vida miserável dos grupos sociais mais desfavorecidos da sociedade e, em simultâneo, o próprio destino de Portugal como país mais justo e igualitário.

Diríamos que o discurso sobre o povo está no âmago da retórica política contemporânea, porque é em nome dele que se exerce o poder, que se fazem as reformas e as revoluções, que se constroem identidades colectivas e nações. É um assunto praticamente inesgotável, apesar de verificarmos que muitos tópicos se repetem ao longo do tempo e atravessam os vários sectores ideológicos. Por outro lado, é uma temática que tem interessado sobremaneira à propaganda e, nessa linha, se inserem a maior parte das comunicações, mas convém ressaltar o texto de Albino Forjaz Sampaio, *Porque me Orgulho de Ser Português* (1926), inspirado pela obra do Conde Afonso Celso que deu origem ao “ufanismo” brasileiro. Nele tudo é superlativo e motivo de grande brio nacional: a língua, a terra, as mulheres, as riquezas, o passado histórico e a própria “raça heróica que não tem emula no mundo”³. Naturalmente, o Secretariado de Propaganda Nacional, depois Secretariado Nacional de Informação, não podia deixar de valorizar o tema, numa perspectiva histórica, etnográfica e artística. Na revista *Panorama* e em múltiplas iniciativas culturais e turísticas criaram-se poderosas imagens e símbolos de Portugal e dos Portugueses que marcaram, indelevelmente, o imaginário de várias gerações. Basta pensar na celebrada Exposição do Mundo Português, no âmbito do Duplo Centenário, mas podemos citar pelo menos duas publicações: *Vida e Arte do Povo Português* (1940), de Francisco Lage, Luís Chaves e Paulo Ferreira, com fotografia de Mário Novais, e alguns anos mais tarde a obra colectiva sobre *Portugal: Breviário da Pátria para os Portugueses Ausentes* (1946), com prefácio de António Ferro. Nela colaboraram nomes destacados da cultura portuguesa, como Orlando Ribeiro, Marcelo Caetano, Delfim Santos, Luís de Pina, Reinaldo dos Santos. O livro contém mapas, quadros estatísticos, fotografias e índices, numa edição que, não sendo luxuosa, tem inegável qualidade. No ano seguinte, João de Barros publicou a sua antologia sobre *O Povo na Literatura Portuguesa*, ilustrando deste modo, através de textos respigados de uma

³ SAMPAIO, Albino Forjaz - *Porque me Orgulho de Ser Português*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense Lda, 1926, p. 33.

vasta panóplia de escritores nacionais que se estende por quatro séculos, a sua visão do povo. O projecto não era novo e já tinha sido anunciado numa conferência na *Voz do Operário*, em 1931, mas só no final dos anos 40 foi dado à estampa pelo autor. O nosso artigo circunscreve-se à reflexão de João de Barros sobre este tema tão importante naquela época, mas integra-se num projecto mais vasto sobre a ideia de povo na cultura portuguesa contemporânea.

Para situar o autor, importa referir que João de Barros nasceu no seio de uma família burguesa, na Figueira da Foz, em 1881, e morreu em Lisboa, em 1960. Recebeu uma boa educação e cursou Direito na Universidade de Coimbra, onde teve a oportunidade de conviver com figuras que se iriam destacar na vida pública e intelectual, nomeadamente o poeta e pedagogo João de Deus. Depois de uma fase de hesitações naturais no início de uma carreira, João de Barros optou por concorrer ao ensino secundário e começou a ensinar no Liceu Central de Coimbra. Daqui veio para Lisboa e, depois, para o Porto, e, em 1907, graças a uma bolsa de estudos, deslocou-se em missão oficial a vários países da Europa para estudar os respectivos sistemas educativos. Nessa deslocação teve oportunidade de contactar, directamente, com o movimento da Educação Nova e de apreender algumas ideias próprias da pedagogia moderna. Logo no ano seguinte, publicou um livro sobre *A Escola e o Futuro*, onde relatou com pormenor essa digressão e os ensinamentos que colheu. Numa época de profunda crise social e política, com o regime monárquico em agonia, a mensagem de João de Barros é de confiança na mudança e num futuro melhor através da reforma da instrução pública.

Não admira, por isso, que com a implantação do regime republicano em Portugal, em 1910, ele tenha sido chamado para desempenhar o cargo de Director-Geral da Instrução Pública. Desde os tempos de Coimbra que ele era membro do Partido Republicano e do Grémio Lusitano, um dos principais ramos da maçonaria portuguesa⁴. Nessas funções foi responsável pela elaboração de importantes projectos reformadores que não foram além das boas intenções dos seus proponentes. Todavia, João de Barros continuou

⁴ ARAÚJO, Alberto Filipe - Barros, João de, in António Nóvoa (dir.) - *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições Asa, 2003, p. 139.

a pugnar pela instrução pública e pela aplicação dos novos preceitos pedagógicos na educação das crianças, através de diversas publicações e de conferências. Em 1913, associou-se ao movimento da Renascença Portuguesa que reuniu uma parte de elite intelectual daquela época. Em termos profissionais, continuou a ser um quadro da administração pública na área do ensino e, com a criação do Ministério da Instrução Pública, voltou a desempenhar funções de chefia. As suas obras sobre a educação republicana, de cunho fortemente ideológico, visavam formar um Homem Novo, pautado por valores laicos, pela crença no progresso, pelo altruísmo e pela solidariedade, bem como pelo equilíbrio entre o desenvolvimento da mente e do corpo. A educação cívica era uma pedra angular do seu projecto educativo, a que associava uma formação moral humanista e uma cultura patriótica que se apoiaria no conhecimento da história da nação.

Apesar do seu optimismo e voluntarismo, João de Barros começou a manifestar o seu descontentamento com a obra da República democrática em matéria de educação. Durante um curto período, já na fase final do regime, foi ministro dos Negócios Estrangeiros, mas não chegou a ter o mesmo cargo na Instrução Pública. Manteve as suas convicções republicanas e democráticas e, com a implantação da Ditadura, acabou por renunciar ao cargo de Director-Geral do Ensino Secundário, voltando a ser somente professor no Liceu Passos Manuel, em Lisboa. Neste esquisso da vida de João de Barros, fundamental para se compreender a sua visão do povo, é importante ainda mencionar a sua profunda ligação ao Brasil, que o levou a publicar em conjunto com o brasileiro Paulo Barreto – que assinava com o pseudónimo jornalístico de João do Rio – a revista *Atlântida* (1915-1920). No início dos anos Vinte, associou-se ao grupo da *Seara Nova* e começou a colaborar na revista. Em 1945, colocou-se ao lado das reivindicações públicas do Movimento da Unidade Democrática e apoiou sucessivas candidaturas à presidência da República de oposição ao regime de Salazar. Nas colunas do *Diário de Lisboa*, “onde colaborou ao longo de quase quarenta anos – não se cansou de dar lições de amor à vida e de estimular o aparecimento de novos valores”⁵. Na sua vasta obra, destacam-se ainda adaptações de textos

⁵ FERREIRA, David Mourão - *Portugal, A Terra e o Homem, Antologia de textos de escritores do século XX*. II vol., 1ª série; Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1979, p. 27.

clássicos da literatura para crianças, crónicas e ensaios, livros de viagens e vários volumes de poesia. Uma intervenção pública tão rica, constante e empenhada valeu-lhe o reconhecimento dos seus contemporâneos, manifestado através de condecorações e homenagens públicas.

Os textos que vamos analisar são uma conferência que fez, em 1931, na Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, que foi publicada em opúsculo com o título *O povo na Literatura Portuguesa* e a obra que veio a editar com a mesma denominação. Neste livro reuniu um conjunto variado de textos de autores portugueses, apresentados no seu prefácio. Apesar de esta antologia não estar datada é, normalmente, referenciada como uma obra de 1947. Depois de ter regressado à actividade docente, num contexto em que havia motivos para o pessimismo e a descrença na faculdade dos Portugueses para realizarem a obra de progresso moral, científico, social pela qual tinha lutado toda a vida, João de Barros reagiu procurando mostrar, através de trechos dos escritores portugueses, produzidos ao longo dos séculos, que o povo sempre tinha sido a força “providencial” da nação – o termo é dele⁶. Por isso, do amor do povo português pela liberdade e pela independência, da sua capacidade de combater a tirania e de afirmar o seu patriotismo ingénito ainda podia vir a salvação de Portugal, na visão de João de Barros. Esta última ideia não está expressa, nem poderia estar no ambiente político da Ditadura e do Estado Novo, mas é a ilação lógica das escolhas que fez para a antologia e dos textos da conferência e do prefácio, mais desenvolvido, do livro. Sendo um indivíduo que acreditava na perfectibilidade humana, numa linha de pensamento que remonta ao Iluminismo, João de Barros via no povo português, tal como o idealizava, qualidades congénitas que podiam servir de esteio à obra de mudança da sociedade e da governação.

A primeira questão consiste em perceber o que entende João de Barros por povo. A resposta não é simples, visto que o autor nunca define o conceito. A sua ideia de povo plasma-se no texto de forma difusa, tanto naquilo que escreve como nos trechos que escolhe para a antologia. Por isso, temos de fazer várias aproximações do problema e procurar elucidar

⁶ BARROS, João de (selecção e prefácio) - *O Povo na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Guimarães & C.^a, [1947], p. 7 (doravante: PLP).

os vários ângulos da sua abordagem. O povo define-se por oposição ao que chama as “classes dirigentes”, as quais são as portadoras dos vícios e da decadência da sociedade portuguesa. Por isso, do povo fazem parte os “humildes” e com ele se confundem todos aqueles que, apesar de serem educados e abastados, não têm uma atitude arrogante e sabem interpretar nos seus textos os sentimentos populares. Vários dos escritores cujos trechos escolhe para a antologia são apresentados desta forma, como indivíduos que representam o povo ou são legítimos herdeiros dele. A humildade está associada a uma vida simples, austera e à pobreza que é uma característica da maior parte do povo. Deste modo, vemos desfilar uma galeria de tipos sociais que começam no pobre escudeiro enamorado do teatro vicentino e se estendem por variadas actividades retratadas de forma mais naturalista ou realista, consoante os autores da antologia: o lenhador, o mineiro, o pastor, os ceifeiros, os pescadores, os vindimadores do Douro. Todos eles têm em comum as condições duras da existência que, não obstante, não lhes retiram a humanidade e a capacidade de sofrimento. No poema de Cesário Verde, vemos esses grupos compostos por famílias inteiras que debandam das suas terras em busca de trabalho: jornaleiros, ganhões, trabalhadores, que se oferecem em praças aos domingos para ganhar o parco sustento, tal como o gado é vendido nas feiras. E o poeta António Nobre não esconde um arrepio de nojo perante as misérias, as pústulas, os aleijados que pedem esmola “p’las alminhas das suas obrigações!”: “pelo nariz corre-lhes pus, gangrena, ranho! / E, coitadinhos! Fedem tanto: é de arrasar...”⁷.

Esse povo evocado a cada página é bem digno descendente do Cristo que morreu pregado na cruz, como recorda Antero de Quental num soneto. Porém, não se trata da Plebe passiva, amedrontada e incapaz de reacção perante a desgraça. Não!, aqueles que o poeta considera herdeiros do “sangue generoso” de Jesus são os que lutam: “Do pobre que protesta foste a imagem / Um povo em ti começa, um homem novo”⁸. O povo assume a dimensão do herói colectivo e é o principal actor da epopeia nacional, lavrada em verso por Luís de Camões. A virilidade, a coragem, a audácia, a bravura no campo militar são apanágio do povo português que se distingue contra os invasores

⁷ NOBRE, António - Lusitânia no Bairro Latino in PLP, p. 184.

⁸ QUENTAL, Antero de - A um Crucifixo in PLP, p. 130.

espanhóis, contra as tropas napoleónicas ou nas várias frentes de batalha, na Europa e na África. O povo é viril e, se não pode brandir as espadas, agita os cacetes e usa de todas as manhas para vencer os inimigos. Neste aspecto, mesmo as mulheres invocadas são a padeira de Aljubarrota, embora o escritor Camilo Castelo Branco não pense que matar sete espanhóis bêbados, feridos ou exaustos seja um feito de louvar⁹. Mais notável foi a coragem de outra mulher que soube enfrentar os soldados que vinham para a violar ou a força da Maria da Fonte que o historiador Oliveira Martins considera uma espécie de Joana d'Arc portuguesa¹⁰. Natural da província do Minho, como as suas conterrâneas tem a dureza de um homem na forma como é capaz de enfrentar os atritos da vida rude e cruel. De resto, a comparação de Oliveira Martins não é muito apropriada, porque estas duas figuras legendárias são muito diferentes. Só as irmana o facto de terem pegado em armas para combater.

No discurso de João de Barros, o povo pode assumir várias dimensões geográficas e sociais, consoante o contexto. Porém, de modo geral, o povo que tem em mente é aquele que forma a nação portuguesa, o qual quer surpreender nas suas múltiplas facetas e enaltecer através desta antologia de “carácter nitidamente patriótico”¹¹. Por isso, como era comum na época em que escreveu, usa também o termo “raça” como sinónimo de povo português, considerando que para o caso tanto faz um como outro. Percebe-se porquê se tivermos em conta que considera a origem do povo português ancestral, socorrendo-se do etnólogo e arqueólogo Ricardo Severo para a remontar à Pré-História e para defender que constitui uma “unidade perfeita e excepcional”¹². Neste sentido, contrariou teses já em curso desde o século XIX que apontavam a grande mescla de povos donde tinham resultado os Portugueses e para o facto de ser impossível estabelecer uma fronteira nítida em relação aos vizinhos da Península Ibérica. João de Barros, partidário de uma linha mais *nacionalizadora*, optou por afirmar a “individualidade extreme” do povo português e por o associar à velha

⁹ BRANCO, Camilo Castelo - A rival de Brites de Almeida in PLP, p. 126.

¹⁰ MARTINS, Oliveira - A Maria da Fonte in PLP, p. 144.

¹¹ BARROS, João de - Advertência in PLP, p. 5.

¹² BARROS, João de - *O povo na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Edição da Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, 1931, Citação Ricardo Severo, p. 5.

Lusitânia, colando-se ao texto do autor já referido – hoje esquecido – sobre as *Origens da Nacionalidade Portuguesa*. Esse povo foi o responsável pela fundação da nacionalidade e o verdadeiro sujeito da história nacional, seja na dinâmica dos concelhos medievais, na expansão do território e nas navegações que lhe abriram os caminhos dos mares ou na forma como se espalhou pelo mundo e se afirmou como construtor da Civilização. João de Barros era, naturalmente, partidário do discurso sobre a missão civilizadora dos povos europeus, entre os quais colocava de pleno direito os Portugueses.

As qualidades e as virtudes do povo português eram numerosas para João de Barros que, em contrapartida, lhe apontou poucos defeitos e fraquezas, como “os pessimismos doentios e outros desequilíbrios orgânicos”, em grande parte devidos a erros tradicionais da educação¹³. Tendo como *leitmotiv* a preocupação de mostrar as características positivas do povo português, João de Barros seleccionou trechos de trinta e seis autores que abrangem um arco temporal que começa no século XV e termina no século XX. Só o século XVIII não está representado e, claro, a distribuição favorece largamente os autores contemporâneos que representam 83% do total. Estes nasceram todos no século XIX, se exceptuarmos Garrett que veio à luz em 1799, e muitos deles foram coevos de João de Barros e seus correligionários nas lides políticas e culturais. O mais jovem da selecção era Ferreira de Castro que tinha nascido em 1898, mas a obra fecha com o texto do escritor mais velho, António Arroio, produzido em 1908 para o catálogo de uma exposição nacional realizada no Rio de Janeiro. Entre as ausências é de salientar a de Teixeira de Pascoaes, da Renascença Portuguesa, que depois da obra já citada passou a ser visto como o mentor do saudosismo. Apesar dessa e de outras falhas para as quais o autor adverte logo no início da obra e explica pelas restrições de espaço, é assinalável a diversidade dos textos e dos autores escolhidos: cronistas e historiadores, etnólogos e arqueólogos, ensaístas, dramaturgos, romancistas, poetas compõem uma panóplia variada através da qual João de Barros pretende apresentar os aspectos mais importantes da percepção dos escritores sobre os Portugueses. Todavia, a antologia de João de Barros diz-nos mais sobre quem a fez do que sobre os autores seleccionados e o seu pensamento. Ela é, na

¹³ BARROS, João de – Prefácio in PLP, p. 30.

verdade, uma escolha de textos que nos elucida sobre a ideia de povo do seu organizador. Por isso, será neste sentido que vamos enunciar em traços largos a representação do povo português que emerge desta obra.

O primeiro aspecto que se destaca nesta selecção é um conjunto de textos que mostram o povo rebelde, insubmisso, levantado contra a tirania e a favor da liberdade. Começa, logo, nos trechos das crónicas de Fernão Lopes em que vemos a *arraia-miúda* em grande agitação contra o rei D. Fernando por ir casar com uma mulher que não era digna da sua condição régia. E, no trecho seguinte, da crónica de D. João I, vemos esse mesmo povo a aclamar o Mestre de Avis defensor do Reino, contra a opinião dos grandes e poderosos. Os *ventres-ao-sol* davam, assim, também uma lição de patriotismo, porque resistiam às pretensões do rei de Castela que se achava com direito de sucessão ao trono. No *Arco de Sant'Ana*, do escritor Almeida Garrett, o povo reage contra a tirania do Bispo, senhor da região do Porto, que o esmagava com impostos e prepotências através de uma sublevação geral. Mais adiante, é Oliveira Martins que relata, em páginas exaltadas, a revolta no Minho contra a proibição do enterramento nas igrejas e contra a ditadura de Costa Cabral.

O monárquico Carlos Malheiro Dias também aparece na antologia, mas num excerto de um romance em que evoca a revolta do 31 de Janeiro, no Porto. Esta jornada foi a primeira tentativa, mal sucedida, dos republicanos para derrubar a monarquia. Nas páginas de Malheiro Dias, a multidão aclama a República e canta *A Portuguesa* pelas ruas. As “ondas de populacho” – na expressão do escritor – cresciam a todo o momento, gritando, barafustando, como se estivessem todos tomados por uma “epidémica loucura”. O “formigueiro humano” vai avançando e ouve-se, ao longe, ressoar a estrofe do futuro hino nacional: “Levantai hoje de novo/ O esplendor de Portugal”. As palavras de Malheiro Dias não podiam ser mais irónicas, mas para João de Barros o exemplo estava ali naquela multidão amotinada a defender um novo regime. Por sua vez, do escritor Júlio Dantas temos um excerto da obra *A Pátria Portuguesa* onde o herói é um jovem caldeireiro que fazia parte das forças de que os republicanos dispunham para zelar pela legalidade do acto eleitoral. Numa alteração violenta, acaba morrendo fulminado pelas balas da polícia a defender a urna lacrada contra aqueles que queriam viciar o sufrágio. Do romance de Ferreira de Castro, *Eternidade*, é extraída

a descrição de uma revolta popular que ocorreu no Funchal, movida pelo grito colectivo do povo madeirense que andava esfomeado e queria pão.

Não é, decerto, por acaso que João de Barros escolhe todos estes episódios, entre o real e o ficcionado, para a antologia sobre o povo português. Eles servem para mostrar a tese do amor do povo pela liberdade, pela justiça e a sua capacidade para enfrentar as tiranias. A lição a tirar para o presente que então se vivia e para o regime ditatorial era por demais evidente. Numa ordem de ideias equivalente a esta no pensamento de Barros, vemos também o povo a lutar contra os invasores, contra os inimigos externos da nação, dominado pelo fervor patriótico. Para ilustrar esta visão seleccionou autores conceituados como o Padre António Vieira, o historiador Alexandre Herculano, o romancista Camilo Castelo Branco e o jornalista Joaquim Manso, que durante mais de três décadas foi director do *Diário de Lisboa*. Obviamente, o principal inimigo era a coroa de Castela que queria cercear a independência dos Portugueses e, por extensão, os castelhanos ou, indistintamente, os espanhóis que invadiam o território da nação. Como é conhecido, as ideologias nacionalistas precisam de um inimigo externo para rivalizar e afirmar a independência, a soberania e a identidade nacional, o que é feito sempre por oposição a outra nação. Se podemos remontar os sentimentos anti-castelhanos às crónicas de Fernão Lopes e eles perpassam vários momentos da história da época moderna, mormente no chamado período filipino, é no século XIX que, com a criação da Sociedade Histórica da Independência Nacional e com o Monumento aos Restauradores, no centro de Lisboa, a retórica nacionalista passou a não dispensar a referência ao 1º de Dezembro de 1640 e ao exemplo que foi dado pelos antepassados que lutaram pela autonomia de Portugal.

O outro conjunto de textos que sobressai na antologia refere-se à labuta pela vida, em condições duras e miseráveis, sem que o povo perca a simplicidade, a pureza e a alegria. Desenrolam-se, por isso, perante os nossos olhos cenas das fainas em terra e no mar, e o cortejo da pobreza, da dor, da rude existência é mitigado pelas festas e as romarias. O povo não se rende, não desiste, e, nas suas cabanas nuas, os pobres ainda pensam que há quem seja mais desafortunado do que eles¹⁴: São seres afeitos aos caminhos agrestes,

¹⁴ BRANDÃO, Raúl - Os pobres in PLP, p. 187.

rijos, fortes, trabalhadores, incansáveis, em que há também numa nota de galhardia e valentia. E o melhor exemplo disso vem das ilhas dos Açores, com as toiradas da ilha Terceira e a caça ao cachalote nas ilhas do Faial e do Pico. O homem enfrenta as alimárias embravecidas de braços nus e peito aberto, e o professor e jornalista Luís da Câmara Reis, do grupo que fundou a *Seara Nova*, comenta: “Touradas em terra, touradas no mar...”¹⁵. Os exemplos de força física e moral abundam, mas o caso quiçá mais comovente é descrito pela pena do poeta neo-romântico Augusto Gil, com o sugestivo título: “O pobrezinho honrado”¹⁶. É a história de um rapazito que vendia cautelas pelas ruas da Baixa lisboeta, a quem o autor passa a mimar com colheres de açúcar, um verdadeiro luxo para o pobre, e uns vinténs que este só aceita nos dias em que não consegue vender a sua “fazenda”. Vivo e esperto, o rapaz tornou-se uma figura presente no quotidiano do poeta até que desapareceu. Roído pela saudade, ainda procurou e perguntou por ele, mas só uns meses depois soube pelo pai que o pequeno morrera de enterite. Também num célebre poema sobre a neve, que todos nós aprendemos a declamar na escola, o poeta se condoía com a sorte das crianças cujos pequenos pés, “descalçinhos e doridos”, pisavam os gélidos caminhos. Mas nem só de tristeza se constrói a imagem da vida do povo, há a festa, a alegria ruidosa, picaresca e vivaz dos múltiplos folguedos que se desenrolam ao longo do ano. Para ilustrar essa faceta dos Portugueses, João de Barros recorreu ao escritor Teixeira de Queirós, que também era seu sogro, e à narrativa das festas minhotas¹⁷.

Outro aspecto distinto da maneira de ser dos Portugueses prende-se com a inclinação amorosa, a sensibilidade à flor da pele e o lirismo que está presente no cancioneiro popular e na literatura. O texto fundamental nesta matéria é o do Teófilo Braga, republicano e figura multifacetada de autodidacta e intelectual, que foi fundador da história da literatura portuguesa. Neste excerto, dissertou sobre o carácter amoroso dos portugueses, patente desde a época medieval na literatura portuguesa – de que é expoente máximo o *Amadis de Gaula* –, e reconhecido por autores estrangeiros, como Cervantes, Lope de Vega, Madame de Sévigné e Balzac, para só referir alguns do que

¹⁵ REYS, Luís da Camara - O Povo dos Açores in PLP, p. 261.

¹⁶ GIL, Augusto - O pobrezinho, honrado in PLP, p. 233.

¹⁷ QUEIROZ, Teixeira de - Festa Minhota in PLP, p. 157.

cita em abono da sua tese¹⁸. Aliás, uma ideia que encontramos noutros trechos seleccionados por João de Barros, sob múltiplas formas: na farsa do escudeiro sempre enamorado, na tragédia sobre Inês de Castro, de António Ferreira, na lírica de João de Deus, que exalta o amor materno, e em diversas abordagens sobre a “alma nacional”. Nesta linha, o escritor Ramalho Ortigão escreveu que o Português era célebre em Espanha, no século XVII, pela sua *melosidad y derretimiento en amores*¹⁹. E Afonso Lopes Vieira foi buscar uma quadra do cancionero popular português, traduzida para inglês por Lord Byron, que é, na sua opinião, “a que melhor traduz o arranque da alma amorosa para o infinito”: *Chamaste-me tua vida / e eu tua alma quero ser: / a vida acaba co’ a morte / a alma não pode morrer*²⁰.

Finalmente, a representação do povo português não ficaria completa sem um aspecto que, tendo como paradigmas o poeta Camões e o autor da *Peregrinação*, Fernão Mendes Pinto, desde o século XIX aparece como um traço marcante das idiosincrasias nacionais: a alma de viajantes, o apelo da aventura e do mar, a par da proverbial capacidade de adaptação dos Portugueses a diferentes ambientes. António Nobre pede a Georges, no poema *Lusitânia no Bairro Latino*, “anda ver o meu país de Marinheiros”²¹. O poema de Henrique Lopes de Mendonça, escrito numa época de grande exaltação anti-britânica, em 1890, depois adoptado pelo regime republicano como hino nacional, repete o refrão: *Heróis do mar, nobre povo*. Homens do mar, os Portugueses estão sempre a partir e a espalhar-se por várias partes do mundo. E Ramalho Ortigão, grande observador dos costumes nacionais, tem a “impressão que os portugueses precisam de emigrar para desenvolverem todos os recursos da sua nativa e latente capacidade...”²². Ao mesmo tempo, o Português manifesta um grande “poder de adaptabilidade”, seja nos sertões de África ou nas capitais europeias mais civilizadas.

Só umas décadas mais tarde, o pernambucano Gilberto Freire (1900-1987) iria desenvolver as suas teses no mesmo sentido e defender a capacidade dos Portugueses para se relacionar de modo fraternal com povos

¹⁸ BRAGA, Tófilo in PLP, p. 135.

¹⁹ ORTIGÃO, Ramalho - Raça Forte in PLP, 138.

²⁰ PLP, p. 232.

²¹ PLP, p. 179.

²² PLP, 141.

estranhos. Encontramos eco dessas ideias no prefácio de João de Barros à antologia que não estavam ainda presentes na conferência, em 1931, por ser anterior à recepção das primeiras obras do sociólogo brasileiro em Portugal. Refere, nesta óptica, que os Portugueses foram sempre capazes de “entender-se, fraternizar, viver amistosamente com as mais variadas gentes do globo”, revelando um “espírito universalista”²³. Estas ideias iriam ter uma grande fortuna no quadro da retórica política nacionalista que servia para justificar a continuidade do Império português e a negação da independência às colónias, a qual não foi exclusiva dos conservadores nem do regime salazarista.

Em suma, os textos de João de Barros sobre o povo português não se distinguem pela originalidade das suas interpretações, mas por serem uma síntese de ideias difundidas nos meios intelectuais e políticos da época. Por um lado, vimos o cunho republicano e democrático da sua visão do povo, claramente afirmado pela forma como projecta o seu ideário político na representação que construiu através dos seus escritos e dos trechos dos autores que, deliberadamente, escolheu para a antologia. Para João de Barros, o povo português é desde os remotos Lusitanos, seus directos antepassados, apegado a formas de organização republicanas, liberais e mesmo democráticas. O amor da liberdade e da independência sempre teria sido uma característica da acção popular na história nacional, bem como a capacidade de resistência à tirania. Por outro lado, o povo é portador de grandes qualidades e virtudes que são enaltecidas ao longo de toda a obra. Mas o texto do escritor e crítico de arte António Arroio que seleccionou como epílogo é, nesse ponto, muito elucidativo da imagem que quer imprimir no espírito dos leitores. Aquele socorreu-se de um diplomata alemão que esteve em Portugal, o conde de Raczynski, para reiterar que se trata de um povo “inteligente, laborioso, moderado, de carácter bom, doce e alegre”²⁴. E depois de fazer uma digressão pelas várias províncias portuguesas e pelos seus habitantes, em quem procurou surpreender características peculiares, acabou a afirmar que em todas as terras encontrou o mesmo fundo do carácter do povo português que já tinha sido apontado pelo conde alemão, aos quais acrescentou a “resignação, lealdade e sobriedade” e a “maleabilidade de

²³ PLP, p. 39.

²⁴ PLP, p. 298-299.

adaptação”, com a excepção do homem do Baixo Alentejo devido a factores geográficos e socioeconómicos. Concluiu o seu testemunho, escrito em 1908, afirmando que só a influência nefasta das “classes dirigentes” ou a abstenção por parte das “classes superiores” de exercerem uma acção benéfica podia explicar o estado de “estacionamento” da sociedade portuguesa²⁵. É evidente que João de Barros compartilhava desta tese e queria com este final deixar um aviso sobre a responsabilidade das elites portuguesas no estado da nação.

²⁵ PLP, p. 307.

Don Luigi Sturzo. A Man Through Many Seasons

Giovanna Farrell-Vinay

Istituto Luigi Sturzo, Roma

giovannafv@btinternet.com

Texto recebido em/ Text submitted on: 23/02/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 23/04/2010

Resumo/Abstract:

O padre siciliano Luigi Sturzo (1871-1959), inspirado pela encíclica *Rerum Novarum* (1891), abraçou a Democracia Cristã. Em 1919 fundou o *Partito Popolare Italiano*, um partido da massas. Os católicos italianos entraram na política nacional numa altura de grande instabilidade. O fascismo esmagou os *Popolari* e o Vaticano resolveu a Questão Romana com Mussolini, enviando Sturzo para o exílio. Este viveu em Londres, entre Outubro de 1924 e Setembro de 1940, quando se mudou para os EUA, onde permaneceu até 1946. Em Londres, com a ajuda dos liberais intelectuais e católicos progressistas, afirmou-se como académico, moralista político e protagonista da luta contra o Fascismo. A sua missão secreta nos Estados Unidos, com a conivência dos Serviços Secretos Britânicos, para derrubar o isolamento católico foi parcialmente destruída pelos diplomatas italianos e prelados católicos que o relegaram para Jacksonville. Mas o bispo de St. Augustine, Joseph Hurley, protegeu-o. Sturzo cooperou com Hurley e com os Serviços Secretos britânicos e americanos, inicialmente contra o Nazismo, e depois contra o Comunismo. Preparou o terreno para o êxito pós-guerra da *Democrazia Cristiana* de De Gasperi, mas, regressado a Itália, foi o seu crítico mais feroz.

In 1891 *Rerum Novarum* led a Sicilian priest, Luigi Sturzo (1871-1959), towards Christian democracy. In 1919 he founded the *Partito Popolare Italiano*, a mass party. Italian Catholics entered national politics amid great instability. Fascism quashed the *Popolari* and the Vatican settled the Roman Question with Mussolini, sending Sturzo into exile. He lived in London from October 1924 to September 1940, when he moved to the US. He returned home in 1946. Aided by British Liberal intellectuals, Labourists and progressive Catholics, he established himself as a scholar, political moralist and leading anti-Fascist. His US secret mission, agreed with British Intelligence to overturn Catholic isolationism, was partly wrecked by Italian diplomats and Catholic prelates who relegated him to Jacksonville. But St. Augustine's Bishop, Joseph Hurley, protected him. Sturzo co-operated with Hurley and with British and American Intelligence, first against Nazism, then against Communism. He prepared the ground for the post-war success of De Gasperi's *Democrazia Cristiana*, but back home became its fiercest critic.

Palavras chave/Keywords:

Católico; Democrático; Fascismo; Questão Romana; Vaticano.

Catholic; Democratic; Fascism; Roman Question; Vatican.

Family and Early Life

Luigi Sturzo did not indulge in genealogy but took notes when, in the summer of 1930, his twin sister brought him an extract compiled by a cousin¹. Perhaps he was intrigued by the exile of one of his ancestors. According to Ludovico Muratori – so we read in Sturzo’s notes – a leader of mercenaries called Ludwig Sturz came to Italy from Germany in the 15th century. Eventually he settled in Sicily and was killed in a tournament in Palermo. For about two centuries the Sturzoes were not heard of until, in 1672, a Tommaso Sturzo led with one Sances a short-lived uprising in Catania. Sances drowned whilst trying to escape. Tommaso was captured, condemned

¹ Archivio Storico Istituto Luigi Sturzo, Roma (henceforth: ASILS), Fondo Barbara Carter, busta 832: L. Sturzo to B. Barclay Carter, 10 Aug. 1930. Unreferenced details are from: Sturzo’s diaries 1924, 1940, 1941 (ASILS, Fondo Luigi Sturzo (henceforth: FLS), fascicolo (henceforth: f.) 253, carta (henceforth: c.) 9; f. 624, c. 1, 7); the over 1000 letters of Luigi Sturzo, Barbara Barclay Carter and Cicely Mary Marshall (1924-53) that I am editing for Sturzo’s *Opera Omnia*; WEBSTER, Richard - *The Cross and the Fasces*. Stanford University Press: 1960; CARRILLO, Elisa - *Alcide De Gasperi. The Long Apprenticeship*. University of Notre Dame Press, 1965; PIVA, Francesco, MALGERI, Francesco - *Vita di Luigi Sturzo*. Roma: Cinque Lune, 1972; MOLONY, John - *The emergence of Political Catholicism in Italy*. London: Croom Helm, 1977; DE ROSA, Gabriele - *Luigi Sturzo*. Torino: UTET, 1977; ID. (ed.) - *Luigi Sturzo - Mario Sturzo. Carteggio 1924-1940*. 4 vols. Roma: Storia e Letteratura, 1984-85; ID. - *Luigi Sturzo nei documenti dell’Office of Strategic Service*, in ARGIOLAS, Concetta (ed.) - *“L’appagamento morale dell’animo”*. Raccolta di scritti di Gabriele De Rosa. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2007, p. 71-89; MALGERI, F. - *Chiesa, cattolici e democrazia. Da Sturzo a De Gasperi*. Brescia: Morcelliana, 1990; ID. (ed.) - *Luigi Sturzo - Alcide De Gasperi. Carteggio (1920-1953)*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2006; LA BELLA, Gianni - *Luigi Sturzo e l’esilio negli Stati Uniti*. Brescia: Morcelliana, 1990; PAPINI, Roberto - *The Christian Democrat International*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1997; MALANDRINO, Corrado (ed.) - L. Sturzo-M. Einaudi, *Corrispondenza Americana 1940-44*. Firenze: Olschki, 1998; FARRELL-VINAY, Giovanna - *Sturzo e l’Inghilterra*, in ARGIOLAS, C., SPINEDI, M. G. (eds.) - *Universalità e cultura nel pensiero di Luigi Sturzo*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2001, p. 181-223; FORMIGONI, Guido - *Luigi Sturzo e la posizione internazionale dell’Italia nel secondo dopoguerra*, *IBID.*, p. 361-393; GRAY, Lawrence - *L’America di Roosevelt negli anni dell’esilio di Luigi Sturzo fra Jacksonville e New York: quale America ha conosciuto?*, *IBID.*, p. 521-549; RICCARDI, Andrea - *Luigi Sturzo e la Curia romana*, *IBID.*, p. 467-483; FARRELL-VINAY, G. (ed.) - *Luigi Sturzo a Londra: carteggi e documenti (1925-1946)*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2003; EAD. - *The London Exile of Don Luigi Sturzo. The Heythrop Journal*. XLV (2004), 158-177; EAD. - *Clio derisa. Sturzo sorvegliato della Polizia politica. Italia contemporanea*. 249 (2007), 665-674. Biopics of Sturzo’s English friends are in: <http://www.oxforddnb.com/public/index.html?url=%2Findex.jsp>.

to death, and then perpetually exiled to Mineo, near Caltagirone. Nothing else was recorded until 1807, when a Giuseppe Salvatore Sturzo became Baron of Altobrando. In the coat of arms, above the baronial coronet stood a castle with an ostrich (*struzzo*) to its right, holding a stick in its beak and surmounted by three stars. It was all in gold on a blue-celeste background².

It sounds grand, but was mere social climbing. The Altobrando estate was part of the barony of Barchino. Giuseppe Salvatore bought the title in 1773 together with half the Altobrando estate. Feudalism was abolished in Sicily in 1812, but titles remained as social badges. The baronetcy passed from Luigi's grandfather, Mario Sturzo, to his father, Felice, and then to Luigi's brother, also called Mario. As Bishop of Piazza Armerina since 1903, with a modern outlook and a strong philosophical bent, he cared little for his title. More substantial were the over 500 hectares of land accruing in 1823 from the marriages to the Taranto sisters of Mario and Francesco, Luigi's grandfather and great uncle. Felice acquired more land from his marriage to Caterina Boscarelli, a physician's daughter.

Felice and Caterina had seven children, born in the Risorgimento's key years: Margherita (1859-1922), Mario (1861-1941), Remigia (1865-1928), Rosa who died in infancy, and the twins, Emanuela (1871-1948) and Luigi (1871-1959), born a year after the seizure of Rome. The Vatican would later bargain with Mussolini for the settlement of the Roman Question at Luigi's expense. Mario and Luigi became priests and Remigia a Daughter of Charity, as Giuseppina. The eldest daughter, Margherita, chronically ill with arthritis, and the youngest, Emanuela, nicknamed Nelina, were spinsters. In 1901, after a year in a convent, Nelina renounced her supposed vocation and became the family estate manager. Named after her uncle, Emanuele Taranto, a chemistry teacher and leading local intellectual, she was well-educated, but did not follow in his footsteps. Sociable and very elegant, she was utterly devoted to Luigi, looking after him in Caltagirone and then in Rome. She was gutted when he left for London in October 1924 and for a year kept up previous plans to buy a flat in Rome, dreaming of his return. Eventually she accepted reality, joining him every summer for a month or so in France or elsewhere in Europe, gladly exploiting the fashionable shopping

² ASILS, FLS, f. 310, c. 97.

opportunities of Paris and other cities. Back home, she wrote him often and carefully filled parcels of homely goods, to repay the kindness of his London friends. The traffic from Caltagirone to London of oranges, *panettoni*, *torroni* and ceramic objects was remarkable, especially at Christmas³.

The bond between Luigi and his brother was as strong but different. Ten years his senior, Mario was Luigi's main mentor and model. Their shared interest in literature, philosophy and theology, born out of juvenile enthusiasm, continued unabated throughout adulthood. When Luigi left, Mario knew, like Nelina, that it was exile, but unlike her he faced reality squarely. After some anguished letters he silenced his despair and set out to comfort his brother by fuelling those intellectual pursuits that he knew were vital to him. They kept conversing by letter and postcard, producing an extensive correspondence that illuminates their intellectual interests. Mario died in November 1941, shortly after his 80th birthday. Luigi was in America. Their last meeting had been in Paris, in April 1926. Both brothers owed much of their fortitude to their upright, strong-willed and pious mother. Her family had denied her a formal education, regarding it as dangerous for a girl, but she had formed her own culture, based on religious and mystical books. Mario thought Luigi had her critical mind. Felice Sturzo who had studied law and engineering without graduating in either, was to his sons a model of faith and patient selflessness.

Then there was uncle Emanuele Taranto. The Sturzos often gathered with other ultramontane friends in his drawing room. They regretted Sicily's lost opportunities to gain independence and had no nostalgia for the Bourbons, but resented the anticlericalism of the Liberals. Novelties such as the forced currency (running from 1866 to 1881), and military conscription, spoiled their acceptance of Italy's unification. Their frequent discussions of religion were indicative of the contradictions and difficulties caused to many a faithful by the Church's failure to deal with modernity. They thought the Pope had been wrongly robbed of temporal power. Yet their preoccupation with the Roman Question contrasted with their fondness for Father Gioacchino Ventura (1792-1861), a champion both

³ DE MARCO, Vittorio (ed.) - *Luigi Sturzo - Emanuela Sturzo. Carteggio (1891-1948)*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2005.

of Sicilian independence, and – with Vincenzo Gioberti (1801-52) and Antonio Rosmini (1797-1855) – of that compromise between Liberalism and Catholicism which in 1848-49 Pius IX had first embraced and then rejected. Now that Liberal Catholicism was out of bounds, Taranto and his friends thought Catholics should engage in social action to regain influence and counter the ills of industrialisation. These were still vague ideas, imported by Mgr. Mario Mineo Janni from his trips to Northern Italy, where the lay Catholic organisation, *Opera dei Congressi*, was stronger than in Sicily. To young Luigi it was background noise, but the seeds sown in his uncle's drawing room would later lead him to re-think the role of Catholics in Italian politics and re-appropriate Liberal democracy under the cloak of Christian ideals of social justice.

Vocations

In those years of Church and State rift, devout Catholics sent their sons to Seminary and their daughters to Convent school, to avoid the secularism of State schools. Luigi attended the seminaries of Acireale (1883-86) and Noto (1886-88), with intervals at home due to illness. Early in 1941, in a desperate attempt to persuade Mgr. Lardone, the Prefect of Studies at Washington Catholic University, to get him out of St. Vincent's Hospital in Jacksonville and find him a family instead, he revealed that community life had always made him ill⁴. Thus, from 1888 he stayed home, completing his studies at the recently re-opened Seminary of Caltagirone. He was ordained to the priesthood in 1894. It was an easy decision, he recalled in 1958. Gabriele De Rosa detected in his words “a hint of a peasant's character, solid, positive, proceeding without hesitation or much brain raking”⁵. In 1898 he graduated in theology at the Gregorian University in Rome.

As a seminarian he loved literature, music, philosophy and history. He wanted to preach and teach, which he did in Caltagirone's Seminary from 1890 to 1902. Those early influences from his uncle's drawing room began

⁴ ASILS, FLS, f. 575, c. 84.

⁵ DE ROSA, Gabriele - *Sturzo mi disse*. Brescia: Morcelliana, 1982, p. 90.

to germinate upon reading Leo XIII's 1891 Encyclical, *Rerum Novarum*. From a secular viewpoint, it was but a belated attempt not to miss a last train. Rejecting class war, *Rerum Novarum* recommended anachronistic unions of workers and employers, like the medieval guilds. However, by recognising the rights of workers and encouraging Catholics to seek social justice beyond *bienfaisance*, it boosted the progressive wing of *Opera dei Congressi*, potentially opening a re-connection via social action to national politics, forbidden to the faithful since the mid 1860s by the *Non Expedit* decree. After the popular unrest of 1892-93, known as *Fasci Siciliani*, Luigi felt his place was among the people. With Emanuele Arezzo, Vincenzo Mangano, Giuseppe Montemagno and Ignazio Torregrossa he began to set up rural banks, peasant co-operatives and mutual help associations. He alternated field work with periods at the Gregoriana in Rome, where his transformation from a regressive intransigent into a progressive intransigent was enhanced by his encounter with the social economist Giuseppe Toniolo and Don Romolo Murri, an early proponent of Christian Democracy. The episode Sturzo related in 1941 in *My Political Vocation*, of Easter 1895, when the misery he saw in a working-class district of Rome so struck him that he was sick for days thereafter, should be placed in this context. It was not a sudden illumination, as hagiography would have it, but choices maturing over many years⁶.

Through *Rerum Novarum* he also began to see society as the bedrock of human nature. Exile gave him leisure to develop his early intuitions, leading him to describe society as an ever-shifting, multi-faceted interface built into human nature itself "... a kind of multiple, simultaneous and continuative projection of individuals in their activity"⁷.

From social to political commitment was a short step. The *Non Expedit* forbade Catholics to vote or be candidates in national elections. But they

⁶ STURZO, Luigi - *My Political Vocation*, *The Commonweal*, 23 (1941), 537-540, also in ID., *Les Guerres Modernes et la Pensée Catholique*. Montréal: L'Arbre, 1942, p. 11-27. GIULIANI, Luigi - *Don Luigi Sturzo. Testimonianze sull'uomo di Dio*. Cinisello Balsamo: San Paolo, 2001, p. 15-16, relates the context but equates this episode to the illumination "di altri santi e servi di Dio". The author is the Postulator of the Cause of Beatification of Luigi Sturzo.

⁷ STURZO, Luigi - *Inner Laws of Society. A New Sociology*. New York: P. J. Kenedy & Sons, 1944, p. XVII.

were encouraged to take over municipal and provincial administrations, to increase the gap between the true Italy and the official one, defending Catholic charities, confraternities, religious education, and so on. To the Christian Democrats this was the preparation of a fully-fledged political party. To Sturzo, local administration was also the battleground against the *camarillas* which stifled Sicily, keeping labourers, small holders, even the clergy in the thrall of local notables and the mafia. He was elected municipal councillor of Caltagirone in 1899, acted as mayor from 1905 to 1920, was provincial councillor for Catania, and vice-president of the national association of Italian municipalities from 1915 to 1919. The local *camarillas* were resourceful and he suffered many setbacks, but always kept to his objective to bind together the Christian Democrats around a local electoral strategy based on clearly-set programs promoting self-government. His ambition was to build up in Sicily a network of grass-root organisations and local administrations both as an alternative to the prevailing methods of government and as a blueprint for the political party he planned. He made tactical alliances as he saw fit and used Caltagirone as a testing-ground. Unlike his friend Murri, he avoided religious modernism and did not antagonise the *Opera dei Congressi*.

In 1904, when Pius X disbanded the *Opera dei Congressi* to end interne-cine strife and disavow the Christian Democrats, Sturzo could thus declare it was the best decision, disentangling religion from politics. Instead of joining the *Lega Democratica Nazionale* founded by Murri in November 1905, he outlined his project in his Caltagirone speech *I problemi della vita nazionale dei cattolici* on 29 December 1905. The new party must not call itself Catholic but be open to all, non-confessional and independent of the Vatican. Catholics must fully endorse the unification of Italy, enter the arena as any other political force, and become the leaven of Parliament and State bureaucracy, defeating centralisation. Instead of supporting moderates or conservatives against the Socialists, as after the informal and partial lifting of the *Non Expedit* in 1904, Catholics must revive democracy with social and institutional reform. In short, Sturzo proposed a political and cultural revolution that would set Christian values as the moral compass of the nation. Then, Italy would turn to the Church as a life-giving and unifying force. This was his solution to the Roman Question. But it remained only

an idea and things continued as before. Even worse, after the introduction in 1912 of universal male suffrage, in 1913 the *Patto Gentiloni* established as a rule the opportunistic use of Catholic votes. In 1906 three Unions – Popular, Electoral and Socio-economic – were set up, all three under strict ecclesiastical control and independent of one another. Sturzo continued his work from Caltagirone until around 1915. As secretary of Sicily's Electoral Union from 1908, he controlled both the selection of local electoral candidates and the forging of local political alliances. He thus gained sound managerial experience of a political organisation. But results remained disappointing due to local notables and the mafia. Sturzo's directives were challenged, even in Caltagirone. Time came to move on to Rome. There he joined the national directorate of the Popular Union in 1914, rising to the second place in command of Catholic Action in 1915.

The Great War

In the summer of 1914, as a member of the Triple Alliance, Italy sat on the fence. It declared neutrality after Austria disavowed German promises of territorial gains at Austria's expense in the North-East – the *terre irredente*, i.e. Trentino and Istria. It joined the *Entente* in May 1915 after similar promises were secretly stipulated in the London Pact. Public opinion was split from the start between neutralists and interventionists. Both factions were made of groups with different aims. The so-called Democratic interventionists saw the war as a harbinger of democratic renewal, believing the *Entente's* victory would bring harmony and even federation to a Europe free of militarism and conservative authoritarianism. To their left stood the revolutionaries. To the far right, the Nationalists wanted Italy's expansion in the Adriatic and the Mediterranean. Led by Luigi Albertini's *Corriere della Sera*, the 'Liberals' shared a moderately nationalistic expansionism and democratic anti-authoritarian aims. They all wanted the *terre irredente*. Also the neutralists were split. Giolitti, who kept out of both Government and debate, sensibly thought Italy could not afford a war and should stay out, except perhaps to grab the *terre irredente* at the last minute. The Socialists espoused the pacifist line of the II International

– unlike those of other countries, who thus brought down the II International. But many dissident Socialists followed Mussolini to the opposite camp, whilst others, like Salvemini, joined the Democratic interventionists. The Vatican stood neutral, declaring it did not expect to solve the Roman Question through the war, but Catholic neutralism was suspected, with some reason, of reactionary and pro-Hapsburg sentiments. Benedict XV's 1917 declaration of the "useless carnage" was hailed as treachery. Others, like trade unionist Guido Miglioli, voiced the anti-war feelings of the peasantry, whilst many a priest portrayed the war as God's punishment to a Godless world.

Sturzo contributed to turn partly round the anti-war Catholic front, advocating Italy's intervention from his powerful position in Catholic Action, whilst paying lip service to Benedict XV's neutrality. Eager to quash Bourbon legitimism and dissipate suspicion of Catholic disloyalty, he declared Italy must gain prominence in the Mediterranean and colonies for the peasants. The war – he argued – would save Christian civilisation by wiping out the old world born of the French revolution "culpable of locking religion out of civil codes and separating science from faith". It was an exercise in national character formation, revealing the hidden moral reserves "which the touch of the purifying fire and of the killing iron has awakened, with great heroisms and with a great explosion of vivid faith, mindless of the supreme sacrifice of life". Most probably and most importantly, he sensed that he must be in the right place after the war, just as Italy must sit among the victors. Had he espoused neutrality, his party project might have sunk. It was a strategy worth sacrificing an old friend like Emanuele Arezzo, who accused him of betraying honour, conscience, and the interests of both Italy and Catholic Action. After the war Sturzo avoided dwelling on his pro-war stance, which sat uncomfortably with his subsequent treatise on the right of war⁸.

However, he also identified the contents of the Pandora's box opened by the war, warning of the danger on the one hand of nationalistic discontent, and on the other of social unrest. The habit of passing laws by decree was

⁸ STURZO, Luigi - *The International Community and the Right of War*. London: Allen & Unwin, 1929. Quotations from DE ROSA, Gabriele - *Luigi Sturzo*, cit., p. 177.

weakening Parliament – he said – and those self-appointed groups fostered by the war might now get the upper hand. To fight corruption, proportional representation should be adopted. He also concerned himself with land reform, for he saw agriculture as the main source of wealth and peasant discontent as the main source of trouble. By now he had accumulated enough experience in Rome to talk with confidence. From 1916 he sat in the Central Commission for Provisions, a State agency, and was the secretary of the *Opera Nazionale per gli Orfani di Guerra*, a new venture of Catholic Action. He got acquainted with Government circles and ministerial bureaucracy and watered down his previous hostility to the trappings of the Liberal State. While still mayor of Caltagirone, Sturzo was ready to step into national politics.

The Popular Party

He launched the *Partito Popolare Italiano* (PPI) on 19 January 1919. The Vatican neither objected nor rejoiced. Among the forty or so founding members sat aristocrats and landowners, bankers, industrialists, press magnates, trade unionists, former Christian democrats, neutralists and interventionists, leftwingers and rightwingers, all bound together by their belonging to Catholic intransigence. Such a motley collection was proof both of Sturzo's talent for political mediation and of his awareness that his party needed the great and the good as much as the masses, but it was obviously riddled with contradictions and likely to fracture under stress. The political manifesto was ambitious: social insurance, welfare provisions, legislation to recognise Catholic trade-unions, religious and educational freedom and family rights, income tax reform, proportional representation and female franchise, administrative decentralisation, support for the League of Nations and a colonial policy marrying national and humanitarian interests. The party was centralised but democratically managed: the local sections had their say but could not stray from the centrally agreed line. Deals with Catholic Action and its youth branch, *Gioventù Cattolica*, secured an influx of fresh blood, but impeded the party from forming its own cadres and exposed it to Vatican influence.

The election of November 1919 was the first contested with proportional representation and without *Non Expedit*. Sturzo expected the PPI to flex its muscles in Parliament as a small group. But with 20.6% of the vote and 100 seats in the Chamber, it became the largest group after the Socialists, with 156 seats. Victim of its own success, it took part with little reward in the Nitti (1919-20) and Giolitti (1920-21) cabinets. The climate was tense. President Wilson had denied Dalmatia to Italy and the Nationalists led by D'Annunzio occupied Fiume. Labourers occupied lands and workers took over factories. The Liberals didn't know how to ride the tiger and ideology prevented alliances between Socialists and *Popolari*. Mussolini's Fascist squads, initially financed by landowners, began to terrorise the countryside and then the cities. Many saw them as temporary anti-revolutionary tools. Instead, they got the March on Rome of October 1922. Against Sturzo's advice the PPI co-operated in the first Mussolini cabinet. At the party Congress of April 1923 Sturzo declared the PPI could not "sign a blank cheque" and subscribe to a pantheistic State and a deified nation. The Fascist press hailed it the speech "of an enemy". Mussolini sacked the *Popolari* and they began to fracture.

Now Mussolini set out to deal with the Church, posturing as defender of the faith as his squads attacked PPI and Catholic Action offices, and trade unions. Negotiations on the Roman Question had failed in 1919. As Mussolini's hold on power tightened, the Vatican began to see him as "the man of Providence" who would settle it. Sturzo was the main obstacle and was eased out. On Vatican orders, he resigned as PPI's political secretary on 10 July 1923, amid Fascist threats to the churches of Rome and shortly before the debate on the electoral bill which he opposed, designed to favour the Fascists⁹. He resigned from the Party board on 19 May 1924 upon De Gasperi's appointment as secretary. In June the Socialist deputy Matteotti was murdered, after challenging Mussolini for his crimes during the April election. The opposition, including the *Popolari*, withdrew in protest from Parliament, and later in the summer *Popolari* and Socialists began to talk. Sturzo, whose life was in danger, wanted the opposition to return

⁹ Letters between the Vatican and Sturzo and his resignation speech in DE ROSA, G. (ed.) - STURZO, Luigi - *Lettere non spedite*. Bologna: Il Mulino, 1996, p. 267-278.

to the Chamber and challenge the Fascists at the re-opening of Parliament in November. It might have worked for Mussolini's position was now wobbly. So around mid September the Vatican ordered Sturzo to leave Italy. He obeyed, making sure the order was on paper, whilst cooperating to mask it as a request for a study leave¹⁰. He left Rome for London on 25 October 1924, his work in tatters, his future blank. He often prayed on the tomb of Thomas More in Chelsea Old Church¹¹. His return, on 6 September 1946, was that of a legendary hero. But most Italians knew nothing of his life abroad and he seldom spoke of it.

London

The Vatican order was grafted onto an earlier plan. In mid August 1924 Sturzo had asked Angelo Crespi – a staunchly Anti-Fascist ex-pat, teacher of Italian at Birkbeck College and London correspondent for the PPI's *Il Popolo* and other dailies, who was on holiday in Italy – to travel together to London, where he wanted to attend Marc Sangnier's congress *La Paix par la Collaboration Internationale*, on 16-20 September. Crespi had responded with open arms but was delayed by family matters. So Sturzo chose instead the International Free Trade Conference at Caxton Hall, on 29 September-1st October, where Edoardo Giretti asked him to represent the Italian Group. But on 20 September Crespi and his wife departed from Domodossola without Sturzo. Their *rendez-vous* had been upset by Vatican intervention, which delayed and transformed Sturzo's journey into an expulsion from Italy. Accompanied by Angelo Belloni, he got to London five weeks later, on 27 October 1924, well after the two conferences¹². He later declared to Gaetano Salvemini that the choice of London was his own, while friends counselled Paris or Switzerland¹³. His archive offers no conclusive evidence

¹⁰ IBIDEM, p. 279-284.

¹¹ Cf. DE ROSA, G. - *Luigi Sturzo, cit.*, p. 270, 361.

¹² ASILS, FLS, f. 256, c. 1-17, 23, 26, 27.

¹³ GRASSO, Giovanni (ed) - *Luigi Sturzo, Gaetano Salvemini. Carteggio (1925-1957)*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2009, p. 40: Sturzo to Salvemini, 3-2-1937.

on the origins of his plan in August, but shows that his eagerness to secure Crespi's support in London was one of his best moves.

The Crespi took Sturzo in for the first fortnight, easing the pain of a very traumatic experience. On 8 November, by Vatican arrangement with Francis Bourne, the Cardinal Archbishop of Westminster, he moved to the Oblates of St. Charles in Bayswater, and in February 1925 to the Priory of the Servites in Fulham Road. If the plan was to isolate him, it failed. From 1923 he had compensated for the curtailment of his political activity by writing and publishing. In Britain he continued. But Italy was an increasingly difficult outlet which closed in 1926 with the suppression of political parties and press freedom. To overcome obstacles such as the English language, that he began to learn at once but mastered slowly, an unfamiliar culture and mind-set, and lack of connections with publishers and the press, he needed new friends. Crespi was a member of the National Liberal Club and introduced him to several Liberal intellectuals. So did two Italian journalists: Oreste Rizzini, London correspondent of *Il Corriere della Sera*, and Emanuele Barabino of the *Financial Times*. Thus Sturzo met the former editors of *The Economist*, Francis Hirst, and of *The Times*, Henry Wickham Steed, who became his main sponsor; the holder of the Serena chair of Italian at Cambridge, Thomas Okey; Baron Von Hügel and his friend, the classical scholar Edwyn Bevan; the diplomatic historian George P. Gooch, a steady friend who in 1928 wrote the preface to *The International Community and the Right of War*. The Catholic Feminists of St. Joan's Social and Political Alliance were very supportive. Sturzo had met their secretary, Miss Barry, in Rome in 1923 at the Congress of the International Women Suffrage Alliance. In December 1924 she welcomed him to London. Thus Sturzo met Virginia Mary Crawford, who stood by him in all his initiatives¹⁴, and Barbara Barclay Carter, a young Catholic convert of American origins, fresh from the Sorbonne. Generous and enthusiastic, fluent in Italian and French, she quickly became his interpreter, translator and all-round assistant. In January 1925 also Cardinal Bourne helped, introducing Sturzo to the literary agent Reginald Dingle and to the journalist Henry Somerville, a member of the Catholic Social Guild (CSG), run in Oxford by Leo

¹⁴ Cf. BARCLAY CARTER, B. - Virginia Crawford. *P&F*. 108 (1948).

O'Hea, S.J., and devoted to spreading Catholic social doctrine through popular education¹⁵. The CSG treasurer, Francis R. Muir, became Sturzo's close friend.

With so much support, Sturzo devised a survival strategy centred on his transition from political actor to observer and commentator. The result, *Italy and Fascismo*, came out on 1st October 1926¹⁶. Much praised for its lucidity, moderation and detachment, it was the best received of the many books Sturzo published in Britain. Its origin was a talk on Italy before the guests of Francis Hirst on 16 December 1924¹⁷, and many hands helped it evolve. Dingle placed it with Faber & Gwyer, Barbara did the English translation, Steed revised it, Father O'Hea and Edwyn Bevan facilitated Sturzo's encounter with the classical scholar and internationalist Gilbert Murray, who wrote the preface. Talks and lectures were arranged at the start of 1926 by Murray's son in law, Arnold Toynbee, by Thomas Okey and the Anglican Reverend Robin Laffan at the National Liberal Club, at Chatham House and in Cambridge to launch the book¹⁸.

In the spring of 1926 the Vatican tried to silence Sturzo: the Servites told him to leave and Bourne offered him a chaplaincy in an enclosed convent in Chiswick, asking him to declare publicly a total disengagement from politics. Sturzo saved his freedom thanks to Barbara and her friend, Cicely Mary Marshall, who gave him a room in their new flat in Gloucester Terrace. He made no declarations and Bourne relented, consenting to a nearby convent's request to have Sturzo as external chaplain¹⁹. It was a quiet but radical change. From November 1926 to September 1940 Sturzo lived with two compassionate, intelligent and cultured women – *le mie buone sorelle londinesi* – my good London sisters, who greatly cared for him. Returning from the Continent, where he kept contact with publishers, friends and fellow exiles, he began to tell his brother he was back *nel mio angoletto* – in my

¹⁵ ASILS, FLS, f. 287, c. 71, 71bis; f. 288/1, c. 1, 36, 80 e 81; f. 288/2, c. 112; CLEARY, J - *Catholic Social Action in Britain 1909-1959*. Oxford: Csg, 1961.

¹⁶ STURZO, Luigi - *Italy and Fascismo*. London: Faber & Gwyer, 1926.

¹⁷ RIZZI, Franco (ed.) - STURZO, Luigi - *Scritti Inediti*, vol. 2, 1924-1940. Roma: Cinque Lune, 1974 (henceforth: SI, 2), p. 6-16.

¹⁸ ASILS, FLS, f. 298, c. 14, 26-28; f. 408, c. 16-26.

¹⁹ Archivio Segreto Vaticano, Segreteria di Stato, 1926, R. 6, F. 2, protocol 53986, ff. 105/M, 106/M; ASILS, FLS, f. 300, c. 60, 64; f. 302, c. 14.

little corner – *nella mia cameretta* – in my little room. To Cicely it was *la piccola famiglia* – the little family. In 1933 they moved to a semi-detached house in Chepstow Villas. Now they had a garden, and the usual cat had to put up with a black and tan terrier, Pooka, Sturzo's favourite. Supported by Sturzo, Barbara tried to become a writer, but in the end she got too involved in his affairs and politics, and the war got in the way. She died of cancer in 1951. Her ambitions had evaporated, her Dante studies were but a dignified relic of the past, but her devotion to Sturzo endured. If she had regrets she never expressed them.

Sturzo's relations with British Liberals and Labourists were easy for their roots were in the Christian tradition, while the marginality of British Catholicism minimised the anticlericalism, prominent among Italian Liberals and Socialists. CSG and St. Joan's Alliance members sat with Liberals, Labourists, Anglicans and Quakers in the Italian Refugees' Relief Committee, set up by Sturzo in 1927 to aid Italian refugees in Paris. In 1929 barrister Richard O'Sullivan, a CSG member, favourably reviewed *The International Community and the Right of War* in the *Bulletin of the Catholic Council for International Relations*, whose secretary, John Eppstein, had sought out Sturzo in December 1924²⁰. Relations were also good with the Dominicans of *Blackfriars*²¹. But British Catholics were dominated by the likes of Chesterton and Belloc, whose hostility to Liberal democracy favoured Fascism. Sturzo could not ignore them. Having secured his base among Liberals and, to a lesser extent, Labourists, he aimed his anti-totalitarian and democratic message at the Catholic press. Cicely helped, arranging in January 1927 a meeting with Edward Ingram Watkin, an original and independent Catholic thinker²². He reviewed Sturzo's books and placed his essays in *The Dublin Review*. This brought Sturzo new allies: Donald Attwater, Denis Gwynn, Fathers Edward Quinn from Leeds, Samuel Gosling from Alton, Harold Francis Drinkwater from Birmingham²³.

²⁰ ASILS, FLS, f. 288/1, c. 75, 77-79.

²¹ *Blackfriars* reviewed nearly all of Sturzo's books and published five essays by him between 1934 and 1936.

²² Cf. GOFFIN, Magdalen - *The Watkin Path*. Brighton-Portland: Sussex Academic Press, 2006.

²³ Donald Attwater (1892-1977) worked at *The Catholic Herald* before becoming editor of *The Dublin Review*, 1936-39. Denis Gwynn, editorial director of Burns, Oates & Washbourne

Drinkwater, Gosling and Sturzo thought the Church must not take sides in Spain. But it did, like most British Catholics: thus the otherwise anti-Fascist Cardinal Arthur Hinsley kept on his desk a signed photo of Franco. Sturzo worked relentlessly to foster mediation. With Alfredo Mendizábal, an exiled friend from Oviedo University, he started committees in Paris and London to lobby the Quai d'Orsay and the Foreign Office. Steed chaired the British Committee, where we find Lord Cecil of Chelwood, Mrs. Crawford, Harold Nicolson, Robert W. Seton-Watson, G. P. Gooch, Edwyn Bevan and Gilbert Murray. A mediation plan issued in March 1938 at a conference of the committees in Paris failed, but the Foreign Office did not junk it and the quality of Sturzo's supporters suggests his prestige. 32 Chepstow Villas was a reference point also for growing numbers of refugees. Sturzo helped them out of his own pocket, turning also to Steed, Murray and Gooch.

A month after the start of WWII Geoffrey Bles published *Church and State* and Burns & Oates *For Democracy*. The first was the culmination of Sturzo's scholarship, a subtle interpretation of European history from the Middle Ages to the present through the lens of his concept of sociological diarchy. The second was the work of the People and Freedom Group (P&F) that he had founded in 1936 with Barbara and Mrs. Crawford to counter Catholic pro-Fascism. An unique experiment in Christian Democracy on British soil, P&F lasted 18 years and made itself heard during the war through its monthly paper. It also provided an umbrella organisation for the exiled politicians gathered by Sturzo and Mrs. Crawford in the International Catholic Democratic Union (ICDU), which was a successor to the International Secretariat of Christian Democratic Parties set up by Sturzo in Paris in 1925. Much had happened to Sturzo since his arrival in London as a man defeated. Toiling ceaselessly, supported by ever-growing networks in Britain, Europe and America, he had published a dozen books and hundreds of articles and essays ranging from politics to history, sociology, art and music, establishing himself as international scholar, political moralist, leading anti-Fascist and Christian Democrat. It was time for a new challenge.

in the late 1930s, took the initiative for Sturzo's book *Politics and Morality* (1938). Edward Quinn was secretary of the Catholic Committee for Refugees from Germany. Letters in ASILS and in the Archdiocesan Archives of Birmingham show close contact in the middle 1930s between Sturzo, Gosling and Drinkwater.

America

Sturzo's activity during the six years he spent in the US was so intense and multifarious that much of it remains unexplored. He and Barbara ascribed to the blitz his departure from London in September 1940²⁴. London was surely dangerous then, and Sturzo had a weak heart. But Steed's letters of June 1940 to Colonel Douglas of Military Intelligence and to Sir Robert Vansittart, in charge of British propaganda abroad in the Foreign Office from 1938, dispel this legend, devised for secrecy²⁵. Shortly after Italy's war declaration on 10 June, Sturzo offered British Security Coordination his services against the isolationist, pro-Fascist stand of Catholics and Italo-Americans in the US. Procedures to get exit and entry visas, affidavit and a Vatican passport began on 19 June, dragging on until, the night of 15-16 September, bombs fell around Chepstow Villas, forcing the neighbourhood, including Sturzo, Barbara and Cicely, to evacuate. The Meynells at 47 Palace Court, took Sturzo in. Those bombs were a cover sent from heaven. They accelerated the procedures and, upon leaving for Liverpool, on 22 September, Sturzo could truthfully claim to be a refugee bombed out of his home. His physician and best friend, Dr. Michele Sicca, went with him, as stipulated back in June. They embarked on the Samaria on 23 September and got to New York on 3 October 1940.

The Bagnaras, a working-class family from Caltagirone living in Brooklyn, took them in. They were devoted to Sturzo, who needed a caring *milieu*, and in theory it was a good cover, but space was too tight and New York too cold for an ailing man. Sicca got a job in a Sanatorium in Delaware. Sturzo used his connections to find accommodation, but it didn't work out and he succumbed to Mgr. Lardone's plan to send him as far away as possible from New York or Washington. A powerful man, linked to the Apostolic Delegation and the Italian Embassy, Lardone organised for Sturzo to stay at St. Vincent's Hospital in Jacksonville, in the poorest and dampest part of

²⁴ STURZO, Luigi - *La mia battaglia da New York*. Milano: Garzanti, 1949, p. 1-4; BARCLAY CARTER, B. - *Our Bombs*. P&F. 16 (1940).

²⁵ British Library (London), Manuscripts, Add 74132, leaf 222 and 225. On British propaganda cf. CULL, Nicholas John - *Selling War: The British Propaganda Campaign Against American "Neutrality" in World War II*. New York-Oxford: Oxford University Press, 1995.

Florida. The notoriously isolationist Mgr. Curley, Archbishop of Baltimore, supplied the money. Sturzo left Brooklyn on 22 December 1940 on Lardone's promise that it was only for the winter²⁶. It was a cruelly hollow promise. He returned to Brooklyn in April 1944.

Whether or not the Fascists and the Vatican knew of his secret mission, they wrecked Sturzo's plan to export the P&F model, whose proliferation across the US could have worked as an anti-isolationist and democratic leaven amid Catholics. From Jacksonville Sturzo relied on Mario Einaudi in New York. Mario was an academic, excellent as a friend, but unsuited to the task. He relied on the *Commonweal* group, who feared competition and saw themselves as the apogee of Liberal Catholicism. Sturzo tried to get Barbara, a better propagandist than Einaudi, to the US. But the London P&F depended on her, she relished her independence, and was too hesitant. The American P&F lingered and Sturzo's main strategic plank went adrift. But if his foes thought to silence him, they were wrong, for they had placed him under Bishop Joseph Hurley, who got installed in St. Augustine on 26 November 1940²⁷. In 1934, after assisting his friend Mgr. Edward Mooney, the Apostolic Delegate to India and Japan, Hurley had become *addetto* to the Secretariat of State's Second Section. He got on famously with Pius XI as interpreter and translator, sharing his anti-Nazism. From 1938 he secretly aided US Ambassador William Phillips, publishing Roosevelt's and State Department declarations in *L'Osservatore Romano*. His luck ran out after Pius XI's death. Instead of condemning Nazism, Pius XII appointed him Bishop of St. Augustine. There Hurley put himself at the service of Sumner Welles who furnished him with top secret material for speeches that were printed in the national press. On 6 July 1941 Hurley's CBS speech *Papal Pronouncements and American Foreign Policy* caused havoc, exactly as Welles wanted.

In August 1941 Sturzo asked Lardone to stop negotiating temporary accommodation in Brooklyn with Bishops Molloy and Kearney. It was not just resignation: Hurley had visited Sturzo on 1st June and there is evidence

²⁶ Asils, Fls, f. 575, c. 63, 65 (now in SI, 3, p. 6-10, docs. 6-9), c. 69.

²⁷ Information on Hurley from GALLAGHER, Charles R., S.J. - *Vatican Secret Diplomacy. Joseph P. Hurley and Pope Pius XII*. New Haven & London: Yale University Press, 2008.

of co-operation between them, especially in Latin America, where Sturzo's contacts were useful against Nazi propaganda. Hurley let him publish his articles – running into hundreds – wherever he could place them. War had returned, like a personal nemesis. Sturzo portrayed it again as a necessity to save Christian civilisation, but this time he was careful in his qualifications and moderate in tone. War also offered him the opportunity to insert his own Christian democratic propaganda into the mainstream of Allied propaganda, thus serving both his and their purposes.

Under Hurley's eye, contacts with fellow exiles and British and US agents raised no objection. Sturzo was in touch with British agents soon after his arrival in New York. Gaudens Megaro from the Coordinator of Information, predecessor of the Office of Strategic Services, made contact in December 1941. From 1942 exchanges with OSS and OWI intensified. Sturzo won the respect of the Department of State, getting privileged access to his friends in Italy. He sent aid to the people and money to *Democrazia Cristiana* (DC). The goalposts were shifting: now becoming Communists and Socialists were enemys. He helped the US administration understand Italian politics, ceaselessly expounding the tenets of Christian democracy and paving the way for the favour accorded in 1947 to DC's leader, De Gasperi. Almost an ambassador, it was rumoured he would get the job. When Alberto Tarchiani got it instead, he often relied on Sturzo's advice.

There was a jarring note. In his radio broadcasts to Italy on *The Voice of America* he gave encouragement and hope for renewal and reconciliation, but criticised the Allies, who after granting Italy co-belligerency kept the armistice's clauses secret, fuelling fears of a punitive peace²⁸. From Brooklyn he lobbied incessantly for milder terms, arguing that Trieste and the pre-Fascist colonies were necessary to Italy's future international role. Despite the gloss it smelled of nationalism. Later he pestered De Gasperi that the treaty must not be ratified, refusing to accept that it was the only way forward. His views of Italy's responsibility in the war were stuck in a loop begun in 1925, when in a speech delivered in Paris he warned that

²⁸ For broadcasts and articles cf. STURZO, L. - *La mia battaglia...*, cit.

Fascism was a Europe-wide problem²⁹. It was true, but, as a corollary, Italians were not solely responsible. This led to a separation of Fascist Italy from the “true” one, which slowly became an overwhelming majority. In the end it was as if Italians had nothing to do with Fascism. To be fair, most anti-Fascist leaders in exile shared this belief and avoided publicly to acknowledge the ease with which Italians adapted to the perks the Duce offered them. In Sturzo’s case, his dualistic approach to the interpretation of Fascism echoes the ultramontane tenet of *Italia reale* versus *Italia legale* that had underpinned the *Non Expedit* decree.

Italia

On the mental and psychological plane, Sturzo’s return to Italy began in April 1944, when he moved from Jacksonville to Brooklyn. In the Bagnaras’ new and larger home he was surrounded by Italo-Americans and in contact with Italy by mail and phone. Lobbying to improve the peace treaty, organising humanitarian aid and corresponding with his friends back home absorbed most of his energy. Between 1944 and 1945 he tried twice to go to London to lobby the Foreign Office and savour once more the warmth of his unforgettable *angoletto*. But the V1s and V2s began to fall on London, doctor Sicca, who was to accompany Sturzo, died in March 1945, and worried and embarrassed letters from Barbara and Cicely explained that the sort of food he needed was in short supply and they could not provide him with the house comforts of before the war, as they could no longer afford either central heating or the maid. Then the war ended, but sea travel between London and Naples remained problematic, and Sturzo refused to fly. Thus his London friends receded into a past whose struggles and consolations had crystallized in the interest of US academics for his sociological theory.

Meanwhile, his Italian friends grappled with the dilemma of “what to do with Sturzo”. After July 1943 many had wished for his immediate return, but this became a thorny and twisted affair. Alcide De Gasperi had replaced

²⁹ STURZO, L. - *Il problema della libertà e la crisi italiana*, in ID. - *I discorsi politici*. Roma: Istituto Luigi Sturzo, 1951, p. 409-444.

Sturzo as political secretary of the PPI in May 1924, suffered persecution and imprisonment in 1927-28 and from 1929 eked out a meagre living as a librarian in the Biblioteca Vaticana. In 1942 he took centre-stage when he began re-building the Party. Sturzo, the universally-revered *maestro*, was excluded. The backbone of the Party consisted of former *Popolari*, but it included other groups and the name *Democrazia Cristiana* signalled a departure from the politics of the PPI and a return to the more integralist approach of the original Christian Democratic paradigm. The sincerity of the two politicians' friendship is testified by its endurance despite their disagreeing on many issues. The main difference between Sturzo and De Gasperi concerned the profile of the DC. Sturzo thought it should be free of Vatican influence and strongly qualified, not a collection of conflicting tendencies. But in the power void following the collapse of Fascism the Church stood as the only nation-wide institution and the Papacy enjoyed a power comparable to that exerted after the collapse of the Roman empire; De Gasperi, mindful of the urgency to occupy as wide a space as possible to keep out the Right and the Left, was building an all-inclusive party, trying to persuade the Vatican of its trustworthiness³⁰. De Gasperi has even been cast as a precursor of the "catch-all" party model³¹. From this difference stemmed the disagreement on how to address the institutional question: whether Italy should remain a Monarchy or become a Republic. Sturzo, who was staunchly republican, believed it was for the Constitutional Assembly to decide and opposed the referendum, which the monarchists favoured, confident of popular support. Catholic opinion was split but leaned towards the Monarchy. By fostering the referendum, De Gasperi sought to avoid open conflict and even a split in the DC, where republicans and monarchists were at loggerheads. The fear of the impact on public opinion and inside the DC of Sturzo's presence, and of his predictable declarations was such, that his return was vetoed in October 1945, when he was about to

³⁰ Cf. POLLARD, John - *Catholicism in Modern Italy. Religion, Society and Politics since 1861*. London and New York: Routledge, 2008, p. 108-113.

³¹ Cf. ALLUM, Percy - *The Changing Face of Christian Democracy*, in DUGGAN, Christopher and WAGSTAFF, Christopher (eds.) - *Italy in the Cold War. Politics, Culture & Society. 1948-58*. Oxford: Berg, 1995, p. 117-127. For a fuller discussion cf. FARRELL-VINAY, G. - La storiografia anglosassone e le considerazioni sull'attività politica di De Gasperi. *Studi Trentini di Scienze Storiche*. 2, Supplemento (2005) 306-309.

embark for Naples. The official bearer of the veto was the Apostolic Delegate to the U. S., Cardinal Amleto Cicognani. The Under-Secretary of State, Mgr. G. B. Montini, admitted responsibility and doubtless De Gasperi was the main beneficiary of this manoeuvre. At long last, the referendum was held on 2 June 1946 and established that Italy would be a Republic. All pretexts to keep Sturzo at bay ran out. He arrived at Naples on 6 September 1946 on board the liner *Vulcania*. Frail, he stood as a symbol of an unfulfilled national aspiration to moral heroism, an icon beholding and linking the myths of the old “true” Italy and of the new one, both upright and fearless, unsullied by cowardice and compromise.

Family life, away from the constraints of religious communities, had been Sturzo’s constant preoccupation, before and throughout his exile. And yet, now that he was free to choose, he asked his Sicilian friend Mario Scelba to find him accommodation in Rome in a convent. Contact with Nelina was limited to her visits from Caltagirone, where he never returned. The Canossiane Sisters of via Mondovì (now via Don Orione) provided him with a two-roomed apartment, an ample conference room, a beautiful chapel, a pretty garden for his daily walks, and sterling assistance, but their guest was different from both the man who had left Italy twenty two years before, and the one who had lived sixteen years in London. In Jacksonville’s St. Vincent’s Hospital Sturzo’s desire for human exchange, his will to belong, tucked away in a corner, with his closest friends, had dried out. Letters of those years suggest that to survive his seclusion near the St. Johns River he gradually and deliberately started to strip himself of emotional attachments. They weighed too much, threatening to kill him before time and distracting him from the complete abandonment to God’s will he strived for. Thus America marked his transition from a man who was reserved but actively enjoyed human companionship, to one who studiously avoided emotions.

In Rome, as usual, Sturzo wrote and wrote, but published no new learned books or essays. His creative vein looked withered. Politics filled the empty space. Had his works on sociology and history been just expedients to kill time whilst keeping alive the world’s interest in Luigi Sturzo? Certainly not. The books he wrote in London derived from the distillation of thirty years of

experience in politics and social work³². As such, they stemmed from inner emotional attachment. They were also by-products of conversations and social intercourse, they had matured in a humanly warm environment, rich with a variety of ferments. By choosing a reclusive life, stripped of emotional attachment and enlivened almost exclusively by exchanges with politicians, Sturzo restricted himself to political journalism. It was inevitable that after such a long wait, he would plunge back into Italian affairs with gusto, but had he had around him some equivalents of Barbara, Cicely and other British friends, they might have helped him better to balance his interests and focus more widely. Friendly calls from the international scholarly arena were not lacking, but paradoxically his flight from attachments enhanced the power of the one he saw as his mission to Italy. Yet, it engaged him.

The 1929 Concordat excluded priests from political parties, so he did not join the DC, but became its most powerful *eminence grise*, participating in initiatives and projects, often to the chagrin of De Gasperi. The first republican President, Luigi Einaudi, Mario's father and like Sturzo a staunch believer in the free market, appointed him Senator in December 1952. Sturzo proudly sat with the Independents, pursuing his own agenda. By then it was clear that his vision of what the new Italy should be like differed profoundly from what was unfolding around him. His main biographers, Francesco Malgeri and Gabriele De Rosa, have correctly argued that after twenty years of socio-economic State intervention, the mentality of both people and politicians had adapted. The DC could not hold the middle ground and remain united without satisfying the expectations arising from a mentality which did not countenance risky economic liberty as a viable option. From this angle, Sturzo was out of touch, for the clock could not be turned back to the days of the PPI. On the other hand, his innumerable articles show that he perfectly understood what was going on. The problem was, he believed in free enterprise and risk-taking as the leaven of democracy, and disagreed on the inevitability of the road chosen by the DC. He tried

³² STURZO, L. - *Ma Vocation Politique* in ID., *Les Guerres Modernes...*, cit., p. 27: "Quand je partis pour l'exil (que je ne prévoyais pas si long) le retour à mes études me fut d'un grand réconfort. Je compris alors que trente ans d'expérience dans la vie politique et sociale m'aidaient à considérer les théories et les faits avec un sens plus vif de la réalité et à préciser encore mieux ma théorie sociologique qui a été l'œuvre secrète de ma vie entière."

hard to break the mould of the nanny state mentality, persuaded as he was that otherwise Italy would fail in the long run both economically and as a democracy.

Once again, he played Cassandra. He kept lambasting State intervention in the economy, the invasion of State institutions by Party interests, the accumulation of public appointments and the consequent conflicts of interests, the DC's opening to the left, and corruption. How did this sit with his *raccomandazioni* for friends and their friends? It was small fry, an ancient form of charity, his feet of Sicilian clay. De Gasperi was often dismayed and hurt by his explicit articles and asked him not to rock the boat. He needed consensus by discreet negotiation. By setting the cat among the pigeons, Sturzo only fed the opposition. Sturzo's reply was that open debate was necessary. Issues must be aired, not dealt with in secrecy. A case in point was the so called *legge truffa* in 1953, whereby De Gasperi tried and failed to keep his parliamentary majority. These exchanges showed the effect on Sturzo's mentality of his life abroad. But his attempts to stimulate debate of Anglo-Saxon fashion made little impact, apart from alarming his friends, who put themselves at pains to shadow him to prevent what they saw as gratuitous and unfair attacks. Thus Sturzo's arguments became apocalyptic prophecies. Only in the 1990s the depth and perceptiveness of his vision would emerge through the dust of the collapsing Eastern block, whose existence had justified and granted long life to the Christian Democrats' and Socialists' power houses. Then, Sturzo was news again, and his ideas were put to new use, and abuse.

His journey had ended some thirty years earlier. On 23 July 1959 he collapsed while celebrating Mass and died on 8 August. In the last of a long series of wills – since the mid 1930s he had expected to die shortly – he asked for forgiveness to everyone. John XXIII, who had granted him on his death bed the blessing long denied by Pius XII, commented that it was “others” who should beg Sturzo's forgiveness³³. After a State funeral, they buried him in the crypt of San Lorenzo al Verano, newly restored after the

³³ Cf. GIULIANI, L. - *Don Luigi Sturzo. Testimonianze...*, cit. p. 69. John XXIII's comment is related by his then secretary, Mgr. Loris Francesco Capovilla, in a letter to the Postulation of the Cause of Beatification of Luigi Sturzo.

ravages of Allied bombing on 19 July 1943. Before him, Pius IX had been buried there, in 1881, and De Gasperi, in 1954. Caltagirone reclaimed her son in 1962 and laid him in a purpose-built mausoleum in the church of the Most Holy Saviour, where he had celebrated his first Mass on 19 May 1894.

From there, the story of Luigi Sturzo unfolds as that of an unfulfilled ambition to bring Italian Catholics into the fold of the tradition of European liberal democracy, subsuming the core values of Catholicism as a progressive energy. Formidable obstacles, arising from the variance between the speeds at which the Roman Church and Italian politics and society were travelling on the road of history, held him back, until it was too late. He failed to close the gap, and took the only way out and onwards: moral resistance, acquiring an identity that would stick to him to his last day, for the domination achieved by the DC after the war was not on his terms. As a priest, he stretched his obedience as far as his conscience permitted, paying a bitter price for the consequent curtailment of his liberty. As a scholar, he found in his exile the time and leisure to systematize and develop intuitions born earlier in the political and social fray. This uniquely flavoured his theoretical work for, despite its abstract style often awkward to the English reader, it was never far removed from life and experience. His coherence as a man was all the more remarkable, even heroic, constrained as it was between priestly obedience and the moral standards he set to his political aims which made them barely achievable.

O Cortejo de Oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor (décadas de 1950 e 1960)

Ana Isabel Coelho Pires da Silva

Doutoranda em História Contemporânea - Universidade de Coimbra
Investigadora colaboradora do Centro de História da Sociedade e da Cultura

aicps1@sapo.pt

Texto recebido em/ Text submitted on: 26/02/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 03/05/2010

Resumo/Abstract:

O Cortejo de Oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor realizou-se trienalmente entre 1952 e 1971 e surgiu em resposta às dificuldades financeiras da instituição, devidas ao significativo aumento do movimento do Hospital Vaz Monteiro, a seu cargo, e ao conseqüente crescimento das despesas. A organização do evento implicava, entre outros aspectos, o investimento na divulgação e na sensibilização e a constituição de comissões de angariação de oferendas. O Cortejo consistia num conjunto de carros que transportavam as oferendas, desfilando pelas ruas de Ponte de Sor e terminando junto ao Hospital. Para além do seu significado económico, dando um contributo fundamental para o equilíbrio das contas da Misericórdia, o Cortejo destaca-se pela sua grande capacidade mobilizadora e representatividade social e assume-se como «símbolo de caridade» no concelho.

The *Cortejo de Oferendas* (Procession of Offerings) in benefit of the *Santa Casa da Misericórdia* (Holy House of Mercy) de Ponte de Sor took place every three years between 1952 and 1971 and was created as a means to address the institutions' financial difficulties. These difficulties originated with the increase in movement in Hospital Vaz Monteiro, which was at the *Santa Casa's* charge, and the growth of spending that followed. The organization of the event required an investment in advertising and the formation of offerings' gathering commissions, among other tasks. The *Cortejo* consisted of a number of cars that transported the offerings, parading down the streets of Ponte de Sor, ending near the Hospital. Besides its economic significance, giving a fundamental contribution to the *Misericórdia's* finances, the *Cortejo* was an important event due to its great ability to mobilize and represent the society of the time, taking place as a symbol for charity in the council.

Palavras chave/Keywords:

Cortejo de oferendas; Santa Casa da Misericórdia; Ponte de Sor.

Procession of offerings; *Santa Casa da Misericórdia*; Ponte de Sor.

Introdução

O presente artigo incide sobre a organização, a realização e o significado económico e social do Cortejo de Oferendas levado a cabo trienalmente em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor, nas décadas de 1950 e 1960. Tem como objectivos compreender em que consistiu e quais as finalidades do referido Cortejo; analisar o modo como foi organizado e caracterizá-lo enquanto acontecimento social; avaliar o seu significado em termos económicos, como meio de angariação de fundos; e perspectivá-lo como manifestação da «generosidade do povo do concelho» de Ponte de Sor.

Analisa-se, em primeiro lugar, partindo do contexto nacional, o que foi e com que justificação surgiu o Cortejo de Oferendas em benefício da Misericórdia de Ponte de Sor, no início da década de 1950. Tratam-se, de seguida, diversos aspectos relativos à organização do evento e descreve-se o Cortejo enquanto acontecimento público. Caracterizam-se, depois, os oferentes e as respectivas oferendas e, por fim, avaliam-se os resultados económicos do Cortejo, bem como o seu significado social e simbólico.

O estudo baseia-se em diversas fontes, sobretudo pertencentes ao Arquivo da Misericórdia de Ponte de Sor, para além do jornal local *Ecos do Sor*. De salientar que, embora os cortejos de oferendas se tenham realizado por todo o País no período considerado e sejam referidos em algumas monografias sobre misericórdias, trata-se de um fenómeno pouco conhecido, de resto integrado num período da história das misericórdias que apenas está cientificamente tratado em estudos de síntese.

1. O Cortejo de Oferendas de Ponte de Sor: origem e justificações

Segundo Maria Antónia Lopes, os cortejos de oferendas foram uma das novas modalidades de angariação de fundos adoptadas pelas misericórdias para fazer face às dificuldades financeiras decorrentes da 2.^a Guerra Mundial. Nas palavras da Autora, «os cortejos de oferendas irão ser um sucesso e serão realizados por todo o lado até finais dos anos 60»¹. A Misericórdia

¹ LOPES, Maria Antónia – As Misericórdias portuguesas de D. José I ao final do século XX in PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: fazer a História das Misericórdias*. Lisboa: Universidade Católica [etc.], 2002, vol. 1, p. 105.

de Oliveira do Bairro reclama o pioneirismo na organização deste tipo de iniciativa, datando de 1941 o seu primeiro cortejo, integrado nas chamadas «Festas de Caridade em benefício do Hospital»; o uso ter-se-ia estendido aos concelhos vizinhos e depois a todo o País².

Neste contexto, o primeiro Cortejo em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor realizou-se no dia 26 de Outubro de 1952. Datando pelo menos do século XVIII, a Misericórdia de Ponte de Sor foi desde a sua origem a principal, e em muitos aspectos única, instituição de assistência da então vila, situada no norte alentejano. A sua mais importante valência foi sempre o Hospital, que inicialmente se limitava a uma albergaria, destinada a acolher os pobres viandantes, mas que adquiriu funções curativas na segunda metade do século XIX³. Funcionando durante décadas em edifícios acanhados face à crescente frequência, aquele recebeu novas instalações em 1936, com a construção do Hospital Vaz Monteiro, feita a expensas dos beneméritos locais José e Ana Vaz Monteiro. Foi esta instituição a principal destinatária dos Cortejos de Oferendas, que se assumiram como a mais significativa manifestação colectiva de benemerência/caridade da população de Ponte de Sor.

Ao todo, a Misericórdia de Ponte de Sor organizou oito Cortejos, entre 1952 e 1971, quase sempre de três em três anos, nos meses de Outubro, Novembro e sobretudo Dezembro, em três casos no dia 8 de Dezembro, feriado consagrado a Nossa Senhora da Conceição. A escolha dos últimos

² MOTA, Armor Pires – *Oliveira do Bairro: vida e obra da Santa Casa*. [Oliveira do Bairro]: Santa Casa da Misericórdia, 1999, p. 61-76. Para outros casos, ver SILVA, Francisco Caetano da; VENTURA, Maria Helena Santos – *Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere: contributos para a sua história: 1663-1997*. [S.l.: s.n.], 1997, p. 23. ARIEIRO, José Borlido C. – *Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 1995, p. 59. SANTA CASA da Misericórdia de Barcelos – *Memória da I semana das ofertas ao Hospital realizada em 7 de Outubro de 1843*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1943. DIAS, Fernando da Silva – *Campo Maior a preto e branco: dos anos vinte aos anos cinquenta*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 108-111. LEMOS, Eugénio de – *A Santa Casa da Misericórdia da Vila de Lousã: resenha histórica*. Lousã: [s.n.], 1966, p. 137-167. Óbidos: cortejo de oferendas para o Hospital da Misericórdia: relatório e contas de 1946. [S.l.: s.n.], 1947. LOURENÇO, José – *Comemoração do 2.º cortejo de oferendas do Hospital da Misericórdia de S. Vicente de Beira 1952*. [S.l.: s.n.], 1953.

³ SILVA, Ana Isabel Coelho Pires da – *O Hospital da Confraria de S. Francisco / Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor: das origens a 1850*. Ponte de Sor: Santa Casa da Misericórdia, 2005.

meses do ano pode relacionar-se quer com o avolumar das dificuldades orçamentais nessa época, quer com o facto de as colheitas estarem feitas e de estar pronta, nessa altura, a maioria dos géneros agrícolas e outros produtos, que eram oferecidos no Cortejo. Por outro lado, desta forma, a Misericórdia ficava abastecida para o Inverno, que então começava, em produtos tão importantes como os combustíveis, sobretudo lenha.

Não ficou registada nas actas das sessões da Comissão Administrativa da Misericórdia qualquer decisão relativa ao Cortejo de 1952, que permitisse conhecer os motivos pelos quais se tomou a iniciativa. A única referência ao evento na citada fonte é já de 7 de Novembro desse ano, quando a Comissão se congratulava pelo «optimo resultado» obtido, deliberando agradecer aos «benfeitores» da Misericórdia⁴.

Pensou-se realizar o 2.º Cortejo logo em 1954⁵, mas tal não se concretizou. Em Fevereiro de 1955, a Mesa Administrativa da Misericórdia emitiu uma *Informação* de prestação de contas do seu primeiro ano de exercício, na qual se demonstrava a importância do 1.º Cortejo para o equilíbrio das contas da instituição e se justificava a necessidade de dar continuidade à iniciativa, lançando assim a ideia do 2.º Cortejo. Os tópicos abordados respeitavam quase exclusivamente ao Hospital Vaz Monteiro, em concreto: a crescente frequência do Hospital, tanto a nível de internamentos (de 33 em 1949 para 255 em 1954), como de tratamentos a doentes externos, a maioria dos quais gratuitos, pois destinados a doentes pobres; os vencimentos do pessoal, alguns dos quais aumentados, face à duplicação de trabalho; as instalações, tendo-se diligenciado no sentido de aumentar o número de camas, para responder à maior afluência de doentes; o material (roupas e material cirúrgico); e os medicamentos e alimentação, com custos anuais elevadíssimos, dificilmente suportados e apenas reduzidos pela oferta de géneros à Misericórdia, tendo sido alguns ainda recebidos no 1.º Cortejo. Face a este retrato da situação, a Mesa verificava que «Foi possível fazer

⁴ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor (ASCMPs), *Livro de actas das sessões da Mesa Administrativa 1950-1958*, fl. 21. A inexistência do livro de actas para os anos de 1958 a 1968 impede-nos de ter informações dessa fonte para os Cortejos de 1960, 1962 e 1965.

⁵ Em sessão da Comissão Administrativa de 3 de Maio de 1954, deliberou-se oficiar ao Governador Civil do Distrito, solicitando o seu patrocínio para a iniciativa. ASCMPs, *Livro de actas das sessões...*, fls. 33v-34.

face ao excesso da despesa, com o saldo que veio do ano anterior, consequência do optimo “Cortejo de Oferendas” levado a efeito no ano de 1952. § E concluimos, que só será possível prestar assim bôa assistência hospitalar e continuar a melhorar as instalações, se fôr levado a efeito pelo menos de 2 em 2 anos, um Cortejo de Oferendas.»⁶.

A decisão para a realização do 2.º Cortejo estava deste modo tomada. Em sessão de 4 de Julho de 1955, deliberou-se officiar ao Governador Civil e ao Presidente da Câmara de Ponte de Sor, solicitando autorização, colaboração e a sua presença para presidir ao evento, escolhendo-se o dia 16 de Outubro⁷. Um mês depois, a 1 de Agosto, foi emitida outra *Informação*, desta vez em jeito de pedido, do «Hospital Vaz Monteiro ao povo do Concelho de Ponte de Sôr»⁸. A Mesa resolvera realizar o Cortejo, recorrendo à «bondade e generosidade do Povo do concelho», tendo em conta que as receitas próprias não comportavam as «elevadíssimas despesas que se fazem com a hospitalização dos doentes e tratamentos dos doentes externos pobres», as quais se agravavam diariamente. Desta vez, o apelo era extensível às freguesias de Galveias e Montargil, pois a nova classe de Hospital Sub-Regional implicava a obrigação de receber doentes daquelas. Em justificação e para esclarecimento, apresentavam-se o movimento de internamento de doentes nos seis anos anteriores e as principais despesas efectuadas (medicamentos, alimentação e diversas) no ano corrente. Informava-se ainda, em relação às instalações, que estas já não correspondiam às necessidades, estando a lotação das enfermarias quase sempre completa. Pedia-se o «concurso de todas as boas vontades» e lembrava-se «quanto seria agradável dar ao “Cortejo de Oferendas” um ambiente de alegria, concorrendo, ranchos de raparigas e rapazes, carros ornamentados, filarmónicas e tudo o mais que se julgar interessante e adaptável».

A publicidade ao Cortejo continuava pelas mãos do Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, que, numa *Circular* datada de 1 de Outubro de 1955 e de conteúdo idêntico ao da *Informação* atrás referida, dava conta do

⁶ ASCMPS, *Informação da Mesa Administrativa*, 28 Fevereiro 1955.

⁷ ASCMPS, *Livro de actas das sessões...*, fls. 46-47.

⁸ ASCMPS, *Informação Hospital Vaz Monteiro ao povo do Concelho de Ponte de Sôr*, 1 Agosto 1955.

evento, autorizado e com o «alto valimento e patrocínio» do Governador Civil e da Câmara Municipal⁹.

Entre os documentos relativos ao Cortejo que chegaram até nós, contam-se apenas mais duas circulares, uma do Presidente da Câmara, de 1960, e outra da Mesa da Misericórdia, de 1971, semelhantes às anteriores, publicitando e simultaneamente justificando o evento junto do público em geral¹⁰.

De acordo com as actas das sessões da Mesa, a decisão de realizar os Cortejos de 1968 e 1971 baseou-se nas dificuldades financeiras da Misericórdia, visto que as receitas próprias não chegavam para cobrir as crescentes despesas com o Hospital, tornando-se fulcral o auxílio recebido através do Cortejo¹¹.

Nos artigos do jornal local *Ecos do Sor* que, ao longo dos anos, anunciavam e publicitavam o Cortejo, eram reforçadas as justificações até aqui apontadas. Em 1957, chamando-se a atenção para o constante aumento da frequência do Hospital Vaz Monteiro, afirmava-se: «De todos é sabido que os subsidios do Estado são insignificantes, em relação ao montante das necessidades, o contributo dos doentes, porque quasi todos absolutamente pobres, todo somado, é também reduzidíssimo; outras receitas a Santa Casa, à excepção de uma ou outra doação cujo rendimento ascende a poucos milhares de escudos, não tem. § Não resta pois a menor dúvida que o Hospital, para se manter, tem forçosamente que recorrer à generosidade do Concelho [...]»¹². Em geral, recorria-se ao «gritante testemunho dos números» contabilísticos e da frequência hospitalar para justificar o Cortejo, demonstrando a clara insuficiência das receitas em relação às despesas, que aumentavam proporcionalmente ao movimento hospitalar.

Em suma, os Cortejos surgiram para procurar dar resposta às dificuldades financeiras da Misericórdia, motivadas por um progressivo aumento do movimento do Hospital Vaz Monteiro e pelo conseqüente crescimento das despesas. Quanto à frequência hospitalar, cuja evolução é documentada

⁹ ASCMPS, *Circular do Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor*, 1 Outubro 1955.

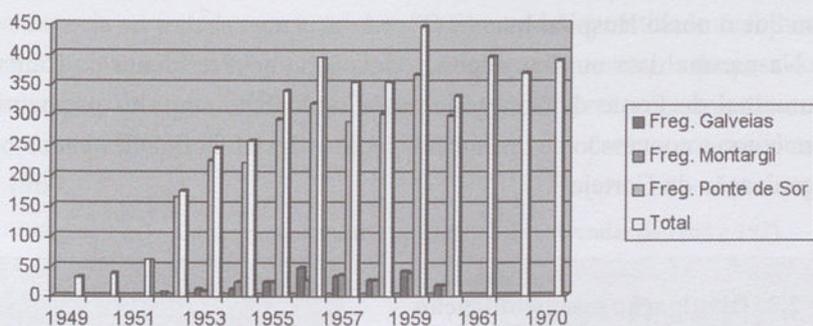
¹⁰ ASCMPS, *Circular do Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor*, 26 Outubro 1960; *Circular da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor*, 23 Outubro 1971.

¹¹ ASCMPS, *Livro de actas das sessões da Mesa Administrativa 1968-1978*, Sessões de 30 Setembro 1968 e 25 Outubro 1971, fls. 2v-3 e 37v-38.

¹² *Ecos do Sor*. 62 (30/11/1957) 1.

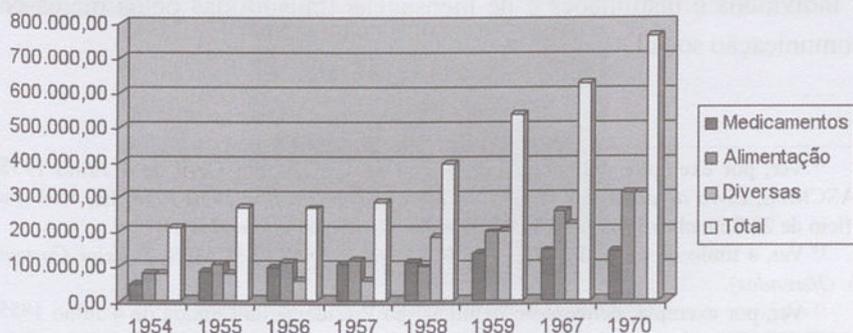
pelo Gráfico 1, o aumento registado, tanto ao nível de internamentos (em 1954, 58% gratuitos e 42% de pensionistas), como ao de tratamentos a doentes externos (quase todos pobres), deveu-se em parte à mudança de estatuto do Hospital para Sub-Regional, em 1954. É de salientar que, de 1951 para 1952, ano do 1.º Cortejo, o número de doentes hospitalizados quase triplicou, passando de 60 para 174. Particularmente significativo foi o aumento nos anos de 1949 a 1959, de 33 doentes hospitalizados para 444. Esta subida correspondeu, como se disse, a um movimento das despesas no mesmo sentido, ilustrado pelo Gráfico 2, sendo que o total dos gastos do Hospital Vaz Monteiro passou de cerca de 210.000\$00 em 1954 para cerca de 540.000\$00 em 1959.

Gráfico 1 – Número de doentes hospitalizados no Hospital Vaz Monteiro (1949-1970).



Fonte: ASCMPS, *Informações e Circulares*; *Ecos do Sor*, vários números.

Gráfico 2 – Evolução da despesa (principais sectores e total, em escudos) do Hospital Vaz Monteiro (1954-1970).



Fonte: ASCMPS, *Informações e Circulares*; *Ecos do Sor*, vários números.

2. Organização do Cortejo de Oferendas

2.1. Contactos oficiais

Depois de se decidir, em Mesa, realizar uma nova edição do Cortejo, solicitava-se autorização e alto patrocínio ao Governador Civil de Portalegre¹³. Convidava-se o destinatário a presidir à festa e solicitava-se a concessão do costumado subsídio por parte do Governo Civil, no valor de 5.000\$00. Ao mesmo tempo ou alguns dias depois, pedia-se ao Governador que intercedesse junto de ou fizesse chegar um ofício da Misericórdia ao Ministro do Interior (nos anos de 1957 e 1960) ou Ministro da Saúde e Assistência (de 1965 a 1971), com vista à concessão do habitual subsídio de 10.000\$00. Tal pedido era justificado com as «necessidades presentes com que o nosso Hospital luta»¹⁴.

Na mesma data ou dias depois, oficiava-se ao Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, solicitando também o seu alto patrocínio, bem como a concessão de um subsídio e de todas as facilidades para a boa organização do Cortejo¹⁵.

2.2. Divulgação e sensibilização

A chamada «propaganda» do Cortejo, ou seja, a divulgação e a sensibilização do público para o significado da iniciativa, visando o contributo de todos, fazia-se através de materiais impressos, de pedidos dirigidos a indivíduos e instituições e de mensagens transmitidas pelos meios de comunicação social.

¹³ Ver, por exemplo, deliberação de oficiar ao Governador Civil de 4 Julho 1955 (ASCMPMS, *Livro de actas das sessões da Mesa Administrativa 1950-1958*, fls. 46-47) e ofício de 28 Setembro 1965 (ASCMPMS, *Dossier Cortejo de Oferendas*).

¹⁴ Ver, a título de exemplo, ofício de 11 Setembro 1968 (ASCMPMS, *Dossier Cortejo de Oferendas*).

¹⁵ Ver, por exemplo, deliberação de oficiar ao Presidente da Câmara de 4 Julho 1955 (ASCMPMS, *Livro de actas das sessões da Mesa Administrativa 1950-1958*, fl. 46-47) e ofício de 27 Setembro 1968 (ASCMPMS, *Dossier Cortejo de Oferendas*).

Quanto aos materiais de propaganda impressos, podem distinguir-se duas grandes tipologias, com tiragens e públicos diferentes, designadamente, programas, prospectos e cartazes, por um lado, informações e circulares, por outro.

Os primeiros eram documentos mais simples e de maior dimensão, destinados a um público vasto. Impressos em grande quantidade, seriam sobretudo afixados em locais públicos, «em todas as paredes, por todas as ruas, nas Vilas ou Aldeias»¹⁶. Como se vê nas imagens 1 a 3, incluíam mensagens curtas e incisivas, que, em geral, associavam o acto de contribuir para o Cortejo à caridade, a um sentimento de participação e entreajuda na comunidade, que se exprimia mesmo em «bairrismo» (o Hospital era de Ponte de Sor e todos os pontessorenses tinham o dever de contribuir para o ajudar), e à obrigação de auxiliar uma obra de que todos usufruíam, e que por isso merecia ser tratada com «carinho». O aumento da quantidade de folhetos e cartazes que se mandavam imprimir e, conseqüentemente, da despesa com este aspecto da organização dos Cortejos sugere um crescente investimento por parte da Misericórdia na «propaganda» do evento, sobretudo na década de 1960.

Imagens 1 a 3 – Cartazes publicitando os Cortejos de Oferendas de 1968 e 1971.



1



2



3

Fonte: ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*.

¹⁶ *Ecos do Sor*. 60 (30/10/1957) 1.

As informações e circulares eram documentos mais extensos, em que se justificava a necessidade do Cortejo apresentando os números da frequência e das despesas hospitalares. Elaboradas pela Misericórdia e pelo Presidente da Câmara, eram impressas em menor quantidade do que os outros materiais, destinando-se possivelmente a um grupo mais restrito de eventuais oferentes, e remetidas pelo correio ou distribuídas em mão, quer pelas comissões adiante referidas, quer pelos Presidentes de Junta de Freguesia. De resto, o envio a destinatários concretos de circulares, bem como de cartas, cartões e cartões-convite, configurava uma prática de pedidos dirigidos. Contactar-se-iam, em concreto, pontessorenses residentes fora do concelho e pessoas de reconhecida capacidade económica, com possibilidade de fazer maiores ofertas. Elaboraram-se também circulares específicas, destinadas sobretudo a laboratórios farmacêuticos de todo o País, visando a oferta de medicamentos, bem como a empresas industriais e a casas comerciais¹⁷.

Por fim, quanto à propaganda ao Cortejo através dos meios de comunicação social, destacava-se o recurso à imprensa. Em 1965, por exemplo, foram convidados para a Comissão de Honra, instalada num local privilegiado de observação do Cortejo, repórteres de jornais locais, regionais e nacionais, visando a realização de reportagens sobre o evento¹⁸. No entanto, a Misericórdia também utilizou os jornais para publicitar o Cortejo, sobretudo junto dos pontessorenses a residir fora do concelho ou até mesmo no estrangeiro. Veja-se, a este propósito, um ofício de 15 de Novembro de 1971, dirigido pelo Provedor a representantes e correspondentes de vários jornais, dando conta da data do evento e solicitando colaboração para «chamar a atenção de todos os Pontessorenses espalhados pelo Mundo Portugues e tambem pelo Estrangeiro a colaborarem nesta cruzada de Bem-Fazer e de que o nosso Hospital tanto carece [...], enviando as suas dádivas á referida Misericordia»¹⁹.

O esforço de divulgação do Cortejo chegou também à rádio e inclusivamente à televisão. Nos anos de 1965, 1968 e 1971, cerca de um mês antes do Cortejo, foram enviados ofícios ao Director da Emissora Nacional de

¹⁷ Vejam-se, por exemplo, a circular de 23 de Setembro de 1955, dirigida pelo Provedor da Misericórdia a laboratórios farmacêuticos, e uma outra de 1971, destinada a proprietários de «Empresas Industriais» (ASCMPs, *Dossier Cortejo de Oferendas*).

¹⁸ ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*.

¹⁹ ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*.

Radiodifusão, e, em 1965, também à Rádio Televisão Portuguesa e ao Rádio Clube Português. Informava-se da realização do Cortejo e, porque se previa uma receita inferior às anteriores, devido aos recentes maus anos agrícolas, agradecia-se publicidade diária ao evento nos noticiários, «apelando ainda para que todos os pontessorenses, residentes fora deste concelho enviassem ofertas»²⁰. Estes seriam, pois, o principal destinatário deste vector do investimento em «propaganda», sempre na lógica da indissolubilidade do laço afectivo e dos deveres implícitos que ligam o (e)migrante à terra natal.

2.3. Comissões de angariação de oferendas

A angariação dos donativos junto da população era feita através de peditórios, realizados pelas chamadas comissões de angariação. Constituíam-se várias comissões para a vila de Ponte de Sor, sendo cada uma responsável pela recolha numa zona ou conjunto de ruas, e outras para as vilas de Galveias e Montargil e para as aldeias e lugares do concelho. Os membros das comissões percorriam as ruas ou os locais sob a sua responsabilidade, falando directamente com as pessoas e recolhendo os donativos.

A constituição das comissões, que se processava nos meses anteriores ao Cortejo, de Setembro a Novembro, estava a cargo do Presidente da Câmara e sobretudo da Misericórdia, sendo os comissionários convidados por escrito ou pessoalmente. No respectivo processo de selecção, eram interlocutores privilegiados da Misericórdia os Cabos de Ordens, pois, enquanto agentes locais da autoridade, conheciam bem as comunidades e estavam em condições de indicar ao Provedor as pessoas mais adequadas para o desempenho daquela missão.

As comissões de angariação eram compostas por um número variável (1 a 10) de homens, na sua esmagadora maioria²¹. Em termos sociais, tudo

²⁰ ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*, ofício de 10 Novembro 1965, por exemplo.

²¹ Os organizadores pediam expressamente nomes de «senhores». As duas únicas mulheres referidas nas fontes são a filha de Manuel José Espadinha, que acompanhava o pai na Comissão de Rosmaninhal em 1965 (ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*, «Composição das Comissões angariadoras») e D. Joaquina Calado Poeira (Vale de Bispo Fundeiro), a quem, por ofício de 25 de Novembro de 1968, o Provedor agradecia «toda a sua

indica que os comissionários seriam pessoas activas na comunidade ou, pelo menos, reconhecidas pelos seus pares como aptas para essa função; eventualmente homens que se destacavam social e/ou economicamente nas respectivas localidades, como os proprietários rurais ou industriais, os médicos, os Presidentes de Junta de Freguesia, os párocos ou os próprios Cabos de Ordens, embora houvesse também membros de comissão que desempenhavam ofícios mecânicos.

2.4. Convites para integrar o Cortejo

A Misericórdia convidou diversas instituições locais, públicas e privadas, para se fazerem representar no Cortejo, com vista ao «engrandecimento e luzimento que se pretende, e que é normal em todas as festas deste género, realizadas no País».

Em relação às escolas do concelho, salientava-se que a sua representação, pela presença das crianças, conferia ao evento «uma alegria, um entusiasmo que a todos tem causado uma agradável impressão». Solicitava-se aos professores primários de Ponte de Sor que os seus alunos incorporassem o Cortejo, devendo cada um levar como oferta um ovo. Convidavam-se também o Director e os alunos do Externato Camões, conhecido em Ponte de Sor por “Colégio”, destacando-se a «valiosa contribuição» prestada em anos anteriores²², bem como os alunos do Ciclo Preparatório D. Manuel I, que abriu no ano lectivo de 1967/68²³.

A par das escolas, a Misericórdia solicitou a vários proprietários, responsáveis por casas agrícolas, e a directores de empresas locais, em particular agências bancárias, que se fizessem representar no Cortejo. Foram ainda convidadas a participar no evento instituições locais de carácter diverso,

boa vontade por mais uma vez prestar o seu concurso no peditório que este Hospital leva a efeito com o seu Cortejo» (ASCMPs, *Dossier Cortejo de Oferendas*).

²² ASCMPs, *Dossier Cortejo de Oferendas*, ofício do Provedor ao Director do Externato Camões, de 30 Outubro 1968.

²³ ASCMPs, *Dossier Cortejo de Oferendas*, ofícios do Provedor ao Director do Ciclo Preparatório, de 7 Novembro 1968 e 2 Novembro 1971.

nomeadamente, musical, desportivo, associativo, de defesa e segurança, administrativo e assistencial.

2.5. Comissão de Honra de recepção das oferendas

A Comissão de Honra de recepção das oferendas do Cortejo era presidida pelo Governador Civil (ou seu representante) e composta pela elite política, económica e social de Ponte de Sor. Ficava instalada na Tribuna de Honra, no Coreto do Jardim Público, localizado junto ao Hospital, onde eram entregues as oferendas e terminava o Cortejo.

Entre os convidados para a Comissão de Honra, destacavam-se sempre, para além do Governador Civil, o Presidente da Câmara (acompanhado do Vice-Presidente e dos Vereadores), o Provedor e os membros da Mesa da Misericórdia; realce também para o Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Sor, um agente das forças de segurança e o pároco local. Estavam representadas as instituições político-administrativas e judiciais locais e regionais, as policiais e de segurança, as de ensino, as de saúde e assistência, as desportivas e culturais, as religiosas e as de carácter económico, bem como indivíduos de reconhecido estatuto socioeconómico, nomeadamente, advogados, agricultores ou proprietários, industriais, comerciantes e pequenos empresários, médicos, farmacêuticos e professores.

Haveria um convívio íntimo entre os membros desta elite regional e local, patrocinado pela própria Câmara Municipal, centro de influências, que evidenciava uma preocupação em receber bem. Por exemplo, no dia do Cortejo de 1971, o Presidente da Câmara ofereceu um «almoço íntimo» a cerca de vinte convidados, incluindo o Governador Civil, que presidiria ao evento, os Provedores e representantes das Mesas das Misericórdias de Ponte de Sor, Abrantes, Gavião, Nisa, Mora e Évora e ainda várias entidades e autoridades das três freguesias do Concelho²⁴.

²⁴ Ver *Ecos do Sor*. 535 (18/12/1971) 1.

3. O Cortejo de Oferendas enquanto acontecimento público

O Cortejo realizava-se a um domingo ou dia feriado (8 de Dezembro), começando entre as 12h00 e as 13h00. Consistia essencialmente num conjunto de carros, de tracção animal e motorizados, que transportavam as oferendas, desfilando pelas principais artérias de Ponte de Sor, passando pelo Coreto do Jardim Público, onde estava instalada a Tribuna de Honra, e terminando junto ao Hospital, onde eram solenemente entregues as oferendas.

Nas páginas de *Ecos do Sor*, foi apresentado como «longo desfile de gente, carros, camionetes, furgonetes, e até tractores» (1955); «extenso desfile» (1960); «no extenso e brilhante cortejo incorporaram-se dezenas de viaturas, algumas engalanadas a primor» (1962); «enorme serpente de carros e de gente» (1968); «vistoso desfile, presenciado por grande multidão» (1971)²⁵.

Cada carro representava uma localidade do concelho, uma zona ou uma rua da vila de Ponte de Sor, uma instituição ou empresa, uma casa agrícola ou comercial, um indivíduo ou família ou um determinado grupo de pessoas, sobretudo profissional. Os carros eram enfeitados com motivos diversos, alusivos às entidades neles representadas, que eram identificadas com letreiros. Poderá mesmo falar-se de carros alegóricos, como o que fechava o Cortejo de 1968, que «era um moinho no seu velejar, pois os panos ou velas rodavam à volta do seu eixo, num rodar constante»; no mesmo desfile, a meio, seguia outro carro com «uma imponente “Caravela” dos Descobrimentos, de velas desfraldadas»²⁶. Seriam «dezenas de carros», 70 em 1965 e pelo menos 40 em 1968, segundo contagem do repórter de *Ecos do Sor*²⁷.

Em frente, ao lado e em cima dos carros seguiam as comissões angariadoras, no caso das localidades, ou membros das entidades, trajados a rigor (por exemplo, com as respectivas fardas). O conjunto era animado pela presença de bandas musicais e ranchos folclóricos, bem como pelos cantares das crianças das escolas, que despertavam particular simpatia entre

²⁵ Ver *Ecos do Sor*, números seguintes: 14 (30/10/1955) 3; 154 (30/11/1960) 1-4; 226 (20/12/1962) 1-4; 437 (20/12/1968) 1-4; 535 (18/12/1971) 1.

²⁶ *Ecos do Sor*. 437 (20/12/1968) 1-4.

²⁷ Ver *Ecos do Sor*. 331 (20/12/1965) 1-4; 437 (20/12/1968) 1-4.

a assistência e impressionavam os jornalistas. O desfile era acompanhado pela população, que acorria em peso às ruas, como mostram as fotografias e sugerem as expressões usadas pela imprensa: a Vila «andava toda na rua» (1968); desfile «presenciado por grande multidão» (1971)²⁸.

Quanto às entidades representadas, concretizavam-se os convites atrás referidos. Abriam o Cortejo uma banda filarmónica convidada, os «garbosos rapazes da Mocidade Portuguesa» ou os Bombeiros Voluntários, desfilando também nos primeiros lugares o grupo dos Escuteiros. Seguiam-se várias representações, com destaque para as de freguesias e lugares do concelho, algumas acompanhadas pelos respectivos ranchos folclóricos, e para as de zonas ou ruas da vila de Ponte de Sor. É de salientar o contributo dos ranchos para a animação do Cortejo; representativos das identidades locais, eram constituídos por jovens, o que dava ainda nota de maior alegria.

Particularmente criativas e atraentes eram as representações das escolas, tanto das escolas primárias do concelho, como do Externato Camões e, mais tarde, do Ciclo Preparatório D. Manuel I²⁹. Faziam-se também representar no Cortejo diversas casas agrícolas, comerciais e industriais da zona, algumas entidades oficiais (locais, regionais e nacionais) e determinados grupos profissionais, como o das «Criadas de Servir de Ponte de Sor» e o dos «Empregados de escritório e comércio» da vila.

Importa ainda referir o discurso que o Provedor proferia no final do Cortejo, da Tribuna de Honra, agradecendo «todas as generosidades e boas vontades» e, certamente aproveitando a presença das autoridades e a vasta audiência, chamando a atenção para os problemas do Hospital. Assim, não só justificava e legitimava o presente Cortejo, como mantinha viva a ideia da necessidade de iniciativas futuras.

²⁸ Ver *Ecos do Sor*. 437 (20/12/1968) 1-4; 535 (18/12/1971) 1.

²⁹ Veja-se, a título de exemplo, a «atraente “Galinha” rodeada por dúzias de ovos no original carro ornamental das Escolas Primárias Femininas de Ponte de Sor», em 1965 (*Ecos do Sor*. 331 (20/12/1965) 1-4).

Imagens 4 e 5 – 1.º Cortejo de Oferendas, 26 de Outubro de 1952. Passagem do desfile pela Avenida General Carmona (actual Avenida da Liberdade, à esquerda) e pela Rua Vaz Monteiro (à direita).



5

4

Fonte: Postais antigos de Ponte de Sor, ed. *Ecos do Sor*.

Imagens 6 e 7 – À esquerda, carros motorizados transportando oferendas e representantes das diversas entidades integrantes do Cortejo (1971). À direita, Tribuna de Honra, no Coreto do Jardim Público (1971).



6



7

Fonte: *Ecos do Sor*. 535 (18/12/1971) 1.

4. Oferentes e oferendas

Considerando os oferentes que contribuíram para o Cortejo, podemos distinguir entre institucionais e particulares. No primeiro grupo, inserem-se as entidades oficiais, as escolas, as associações ou grupos de diversa natureza, as empresas farmacêuticas e outras, locais ou de fora. Os particulares são sobretudo indivíduos, repartidos pelas várias zonas de angariação de oferendas, consoante a sua residência, mas também alguns grupos identitários, principalmente de carácter profissional.

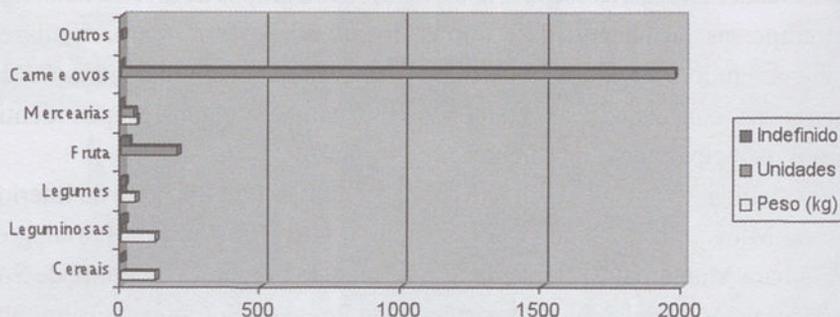
As entidades oficiais abrangem o Estado, através do Ministério do Interior ou do Ministério da Saúde e Assistência, o Governo Civil de Portalegre, a Câmara Municipal de Ponte de Sor, a Junta de Freguesia de Ponte de Sor e a Comissão Municipal de Assistência de Ponte de Sor, que contribuíram com subsídios de 10.000\$00, no primeiro caso, 5.000\$00 nos seguintes e 1.000\$00 nos dois últimos.

Em relação às instituições escolares, é de salientar o contributo das crianças das escolas primárias de todo o concelho. A dimensão das oferendas individuais era variável, mas, em geral, tratava-se de «ofertas pequeninas», o que se compreende tendo em conta a falta de recursos da maioria das famílias, que já contribuíam para o Cortejo através dos peditórios realizados na sua área de residência. Assim, como demonstra o Gráfico 3, os produtos mais oferecidos pelas crianças eram os ovos, seguidos, a grande distância, da fruta, sobretudo laranjas e tangerinas, dos cereais e das leguminosas³⁰. A pequenez das oferendas estava de acordo com o lema expresso nas seguintes quadras, registadas na relação dos donativos das crianças da Escola Feminina n.º 2, de Ponte de Sor, em 1968: «É bonita a Caridade, / Ajudai o doentinho, / Dai-lhe de boa vontade, / Nem que seja um só ovinho. // Muitos

³⁰ Segue-se a discriminação dos produtos (e respectivas quantidades) inseridos em cada categoria do Gráfico 3. Cereais: Arroz (113,5 kg), Milho. Leguminosas: Feijão (113,75 kg), Grão. Legumes: Alhos, Batatas (39,25 kg), Cebolas, Couve, Hortaliça. Fruta: Azeitonas, Castanhas, Dióspiros, Laranjas (139), Maçãs, Romãs, Tangerinas (48), Cesto de fruta. Mercarias: Açúcar (22 kg), Atum, Azeite, Bolachas, Café, Farinha (1 kg e 6 pacotes), Farinha Nestlé, Margarina, Massa (28,25 kg e 14 pacotes), Merendas, Sabão. Carne e ovos: Chouriço, Enchido, Frangos, Galinhas, Ovos (1962). Outros: Lâmpadas (5).

poucos fazem muito / Diz o povo com razão, / A galinha enche o papo / Engolindo grão a grão.»³¹.

Gráfico 3 – Géneros oferecidos pelos alunos das Escolas Primárias mistas, masculinas e femininas (1955-1968).



Fonte: ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*.

Os alunos do Externato Camões ou “Colégio” e, a partir de 1968, os da Escola Preparatória D. Manuel I, ofertavam sobretudo roupa, nomeadamente, roupa de cama (incluindo cobertores e mantas), toalhas e vestuário, na sua maioria de criança, para além de calçado, louças, diferentes objectos e medicamentos.

As associações e grupos diversos, de carácter desportivo, musical ou religioso, contribuíam essencialmente com oferendas em numerário. Várias empresas, sobretudo locais, mas também de fora, ajudavam com dinheiro ou géneros, neste caso relacionados com a sua actividade, destacando-se os laboratórios farmacêuticos, que enviavam amostras de produtos próprios.

No que respeita aos oferentes particulares, verifica-se que os contributos a título individual se faziam por intermédio dos peditórios (as pessoas eram visitadas nas suas casas ou estabelecimentos comerciais pelas comissões angariadoras da respectiva zona) ou por correspondência, no caso dos pontessorenses residentes fora do concelho.

³¹ ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*, «Relação dos Donativos das Crianças da Escola Feminina n.º 2 (Largo da Igreja)», 8 Dezembro 1968.

As ofertas individuais podiam ser em géneros, em dinheiro ou ambos, havendo ainda alguns casos de execução gratuita de trabalho. Regista-se uma grande diversidade no tipo e na quantidade de géneros, bem como nas quantias oferecidas, na maior parte das situações relacionada com o nível de vida dos oferentes³². As pessoas ofereciam produtos relacionados com a actividade que desempenhavam ou de que dispunham nas suas hortas³³. Tratava-se, essencialmente, de géneros agrícolas; apenas nos peditórios realizados nas ruas da Vila apareciam outras ofertas, nomeadamente, mercearias, roupas e produtos menos comuns³⁴.

A esmagadora maioria das pessoas contactadas pelas comissões oferecia, mesmo que muito pouco. Isto demonstra a extraordinária capacidade mobilizadora do evento. Nas listas de peditório eram claramente assinalados os que não tinham dado ou querido dar nada e essa atitude era criticada nos artigos de *Ecos do Sor*, de harmonia com a ideia de que todos os pontessorenses tinham o dever de auxiliar o Hospital, não só por uma questão de caridade para com os pobres, mas também porque o equipamento se destinava a servir a todos e ninguém estava isento de poder vir a necessitar dele.

É interessante o contributo dos pontessorenses de fora, inclusivamente do estrangeiro que, apesar de longe, não esqueciam a «sua terra» e dos seus familiares e faziam votos para o Cortejo fosse um sucesso.

³² Desde os 1.000\$00 oferecidos pelo Dr. João Pelouro Coelho (1952), juiz e Provedor da Misericórdia, a quantias de 1\$00 ou 2\$00; desde dois carros cheios de géneros agrícolas (Joaquim Rosado Marques, 1952) a 1 ovo, 1 réstia de cebolas ou 1 gorro (1952). ASCMPS, Relações de peditórios várias.

³³ Por exemplo, José Augusto, ferreiro de Ponte de Sor, ofereceu 1 trempe, 1 machado, 1 pá, 1 tenaz, e 1 espeto (1952) e Joaquim Tourão, peixeiro da mesma vila, 2 kg de peixe (1952); registam-se também ofertas de ovos, galinhas, pequenas quantidades de milho, arroz, feijão, batatas, cebolas, abóboras, algumas peças de fruta (maçãs, romãs, laranjas). ASCMPS, Relações de peditórios várias.

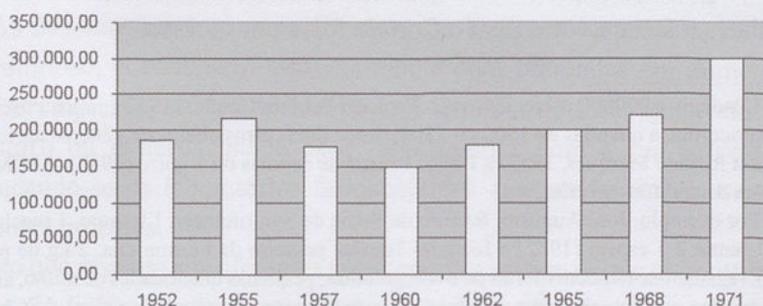
³⁴ Vejam-se alguns exemplos: entre as mercearias, garrafas de bebidas alcoólicas, farinha, pacotes de Farinha 33, chouriço, massa, bananas (1952), 1 caixa de sabão, 1 caixa de cera (1955), conservas, pão (1957); entre as roupas, 1 manta de retalhos, 6 guardanapos, 1 toalha de rosto, 8 cobertores, 1 coberta, 5 lençóis, 1 toalha de plástico, 1 combinação, 1 enxoval de criança, 1 gorro, 2 xailes, 1 calções de menino, 1 par de sandálias e 2 de sapatos (1952); móveis como 1 braseira e 1 estrado, 1 cesto para papéis, 1 mesa-de-cabeceira, 1 floreira, 1 tanque de cimento para lavar roupa, 2 relógios (1952); louças como 1 fervedor de alumínio, 4 tigelas, 18 pratos, 6 peças de louça de barro (1952 e 1955); e outros produtos menos comuns, como 1 sombrinha ou 6 livros (1952). ASCMPS, Relações de peditórios várias.

Para além das ofertas individuais, há que referir as protagonizadas por determinados grupos, sobretudo profissionais, como os criados de casas agrícolas, as criadas de servir da Vila (neste caso, significativo sentimento identitário, capaz de unir todas as profissionais, e forte sentimento caritativo, dada a pobreza destas mulheres)³⁵ e os próprios funcionários do Hospital, cujas oferendas eram recolhidas em conjunto com as do inesperado grupo dos «doentinhos» do Hospital³⁶. Na verdade, o objectivo do Cortejo era que este equipamento pudesse continuar a servir os que dele precisassem, o que justifica a inclusão dos utentes do presente num contributo para o futuro.

5. Resultados do Cortejo de Oferendas: significado económico

Conforme demonstra o Gráfico 4, o resultado final dos Cortejos terá oscilado entre cerca de 150.000\$00, em 1960, e 300.000\$00, em 1971, tendo-se registado um aumento do primeiro evento para o segundo (de cerca de 28.000\$00), seguido de uma quebra até 1960 e, depois, de um aumento progressivo.

Gráfico 4 – Resultados dos Cortejos de Oferendas
(valores totais de dinheiro e géneros recebidos, em escudos).



Fonte: ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*; *Ecos do Sor*; vários números.

³⁵ O peditório realizado em 7 de Novembro de 1960 entre um total de 125 criados, sendo apenas 7 do sexo masculino, rendeu 635\$50; a maioria das oferendas era de apenas 1\$00 ou 2\$50. ASCMPS, «Peditório das criadas 1960».

³⁶ Os donativos dos Empregados e «doentinhos» do Hospital totalizaram 525\$50 e 2 casaquinhos de lã, em 1965, e 555\$00, em 1968; a maior parte das oferendas era de quantias de 5\$00 e 20\$00; o número de oferentes foi de 50 e 40, respectivamente, a maioria do sexo feminino. ASCMPS, «Peditório dos Empregados e doentinhos do Hospital».

Todas as edições do Cortejo foram consideradas um sucesso. Nas actas das sessões da Mesa, destacavam-se o «ótimo resultado» (1952) ou o «êxito» (1955, 1968, 1971) da iniciativa³⁷; nas páginas de *Ecos do Sor*, assinalava-se igualmente que o Cortejo «foi um êxito» (1965), avançando em primeira-mão os valores obtidos, mesmo que apenas provisórios³⁸.

Em média, cada um dos oito Cortejos rendeu à Misericórdia cerca de 204.000\$00. Pensando apenas na década de 1950, em que se iniciou o evento, aquele valor desce para 194.000\$00. Ora, nos anos de 1954-1959, as despesas anuais da Misericórdia foram em média de cerca de 326.000\$00. Tal significa que, nessa década, um Cortejo era suficiente para cobrir aproximadamente 60% das despesas de um dos anos. Conclusões idênticas, embora menos expressivas, se podem tirar para anos posteriores: os Cortejos de 1968 e 1971 cobriram 35% e 40%, respectivamente, do total da despesa dos anos de 1967 e 1970³⁹.

Compreende-se, assim, por exemplo, a congratulação da Mesa, em reunião de 2 Novembro 1955, com o êxito do Cortejo recente, «que veio facilitar, por um, ou dois anos, a vida financeira desta Misericórdia». Verifica-se a importância do Cortejo para o equilíbrio financeiro da Santa Casa, face ao aumento das despesas e à insuficiência das receitas, o que está de acordo com os motivos invocados para justificar e publicitar a iniciativa.

O auxílio financeiro fazia-se pela entrada de dinheiro, como receita, mas também pela de géneros, que eram consumidos no próprio Hospital, o que permitia reduzir a despesa, ou vendidos a terceiros, gerando novas receitas. O valor das oferendas em dinheiro foi sempre superior ao dos géneros recebidos, de 53% a 90% do total; porém, o valor dos géneros chegou a 48% do total, em 1955. Inicialmente, a maioria dos géneros era

³⁷ ASCMPS, *Livro de actas das sessões da Mesa Administrativa 1950-1958*, Sessões de 7 Novembro 1952 e 2 Novembro 1955, fls. 20v-21 e 50-51; *Livro de actas das sessões da Mesa Administrativa 1968-1978*, Sessões de 31 Dezembro 1968 e 9 Dezembro 1971, fls. 6-7 e 39-40.

³⁸ Veja-se, por exemplo, *Ecos do Sor*. 331 (20/12/1965) 1-4.

³⁹ O Cortejo de 1968 rendeu 221.000\$00 e a despesa anual de 1967 foi de 625.000\$00; o de 1971 rendeu 300.000\$00 e a despesa anual de 1970 foi de 764.000\$00. Para tudo, ver ASMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas e Ecos do Sor*; vários números.

vendida (83% do total recebido em 1955 e 65%, em 1957), mas em 1965 78% de todos os produtos recebidos ficaram no Hospital para consumo⁴⁰.

Tomando como exemplo os dados relativos ao Cortejo de 1955, o Hospital aproveitava para consumo próprio roupas, sobretudo roupa de cama, mas também peças de vestuário e calçado, produtos oferecidos pelas principais casas comerciais de Ponte de Sor (valor total de 2.491\$00); louças e utensílios diversos (411\$50); alimentos, principalmente cereais e leguminosas (arroz, vários tipos de feijão e grão) e mercearias (açúcar, azeite, farinha, massa), ofertados também por casas comerciais e, em pequenas quantidades, pela maioria dos particulares (categoria de valor mais elevado, 6.882\$75); combustíveis, nomeadamente, lenha e carvão, essenciais para o aquecimento e a cozinha (5.370\$00); e medicamentos, oferecidos pelos laboratórios farmacêuticos (2.500\$00)⁴¹.

Os produtos que não podiam ser consumidos, porque oferecidos em grandes quantidades ou desnecessários ao Hospital, eram vendidos a comerciantes, industriais, organismos locais ou particulares, sendo assim rentabilizados.

6. Significado social e simbólico do Cortejo de Oferendas

Reflectindo sobre os significados do Cortejo para além da questão económica, são de destacar a grande capacidade mobilizadora do evento e a sua forte representatividade social e comunitária. Por um lado, como acima se disse, a esmagadora maioria das pessoas contactadas pelas comissões de angariação oferecia, independentemente da sua classe social e das respectivas capacidades económicas, sendo criticados os que nada davam. Era socialmente aceite a ideia de que todos os pontessorenses, incluindo os (e)migrantes, tinham o dever de auxiliar o Hospital, o que denota um sentimento comum quanto à importância desta instituição. Curiosamente, o Hospital Vaz Monteiro, principal valência da Santa Casa da Misericórdia de

⁴⁰ Para tudo, ver ASMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas e Ecos do Sor*, vários números.

⁴¹ ASCMPS, *Dossier Cortejo de Oferendas*, «Donativos de várias proveniências, produtos que ficaram para consumo no Hospital 1955».

Ponte de Sor, acaba por se lhe sobrepor, surgindo aos olhos da comunidade como o símbolo da assistência concelhia. Por outro lado, o Cortejo em si gozava de bastante popularidade, como documentam as fotografias e a imprensa: a Vila «andava toda na rua, vestida de cores garridas, galhofeira, cheia de alegria» (1968)⁴².

O Cortejo pode também encarar-se como espelho da composição institucional e das clivagens socioeconómicas no concelho de Ponte de Sor, no período em causa. Como acima se verificou, eram convidadas a participar e marcavam, de facto, presença no evento instituições de todos os sectores da vida concelhia, administrativo, policial, económico, assistencial, cultural, desportivo, associativo. As mais importantes estavam representadas na Comissão de Honra de recepção das oferendas, que reunia a elite pontessorense e assistia ao desfile de uma perspectiva privilegiada, em recinto vedado ao público em geral. As próprias comissões de angariação de oferendas, embora incluindo indivíduos com profissões mecânicas e de menores rendimentos, eram constituídas por elementos que se destacavam socialmente de alguma forma.

De qualquer modo, das várias fontes analisadas, nenhuma reflecte tão claramente as diferenças socioeconómicas como as relações de peditórios, onde se registavam contributos tão distantes como as frequentes quantias de 2\$50 ou 5\$00 e as raras de 1.000\$00 ou 2.000\$00; ou como as pequenas ofertas em géneros, de um braço de cebolas, 2 ovos ou 3 romãs, por exemplo, e as muito significativas dos proprietários de casas comerciais e, sobretudo, agrícolas (roupas de valor superior a 100\$00, dezenas de alqueires de milho ou de litros de feijão e azeite).

Por fim, o Cortejo assume-se como «Símbolo de caridade», nas palavras de um dos cartazes de propaganda, e como manifestação da identidade e da solidariedade comunitárias. No que respeita à caridade, era um conceito recorrente tanto nos citados cartazes como nos artigos de *Ecos do Sor* sobre o evento: a publicidade ao Cortejo de 1957, onde se lia a velha máxima «Quem dá aos pobres, empresta a Deus», era um «alerta de caridade»,

⁴² *Ecos do Sor*. 437 (20/12/1968) 1-4.

incentivando o contributo pela recompensa escatológica⁴³. O estatuto de «Símbolo de caridade» deve também relacionar-se com o facto de o Cortejo ser a maior manifestação pública concelhia a esse nível, envolvendo grande parte da população.

Esse sentimento de identidade e solidariedade entre os pontessorenses encontra-se claramente expresso, por exemplo, no seguinte incentivo à participação no evento: «É casa de todos nós o Hospital Vaz Monteiro, já porque pertencemos à Família Pontessorense, já porque todos dela podemos necessitar. [...] § Se é de todos nós, a conclusão é lógica, colaboremos generosamente na realização das suas benemerências.»⁴⁴. A união comunitária em torno desta iniciativa daria inclusivamente aos habitantes do concelho legitimidade para reclamar do Governo beneficiações para o Hospital «da sua terra»⁴⁵.

Conclusão

O Cortejo de Oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor, que conheceu oito edições entre 1952 e 1971, teve como principal objectivo a angariação de fundos para responder às dificuldades financeiras da instituição, motivadas pela crescente frequência do Hospital Vaz Monteiro, sua mais importante valência. Consistia, à semelhança dos realizados por outras misericórdias em todo o País, num desfile de carros, alguns de carácter alegórico, que transportavam as oferendas recolhidas, percorrendo as principais ruas de Ponte de Sor e terminando junto ao Hospital, onde aquelas eram solenemente entregues.

A organização do Cortejo, relativamente complexa, implicava uma série de diligências por parte da Misericórdia, desde os contactos com as entidades

⁴³ «Não é em vão que se dá. O mais simples copo de água dado com os olhos no Alto, tem a sua recompensa. § Como não há-de ser recompensada a nossa dádiva para o Hospital? § Com prazer “Ecos do Sor” apela a todos os pontessorenses de perto e de longe para que, atentos ao “Alerta” da nossa Misericórdia, todos respondam em 1 de Dezembro próximo com generosidade, com nobreza, e sobretudo com amor de Deus e do próximo, pois só isto é caridade». *Ecos do Sor*. 60 (30/10/1957) 1.

⁴⁴ *Ecos do Sor*. 151 (30/10/1960) 1.

⁴⁵ *Ecos do Sor*. 535 (18/12/1971) 1-6.

oficiais à constituição da Comissão de Honra, passando pela propaganda do evento, a formação das comissões de angariação de oferendas e o envio de convites a diversas entidades para integrarem o desfile, entre outros aspectos. Nesse processo, era imprescindível a colaboração de particulares e instituições locais e regionais. Tratou-se de uma iniciativa de sucesso, quer em termos económicos, permitindo o equilíbrio das contas da Misericórdia, quer a nível social e simbólico, pela sua grande capacidade mobilizadora, assumindo-se como ocasião por excelência do exercício da benemerência/ /caridade no concelho.

In the context of the first stages of historic cartography, the poverty list and this work analyse the purposes which have been the generator of attention. There are the underlying purposes of the social history of every historical moment, which depend on the ideology of each stage of historiography, from presentism to post-modernism, including the most historical particularities. The strength comes from the approach to the classical and postmodern theories applied to the economic and sociological context and the socio-cultural, it is reflected in the diachronic method, and focuses on different cultural and institutional subjects of the historical process, the Santa Casa Misericórdia. The final result was the work produced by the cartographer, which allows us to understand the social reality.

Palavras-chave: Cartografia

Cartographic Purpose and cartographic Misericórdia, Social History

Historiography, Poverty and the Misericórdia: Cultural History

Límites de la historia social clásica de la pobreza y la asistencia en España

Pedro Carasa

Universidad de Valladolid

carasa@fyl.uva.es

Texto recebido em/ Text submitted on: 28/02/2010

Texto aprovado em/ Text approved on: 20/05/2010

Resumo/Abstract:

No contexto das quatro etapas da historiografia espanhola sobre pobreza e assistência, analisam-se os objectivos que nortearam cada geração de historiadores. Estes estiveram sempre vinculados aos sistemas gerais de cada momento histórico e dependentes da ideologia de cada período historiográfico, desde o providencialismo, até ao pós-modernismo, passando pelo liberalismo e o materialismo histórico. As suas limitações mais gritantes foram impostas pela racionalidade clássica-patriarcal aplicada à economia e à sociedade, por se centrar nos sistemas e não nas pessoas, por se esgotar no método dialéctico e por se apoiar nos sujeitos abstractos, colectivos e institucionais dos privilegiados, a Coroa, o Estado ou a classe social. O resultado foi o fraco protagonismo do sujeito consciente e a desumanização da história social.

In the context of the four stages of Spanish historiography on poverty and aid, this paper analyses the purposes which have driven every generation of historians. These are the underlying purposes of the global systems of every historical moment, which depend on the ideology of each stage of historiography, from providentialism to post-modernism, including liberalism and historical materialism. Its strongest constraints were imposed by the classical and patriarchal reasoning applied to the economy and society, as it is system and not people-oriented, it is restricted to the dialectic method, and focuses on abstract, collective and institutional subjects of the favoured, the Crown, the State or social class. The final effect was the weak presence of the cognisant individual and the dehumanization of social history.

Palavras chave/Keywords:

Historiografia; Pobreza e assistência; Materialismo; História cultural.

Historiography; Poverty and aid; Materialism; Cultural history.

Etapas de la historiografía de la asistencia y la pobreza

La historiografía de la pobreza y la asistencia en España¹ se periodiza en cuatro etapas, la última aún inconclusa. En la primera, durante los años cincuenta y sesenta, esta historia padeció una infancia de tono pobre y apologetico, en que, por parte de escasos historiadores profesionales y de una nutrida tropa de eruditos locales, se relataban las grandes generosidades y desinteresadas fundaciones de los miembros más egregios de la sociedad del pasado, movidos por el sentido del deber ético-religioso. La segunda etapa, que podríamos denominar de juventud, se desarrolló durante los años setenta y primeros ochenta, y corrió a cargo de una abundante cantidad de tesinas de licenciatura y tesis doctorales, ya en el marco universitario. Éstas resultaban casi todas cortadas por el mismo patrón, de naturaleza meramente institucionalistas, estudiaban las características económicas, administrativas y asistenciales de las instituciones, habitualmente locales, aisladas del resto del equipo asistencial y por lo común desincardinadas del entorno social, económico y mental. La tercera etapa, que podemos llamar adulta, se vive durante los años ochenta y sigue vigente hasta principios del siglo XXI, protagonizada por una segunda generación de tesis. Trataron de innovar la metodología institucionalista y lograron enriquecerla, fundamentándola más en el pauperismo que en la asistencia y basándola en una triple interacción entre sociedad-pobreza-beneficencia, de manera que el objetivo básico aspiraba a desentrañar las relaciones del pauperismo con la sociedad, de la asistencia con el pauperismo y de la sociedad con la asistencia. Este último planteamiento se realizó desde una perspectiva bastante estructuralista aún, de acuerdo con los paradigmas clásicos de la historia social y de la historia económica. La cuarta etapa está organizándose desde hace una década y aún no ha llegado a su plena definición. Trata de virar la perspectiva de la pobreza y la asistencia hacia abajo, pretende cambiar el sujeto del pauperismo por los comportamientos, actitudes y roles del pobre, fijarse más en los asistentes y sus representaciones que en el fenómeno institucional de

¹ CARASA SOTO, Pedro - La pobreza y la asistencia en la historiografía española contemporánea. *Hispania*; L/3, 76 (1990) 1475-1503.

la asistencia. Orienta el estudio en la dirección cultural y trata de escapar de las obsesiones clásicas de la historia económica y de la vieja historia social.

Es verdad que esta historiografía² ha tenido importantes defectos. En el período segundo de los años setenta, las limitaciones eran grandes, puesto que no fue más allá de una descripción institucional, que no era más rica que otras descripciones políticas o administrativas, y dejaba escapar las más importantes cuestiones que planteaba el fenómeno de los pobres en aquellas sociedades. Tampoco descubría cuáles eran los objetivos de los asistentes, ni siquiera alcanzaba a explicar todos los motores que movían la máquina asistencial. Incluso la tercera etapa, aunque había superado estas limitaciones, se formulaba nuevas preguntas y había llegado a ofrecer interesantes respuestas, se encontraba aún limitada por serios defectos. Éstos³ podrían concretarse en un agobiante estructuralismo, en una atención insistente a los tiempos largos y desprecio de los cambios sociales más rápidos, en interpretaciones monolíticamente economicistas, demasiado mecanicistas y conflictivistas, y en olvidos tan decisivos como pueden ser los aspectos culturales, mentales, de religiosidad o de sociabilidad.

Pero la inercia de esta tercera etapa en la historiografía española ha sido demasiado pesada, y ha lastrado seriamente la capacidad de innovar y avanzar hacia los planteamientos de la cuarta etapa cultural. Sobre este lastre nos ilustra el congreso de la Asociación de Historia Social celebrado en 2008, que planteó aun la pobreza y la asistencia como meros elementos marginales del sistema productivo y agregados espurios de la estructura social. Su programa era institucional y cuantitativo, centrado en los sistemas amenazados: "Pobreza, delito y desviación (tipologías, desarrollo y significado en la estructura social). Mendicidad, delincuencia y locura como formas de marginación. Mecanismos de control social (cárceles, galeras y presidios; sistemas de penalidad; asilos, reformatorios, campos de concentración, instituciones punitivas, sistemas y cuerpos represivos). Discursos sobre lo marginal (concepto de caridad, piedad o beneficencia; noción y sistemas de asistencia social; integración y control de la marginalidad; sistemas de

² ESTEBAN DE VEGA, Mariano (Ed.) - Pobreza, beneficencia y política social, *Ayer*, 25 (1997).

³ CARASA SOTO, Pedro - La Historia y los pobres: De las bienaventuranzas a la marginación. *Historia Social*, 13 (1992) 77-99.

previsión social y socorro). Trabajo y oficio, etnicidad, edad, sexo y género en la marginalidad (paro y estructura social, asociaciones étnicas y de emigrantes, ancianidad e infancia como formas de marginación, sexualidad desviada, discriminación y exclusión de género)⁴. En definitiva, todo un panorama estructuralista propio de la tercera etapa de los años ochenta, aferrado a la perspectiva aérea del sistema, del orden social, del control y la represión. Cuando se acerca a los nuevos elementos propios de la cuarta etapa, los discursos, el sexo, el género, el oficio, no menciona la familia ni se detiene en aspectos culturales, lo hace desde la vieja perspectiva de la marginación y la exclusión con relación a los sistemas vigentes.

En estas líneas pretendemos reflexionar sobre estas limitaciones que la historiografía clásica ha mostrado para descubrir el significado social de los pobres y sobre la incapacidad que ha tenido para ahondar en las actitudes y comportamientos de los asistentes, más allá de los fenómenos colectivos y de las estructuras institucionales⁵.

Significados que la historia social clásica ha atribuido a la pobreza y a la asistencia

El primer objetivo de la historiografía tradicional fue ensalzar la obra caritativa y religiosa de personas e instituciones. Todos los significados que han perseguido los historiadores de la pobreza y la asistencia en España, todos los objetivos concretos que han movido a la historiografía clásica han coincidido en situarse en la teleología propia de los sistemas generales dominantes en cada momento. Nadie consideraba el funcionamiento de un tipo de economía diferente del que practicaban los burgueses actores del sistema capitalista, no había espacio para admitir economías alternativas,

⁴ Santiago CASTILLO - *La historia social en España: actualidad y perspectivas*. Madrid: Siglo XXI, 1991.

⁵ En CARASA SOTO, Pedro - *La historia y los pobres: de las bienaventuranzas a la marginación*. *Historia Social*, 13 (199) 77-100, inicié estas reflexiones que de alguna manera significaban una primera revisión de mi propia tesis doctoral P.CARASA - *Pauperismo y Revolución Burguesa. Burgos, 1750 -1900*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1987.

familiar, de subsistencia, de supervivencia, o del cuidado⁶. Con ese instrumento de análisis siempre quedaba fuera del alcance del historiador el asunto de la subsistencia de los pobres y el papel que la resolución de sus problemas personales y sociales jugaba en la sostenibilidad del sistema general.

Los cambios de significados atribuidos por la historiografía clásica de la asistencia se han referido a los elementos vertebradores del sistema general feudal primero y luego capitalista. Los iniciadores de estos temas, en la primera etapa de la historiografía española arriba mencionada, eran historiadores del ámbito eclesiástico o entorno clerical, que entendían los estudios de pobreza y caridad como medios de hagiografía religiosa y de historia eclesiástica⁷. Casi deudores de la misma mentalidad sacralizada tardo feudal, manejaban la historia de la pobreza y la asistencia como instrumentos útiles para ensalzar la obra caritativa de personajes e instituciones, para abonar la acción social de la Iglesia histórica. En la etapa siguiente los institucionalistas y positivistas interpretaron la pobreza y la asistencia como productos lógicos bien insertos en los organigramas administrativos y como subproductos de la construcción administrativa del Estado liberal. Serán más tarde los marxistas los que encajen el análisis de la pobreza en el objetivo general de subrayar las contradicciones del sistema burgués capitalista y de

⁶ DURÁN, María Angeles - *La contribución del trabajo no remunerado a la economía española: alternativas metodológicas*. Madrid: Instituto de la Mujer, 2000. AGULLÓ, Mercedes - *Mujeres, cuidados y bienestar social: el apoyo informal a la infancia y a la vejez*. Madrid: Ministerios de Trabajo y Asuntos Sociales, Instituto de la Mujer, 2002. TORONJO, Ángela María - *Cuidador formal frente al cuidador informal*. Barcelona: Gerokomos, 2001; ÚBEDA, Ignacio; ROCA, Manuel; GARCÍA VIÑETS, Lourdes - *Presente y futuro de los cuidados informales*. Barcelona: Enfermería Clínica, 1997; DOMÍNGUEZ-ALCÓN, Carmen - *Cuidado informal, redes de apoyo y políticas de vejez*. Madrid: Index Enfermería, 1998; MONTGOMERY, Rhonda J. V. - *The Family role in the context of long-term care*. Aging Health, 1999; INSERSO - *Cuidados en la Vejez. El apoyo informal*. Madrid: Ministerio de Asuntos Sociales, 1995. SETIÉN, María Luisa - *Género y cuidados a las personas en el ámbito doméstico*. Bilbao: Inguruak, 1998. HARRINGTON, Margaret M. - *Care Work: gender, class, and the welfare state*. New York: Routledge, 2000. NAVARRO, Vinçent - *Bienestar insuficiente, democracia incompleta. Sobre lo que no se habla en nuestro país*. Barcelona: Anagrama, 2002. LA PARRA, Daniel - *Contribución de las mujeres y los hogares más pobres a la producción de cuidados de salud informales*. Madrid: Gaceta Sanitaria, 2001.

⁷ JIMÉNEZ SALAS, María - *Historia de la Caridad en la España Moderna*, Madrid, 1957; RUMEU DE ARMAS, Antonio - *Historia de la Previsión Social en España. Cofradías, Gremios, Hermandades y Montepíos*. Madrid, 1970.

poner de relieve las tensiones y conflictos de una sociedad en perpetua lucha de clases e intereses materiales⁸. Variaban los objetivos historiográficos, pero no cambiaba la perspectiva desde arriba, desde la atalaya superior de los presupuestos y los discursos propios del sistema de cada momento. No sólo en el sentido de posicionarse en la lógica del sistema socio-económico histórico, sino también en el sentido de seguir los axiomas de la ideología dominante en la historiografía del momento de cada historiador.

La segunda búsqueda de la historiografía erudita se centró en la identidad local, por el prurito de realzar el pasado de la propia localidad. Los primeros eruditos locales, unos eclesiásticos y otros imbuidos de un sentimiento religioso que lo impregnaba todo, buscaron en los análisis de la pobreza y la asistencia unos signos de identidad local y una erudición que contribuía al prurito de conocer el pasado y realzar la propia localidad, ciudad o provincia⁹. Desde el siglo XIX se realizaron estudios legales e institucionales de la beneficencia¹⁰, pero estos estudios positivistas se generalizaron en los sesenta y setenta del siglo XX. Particularmente en los ámbitos hostiles al materialismo¹¹, muy activo entonces en la universidad española, se activó una historia social orientada sólo a la reconstrucción institucional de la gestión

⁸ Nuestra tesis, *Pauperismo y Revolución Burguesa*, cit., fue pionera en este sentido, sostuvimos esta hipótesis con mayor contundencia en BERGALLI, Roberto y MARI, Enrique E. (coord.) - *Historia ideológica del control social*, Barcelona: PPU, 1989. CARASA, Pedro - Metodología del estudio del pauperismo en el contexto de la Revolución Burguesa española, en CASTILLO, Santiago (coord.) - *La Historia Social en España. Actualidad y perspectivas*. Madrid, 1991, pp. 359-384. Casi todas las ponencias y comunicaciones referidas a la pobreza y asistencia en dicho congreso iban en esta dirección. En la misma línea influyeron autores como SERNA ALONSO, Justo - *Presos y pobres en la España del XIX. La determinación social de la marginación*, Barcelona: PPU, 1988. En varias comunidades autónomas aparecieron estudios en esta misma clave interpretativa: ALVAREZ SANTALÓ, Carlos; VALENZUELA, José; LÓPEZ MORA, Antonio; CARMONA, Juan; MARCOS, Alberto; ESTEBAN, Mariano; SOUBEYROUX, Jacques; CARBONELL, Montserrat; GRACIA, Juan.

⁹ Casi todas las provincias españolas disponen de varios estudios en revistas de estudios locales sobre las obras de caridad y los grandes benefactores.

¹⁰ HERNÁNDEZ IGLESIAS, Fermín - *La Beneficencia en España*. Madrid: Establecimientos Tipográficos de Manuel Minuesa, 1876. A. BALBÍN DE UNQUERA - *Manual de Beneficencia*. Madrid, 1886. BALBÍN DE UNQUERA, Antonio; ARIAS MIRANDA, José - *Reseña histórica de la beneficencia española*; ARENAL, Concepción - *La beneficencia, la filantropía y la caridad: memoria premiada por la Real Academia de Ciencias Morales y Políticas...* Madrid: Imprenta del Colegio de sordo-mudos y de ciegos, 1861.

¹¹ Se editaron estudios universitarios redactados por eclesiásticos, con cierto carácter anti-materialista, como LLORCA, Bernardino; GARCÍA VILLOSLADA, Ricardo;

de la pobreza y la asistencia, desde una perspectiva meramente positivista y descriptiva. Así trataban indirectamente de demostrar que no debían buscarse debajo de la pobreza y la asistencia lecturas interesadas, ni providencialistas ni materialistas, sino sencillamente actos objetivos de caridad estamental, de filantropía ilustrada o de beneficencia liberal.

A continuación, la historiografía liberal trató de demostrar el progreso y los aspectos positivos del liberalismo. En los años sesenta, la historia social se abrió al liberalismo, pobreza y asistencia fueron consideradas como mecanismos de seguridad imprescindibles en la reproducción imparable del progreso liberal, y al propio tiempo como un medio de valorar los aspectos positivos del liberalismo al descubrir en su seno una política social. En este momento, la pobreza y la asistencia se comprenden referidas a las instituciones del Estado liberal¹². Dominaba entonces la historia cuantitativa, muchos historiadores abordaron la pobreza y la asistencia como un complemento de la descripción demográfica y cliométrica de la sociedad, contando pobres y asistidos, buscando enfermedades, afinando tasas de mortalidad, infantil, de expósitos, hospitalaria¹³. Esta vinculación de la pobreza/asistencia con el Estado más que con las demandas sociales ya se había planteado en el debate sobre el reformismo social liderado por los regeneracionistas de principios del XX. La cuestión que les interesaba era si el Estado tenía o no competencias sociales, más que si la sociedad tenía o no necesidades. Desde entonces, las políticas sociales han sido vistas sólo como derivaciones colaterales del poder del Estado desde arriba, no como demandas nacidas abajo desde los desequilibrios de la sociedad. En este mismo contexto, los medios historiográficos afines a las posiciones de la Iglesia insistieron en el tratamiento de la pobreza ofrecido por el

GARCÍA ORO, José; CÁRCEL ORTÍ, Vicente; PALOMARES, Jesús María; REVUELTA GONZÁLEZ, Manuel.

¹² Miguel ARTOLA inició esta interpretación liberal sentenciando con demasiada rotundidad que en el XIX se realizó el traspaso del encargo asistencial de la Iglesia al Estado.

¹³ LÓPEZ ALONSO, Carmen - *La pobreza en la España medieval*. Madrid: Ministerio de Tº y Seguridad Social, 1986. MAZA ZORRILLA, Elena - *Pobreza y asistencia social en España*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 1987. VV.AA. - *De la beneficencia al bienestar social. Cuatro siglos de acción social*. Madrid: Consejo General de Colegios Oficiales de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales, 1988. VV.AA. - *Historia de la acción social pública en España. Beneficencia y previsión*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1990.

catolicismo social, como defensa de la Iglesia, como lenitivo contra la agresión anticlerical de anarquistas y socialistas.

Ha sido poderoso el impacto del debate sobre la cuestión social en el planteamiento de la historia social clásica. Las reformas liberales de la economía y la sociedad produjeron fuertes desajustes sociales que condicionaron históricamente la manera de concebir y tratar las cuestiones sociales. El desequilibrio en el reparto de la riqueza, la aparición del pauperismo, la falta de acceso a la felicidad de los ciudadanos, provocaron insistencias alternativas en los contrapuestos elementos que formaban parte del problema histórico que debía resolverse, y de la misma manera, la solución del pauperismo se percibió desde planteamientos contradictorios que produjeron políticas sociales enfrentadas. Podían ser sacralizadas o secularizadas – según que los actores y sus intereses fueran espirituales o materiales –, particulares o generales – según procedieran de las fuerzas privadas e individuales desde abajo o de las fuerzas colectivas y oficiales desde arriba –, pacificadoras o conflictivas – según tendieran a la mutua armonía conservadora o a la recíproca destrucción radical –, privadas o públicas – según buscaran la solución en el libre desarrollo en competencia individual o en la corrección interventora oficial y colectiva –, religiosas o estatales – según encontraran la legitimidad de la solución en la religión y la moral, o en la política y la ley. De acuerdo con una u otra opción, cambiaba radicalmente el resultado, o exigían dejarlo todo a la iniciativa particular o reclamaban la intervención pública, agradecían la asistencia como un regalo gratuito o la reclamaban como un derecho exigible. Cuando se impuso la segunda solución de las dos alternativas, el reformismo social entendió el problema del pauperismo y la asistencia inextricablemente unido a las concepciones generales del sistema económico y del organismo social. Al tiempo, se alejaban de los problemas personales, se desentendía de los sentimientos religiosos y se concebía fuera del ámbito de lo privado y lo particular, es decir, se había sentenciado el paradigma estructural y sistémico en el que debía comprenderse el problema de la pobreza y la asistencia.

La primera solución de tipo armonizador propia de la cultura social del antiguo régimen apelaba a su imaginario individualista y a la sacralización de las relaciones de salvación. Éstas establecían que la finalidad soteriológica de cada uno exigía armonizar la contraposición de intereses en la última

meta salvadora: los ricos salvaban su alma dando limosna y socorriendo a los pobres, y éstos conseguían su salvación aceptando resignadamente esta ayuda y su situación; los ricos invertían así su patrimonio en renta espiritual y los pobres se beneficiaban de esta inversión sobrenatural alcanzando el único negocio importante, que era salvar el alma. La finalidad armonizadora de los conservadores, que estimaban más rentable socialmente curar con la beneficencia que prevenir con la previsión social, dejaba en manos de la iniciativa particular la solución del problema. En el fondo acataban la teoría sacralizadora del sistema, que consideraba la existencia de la pobreza como necesaria para que pudiera ejercerse la caridad; la igualdad social sólo se alcanzaba en el más allá, nunca era presentada como un objetivo alcanzable en este mundo¹⁴. Una vinculación, pues, a un sistema superior de legitimación.

Otra segunda solución, también deudora de otro sistema superior legitimador, fue la propuesta por la cultura social del primer liberalismo¹⁵. Se desentendió de los desequilibrios sociales introducidos por la industrialización, convencido de que la mano invisible reequilibraría las cosas. La teleología de la fe en el progreso no sólo era económica, era también social, porque la prosperidad general era también causa de una felicidad general. Incluso cuando el problema se plantea en ámbitos más avanzados, como en Inglaterra donde nacen precoces cuestiones sociales, la solución apunta hacia el paternalismo filantrópico que propone una asistencia informal y voluntarista. Este tránsito que permitió pasar de la caridad a la beneficencia liberal se produjo lentamente en España, donde la solución estuvo casi siempre y mayoritariamente en manos de las fuerzas sociales de los ayuntamientos, que actuaron como sujetos particulares manejando recursos privados municipalizados. Esta situación, que en buena parte de

¹⁴ CARASA SOTO, Pedro - La revolución nacional asistencial durante el primer Franquismo: El Auxilio Social, 1937-1945. *Historia Contemporánea*, 16 (1997) 89-140.

¹⁵ CARASA SOTO, Pedro - Los peligros de la pobreza, los valores del liberalismo y las soluciones asistenciales burguesas, en *Homenaje al Pfr. Artola. Crisis del Antiguo Régimen y Revolución Liberal. Economía y Sociedad*. Madrid, 1993; CARASA SOTO, Pedro - Los valores del liberalismo y las soluciones asistenciales, en *El siglo XIX en la España interior. Relaciones de poder y comportamientos políticos*. Soria: Universidad Santa Catalina, 1996, p. 115-144.

Europa cambia en el segundo tercio del siglo XIX, no se inmuta en España hasta bien entrado el siglo XX.

La tercera solución nace de las correcciones de las aristas individuales que formulan los liberales radicales y los demócratas, a medida que avanza el siglo XIX, pero sobre todo se fraguan en la nueva cultura social que genera la industrialización, los movimientos sociales obreros, y las diversas corrientes socialistas. El principio rector de esta cultura es que la solución de los problemas sociales, de la llamada cuestión social, no debe dejarse en manos privadas y debe traspasarse a la iniciativa pública¹⁶. Es el Estado el que debe intervenir mediante sus recursos fiscales y legales para corregir el problema del reparto de la riqueza en la sociedad, de manera que la asistencia social se convierta en un derecho que asiste al ciudadano y en una obligación que compete al Estado¹⁷. El presupuesto básico partía de la función redistributiva que se suponía al sistema fiscal del Estado, los recursos obtenidos por los impuestos de los más ricos debían repartirse igualitariamente a la sociedad en forma de servicios, ejerciendo con ello la justicia redistributiva que es inherente a todo Estado de derecho. Pues bien, este escalón evolutivo no se alcanza en España¹⁸ hasta la segunda mitad del siglo XX, a pesar de que arranca un largo e imperfecto proceso que comienza con el reformismo social en las primeras décadas, retrocede durante la dictadura y no vuelve a retomarse hasta la Transición democrática.

¹⁶ CARASA, Pedro - Beneficencia y Cuestión Social, una contaminación arcaizante. *Historia Contemporánea*, 29 (2004) 625-670.

¹⁷ CARASA SOTO, Pedro - De la cultura de la protección a la cultura de la previsión, en CASTILLO, Santiago; RUZAFÁ, Rafael - *La previsión social en la historia*. Madrid: Siglo XXI, 2009, p. 35-66. CARASA, Pedro - La lenta y tardía conquista de lo público en la construcción del Estado del Bienestar en España, en *Congreso de la Asociación de Historia Económica* celebrado en Murcia en 2008 sobre *El Estado de Bienestar*; CARASA SOTO, Pedro - De la cultura de la protección a la cultura de la previsión, ponencia invitada en el VI Congreso de Historia Social, publicada en *La previsión social en la Historia*, coord. por CASTILLO, Santiago y RUZAFÁ, Rafael, Vitoria, 2008.

¹⁸ CARASA, Pedro - Lo público y lo privado en la asistencia social española: El triángulo Iglesia, Municipio, Estado, en *XXV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Europa e o Mediterrâneo: economia e sociedades históricas*. Universidade de Evora, 2005; CARASA SOTO, Pedro - Lo público y lo privado en el sistema asistencial: El triángulo Iglesia-Ayuntamiento-Estado en la beneficencia española, en ABREU, Laurinda (ed.) - *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado y Comunidad (siglos XV-XX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007.

Todo este recorrido histórico es el que ha sedimentado una concepción de la pobreza y la asistencia profundamente enraizada en el sentido de Estado, ha consolidado una manera de entender este problema social como una mera consecuencia de los sistemas económicos, políticos y sociales de carácter general. Desde entonces los científicos sociales perdieron la capacidad de entender las dimensiones humanas, personales o como mucho familiares de este problema.

La dictadura retrocedió más tarde diseñando un sistema asistencial de partido único como recurso de propaganda y movilización política. Impregnados de un profundo ánimo antiliberal, los historiadores sociales del Franquismo en España ahondaron en la misma dirección estatalista, dando una versión extrema de la acción social como instrumento político-social al servicio de un régimen autoritario. La rehabilitación de la política social de la dictadura se orientaba en la dirección de usarla para captar adhesiones políticas al dictador y a su régimen. Plantea la política social de la dictadura como un beneficio que regala el Estado protector, creando así un mecanismo asistencial vinculado al sistema de partido único y utilizado como recurso de propaganda política. Nosotros lo hemos denominado¹⁹ una “revolución nacional-asistencial”, en paralelo a otras revoluciones totalitarias como la nacional-sindicalista, la nacional-católica o la nacional-productiva.

Finalmente, la etapa materialista abordó el análisis del problema social desde la mirada de movimientos sociales, sujetos colectivos y de clase, con planteamientos dialécticos y conflictivos. Esta etapa culmina la sucesión de diferentes significados atribuidos a la pobreza y la asistencia a lo largo de los dos siglos contemporáneos, cierra el proceso del deslizamiento de lo individual hacia lo colectivo, de lo personal hacia lo estatal, de lo particular a lo público, que llena las centurias XIX-XX y alcanza su cenit en la historia social clásica de los setenta. La tendencia hacia lo societario y lo masivo acaba alejando la pobreza del individuo e identificando el pauperismo como un elemento colateral más de la sociedad de masas. De la misma manera, aleja la acción social de los asistentes para centrarla en el Estado y en la clase social, de manera que va desapareciendo el pobre y la asistencia

¹⁹ CARASA SOTO, Pedro - La revolución nacional asistencial durante el primer Franquismo: El Auxilio Social, 1937-1945. *Historia Contemporánea*, 16 (1997) 89-140.

como sujetos autónomos de la reflexión histórica. La historiografía de los movimientos sociales y particularmente del movimiento obrero, obsesionada por sus planteamientos dialécticos y conflictivos, llega a despreciar la historia de la marginación. En un momento fundacional de la Asociación de Historia Social Española, en su primer Congreso celebrado en 1990 en Zaragoza²⁰, se despreciaba aún por parte de la mayoría de los historiadores sociales la historia de las tres “p”, de presos, putas y pobres, como se dijo despectivamente en la sesión dedicada a la marginación. Se estimó que esta nueva orientación que se atrevía a introducir el tema de la pobreza y la beneficencia entre los asuntos propios de la historia social entonces dedicada al movimiento obrero era “algo impropio y alejado de los grandes vectores que debían conducir la historia de las masas en conflicto entre patronos y obreros, algo ajeno e insignificante comparado con el gran motor de la lucha de clases que movía la historia”. Producía rechazo, a pesar de que se trataba de una historia social de la pobreza elaborada en clave marxista, puesto que la mayor conquista historiográfica de los setenta consistió en descubrir el tratamiento de la pobreza como un instrumento de revolución burguesa en términos materialistas. Desde entonces, la historia social clásica hizo funcionar la asistencia como un mecanismo regulador del propio capitalismo y la pobreza como un contrapeso necesario al proceso de acumulación de riqueza capitalista.

Incluso cuando estos planteamientos del rígido materialismo se suavizaron con algunas propuestas más cualitativas, como la historia de las mentalidades, volvió a revisarse la asistencia desde arriba, desde la posición del asistente, fuera clasista o estatal. Se contemplaba en su dimensión de constructora de modelos sociales de clase y difusora de valores de grupos dirigentes, pero siempre subsistiendo la idea previa de que se trataba de una realidad subordinada de los grandes sistemas que ocupaban a la economía y la sociología clásicas. Había que presentar las políticas sociales como reflejos que proyectaban los miedos e intereses de los grupos dirigentes que las modelaban, había que insistir en que se configuraban a base de sus propios esquemas económicos. Simples medios para reforzar con

²⁰ CASTILLO, Santiago (coord.) - *La Historia Social en España. Actualidad y perspectivas*. Madrid, 1991.

ello sus programas políticos, para hacer pedagogía social y educar a la sociedad en sus representaciones mentales, para afianzar sus sistemas de comportamiento o sus nuevos hábitos de trabajo y previsión. La segunda vuelta del materialismo histórico presentó la beneficencia como mecanismo de sumisión y dependencia, como práctica de estrategias de control, como emisión de mensajes de laboriosidad y sociabilidad. Trataba de demostrar cómo por medio de esa red institucional ambivalente, los asistentes por un lado estaban definiendo todo un proyecto social, consolidando su posición hegemónica en la sociedad, y cómo, por otra parte, trataban de imbuir en el pueblo menudo todo un esquema de valores propios, primero de los privilegiados del Antiguo Régimen, después de la burguesía oligárquica, y finalmente de las clases medias instaladas en el poder. De esa manera, se consideró la pobreza y su tratamiento asistencial como un medio para hacer la revolución de clase, como un instrumento de conformación de las burguesías locales, como una ocasión para consolidar las instituciones y servicios de la beneficencia municipal, como un anticipo y germen de los principales servicios de los ayuntamientos constitucionales²¹.

También la interdisciplinaridad obligó a los historiadores estructuralistas a mirar hacia otras ciencias o a otros géneros históricos y a fijarse en otros ámbitos temáticos afines. Conectaron con la historia urbana²², con la geografía y con la historia de la arquitectura y del urbanismo y pusieron de manifiesto el papel del equipo asistencial como generador de un determinado tipo de urbanismo burgués, como origen de los servicios municipales o de las instituciones locales. Se estudió la capacidad de la pobreza y la asistencia para crear y modular espacios urbanos y su influencia en la morfología de nuestras ciudades modernas y contemporáneas. Se decía, incluso, que no sólo había impactado en la materialidad de su construcción, sino sobre todo en la articulación de sus funciones urbanas y en la generación de una serie de servicios municipales urbanos, que hoy admitimos como espontáneos

²¹ CARASA SOTO, Pedro - Los poderes municipales en relación con el Estado y el cambio social en Castilla, en *Ayuntamiento, Estado y Sociedad. Los poderes municipales en la España Contemporánea*. Valladolid: Ayuntamiento de Valladolid, Instituto de Historia "Simancas", 2000, p. 169-197.

²² CARASA SOTO, Pedro - Por una historia social de la ciudad. Urbanización, pauperismo y asistencia, en BONAMUSA, Francesc; SERRALLONGA, Joan (ed) - *La sociedad urbana, II Congreso de la Asociación de Hª Contemporánea*, Barcelona, 1994.

y autónomos, y que, sin embargo, se debieron en su origen principalmente a instituciones de caridad y beneficencia. La ciudad había sido diseñada y articulada así en un importante porcentaje de funciones, servicios y morfología desde la caridad y la beneficencia: enseñanza, sanidad, higiene, orden público, abastecimientos, control del mercado laboral, sistema penal y represor, etc. habían sido influidos por las redes asistenciales.

Y otro tanto se dijo sobre el origen de muchas instituciones locales, mostrando cómo desde la actuación asistencial de los regidores de las ciudades comerciales del XVI, desde la racionalización ilustrada de las parroquias, desde la aparición del esquema municipal/provincial en las Cortes de Cádiz, se generalizó un esquema que configuraba a estas instituciones de gobierno local como impregnadas de una función asistencial, caritativa, represora o benéfica. Se consolidaba así el planteamiento institucional de la historia de la asistencia y la pobreza, el impacto que la caridad y la beneficencia habían producido en el proceso de formación de las instituciones locales españolas y en la determinación de sus funciones políticosociales. Seguíamos analizando el entorno de la pobreza y la asistencia, pero no su propia naturaleza y dinámica.

La pobreza y la asistencia desde la perspectiva del sistema productivo o de la dialéctica social

El primer principio aplicado a la interpretación de la pobreza y la asistencia fue el de la racionalidad de la economía clásica-patriarcal. Las ciencias de la economía y la historia económica, que se consolidaron en estos momentos históricos de socialización del pauperismo, fundamentaron sus visiones de la pobreza y la asistencia siempre desde la perspectiva de la racionalidad de la teoría clásica económica. Ya hemos mencionado la concepción del sujeto principal, que según la historia social clásica es el *homo aeconomicus* como prototipo de valores capitalistas y patriarcales, concepto básico que fue consolidado y establecido firmemente por las leyes de pobres o de beneficencia, en cuyo trasfondo subyace como presupuesto latente. La teoría clásica, centrada en los sistemas productivos, en los sujetos patriarcal, clasista y estatal, ha transferido a la historia social la manera de

concebir la pobreza y la asistencia como meras consecuencias laterales de la dinámica interna de los sistemas generales²³.

Este monopolio del sistema capitalista aplicado a la historia social no permitía ver otros aspectos informales, o incluso otros comportamientos económico-sociales básicos percibidos desde otras perspectivas. Hoy tratan de recuperarse con lo que se han llamado otras economías, como la economía informal que computa actividades no contabilizadas en el sistema teórico, como la economía social²⁴ que descubre relaciones y dependencias impuestas por la sociedad, como la economía moral que valora influencias de valores éticos y de comportamientos humanos, como la economía de la sostenibilidad que detecta factores invisibles y callados indispensables para su mantenimiento. Como la economía de las microfinanzas²⁵ capaz de poner en valor las aportaciones imperceptibles para las grandes magnitudes de los sistemas, capaces sin embargo de solucionar problemas que aquéllos no resolvían. Como la economía familiar o de la unidad doméstica que contemplan el funcionamiento de básicas unidades de gasto y producción que los sistemas dejaban pasar desapercibidas. Como la economía adaptativa, la economía de supervivencia, o la economía de la improvisación, sensibles para valorar fórmulas informales impuestas por la necesidad que producían soluciones más eficaces que las del sistema general. En definitiva, todas estas variaciones de economías alternativas, como la economía del cuidado, ven funcionar principios económicos no contemplados por los sistemas generales, pero que eran básicos en la supervivencia de la sociedad.

Incluso la historia institucional aplicada a la pobreza y la asistencia se había movido en un círculo muy limitado para comprender la riqueza de la

²³ CARASA SOTO, Pedro - La Historia y los pobres: De las bienaventuranzas a la marginación, *Historia Social*, 13 (1992) 77-99.

²⁴ SALINAS RAMOS, Francisco; HERRANZ DE LA CASA, José María - *La economía social, instrumento de cohesión* (2007): en la revista CIRIEC, nº 55 de 2006, que titula su número monográfico *Economía Social y Desarrollo Rural*, coordinado por SALINAS RAMOS, Francisco y HERRANZ DE LA CASA, José María.

²⁵ CARBONELL, Montserrat - Using Microcredit and Restructuring Households: Two Complementary Survival Strategies in Late Eighteenth Century Barcelona", *International Review of Social History*, 45, (2000) 71-92; CARBONELL, Montserrat - Second hand market and microcredit institutions in Barcelona, 18th-19th centuries, in *Colloque EUI Florence, Les circulations des objets d'occasion*, 2002.

actuación humana en su seno²⁶. El análisis morfológico y administrativo de las instituciones asistenciales no ha sabido aprovechar la oportunidad que la red asistencial ofrece para descubrir en ella trasfondos importantes de la sociedad. A través de una institución analizada con perspectiva cultural se puede percibir cómo proyectan sus miedos e intereses los grupos dirigentes que las modelan, cómo ensayan en ellas soluciones económicas diferentes o complementarias con las del sistema, cómo refuerzan con las instituciones sus programas políticos, cómo proyectan sobre el resto de la sociedad sus representaciones mentales, sus sistemas de comportamiento, sus nuevos hábitos de trabajo y previsión, o cómo diseñan moldes de sumisión y dependencia, estrategias de control, mensajes de religiosidad y sociabilidad. La historia social clásica había perdido oportunidades de extraer toda la riqueza interpretativa de la pobreza y la beneficencia por la orientación de sus presupuestos propios de la teoría económica clásica o por los dictados impuestos por la teoría social materialista.

La segunda debilidad de esta historia social clásica ha sido historiar sistemas y no personas, agotar las relaciones sociales en dialécticas de clase y no buscar en ellas interacciones personales. Es verdad que esta tercera etapa estructuralista ha sido, sin duda, la más sólida y fructífera de la historiografía de la pobreza y la asistencia, pero sus estudios consideraron la pobreza y la asistencia, más que como una condición y actividad de la persona y de la sociedad, como un subproducto de un sistema económico o como un efecto espurio de una teoría social. Estos dos aspectos eran muy válidos y necesarios, su incorporación a la historiografía produjo un valioso avance y la permitió salir de un atasco institucional esterilizante, pero no llegó a agotar ni siquiera la mitad de la profunda y amplia dimensión histórica de las relaciones y significados de la pobreza y la asistencia. Su descarnada visión materialista dejaba en la penumbra las múltiples facetas más ricas y más sutiles de los pobres y los asistentes, no permitía acercarse a la cultura social de los pobres y los asistentes.

Se ha agotado la comprensión de la pobreza con excesiva sencillez en la contraposición capital/trabajo, patrono/asalariado, capitalismo/socialismo,

²⁶ CATAÑO, José Félix - Teoría económica y neoinstitucionalismo. Comentarios a "El neoinstitucionalismo como escuela". *Revista de Economía Institucional*, 5-9 (2003).

burguesía/ proletariado, clases dirigentes/clases populares. Hoy vemos la insuficiencia y el reduccionismo de la perspectiva del conflicto entre clase obrera y capital aplicado a la pobreza. No hemos sabido ahondar en la relación interactiva y recíproca entre los pobres y los asistentes, en el mundo interior y en la vida cotidiana de los marginados, al dejarnos absorber por las reacciones unidireccionales que imponía el esquema mecánico ideológico del materialismo. Hemos podido descubrir sólo una pequeña parte de los efectos que se producen en el encuentro entre riqueza y pobreza en una determinada sociedad, y han quedado en la oscuridad otra buena parte, aun mayor, de las interacciones existentes entre los pobres y la sociedad, tal vez las más importantes.

Incluso podríamos ir más lejos, ni siquiera la contraposición riqueza/pobreza es la mejor perspectiva para llegar a conocer la realidad socio-cultural de los pobres y el significado de la asistencia. Tal vez la perspectiva colectivista, centrada en movimientos sociales y fenómenos masivos de pauperización, ha ocultado el papel relevante que han ejercido instituciones y élites que lideraron el sistema productivo y el orden social. Pero sobre todo ha ocultado la aportación que desde abajo generaba la estrategia de subsistencia familiar y personal al mantenimiento general. El conflicto absorbente no nos ha permitido ver dos culturas sociales diferentes, dos mundos imaginarios distantes, dos discursos sociales muy diversos, dos maneras alejadas de concebir lo económico y lo social, dos significados muy divergentes de lo que significa el poder en uno y otro lado. Al centrarnos en aquellos extremos que producían choque, hemos perdido los aspectos complementarios que enriquecían y diversificaban la relación social y económica. La historia social clásica padece una severa incapacidad para descubrir relaciones que no sean materiales, y probablemente los conflictos más significativos y decisivos que laten bajo la pobreza son de naturaleza inmaterial, los que privan del conocimiento, de la información, de la influencia, del prestigio, de las decisiones, de las redes sociales, de la autodefensa, de la elaboración de discursos influyentes.

El debate político dominante sobre la responsabilidad de los sistemas socio-económicos en la generación/solución de la pobreza también ha condicionado en exceso las macroconcepciones sistémicas de la historia social. La utilización de la pobreza como argumento político recriminator

de un sistema contra otro ha representado una servidumbre que ha vinculado en exceso los planteamientos de la marginación y la política social a los presupuestos de los sistemas socio-económicos dominantes. El problema del pauperismo ha aparecido constantemente en el debate político²⁷, visto como un factor de desequilibrio alarmante en las relaciones socioeconómicas de cada momento, tanto en el nivel de las relaciones internacionales de países pobres y ricos como en la escala interna de las crecientes diferencias entre los grupos sociales de los países desarrollados.

La costumbre ha consistido en culpar al sistema que se pretendía derribar de la generación creciente de pobreza y de incapacidad para resolverla. Desde la amenaza de la hecatombe malthusiana del crecimiento diferencial de recursos y población, en cada cambio histórico se ha imputado al sistema anterior el incremento de la pobreza. Así se tendió a concebir la pobreza como fruto inherente de un sistema viejo, y por el contrario, la mejor solución o política social era la del nuevo sistema que pretendía sustituirlo. La pobreza como arma política arrojada para justificar o deslegitimar los sistemas económicos o las organizaciones sociales nos ha obligado a comprenderla alternativamente como fruto de algún sistema. El capitalismo echó en cara este defecto al feudalismo, el socialismo se lo imputó al capitalismo como su gran fracaso, nuevamente el neoliberalismo se lo recrimina hoy al socialismo, y probablemente en el futuro se repetirá la acusación contra el actual Estado de Bienestar²⁸. Particularmente, el materialismo ha insistido en explicar la pobreza como producto específico del capitalismo, y esto ha influido extraordinariamente en nuestra historiografía. Pero la tozuda realidad histórica confirma que la pobreza ha acompañado a todos los sistemas socio-económicos que se han sucedido, y por ello creemos que ese planteamiento superior no ayuda precisamente a su mejor conocimiento y explicación histórica.

Más allá de estas perspectivas generales, la pobreza no es sólo un desequilibrio material y productivo causado por un sistema determinado,

²⁷ SACHS, Juan - *El fin de la pobreza. Cómo conseguirla en nuestro tiempo*. Barcelona: 2003; BOLUFER PERUGA, Mónica - Entre historia social e historia cultural: la historiografía sobre pobreza y caridad en la época moderna. *Historia Social*, 43 (2002) 105-127.

²⁸ MUÑOZ DEL BUSTILLO, Rafael - *El Estado de bienestar en el cambio de siglo*. Madrid, 2000.

sino que es más bien una situación socio-cultural presente en todos los sistemas. Su raíz es tan cultural como productiva, forma parte de la estructura jerárquica de todo poder económico y político, pero sobre todo pertenece al dominio social y cultural. La marginación se construye con códigos y significados elaborados por las élites y reelaborados por las sociabilidades de los pobres, comprende evidentemente carencias económicas, pero sobre todo implica inferioridades sociales, de prestigio, de información, de mentalidad, de redes sociales, etc. La naturaleza de la pobreza sólo se descubre tanto mejor en toda su profundidad y amplitud cuanto más se observe desde perspectivas inmateriales y culturales. Interesa verla como una realidad permanente e imprescindible, como contrarrealidad de todo poder, que subyace en los sistemas de representación jerárquica, en los organigramas de jerarquización social, en los presupuestos inherentes al ejercicio del poder político, en los códigos y significados de las relaciones sociales.

La cultura social sacralizada propia del mundo medieval y moderno suponía que la pobreza era necesaria, siempre habrá pobres entre vosotros –decía Jesús, según el evangelista– tanto para que se salve el pobre ejerciendo la resignación cristiana como para que se salve el rico haciendo caridad. Y con una fuerte dosis de cinismo, sin apelaciones ya a lo sobrenatural, el liberalismo²⁹ siguió defendiendo la pobreza como necesaria en la sociedad competitiva. Es una consecuencia natural del presupuesto de las diferentes capacidades individuales y de la inexorable competitividad darwiniana que acaban necesariamente produciendo desigualdad y marginación. La crítica socialista a este defecto inherente del liberalismo le condujo a la creencia utópica en una sociedad final sin clases ni diferencias, presuponiendo que el gobierno de los pobres culminaría con la desaparición de la pobreza, pero proyecto ha fracasado en su primera experiencia. El Estado de Bienestar, apoyado por los regímenes democráticos contemporáneos, se presentó como superador del problema de la desigualdad y la pobreza haciendo recaer en la capacidad fiscal del Estado la función de justicia redistributiva en forma

²⁹ CARASA SOTO, Pedro - Los peligros de la pobreza, los valores del liberalismo y las soluciones asistenciales burguesas, en VV.AA. - *El siglo XIX en la España interior. Relaciones de poder y comportamientos políticos*. Homenaje al Pfr. Artola, Madrid. 1996, p. 115-144.

de servicios sociales para toda la sociedad. El Estado de Bienestar³⁰ tuvo algunos notables avances al interior de los países desarrollados y ayudó a consolidar regímenes democráticos, pero está internamente en crisis y ha fracasado en la función global de reducir las diferencias entre países ricos y pobres. Al final, los que causan la pobreza y los que generan la asistencia no son los sistemas, sino la aplicación que de ellos realiza el hombre, es decir los factores culturales y humanos. De aquí que no deban estudiarse sólo como productos mecánicos de un sistema, han de ser considerados principalmente como efectos complejos de la voluntad humana.

Una de las más graves consecuencias de estos planteamientos materiales ha sido la deshumanización de la historia social. El aplastante dominio de las estructuras ha empujado la figura humana en la historia hasta hacerla casi desaparecer, los marcos de grandes ámbitos espaciales en que se encuadraba, las largas duraciones temporales en que transcurría, las globalizadoras concepciones con que se interpretaba han acabado anulando al hombre como principal sujeto de la historia. El empeño actual pretende superar tal oscurecimiento de la figura humana y sacar al pobre a primer plano³¹, más que el pauperismo interesan hoy los pobres, más que la pobreza cuantitativa importan ahora el ciclo vital y las relaciones del pobre. El materialismo produjo en España un interesante debate en torno a la conceptualización de la pobreza, sobre a los criterios y los umbrales de pauperización. Pero en dicha polémica apenas se fue más allá de la aplicación de elementos jurídicos y cuantitativos, faltó incorporar aspectos mentales, antropológicos, ambientales, de comportamiento, es decir, los más cualitativos y humanos.

³⁰ NAVARRO, Vicenç - *El Estado del Bienestar en España*. Madrid: Tecnos, 2004; RODRÍGUEZ CABRERO, Gregorio - *El Estado del Bienestar en España: debates, desarrollos y retos*. Madrid: Fundamentos, 2004; ADELANTADO, José (coord.) - *Cambios en el Estado del Bienestar: políticas sociales y desigualdades en España*. Barcelona: Icaria-UAB, 2000; ALEMÁN, Carmen; FERNÁNDEZ, Tomás (coords.) - *Política social y Estado del Bienestar*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006; ALVARADO, Emilio (coord.) - *Retos del Estado del Bienestar en España a finales de los noventa*. Madrid: Tecnos, 1998.

³¹ Cfr. la comunicación sobre "La deshumanización de la Historia", presentada por el autor al *Segundo Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*, Salamanca, 1999.

Los sujetos abstractos del discurso historiográfico clásico sobre la pobreza y la asistencia

Los sujetos del discurso racionalista de la historia social clásica eran unas construcciones abstractas nacidas en determinadas teorías sociales y políticas. La historia de la pobreza y la asistencia en España ha sido enmarcada hasta ahora en las coordenadas historiográficas básicas y en los protagonistas abstractos del discurso racionalista de la modernidad. Según estos postulados, las únicas preguntas relevantes que cabía hacerse frente a la pobreza y la asistencia estaban siempre relacionadas con los sujetos dominantes de la vieja historiografía, los antiguos privilegiados de la Iglesia y la nobleza, la Corona, el Estado liberal y sus instituciones, las clases sociales dominantes, y las clases sociales dominadas del proletariado y el campesinado³². Además, todos estos sujetos eran entendidos como categorías homogéneas y dependientes del discurso central que explicaba todo proceso histórico como fruto de la acción racional de unas fuerzas económicas, políticas o culturales dominantes que pretendían conducir la historia en su propio provecho y en contra de los intereses de sus adversarios u oponentes. Todo se reducía así a las preguntas básicas de quién asiste, por qué asiste, cómo asiste, a quién asiste, creando un círculo cuyo centro era sólo el asistente, su identidad, sus razones, sus finalidades, sus modalidades. Este asistente coincidía siempre con el sujeto histórico protagonista en cada momento: la Corona y los privilegiados, la burguesía y las oligarquías, el Estado y sus profesionales. Todos los actores que no fueran esos protagonistas no contaban más que como complementos u objetos indirectos de la acción de dichos gestores principales. La dinámica de actuación de estos sujetos tenía siempre una teleología, regida por las teorías clásicas y racionalistas de la economía o la sociología, con una inexorable lógica interna en cada una. Se construía así un metarrelato histórico guiado por unas metas de progreso económico generado mecánicamente por la inapelable maquinaria de los intereses materiales como motores de la historia, por la inevitable dialéctica social de lucha de clases como dinamización histórica,

³² CARASA, Pedro - Familia, Iglesia, Ayuntamiento y Estado en la Asistencia española. *Revista de Historia Contemporánea*, 25 (2008) 78-110.

por la constante oligarquización del poder político mediatizado por esos motores socioeconómicos previos. En este escenario casi cerrado, no había un espacio para que se hicieran visibles y eficaces los factores culturales e ideológicos, o los aspectos informales y antropológicos, que siempre quedaban reducidos a meros elementos secundarios y subordinados a los primeros.

Había que presuponer siempre unos mecanismos casi automáticos de coherencia, de lógica de la acción dentro de unos axiomas previamente establecidos. Era la lógica interna del *homo aeconomicus*, guiado por los imperativos del máximo beneficio, el mínimo costo y la búsqueda de la dominación económica y social. Y cuando aparecía otro sujeto con otros principios era tildado de traidor a una clase, o de fracasado en su proyecto socio-económico o de pervertido por influencias extrañas de la superestructura.

Con este análisis no se percibían los pobres, sino sólo el pauperismo como amenaza al sistema, y tampoco se veían asistentes, sino la mera política de Estado y de clase. Lo que en el mundo feudal y tardo feudal era un sistema de salvación que combinaba pobres resignados con privilegiados caritativos, se ha convertido desde el siglo XIX en un pauperismo masivo amenazador para el orden social y la producción burguesa. La caridad salvadora del sistema sacralizado se mudó en política de control social del Estado o en autodefensa de los intereses de la clase burguesa. La identidad y la selección de los pobres venían marcadas por el riesgo de amenaza que representaban para el sistema económico o social. Por ello, los asistentes nunca eran personas, siempre eran instituciones – la Iglesia, el Estado, el Ayuntamiento – o clases sociales, las motivaciones del asistente eran siempre la defensa de intereses políticos o de clase, al margen de sus creencias, miedos o circunstancias personales. Y la asistencia se clasificaba sistemáticamente en dos categorías contrapuestas, la limosna particular y privada fruto de una actitud arcaica y retardataria, frente a la beneficencia pública como medio modernizador promovido por la clase dirigente. Y tras esta cuadrícula fija quedaba invisible toda la intensa vida económica y toda la compleja cultura social de las familias y personas populares que padecían necesidad.

La historia social clásica explicaba los recursos utilizados en la asistencia con la misma clave interpretativa del sistema general productivo y del ordenamiento social vigente, sencillamente como una reinversión de los asistentes en sistemas de autosalvación o de autoseguridad. Importaba

mucho conocer si eran públicos o privados, si eran gestionados con la lógica de la historia económica clásica, si resultaban productivos en términos de rentabilidad social y económica. La medición de los umbrales de pobreza y la cuantificación de la misma se referían a las macromagnitudes del sistema general clásico, a su capacidad de interferir en los procesos productivos, laborales, fiscales. Eso importaba más que los niveles de necesidad existentes en la sociedad contemplada desde abajo, que las condiciones de vida cotidiana de los sujetos particulares y sus familias. Era tanta la penuria de términos y conceptos para entender estas realidades inmateriales y significativas de los pobres y los asistentes, que cuando torpemente nos acercábamos a ellas las expresábamos con locuciones propias de los sistemas, como “capital” simbólico, como “inversión” social, “renta” de prestigio.

El Prof. Dr. José Ignacio Rodríguez de Viana y Viana, catedrático de Paleografía y Diplomatica de la Universidad de Granada, ha colaborado de manera excepcional, tal como es bien sabido, en gran número de importantes estudios y obras de las fuentes documentales para la historia de España, editada y dirigida Viana. Su obra Paleografía conaplica forma hoy bien lo demuestran y por el ello se ha convertido, como demuestran algunos libros que se debe a su gran sabiduría, en la obra de referencia de los cursos de la Facultad de Filología de la Universidad de Granada, que preside de una forma, pero, por el otro, suficiente introducción, conaplica el registro y estudio de 204 documentos, criticamente examinados, minuciosamente transcritos, cuidadosamente resumidos, con oportunos comentarios a cada uno de ellos y abundantes notas de aclaración, que sirven, por lo demás, la problemática planteada del Prof. Viana. Cabe el decir la importancia del estudio del estudio de registros y sus derivados, tal como se debe comprender como un tipo de carácter académico, de la y de manera, que permiten una revisión más fácil y provechosa de la documentación escrita.

El Prof. Dr. José Ignacio Rodríguez de Viana y Viana, catedrático de Paleografía y Diplomatica de la Universidad de Granada, ha colaborado de manera excepcional, tal como es bien sabido, en gran número de importantes estudios y obras de las fuentes documentales para la historia de España, editada y dirigida Viana. Su obra Paleografía conaplica forma hoy bien lo demuestran y por el ello se ha convertido, como demuestran algunos libros que se debe a su gran sabiduría, en la obra de referencia de los cursos de la Facultad de Filología de la Universidad de Granada, que preside de una forma, pero, por el otro, suficiente introducción, conaplica el registro y estudio de 204 documentos, criticamente examinados, minuciosamente transcritos, cuidadosamente resumidos, con oportunos comentarios a cada uno de ellos y abundantes notas de aclaración, que sirven, por lo demás, la problemática planteada del Prof. Viana. Cabe el decir la importancia del estudio del estudio de registros y sus derivados, tal como se debe comprender como un tipo de carácter académico, de la y de manera, que permiten una revisión más fácil y provechosa de la documentación escrita.

El diplomático conaplica la edición de una colección de documentos que se debe al Dr. Rodríguez de Viana y Viana, que preside de una forma, pero, por el otro, suficiente introducción, conaplica el registro y estudio de 204 documentos, criticamente examinados, minuciosamente transcritos, cuidadosamente resumidos, con oportunos comentarios a cada uno de ellos y abundantes notas de aclaración, que sirven, por lo demás, la problemática planteada del Prof. Viana. Cabe el decir la importancia del estudio del estudio de registros y sus derivados, tal como se debe comprender como un tipo de carácter académico, de la y de manera, que permiten una revisión más fácil y provechosa de la documentación escrita.

Recensões

FERNÁNDEZ de Viana y Vieites, José Ignacio – *Colección diplomática do Mosteiro de San Pedro de Vilanova de Dozón*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2009, 422 p.

El Prof. Dr. José Ignacio Fernández de Viana y Vieites, catedrático de Paleografía y Diplomática de la Universidad de Granada, recientemente desaparecido, fue, como es bien sabido, un gran conocedor, e infatigable estudioso y editor de las fuentes documentales para la historia de su siempre añorada y querida Galicia. Su rica bibliografía conocida hasta hoy bien lo demuestra y, por si ello no fuera suficiente, acaba de aparecer un nuevo título que se debe a su buen quehacer: la *Colección diplomática do Mosteiro de San Pedro de Vilanova de Dozón*, que precedida de una breve, pero, para el caso, suficiente introducción, comprende el regesto y edición de 254 diplomas, críticamente examinados, pulcramente transcritos, perfectamente fechados y exactamente resumidos, con oportunas enmiendas a estudios anteriores y abundantes notas aclaratorias, que avalan, una vez más, la probada erudición del Prof. Viana. Cierra el libro la reagrupación seguida del sumario de regestos y unos detallados índices no sólo onomásticos sino también de carácter socio-profesional y de materias, que permiten una consulta más fácil y provechosa de la documentación recogida.

El diplomatario comprende la edición de una colección de documentos que va desde el 18 de diciembre de 1082 hasta finales del siglo XV, momento en que la comunidad femenina del citado monasterio, de la orden de san

Benito, fundado en 1154 por doña Guntrodo Suárez, viuda de Paio Martínez, se integró en la de San Paio de Antealtares. Y, como es normal en este tipo de fuentes, la riqueza de noticias es tan variada como diversos puedan ser los intereses culturales de quienes se acerquen a su lectura. Así, la minuciosa descripción de las características formales de los diplomas nos permite constatar cómo la escritura visigótica se usó en el territorio de la antigua “jurisdicción de Dozón” y sus aldeaños, en sus variantes caligráfica y cursiva, hasta mediados del siglo XII, si bien la nueva escritura continental minúscula carolina aparece ya en 1133 en un diploma del 29 de noviembre escrito por Paio (doc. 10) y en otro del 20 de febrero de 1145 debido a Martín (doc. 12), aunque éste con algunas reminiscencias todavía propias de la vieja escritura “nacional”. Un documento tan importante como la fundación por parte de Guntrodo Suárez del monasterio de San Pedro de Dozón el 26 de noviembre de 1154 (doc. 15), es escrito también en carolina por el clérigo Pedro Blanco, sin más presencia visigótica que algunas suscripciones de personalidades, sin duda, de edad avanzada y educados, por ello, en el antiguo alfabeto. A partir de entonces la nueva escritura continental se impone con sólo la aparición esporádica y residual de algunos textos arcaizantes, escritos todavía en visigótica, como sucede en una compra-venta del 13 de diciembre de 1155 (doc. 17) y, como más claro ejemplo de arcaísmo, en una impignoración del 1 de mayo de 1170 (doc. 28), sin duda producida en ambiente rural y fruto de un rogarario ya mayor.

Ya en plena época bajomedieval, se detecta la escritura cortesana primitiva en un diploma del 15 de diciembre de 1374 (doc. 147) y la cortesana perfectamente formada en otro del 7 de mayo de 1403 (doc. 160).

Desde el punto de vista codicológico resulta también muy interesante la observación que el verso de un diploma del 5 de noviembre de 1106 (doc. 6) es el resto de un folio de códice, también copiado en escritura visigótica y con notación musical, del que se conservan diecisiete líneas. Así mismo observa nuestro investigador evidencias de pautado muy leves en el reverso de un documento del 27 de noviembre de 1116 (doc. 8).

En el mismo orden cultural interesa señalar que en el acta de fundación del monasterio mencionada se dotó a la iglesia de San Pedro con libros y ornamentos, entre ellos una cruz de oro con pie de plata. Un diploma posterior (doc. 40) nos especificará que estos libros eran un misal, dos breviarios y

dos salterios; que la referida cruz estaba valorada en catorce maravedís y que para la construcción de su pie se había empleado un marco de plata; también poseía la citada iglesia un cáliz de plata de un marco y cuarto, y además “una citara et uno fatel, tres uestimentas de lino et I manto de sirico et alio de fustan”.

No son insignificantes las noticias que la documentación editada nos procura del precio de diversos bienes. El 29 de marzo de 1085 (doc. 3) dos caballos “badios” eran valorados en ciento sesenta sueldos, por lo que el valor de uno era de ochenta sueldos; el mismo precio tenía un caballo “bono” el 27 de noviembre de 1116 (doc. 8), día en que seis vacas valían cuarenta sueldos. El 29 de noviembre de 1133 (doc. 10) un caballo alcanzaba la suma de dos marcos de plata (luego el marco de plata equivaldría a unos cuarenta sueldos). El 13 de diciembre de 1155 (doc. 17) una vaca, un modio de trigo y seis sueldos sumaban el precio de treinta sueldos; por consiguiente, si valoramos la vaca en torno a los siete sueldos, el modio de trigo sale a unos diecisiete sueldos. El 19 de mayo de 1160 (doc. 23) una mula era apreciada en cinco marcos (unos doscientos sueldos). Una copa de plata, por su parte, valía noventa y ocho sueldos en 1220 (doc. 43).

El valor de imposiciones tributarias como las luctuosas estaba, a menudo, estipulado por contrato y podía variar dentro de unas cantidades bastante constantes: una del 18 de junio de 1256 (doc. 52) estaba establecida en quince sueldos; otra del 13 de septiembre de 1259 (doc. 54), en diez sueldos; el 2 de abril de 1277 (doc. 63) se acordaron tres luctuosas de un maravedí, diez sueldos y quince sueldos, respectivamente; el 30 de junio de 1355 (doc. 119) cuarenta pares de dineros por luctuosa y el mismo día cuarenta maravedís (doc. 120); el 12 de mayo de 1405 (doc. 165) ocho maravedís, lo mismo que el 30 de junio de 1426 (doc. 202), el 14 de noviembre de 1431 (doc. 210), el 11 de junio de 1439 (doc. 214); el 3 de enero de 1407 (doc. 173) cuatro maravedís; el 30 de abril de 1482 (doc. 241) treinta maravedís viejos.

La cesión en prenda de otros objetos nos informa también, ni que sea indirectamente, sobre su valor aproximado. El 15 de julio de 1348 (doc. 109) doce “doas da garganta” estaban valoradas en un maravedí; y dos “agulleas”, en tres dineros; tres “tegas” de pan equivalían, por último, a veinte y siete pares de dineros.

Por lo demás, la documentación, desde el punto de vista tipológico, también se presenta variada. Así, nos encontramos con un interesante “fragmento da investigación feita por dous homes bos para decidir no preito presentado entre a abadesa de Dozón, Maior Fernández, e a priora de Chouzán, Maior Sánchez, sobre os bens da monxa Urraca Eriz”, datable entre 1238 y 1251 (doc. 50); y es que, al parecer, esta monja había profesado en el monasterio de Chouzán, pero lo había abandonado sin autorización para quedarse en su propia heredad de Requeixo. El motivo, lo explicó su hermano al relatar que cuando se le preguntó: “*Quare reliquistis monasterium uestrum de Iouzan?*”, ella respondió: “*Non placet mihi amplius ibi morari*”. En otra ocasión la monja había declarado: “*Ego sum infelix et perdo animam, quia non uado ad Iouzan, unde sum soror, ubi feci professionem*”, por lo que entonces “*uenit P. Eriz, clericus, cum duobus equitibus, et fuit cum illo ad monasterium de Vilanoua*”. Este documento, a diferencia de la mayoría, que no pasan de testimoniar una actividad económica de sus protagonistas, que se nos muestran casi siempre desdibujados y sin vida, constituye un testimonio vivo de humanidad que nos introduce en la interioridad, en los sentimientos y en las vivencias de los personajes que encontramos documentados, ganando así en cercanía.

Desde el punto de vista de la tipología también tiene un interés particular el nombramiento de capellán de la capilla de San Andrés del monasterio de Vilanova de Dozón en la persona del clérigo Fernando Pérez el 31 de enero de 1409 (doc. 180) con la especificación detallada de sus obligaciones.

La lengua de los documentos es el latín para los de mayor antigüedad, pero ya a partir de 1262 (doc. 56) aparece el gallego, que será el idioma predominante desde 1281 (doc. 65), con la presencia esporádica de tres diplomas en castellano, escritos en esta lengua por haber sido emitidos por el rey Enrique II en 1373 (doc. 146), por Juan I en 1379 (doc. 151) y por los reyes Isabel y Fernando en fecha indeterminada (doc. 254).

Como es usual, los textos en latín reflejan, por lo común, un conocimiento muy elemental de la lengua, del que se hace, a menudo, un uso infraliterario; pero no faltan los diplomas redactados con notable propiedad lingüística e, incluso, ornato literario, gracias al uso, a veces, de figuras retóricas. Este es el caso del acta de fundación del monasterio, puesta por escrito por el mencionado clérigo Pedro Blanco, que elaboró un texto gramaticalmente

muy correcto. Y, como es normal en estos casos, el preámbulo es la parte más trabajada y personal, ni que sea a partir del oportuno ensamblaje de fragmentos textuales previos entresacados de otros autores, habilidad donde radica el mayor mérito del “autor” y donde se refleja mejor su nivel cultural. He aquí el proemio aludido con abundantes referencias bíblicas, a las que también se recurre para la redacción del resto del documento:

“*Creator omnium Deus, sola gratia humanitatem assumens pro sue ecclesie redemptione proprium sanguinem fundere dignatus est, cui omne opus bonum esse referendum non est dubium, quia, iuxta Apocalipsim Iohannis, ipse habet clauem Dauid, ipse aperit et nemo claudet (Ap. 3, 7), credentibus aperit, non credentibus claudet, nam nisi quis credens sequatur opera eius per euangeliorum predicationem, que, quamuis quadrifaria sit, una tamen est, ipse Christus ex uno eodemque ore diuinitatis procedens (Isid., Prooem.), qui est fons et origo omnium bonorum, ex quo omne opus electum habet fieri, et, quidcumque fecerit, illud iustificabitur ac honorabitur in illo, sicuti econtra, quidcumque opus corruptibile fecerit, in fine deficiet (Eccli. 14, 20-21) et perhibet in illo, ipso referente omnem palmitem in me non ferentem fructum purgabit eum, ut fructum tollet eum pater, et omnem qui fert fructum purgabit eum, ut fructum plus afferat et fructus eius in eternum maneat (Io. 15, 2-3)*”.

A este respecto también podemos remarcar el prólogo de la concesión del privilegio de coto al monasterio por parte de Fernando II redactado por su canciller Pedro Juan en León un mes de noviembre de 1173 (doc. 30), que reza como sigue:

“*Inter cetera que regiam maiestatem decorare uidentur suma et precipua uirtus est sancta loca et religiosas personas diligere ac uenerari, et eas largis ditare muneribus atque in prediis ac possessionibus ampliare, ut, dando terrena, adipiscere mereatur eterna*”.

Como acabo de indicar, quienes escribían así, se ayudaban casi siempre de otros textos anteriores, pero su simple encaje ya demuestra una cierta capacitación técnica e incluso pericia literaria, que, en todo caso, presupone estudio y preparación anteriores, lo que estaba al alcance de muy pocos. Sin olvidar, por supuesto, el hecho de que, a menudo, estos textos se convertían en formularios y pasaban literalmente de unos escribientes a otros. Tal es el caso de la carta enviada por fray Paio, ministro de la orden

franciscana en la provincia de Santiago, a la abadesa de Dozón Sancha Fernández, solicitando el intercambio de oraciones y la participación de ambos cenobios en los bienes espirituales. Esta carta, *mutatis uocabulis personarum*, es la misma que escribió en Ferrara, el 6 de septiembre de 1254, fray Juan Buralli de Parma, ministro general de la orden franciscana entre 1247 y 1257, año en que presentó su dimisión y fue substituido por san Buenaventura. La carta, por lo demás, se encuentra recogida en la *Chronica* de Salimbene de Adam (1221-1288)¹. Por su parte, la copia gallega es de un lunes 21 de abril de 1270 (doc. 61) y dice así con las ligerísimas variantes de los nombres propios:

“Dilectis in Christo domne Sencie Fernandi, abbatisse monasterii Villenoue de Dezon, atque omnibus dominabus eiusdem monasterii, frater Pelagius, fratrum minorum in prouincia Sancti Iacobi minister et seruus, salutem et pacem in Domino sempiternam.

Deuotionem quam uos ad ordinem nostram habere pia fratrum relacione cognoui, affectum sincere caritatis acceptans ac eidem deuotioni uicissitudinem rependere cupiens salutarem, uos ad uniuersa et singula fratrum nostrorum suffragia, tam in uita quam in morte, recipio. Plenam uobis tenore presencium bonorum omnium participationem concedens, que per fratres nostros operari dignabitur clemenciam Saluatoris, adiciens nichilominus de gratia speciali ut, quando obitus uniuscuiusque uestrum in nostro prouinciali capitulo fuerit nuntiatum, fiat pro uobis Sicut ibidem pro consimilibus fieri consueuit”.

Y no falta tampoco en nuestro diplomatario la mención de algunos personajes del mundo de la cultura escrita; además de los escribientes ya señalados, mencionemos, por ejemplo, a Paio, maestro de conversos del monasterio de Oseira, en 1220 (doc. 43), o al canónigo Pedro Pérez, *magister scholarum* de Orense y canciller del rey Alfonso IX en 1229 (doc. 46).

Además, en la medida que el latín medieval era una lengua, cuya estructura básica la constituía la propia del habla del territorio en el que se utilizaba, aunque indirectamente, refleja también voces, y particularidades

¹ *Cronica fratris Salimbene de Adam ordinis Minorum*, edidit Oswaldus Holder-Egger, MGH. Scriptores XXXII, Hannoverae et Lipsiae 1905-1913, p. 298.

fonéticas y morfosintácticas propias de la lengua de sustrato, en este caso el gallego, idioma, por lo demás, tal como se ha dicho, ampliamente utilizado en los diplomas que nos ocupan. De aquí que el análisis de la lengua de los textos haga posible fechar, y aún localizar, con la mayor precisión, características lingüísticas del gallego medieval. Baste un solo ejemplo; la presencia del pronombre *y* en un texto de 1262 (doc. 56): “*et as gaanças que y fecerdes*”.

Se notará, por otra parte, una vez más, que las comunidades femeninas como la de Dozón, cuando tenían necesidad de la escritura, solían recurrir a rogatarios o notarios masculinos, por lo que parece lícito concluir que lo mismo harían en caso de precisar la copia de algún códice. Hablo, evidentemente, en términos generales, pues la actividad como amanuenses de algunas monjas, aunque esporádica, también está fehacientemente probada en otros monasterios. Pero un documento de 1281 (doc. 65), por ejemplo, deja claro quién lo escribió y por mandato de quién: “*Eu, Pedro de Dios, que a scriuí per ma<n>dado da sobredita abadesa e de todo o conuento*”, lo mismo que otro de 1301 (doc. 76): “*Eu, Aras Enanes, teente as vezes de Nuñ Eannes, notario públrico del rey en terra de Temes e de Villaíxe, escribí esta carta per mandado d’abadesa e do conuento sobredito*”, sin olvidar otros escritos debidos a “*Fernán Soutyno, capelán do moesteiro*” en 1364 (doc. 136) y 1365 (doc. 140).

Constatamos también que, desde 1400, los diplomas son fechados por el año del nacimiento de Cristo (doc. 157) en sustitución del de la era y que, cuando la data se indica en latín, se usa la expresión *anno Domini* como sinónimo de *anno a natiuitate* (doc. 160).

Concluamos diciendo que para un lector catalán no deja de tener interés la presencia del conde de Barcelona como vasallo del emperador Alfonso VII en un diploma expedido en Palencia el 31 de diciembre de 1155 (doc. 18) o del conde de Urgel, como mayordomo del rey Fernando II, en otro redactado en Lugo el 29 de marzo de 1170 (doc. 27).

En definitiva, pues, nos tenemos que felicitar por la aparición de este nuevo libro del añorado y querido profesor y amigo Dr. de Viana y Vieites, que, gracias al rigor que siempre fue rasgo distintivo de su labor, nos deja una edición de diplomas medievales diestramente realizada en una obra del todo cumplida a la perfección, con lo que gana una nueva batalla de las

muchas por él conseguidas en favor de la historia cultural, particularmente de Galicia.

Jesús ALTURO i PERUCHO

Universidade Autònoma de Barcelona

jesus.alturo@uab.es

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Montemor a caminho da Corte e das Cortes. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal, 2010, 231 p.*

A Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra, enceta o seu estudo *Montemor-o-Velho a caminho da Corte e das Cortes* com a transcrição de um excerto do pedido ou capítulo, apresentado pelos procuradores desta vila às cortes de Évora-Viana de 1481-1482. Acabava de ser entronizado el-rei D. João II. E classifica esse pedido, quanto ao seu fundamento sociopolítico, como «memória identificadora» da comunidade peticionária, já que parte do seu conteúdo consignava as raízes fundadoras e a tradição histórica de maior perenidade e partilha social à escala do vetusto concelho montemorense.

A questão da identidade (diga ela respeito a indivíduos, grupos sociais, localidades ou regiões) não está fundada, exclusivamente, no culto das origens e da tradição. Porquê? Porque, sendo a identidade, quer à escala singular, quer colectiva, um processo de criação ou de formação cultural (no sentido mais amplo do conceito), está em constante devir, em permanente transformação, sujeita portanto a inovações. A propósito, como excelente historiadora que é, a autora desta obra tem plena consciência da abrangência objectiva e da longa diacronia do processo identitário de Montemor, muito embora eleja a realidade dos séculos XIV e XV para campo preferencial da sua observação. Cuidemos, porém, de explicitar melhor o que até agora dissemos.

Passa-se com a identidade colectiva um processo similar ao da individualização, se pensarmos na parte herdada dos progenitores e nas primeiras interações sociais da criança com familiares, amigos e

vizinhos. Ternas e felizes reminiscências da infância, como elas afloram com insistência ao longo das nossas vidas e quanto elas interferem com as realizações e aspirações que vamos concretizando ou adiando! Também uma qualquer comunidade humana, uma vez individualizada pela cultura herdada e adquirida, sente sempre, pouco ou muito, o pulsar do passado, enquanto se vai formando, readaptando e transformando por efeito de factores internos e externos a ela.

É bem verdade que se pode ter uma forte consciência identitária sem recorrer, *excessivamente*, à memória e à história, pelo que há autores que, além do tipo da identidade histórico-patrimonial, rastreiam outros, como o da identidade vivida (reflectida, sobremaneira, em modos de vida actuais) ou o da identidade projectiva (balanceada, mais, para o futuro). Estamos, porém, em crer que a identidade, quando existe (já que há comunidades sem ou com fraca identidade), mergulha sempre (repetimos) no passado. Podem é os habitantes de uma localidade ou de uma região ter das respectivas configurações espaço-sociais uma imagem negativa ou desvalorizadora, mas isto é outra questão.

Estamos certos que, ao elaborar, com muito empenho e até amor, este estudo, Maria Helena Coelho teve como principal objectivo concorrer para o reforço do orgulho dos montemorenses em pertencerem a um território e a uma comunidade com uma notável herança histórica e um valiosíssimo património material e imaterial. Ou seja, a par do reforço da memória colectiva (como herança construída e vivida a partir de dentro da comunidade), a autora trouxe, objectivamente e a partir do exterior, mais um importante contributo de natureza histórica, que vem juntar-se e entretecer-se com outros estudos seus, como *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* ou *Forais de Montemor-o-Velho*.

Depois de documentar e justificar, suficientemente, com a reconstituição factual e a interpretação adequada (a que se poderá e deverá associar a quase centena de diplomas transcritos em “Apêndice Documental”), a razão da escolha do título “Montemor-o-Velho a caminho da Corte e das Cortes”, a autora conclui deste modo: «Torna-se claro, face ao referido, que Montemor e seu termo estiveram no caminho da corte régia. Em movimento inverso, os homens de Montemor e do seu termo dirigiram-se também à corte para fazer valer, individual ou colectivamente, os seus interesses e direitos» (p. 45).

Como instrumentos formais para suportar esta tese, Maria Helena Coelho coligiu ou elaborou: quadros e esboços de mapas, em que condensa sobretudo dados sobre reuniões de cortes (datas, locais, procuradores do concelho, matérias por eles apresentadas e resultados alcançados); itinerários de reis e infantes em actividade política, militar ou de outra natureza; imagens de paços e demais edifícios que, localmente, albergaram altos dignitários; retratos de personagens medievais ligadas a Montemor-o-Velho, com os respectivos brasões, armas e selos. Com efeito, em *Apêndice Fotográfico*, figuras de reis e rainhas, de infantes e princesas ou de alcaides-mores são-nos apresentadas sob as formas de estátua jacente, pintura a óleo ou iluminura. Esta iconografia, a que se associa a imaginária religiosa adjacente, valoriza, sobremaneira, o estudo em causa, desde logo pelo seu interesse artístico, mas também, e sobretudo, porque concorre para integrar, num todo globalizante e coerente, as diferentes perspectivas e as várias componentes da realidade, iluminando-as mais. Dito de outro modo, em particular o original conjunto dos retratos afirma-se e funciona como importante fonte histórica de uma época em que a pessoa tende a autonomizar-se, a desligar-se das teias senhoriais e das preocupações constantes com o além, para passar a viver menos peada, mais individualizada. É o que alguns desses retratos já deixam transparecer. Mas, há outra simbologia reproduzida, com relevo para os ferros da picota do pelourinho de Montemor-o-Velho, ou seja, para instrumentos associados à administração da justiça municipal.

Outra componente forte deste livro é a relevância conferida à especificidade geográfica de Montemor-o-Velho, quer quanto ao valor dos seus recursos naturais (favoráveis, como é sabido, à agricultura, à pecuária e às trocas), quer quanto ao factor geoestratégico (com relevo para o eixo Figueira da Foz – Coimbra). Mas, devolvamos a palavra à autora: «Era, de facto este baluarte militar [o castelo de Montemor] que, implantado no curso jusante do Mondego, defendia Coimbra de possíveis incursões por via marítima» (p. 10). Consequentemente, o factor geoestratégico e o potencial de desenvolvimento desta parcela do Baixo Mondego tornavam a localidade montemorense muito apetecível para a Coroa portuguesa e, por manifesto interesse, [voltamos a citar] «a própria vila reclamava esse mesmo privilégio de ser de senhorio régio, revendo-se na memória de infantas, infantes, reis e rainhas que a haviam tutelado» (p. 12).

E, com Maria Helena Coelho, podemos, seguramente, rememorar diversos acontecimentos históricos que nos ajudem a entender o interesse de Montemor em ser Vila da Coroa e não de qualquer donatário alheio à Casa Real. Exposto, com alguma frequência, a sofrer as devastações e as atrocidades da guerra, mesmo assim o concelho montemorense preferia esta situação de inquietante e desgastante ameaça militar, em vez de ser objecto de constante exploração e opressão por parte de senhores locais e regionais. Era a guerra em si e era, até, a preparação para ela que dilaceravam o corpo da vila, pouco importando, porém, face a outros males maiores. Recortemos do livro, apenas, este exemplo: aquando das guerras fernandinas (mais propriamente em 1370), procedeu-se à reparação dos muros e da cerca do castelo de Montemor, mas também ao derrube de casas particulares e até de igrejas adossadas ao muro castelejo, para que não viabilizassem eventuais escaladas dos inimigos, convencidos como estavam os estrategos militares de D. Fernando que os castelhanos, entrando pela Beira, acabariam por aceder a Lisboa pelo Baixo Mondego (p. 12).

Estes eram, porém, tempos de aceleração da história, porque os tempos curtos ou de ritmos repetitivos coadunavam-se mais com a importância económica de Montemor, particularmente na segunda metade de Quatrocentos (já a recuperar, portanto, da “Longa Depressão Europeia”), quando a vila, no dizer da autora deste livro, se revia numa considerável dinâmica agrícola, artesanal, comercial e de serviços, apoiados em casas de assistência, hospital e estalagem (p. 53). Como se esperaria, apresentava-se, então, «igualmente diversificada e prestigiada a nível social», enquanto, demograficamente, a sua pujança também impressionava, uma vez que, pelo “numeramento” de 1527, a vila e o seu termo contariam mais de metade da população de Coimbra e do seu território concelhio.

Se os grandes acontecimentos abalavam o quotidiano, este, por norma, decorria tranquilo, demasiado tranquilo. Em linguagem pictórica do mais fino recorte literário (como, aliás, é seu timbre), a Doutora Maria Helena Coelho descreve assim esse quotidiano próprio das eras de Trezentos e Quatrocentos: «O dia decorria de sol a sol e o sino da Igreja, ao toque das ave-marias, anunciaria o fim da jornada diária. Era também esse sino que chamava à missa e ao descanso dominical, como repicaria ainda mais festivamente em momentos extraordinários, nas festas móveis do calendário

litúrgico, em especial o Natal e a Páscoa, e nas fixas da Virgem e dos santos. Mais doloroso e triste, ou mais alegre e comunicativo, badalaria, de igual modo, os ritos de passagem de cada paroquiano, do seu baptismo e casamento à sua morte. E era ele ainda que, tantas vezes, soaria em alerta dos fregueses para o perigo de guerras, conflitos, incêndios ou cheias, que perturbavam o labor repetido, mas apaziguado, de todos os dias» (p. 53).

Voltemos a imbricar o real comum com o extraordinário quer fosse festivo, político ou guerreiro. A convite da autora, poderemos assistir à outorga do foral pelas infantas D.^a Teresa e D.^a Branca, (filhas de D. Sancho I), a favor do município de Montemor-o-Velho em 1212, acto quase de imediato impugnado pelo irmão das infantas, D. Afonso II, que «cercou o castelo e com o seu exército saqueou e arrasou os campos [montemorenses] no seu entorno» (p. 9). O conflito foi resolvido, definitivamente, em 1223, reinando já D. Sancho II, o qual acabou por ratificar o foral de 1212.

Poderemos reencontrar-nos, historicamente, com outras figuras reais ligadas à vila montemorense, o que explica a sua itinerância ou permanência nestas terras mondeguias: D.^a Filipa de Lencastre (lembra-o a autora desta obra) foi senhora da vila; «com D. Pedro [seu filho] se identificou Montemor, até à sua morte...» (p. 17); a 22 de Julho de 1450, D. Afonso V comunica ao alcaide-menor de Montemor-o-Velho que a infanta D.^a Isabel (viúva do Infante D. Pedro) tinha permissão de se aposentar nos paços do castelo com a sua gente» (p. 19). E a lista poderá continuar se o leitor estiver interessado.

Nós, por ora, estaremos interessados em enunciar, com a autora, o conjunto de factores internos e externos que, no tempo longo e numa perspectiva estrutural, mais concorreram para determinar essas passagens ou permanências. Retenhamos que: «Os frutos da terra e do mar, produzidos na vila e termo de Montemor, sustentavam inequivocamente, nestes finais de Quatrocentos, canais de comercialização internos ou externos que serviam o reino, já então lançado nos caminhos do mar, e garantiam a riqueza e um dos meios de vida mais rentável aos seus vizinhos» (p. 38). Ora, enquanto, a rogo do Infante de Coimbra e senhor de Montemor, D. João I e o seu primogénito D. Duarte (já então associado à governação do Reino) promulgavam a carta de criação de uma feira anual em Montemor, com a duração de 15 dias e com uma área de influência regional (se não mesmo internacional), acontecia que, pela mesma altura, e como se queixará em cortes o concelho

montemorense, «o mosteiro de Santa Cruz e o bispo de Coimbra haviam interditado os seus caseiros de levar mantimentos à vila, a qual, sozinha, não conseguia alimentar todos os feirantes que nela circulavam» (p. 38). Atitudes, portanto, manifestamente díspares quanto à defesa dos interesses da comunidade de Montemor-o-Velho.

E Maria Helena Coelho, uma vez mais em retrospectiva estrutural, parte em busca de respostas para perguntas como estas: Quem é que tradicionalmente detinha a posse real destas ricas e húmidas (devido à rede hidrográfica do Mondego) terras de aluvião? A quem pertencia a posse útil, ou seja, quem as trabalhava e explorava? Quem mais beneficiava com os rendimentos traduzidos em géneros e dinheiro? Como se entretencia a apropriação dessa riqueza com o exercício do poder? O que era destinado, em termos de investimento, ao sector privado e ao público, ou seja, que património ia sendo gerado e gerido?

Ainda antes de D.^a Teresa e sua irmã D.^a Branca terem concedido foral a Montemor-o-Velho, já alguns senhores eclesiásticos de Coimbra, ligados sobretudo à Sé e a Santa Cruz, «se haviam tornado possidentes, por doações e compras, de muitas terras entre Coimbra e a foz do Mondego» (p. 9). As cartas de aforamentos colectivos destas terras registavam não só os direitos e as obrigações dos foreiros, mas também as normas que deveriam presidir às suas vidas em comunidade. Depois da atribuição do foral em 1212, mais se intensificou este movimento de concessão de cartas de aforamento e de povoamento, já que outros institutos religiosos (como os mosteiros de Grijó, de S. Paulo de Almaziva ou de Seiça) e altos dignitários seculares (com relevo para os da Casa Real) passaram a presidir ao processo de articulação dos recursos, das riquezas produzidas e dos poderes estabelecidos.

Legitimado pelas infantas filhas de Sancho I, o concelho montemorense superintendia à escala local, ainda que com poderes limitados e, mais ainda, quando as vicissitudes político-militares se agudizavam. Neste quadro de inevitável correlação entre o público e o privado, nem sempre é fácil destrinçar o que era apropriado por ambas as instâncias e se ia convertendo em património. Na impossibilidade e até na inconveniência de inventariarmos, aqui, várias situações, foquemos a gestão do Infante D. Pedro, no termo de Montemor. Foi ele que, designadamente, promoveu a drenagem de mais paus e a regularização de cursos de água, incrementando,

ainda, o potencial piscícola. O mesmo Infante curou de estimular e custear o embelezamento artístico das igrejas da vila, numa demonstração de que, pelo seu espírito pragmático, lograva articular, facilmente, o património material e o imaterial.

Em contraponto com esta gestão socializante e mais liberal, a autora deste estudo reconstitui vários pleitos entre o concelho de Montemor e o mosteiro de Santa Cruz (como o que foi resolvido em 1455, sobre a grande quinta crúzia de Treixede). Estavam em causa o interesse privado (senhorial) e o público (concelhio) e decorria a governação de Afonso V. Este, «da mesma forma que privilegiava [institutos religiosos, como o mosteiro de Seiça], estaria receptivo a condenar abusos eclesiásticos» (p. 48). Mais: nos anos de 1450-1451, o monarca beneficiou alguns reguengueiros de Belide e todos os do termo da vila de Montemor, confirmando-lhes, as liberdades outorgadas pelos respectivos títulos de propriedade (p. 47). E a lista de exemplos poderia também prosseguir, sem que se alterasse uma das vertentes deste estudo: os edis de Montemor-o-Velho tinham bastas razões para enviarem procuradores às cortes e à corte, com capítulos das opressões que recebiam de alguns senhores locais. Daí que nas cortes de Évora-Viana de 1481-1482, perante o novo rei, D. João II, tivessem de impetrar: «E pois muito esclarecido senhor assy he que sempre reall e continuamente [a vila] foy da coroa do regno e fica agora vossa e do vosso poderio reall / vos pedimos que daqui em diante a nom dees a outra nengũa pessoa / soamente fique devoluta a vós como he ou ao principe por herdeiro em estes regnos e pera sempre fique em esta posse e doutra guisa se nom faça» (p. 7).

Eis transcrita a parte essencial que a Doutora Maria Helena Coelho considera como o registo da «memória identificadora» da comunidade de Montemor-o-Velho em finais do século XV. Como se reconheceu a propósito da interpretação ou leitura do retrato nesta época, se é ainda a teia de relações senhoriais e a obsessão dos valores do além que coagem os indivíduos (de que alguns logram já singularmente libertar-se), é a comunidade ou o colectivo de pessoas que se conhecem de perto o grande protagonista dos destinos de Montemor-o-Velho. Partilham um passado comum, são co-titulares de um património colectivo, detêm uma memória longa e acalentam realizações e aspirações de apertada solidariedade. Compreensivelmente, há os trãsfugas, os marginais, os perseguidos, os homiziados... Será, necessário lembrar que

os homens (individual e colectivamente) não se fazem só em ambiência de convívio pacífico, de fraternidade e solidariedade, mas também emulando-se, opondo-se, gladiando-se pelas mais variadas razões?

A autora de *Montemor-o-Velho a caminho da Corte e das Cortes* não esqueceu esta dupla vertente da individualidade e da sociabilidade e ei-la interessada em captar exemplos de desordem, dentro da ordem normal, recorrendo ao tipo de fontes mais adequado, ou seja, as “cartas de perdão”. Assim: ele é um morador em Vale, termo de Montemor-o-Velho, que espanca uma mulher casada e, sendo preso no castelo, dele foge numa ocasião em que as portas estão abertas; ele é o acto de violenta agressão a um almotacé, que lhe provoca ferimentos nos braços e num ombro e o deixa mesmo aleijado, configurando, portanto, um crime grave por o alvo ser um oficial do concelho; ele é um morador em Montemor que, «de preposito e sobre ameaça», sai ao caminho de outro homem e o mata com uma foice; ele é um grupo de jovens que em convívio nocturno acaba em agressões e morte, «como terá acontecido na Meijoada, lá pelo ano de 1464»; ele é um outro morador de Montemor que «tem de fugir da terra porque é acusado de bigamia». Exemplificar mais, para quê?

Maria Helena Coelho, a propósito desta pequena, mas grande (à escala local), conflitualidade, interrogar-se-á sobre o que terá acontecido «a estes homens depois dos seus actos ilícitos»? Responderá, de acordo com uma configuração geral à escala nacional, que alguns fugiram ou, como se dizia, amaram-se, ficando na situação de foras de lei ou de homiziados. «Outros foram presos e condenados, no geral a um degredo, para terras marroquinas, ou viram-se obrigados a pagar certo montante para a chancelaria ou para a arca da piedade, quando não eram punidos com a dupla pena» (p. 58).

Não raro, porém, os infractores e criminosos recorriam aos poderes superiores, para rogarem perdões; ou, então, para, discriminados, solicitarem liberdades e privilégios, como sucedeu, com a comunidade judaica, confinada a uma rua da vila de Montemor, que obteve carta de confirmação dos seus privilégios, a 28 de Setembro de 1450. Não faltam, ainda, os registos de outros que, individualmente, também foram privilegiados com promoções sociais, com isenções fiscais e de aposentadoria ou com a dispensa do exercício de certos cargos comunais...

Regressemos, porém de novo, com a autora, à questão da identidade local e regional, para assinalar, agora, que ela também se constrói, pela configuração da pertença, acicatada pela confrontação entre concelhos e/ou aglomerados populacionais em situação de vizinhança. No que concerne a Montemor, assinale-se e documente-se este tipo de confrontação, propiciadora de imagens identitárias, com o exemplo de um conflito de compáscuo e de punição de infracções de pastoreio, em que foram partes os concelhos de Montemor e da Póvoa de Santa Cristina.

O presente estudo, como seria de esperar, quer devido à sua natureza, quer à especialização da autora, assenta, solidamente, num suporte de fontes históricas e numa paleta de estudos adequados e actualizados, a que se associam, como se disse, diversos trabalhos seus sobre o Baixo Mondego. Por tal são numerosíssimas (mais de duas centenas) as “notas de texto”.

Ainda quanto às fontes históricas desta obra, impõe-se que realcemos a sua variada natureza, desde as adequadas à construção dos eixos temporal e espacial, até às mais favoráveis ao intangível, como as literárias e as iconográficas. E, se a variedade das fontes é apanágio da boa investigação, não o é menos a sua adequação aos vários domínios da realidade, conforme já concretizámos. Em suma: os dados históricos, vertidos em factos e acontecimentos, não só são construídos a partir de fontes, como estas, por sua vez, reflectidas, interpretadas e contextualizadas, se inserem no âmbito específico do real observado ou, se se preferir, da instância por que é vista a história, ainda que não prescindindo da focagem do todo. Caberá ao leitor, mais que ao historiador, eleger a perspectiva que deseja privilegiar, se lhe oferecerem, como é o caso, um produto de qualidade, tanto do ponto de vista da substância, como da forma.

João Marinho dos Santos

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.
uc3928@fl.uc.pt

PROSPERI, Adriano - *Dar a alma. História de um infanticídio.*

S. Paulo: Companhia das Letras, 2010, 505 p. (tradução do original italiano *Dare l'anima. Storia di un infanticidio.* Torino: Giulio Einaudi, 2005)

Em Dezembro de 1709, Lucia Cremonini, uma jovem residente em Bolonha, deu à luz um menino. Era filho de uma brevíssima e extemporânea relação que mantivera com um padre, durante o Carnaval daquele ano. No dia do parto, o recém-nascido foi morto. A causa do óbito foi uma ferida contusa, visível na boca e no pescoço “com incisão de veias, artérias e nervos”. Lucia confessou o hediondo e violento crime, o modo como utilizara uma faca para matar o filho e como cogitara enterrá-lo, para que ninguém soubesse que estivera grávida. Foi defendida por um “advogado dos pobres”, que sublinhou como ela não agira por uma maldade co-natural ou pelo desprezo dos íntimos e naturais laços que unem uma mãe a um filho. Tratara-se de um acto de necessidade, para evitar a perda da honra. Esta, nos estratos mais humildes da sociedade, não se herdava, não vinha no sangue do berço, e só se podia preservar com base na opinião dos vizinhos. Lucia, uma moça nova, que sempre fora tida pelos párocos e pela comunidade como uma rapariga honrada, não podia ver perdida e destruída para sempre a sua. De nada lhe valeu. Em Janeiro de 1710 Lucia foi enforcada na Piazza Maggiore de Bolonha. Não teve direito a ser enterrada e, como era usual, o seu corpo foi entregue para as aulas de anatomia da Universidade de Bolonha. No espaço de cerca de um ano, de um Carnaval a outro, a praça onde folgara transformou-se no palco onde uma multidão assistiu à sua morte.

Tudo isto consta dos autos do processo que permitiu a Adriano Proserpi reconstituir este singular drama. Deles partiu para uma aliciante pesquisa sobre o infanticídio, a vida, o baptismo, a alma, a justiça, o perdão. Este, tal como se escreveu, é o acto que pode “anular todo o passado” e, como bem recorda o autor, evitando equívocos tão comuns nas abordagens dos romances e filmes ditos históricos, um sentimento que, como todos os outros, também tinha uma história (p. 362). Tal como, escrevo eu, há uma história para contar e perceber de todos os outros assuntos elencados.

No livro, além destas questões amplas e decisivas - tanto em abstracto, como na própria construção da obra -, outras de mais circunscrita projecção

foram abordadas. O elenco seguinte não as esgota: o culto do Santíssimo Sacramento; os massacres perpetrados sobre comunidades judaicas sob acusação de que tinham realizado rituais em que matavam um menino cristão; os sabbaths de bruxas; as modalidades e significados da escolha de um nome dado no baptismo; o celibato sacerdotal; as celebrações carnavalescas propiciadores da inversão da ordem social; o modo de comportar o olhar para que ele se preservasse casto e devoto; as relações entre os sexos no seio dos grupos populares; a violência do estupro e o papel passivo que se esperava da mulher nas relações com os homens; o ensino catequético e a instrução em geral (incluindo a dos afectos) nos meios populares; a experiência do tempo da gravidez; a preferência pelos filhos relativamente às filhas (o que neste caso agravava o infanticídio cometido); a perfeição do corpo humano e as “monstruosidades”; o destino das crianças mortas sem baptismo; o problema da possibilidade da salvação para os não baptizados que a nova geografia do mundo moderno agudizou; os milagres e santuários dedicados a ressuscitar as crianças mortas sem baptismo para que pudessem ser baptizadas; a noção, as práticas e os debates médico-teológicos sobre a cesariana, entendida não como um simples acto médico, mas como um procedimento religioso que tinha por função “dar a alma” a uma criatura (isto é baptizá-la para se poder salvar); as práticas abortivas e as teorias sobre o desenvolvimento do feto e as origens da vida humana; as relações entre as feições do rosto e a essência do espírito que o transporta; a emergência setecentista dos direitos humanos e os seus fundamentos; a encenação ritual de uma execução à pena capital e a centralidade desse tipo de morte; a memória social dos ritos; a prática do “conforto” aos condenados à pena capital, pois a morte era um momento decisivo para os cristãos, até porque, o seu Deus, em Cristo, também tinha sido condenado à morte pela Justiça (p. 375).

No fundo, a partir do caso concreto de Lucia Cremonini, e no exercício da sua compreensão, a pesquisa tornou-se verdadeiramente caleidoscópica do ponto de vista dos temas abordados, transformando-se, sem que inicialmente o leitor disso tenha plena consciência, numa abordagem que se aproxima do que se poderia considerar uma miragem, uma utopia: a elaboração de uma História total (apesar de ela já ter sido proposta por Karl Marx, em termos distintos dos que aqui se praticaram).

E o autor assim terá projectado a sua pesquisa, pensando a maioria destas questões numa linha de longa duração tanto cronológica como espacial. Essa é outra marca a realçar. Este estudo é de verdadeira história comparada, e visita exemplos desde a Inglaterra à Alemanha, da Suécia e Dinamarca até Itália, tocando, entre outros, a China, o folclore eslavo, e até a África. Em incursões que com enorme lucidez e bem fundamentadas atravessam o tempo, num vaivém constante, desde a Grécia clássica (séc. VI-V a. C.) até ao presente, com decisivas fixações no período romano e nos anos chave da patrística medieval, para ouvir vozes que se projectaram duradouramente em toda a civilização ocidental.

Outra marca fortíssima deste estudo é a da profunda articulação da História, não exclusivamente a de Lucia, com a vida. Prosperi lembra com admirável beleza e fina sensibilidade como a História não se pode limitar a reconstruir passados para, como dizia Ranke, esclarecer como “realmente aconteceram as coisas”. Precisa de “abraçar” a realidade, sabendo que ela foi fixada no tempo, não sendo, por conseguinte, passível de alteração. Mas esse tempo deixou sinais, indícios que se podem “abraçar”, isto é “compreender” (p. 26). No processo de Lucia os juizes quiseram reconstruir o crime, mas deixaram de lado perguntas fundamentais: por que motivo é que ela assim agiu, o que significaria a alma para aquela jovem mulher e para os seus contemporâneos? etc. Quero com isto significar que neste livro e a partir da descodificação de sinais, o autor não se limitou a reconstruir a história de um crime, “debruçado sobre os ombros dos juizes” (p. 28). Foi muito mais além para compreender o que se passou. Para saber quem foi Lucia e como é que uma história singular pode deixar de ser vista como um episódio banal, recorrente, repetitivo, irrelevante, para se pensar como algo único, inconfundível, como “uma cor destinada a nunca mais reaparecer”. No fundo, pensar os dados individuais que ligam a História à própria vida. Numa indagação que não se confina à História, é muito mais ampla, é filosófica, talvez até metafísica, sobremaneira no cap. 6 do ponto “O filho, a semente e a alma”, ao tratar dos significados que esta tinha, e onde apenas se pode duvidar se algumas das reflexões propostas podiam ter perpassado o espírito de uma jovem mulher de origem humilde.

Está-se perante um livro em profundo diálogo com o presente. Época de vertiginosa produção informativa, que remete cada vez mais para segundo

plano (afritivamente) a necessária suspensão do tempo que o acto de pensar reclama. Mas igualmente um presente onde há mistérios que continuam a perturbar a consciência da experiência humana: a morte e a vida. E é precisamente no contexto dos debates candentes em muitas sociedades contemporâneas ocidentais sobre a interrupção voluntária da gravidez, a engenharia genética, a clonagem, a preservação de embriões, o conhecimento e possibilidade de interferência nos códigos do DNA, o direito à vida, a eutanásia, ou até a pena de morte, que surge este estudo de Prospero. Não, obviamente, como uma resposta mediática e de moda, destinada ao efêmero universo do espaço informativo com que a opinião pública, em geral, se alimenta, numa avidez que tem tanto de primário como de superficial. Mas antes como o resultado de quem reconhece a complexidade do mundo, o desafio instigante do seu conhecimento e a contaminação profunda do presente pelo passado, numa dimensão que lhe é, por essência, imanente. No fundo, trata-se da consciência de quem sabe que sem a História é impossível perceber integralmente o que se é em cada presente, e como a desvalorização crescente da mesma História que se vai instalando nas sociedades ocidentais – de que os historiadores são também responsáveis (porventura os principais culpados) –, está lentamente a destruir as possibilidades que ainda restam de constantemente se pensar o que somos, compreendendo por que é que nos fomos tornando nisso mesmo, sabendo, todavia, que um qualquer passado pode sempre desaguar numa enorme quantidade de diversos futuros. A liberdade de ser no presente não está nunca decapitada. Para perceber este impacto do passado no presente, bastará recordar a importância duradoura que teve uma decisão da Congregação do Santo Ofício romano, de 4 de Março de 1679. Ela condenou os defensores da licitude do aborto provocado antes da fase em que se considerava que o feto tinha alma, o que conduziu a um recrudescimento do rigorismo das posições da Igreja face ao assunto daí em diante e, de certo modo esteve na génese da emergência de uma contradição interna do próprio discurso católico, como bem nota Prospero (p. 324). Sustentava-se que uma criança sem baptismo ainda não tinha alma, e defendia-se que desde etapas iniciais da concepção a criatura estava animada, o que justificava a negação da contracepção. Teria sido esta ambiguidade, esta questão de palavras, como o autor a definiu, a conferir uma atenção especial a outro vocábulo: pessoa. Quando é que

um ser se tornava uma pessoa? Pois esta palavra, como hoje bem se sabe, tem implicações decisivas em muitas questões candentes e essenciais.

Apesar de se saber que assim é, retomo a ideia da desvalorização hodierna do conhecimento histórico, neste tempo de profundas convulsões e, conseqüentemente, de “extremos perigos”, reclamar-se-ia, como propôs Walter Benjamim “que o anjo da História volte a olhar para a paisagem que tem às costas” (p. 406). Mas a minha sensação é a de que a proposta Benjamim é, também ela, uma espécie em vias de extinção.

A arquitectura do livro tem tanto de surpreendente como de profundamente original, apesar de marcada por traços fortes de uma história narrativa. Tudo foi muito bem pensado, aproveitando as preciosas fontes italianas, as sugestões da *microstoria*, a abordagem dos contextos em que se inscrevem e determinam as escolhas individuais. Nisto também é um trabalho exemplar.

A obra tem três partes, que creio não perderiam em ser melhor explicitadas do ponto de vista formal através da sua designação. A primeira é “A HISTÓRIA” e compõe-se de três capítulos. Um para explicar o processo judicial de Lucia. Os dois restantes dedicadas à análise da história do infanticídio. A abrir para esclarecer que a mãe não foi sempre a protagonista da acusação de infanticídio, e que antes houve uma obsessão das sociedades ocidentais em canalizaram para o judeu e para a bruxa o drama da morte das crianças. A terminar para tratar da passagem do infanticídio de pecado a crime. Aqui se deixou claro que este, sobretudo de crianças do sexo feminino, sempre foi usual nas sociedades camponesas, onde havia limitações objectivas entre a terra disponível e a força de trabalho masculino existente. No fundo, a constatação da velha lei malthusiana de que os nascimentos eram regulados pela quantidade de recursos materiais. Foi na Modernidade europeia - na continuação de um debate aberto no mundo romano, segundo alguns por pressão do cristianismo que nele nasceu (mas lembrando-se que Ovídio já condenara o infanticídio praticado pelas mulheres que queriam preservar a sua beleza) -, que se forjou, na esteira “do direito familiar romano o acelerado avanço dos poderes estatais rumo ao controlo da gestação e do nascimento” (p. 61), um conjunto de medidas penais cada vez mais severas contra a prática do infanticídio. Tal sucedeu ao mesmo tempo em que tanto a Igreja como o Estado pretenderam circunscrever a sexualidade ao interior do casamento, condenando as relações extra-matrimoniais,

declarando a “ilegitimidade” dos filhos fora do matrimónio e reservando a prostituição e outras formas de exclusão à mulher desonrada. Segregação social que objectivamente protegia o homem e discriminava e culpabilizava a mulher, contribuindo para a acentuação da sua imagem negativa (a fonte de todo o pecado) tal como emergia, por norma, do discurso eclesiástico. Em suma, impôs-se uma “rígida canalização da reprodução da espécie para o interior da família como instituição, enquanto as relações não tuteladas pelo matrimónio foram criminalizadas” (p. 71). Ora, quando o pecado deu lugar ao crime judiciário, esse teve apenas uma protagonista: a mulher, mãe sem ter marido legítimo. E os castigos pensados foram da mais severa violência, insofríveis para a sensibilidade hodierna. Em 1405, Francesca de Pistoia foi condenada à morte. Percorreu o caminho até ao patíbulo montada de costas num burro e carregando, pendurado ao pescoço, um saco com o bebé que matara. Outras foram enterradas vivas, empaladas, queimadas, por norma exibidas às multidões em espectáculos destinados a dissuadir pelo terror, receita igualmente usada nos autos-da-fé inquisitoriais aplicada aos heréticos. Padrão que se começou a alterar no *século das luzes*, quando alguns autores, entre os quais Goethe, abriram as portas a uma via que haveria de fazer o seu caminho, substituindo a dureza do castigo sobre a mãe infanticida, pela tentativa de compreensão do drama, da angústia e do sofrimento das que tiraram a vida aos filhos.

O autor tem aguda consciência da dificuldade de fazer uma história do infanticídio, devido à escassez dos traços que esses actos deixaram no tempo (p. 60). Daí que a indagação se tenha feito mais pela elaboração de “esboços” e inventariação de “problemas”. Também por aqui o livro é de enorme importância enquanto caminho para as possibilidades da História, assumindo uma dimensão muito instrutiva e até pedagógica. Há muitas áreas que os historiadores sabem da dificuldade de abordar, mas é sempre possível por via do engenho do questionário analítico sondar as sombras do “restolho do tempo”, para usar feliz expressão da autoria de Fernando Catroga. Não a convoco casualmente. Prospero teria lucrado com a leitura de algumas das obras deste autor, sobretudo as que tratam da questão da memória.

A segunda parte intitula-se “OS ACTORES: PESSOAS E NÃO PESSOAS” e é composta por dois grupos de seis capítulos cada. Esta é uma parte absolutamente fascinante do livro. Como problema historiográfico e

como arquitectura e concepção da narrativa. Pretendia saber-se mais dos protagonistas, mas dada a escassez das fontes que falariam sobre eles, indagou-se a sociedade e o que dela se pode saber em situações semelhantes. Assim se construiu uma trama em dois tempos, pensados a partir de passos do processo que inclusivamente conferem título aos capítulos, numa construção criativa, original e de rara beleza. Primeiro para falar da mãe e dos seus motivos. Depois para tratar do “menininho”, a criança que teve uma vida microscópica mas que existiu. Centrou-se inicialmente em Lucia para tentar entender quem foi ela, que vida teve, quais as razões que a conduziram a matar o seu menino. Fê-lo a partir do nome e das suas relações, seguindo o sugerido por Ginzburg e Poni num trabalho clássico sobre a *microstoria*. E a partir dela e do filho guiou o leitor através de um universo caleidoscópico de problemas, tal como acima se enunciou.

A terceira parte intitula-se “A JUSTIÇA”. Em três capítulos analisa-se a sentença do processo, o acompanhamento das horas finais de Lucia e o significado de todo o ritual de execução, bem como do processo individual e comunitário de arrependimento e perdão associado a um acto de condenação à morte.

Tudo isto é servido por uma imperial erudição que vai de Aristóteles, Platão, Ovídeo, Lucrécio, Paulo, Agostinho, Jerónimo, Tomás de Aquino, Catarina de Siena, Petrarca, Antonino de Pierozzo, Marsilio Ficino, Aldo Manuzio, Pomponazzi, Maquievel, Erasmo, Calvino, Lutero, Zwinglio, Vesálio, Bodin, Baruch Spinoza, Kant, Freud, Mauss, Wittgenstein ou Habermas, só para dar alguns exemplos de uma impressionante galeria. O que é esperável de um autor que ocupa um lugar ímpar na historiografia italiana e que já produziu obras incontornáveis, algumas das quais, estranhamente não indicadas ao leitor na brevíssima e até incorrecta apresentação biográfica que dele se faz no livro. Incorrecta, pois Prospero é professor na Scuola Normale Superiore (Pisa) e não na Universidade de Pisa. E incompreensível não referir o monumental *Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari* (1996), ou o recente *Giustizia bendata. Percorsi storici di un'immagine* (2008), tanto mais que este até se anuncia, de certo modo, na terceira parte do livro que agora se recenseia. Aliás, se em geral a tradução é de bom nível, há alguns detalhes a corrigir: “obstetras” por “parteiras” ao longo de todo o texto, em português não se diz “portar um nome” (p. 103), nem “cortejo”

por “cortejamento” (p. 132), não existiam “vice-párocos” mas coadjutores (p. 242), “Lovanio” é Lovaina (p. 268), a proposta de tradução latina da obra de Erasmo, *Enchiridion militis christiani* é inapropriada. Sugeriu-se “O punhal do cristão militante” o que não é aceitável, o mais acertado seria “O manual do cavaleiro cristão” (p. 332).

O estudo traz ainda algumas desafiantes conclusões, como a de que a teologia católica foi incapaz de congeminar uma solução para resolver o problema de encontrar para a alma dos recém-nascidos mortos sem baptismo um lugar adequado no Além (p. 339). Apesar de algumas das propostas interpretativas carecerem de fundamentação mais sólida. Por exemplo, p. 44 diz-se que “é indiscutível que as mulheres acusadas por bruxaria eram, em sua maioria, parteiras”, quando não há estudos que estatisticamente o comprovem. Mas as críticas são pontuais. Estranha-se que ao referir a brandura que caracterizou as inquisições espanhola e romana relativamente à repressão da bruxaria não se tenha referido a mais branda de todas elas nesta matéria: a portuguesa (p. 47). Nem sempre se entende a justificação de algumas incursões, que talvez excedam um pouco a necessidade de contextualização que a história reclamava. Por exemplo, o debate pós-tridentino, entre o catolicismo e o protestantismo, a propósito do celibato sacerdotal não é imprescindível para perceber as posições do padre que manteve relações com Lucia. Por vezes, deslumbrado pela torrente do pensamento de certos autores, Prospero esquece-se de indicar a fonte exacta onde o colheu (na p. 251 relativamente a uma afirmação de Wittgenstein, ou a p. 258-259 a propósito de Spinoza). O problema maior, mas de impossível solução tal como a obra foi pensada, é o da não compartimentação mais clara do conhecimento aqui revelado. Esta não é obra para principiantes e ao revisitá-la para reencontrar uma informação específica, exigir-se-á ao leitor grande memória ou a realização de uma cuidadosa e pessoal cartografia dos temas abordados.

Paradoxalmente, apesar da genialidade do livro, constata-se, no final da leitura que, objectivamente, o historiador, pode saber menos da vida de Lucia do que sobre o dia que antecedeu a sua morte e o momento da sua execução. Esse momento, onde também ficou clara a profunda distância entre o estado de necessidade que a levou a cometer o infanticídio e a resignação e piedade com que disse “Jesus” antes de morrer. Mesmo que

essa palavra fosse o resultado de uma “teatralidade obrigatória” que exigia comportamentos apropriados, preparados pela “arte dos consoladores da morte dos condenados”. Mesmo que as “frases do protagonista lhe fossem sopradas previamente” (p. 400). Pois, por paradoxal que isso possa parecer aos olhos da cultura sobre a morte hoje dominante nas sociedades ocidentais, ao morrer assim, Lucia redimia-se. Morria para se salvar e purificar a comunidade, tal como sucedera com a morte do seu Cristo. Lucia “dava de novo a alma”, tal como no princípio da vida a dera pelo baptismo (p. 401). E assim se fechava um ciclo aproveitado pelo autor, na morte/no fim, para voltar ao princípio da história, para voltar ao princípio do livro e para colocar o leitor perante a mais axial de todas as questões: dar a alma. Um dos livros de História que até hoje mais me fascinou e com o qual aprendi tanto da vida. É que também eu, de novo neste livro, fui um dos estudantes de Adriano Prosperi.

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC

lejpaiva@fl.uc.pt

PELLEGRINO, B. (dir.) – *Ordini religiosi, santi e culti tra Europa, Mediterraneo e Nuovo Mondo (secoli XV-XVII)*. Galatina (LE): Congedo, 2009, 2 vols., 786 p.

Qual foi o papel das ordens religiosas na promoção dos santos e das devoções entre o Velho e Novo Mundo? É possível analisar comparativamente a contribuição da hagiografia no processo de construção das identidades sociais, políticas e culturais entre o medievo e a modernidade? Quem foram os intermediários privilegiados para responder espiritual e materialmente aos desafios colocados pela repentina irrupção de uma parte ignota e numerosa da humanidade, que durante séculos vivera para além das fronteiras conhecidas da Igreja? Quais eram as estratégias e práticas adequadas para conquistar espiritualmente indivíduos e comunidades tão diferentes entre si nos planos geográfico, cultural, religioso e até no plano jurídico? E quais foram as linguagens político-culturais que se propagaram da Europa mediterrânica até

ao Atlântico e ao Pacífico transformando-se, hibridizando-se e inovando-se em contacto com as novas terras de missões, marcando de modo inconfundível as novas fronteiras da fé? Eis cinco perguntas chave para introduzir as actas do V congresso internacional AISSCA (Associazione Italiana per lo Studio dei Santi, dei Culti e dell’Agiografia), realizado em Lecce, entre 3 e 6 de Maio de 2003, e que deu origem ao livro que aqui se apresenta, composto por 30 intervenções de especialistas de distintas nacionalidades, além das introduções de Bruno Pellegrino (presidente da “Associazione per la storia sociale del Mezzogiorno e dell’area mediterranea”), de Sofia Boesch Gajano (presidente da AISSCA), de um *Prefacio* de Gabriella Zarri e um *Posfácio* de Raimondo Michetti.

A ideia básica para a S. Boesch Gajano foi investigar a santidade interna das ordens religiosas, as experiências religiosas dos santos fundadores e as persistências e inovações dos santos antigos, em função da construção das diversas identidades espirituais e institucionais. Na obra, composta por cinco grandes percursos temáticos e espaciais, uma atenção particular foi dada às pesquisas sobre a Itália do Sul e insular (Sicília essencialmente), ao papel das ordens regulares na promoção dos cultos e na criação do sagrado, tanto nas grandes capitais, como Nápoles, quanto nos centros de mais reduzida dimensão urbana, sem esquecer o impacto nas áreas rurais das “índias interiores”. Entre o primeiro e o segundo tomo, com efeito, o quarto percurso reúne 14 contributos consagrados ao matizado contexto do *Mezzogiorno* italiano, metade dos quais é dedicada a uma única província deste espaço, então sob dominação da monarquia espanhola. Aberto pelas indicações metodológicas de Elisa Novi Chavarría, que analisa alguns casos de santidade feminina napolitana entre os séculos XVI e XVII, o itinerário prossegue com Giulio Sodano, que indaga o modo através do qual os jesuítas e outras ordens regulares procuraram inserir no universo devocional dos fiéis os novos campeões da santidade, numa corte de santos caracterizados pela forte “territorialidade”. Idêntica atenção à territorialização encontra-se no contributo de Marcella Campanelli, que quantifica a difusão dos cultos através da titulação das igrejas anexas aos complexos monásticos, sobre os quais predomina a mariana, nas suas distintas denominações miracolísticas ou geotoponómicas. A província do extremo sul oriental do vice-reino de Nápoles, Terra de Otranto, constituiu um observatório privilegiado para o

estudo de Francesco Gaudio, sobre as formas devocionais encontradas nos actos notariais relativos a testamentos de Lecce, centro político-cultural desta região, e para as pesquisas de enfoque histórico, literário e iconográfico de Katiusia Di Rocco, Alessandro Valenti, Gino Pisanó e Lucio Galante. Também São José da Copertino (1603-1663), conventual originário da pequena comunidade da Apúlia meridional, que fora processado pela Inquisição romana por fingida santidade e depois canonizado (1767), está representado pela consistente bibliografia recolhida por Dino Levante e pelo estudo de Mario Spedicato. Baseando-se nos processos periféricos constituídos na cúria da Puglia (na diocese de Nardò) depois da morte do frade e necessários para desencadear a canonização, Spedicato não se focaliza na análise das *virtutes ad admirandum* como êxtases e levitações, mas antes nas heróicas qualidades do franciscano, cuja peculiaridade só pode ser lida e percebida no contexto geográfico, social e antropológico da realidade em que se integrava. Em linhas relativamente convergentes Angelo Sindoni ocupa-se dos santos padroeiros, símbolos identitários de várias comunidades sicilianas, Giuseppe Maria Viscardi consagra o seu percurso ao santo teatino originário da Basilicata, André Avellino (1521-1608), e Lina Scalisi examina as ambições territoriais do pequeno centro siciliano de Corleone, através das estratégias activadas para afirmar um modelo de santidade franciscana. Adoptando este traçado, os distintos autores apropriam-se das observações de Giuseppe Galasso em páginas ainda estimulantes para todos quantos se ocupam da "A Outra Europa" [*L'altra Europa. Per un'antropologia storica del Mezzogiorno d'Italia*. Milano: Mondadori, 1982; existe versão portuguesa publicada pela Bertrand em 1987]. Esta área, onde as funções taumaturgicas são um dos aspectos da santidade melhor entendidos pelas populações autóctones como também sublinhou Maria Antonietta Rinaldi no seu estudo sobre os panegíricos dos capuchinhos, é muito bem evidenciada em confronto quer com a Itália do Norte, através do estudo de Adelisa Malena sobre a heresia quietista, quer com outras regiões europeias católicas antes da chegada da Reforma, através dos textos de Dominique de Courcelles, dedicado aos novos santos em Espanha, de Bernard Dompnier sobre as confrarias na França do século XVII, e de Heinrich Dormeier, projectado na difusão do santo padroeiro contra a nova epidemia da sífilis nas áreas aquém dos Alpes. No entanto, como notou G. Zarri, não se destrói o intento

do projecto de identificar influências culturais e formas de organização sociais que se propagam desde a Europa mediterrânea e atlântica até os mundos ultramarinos.

Efectivamente, este fio condutor evidencia-se desde o primeiro bloco, aberto pelo estudo de R. Michetti dedicado às recolhas hagiográficas. Inserido nas grandes transformações religiosas e nas mudanças político-culturais do séculos XV-XVI, favorecido pela difusão da *ars artificialiter scribendi*, este afortunado género literário, se estudado sincronicamente, pode fazer compreender o papel das velhas e novas ordens empenhadas na construção, fortalecimento e invenção de uma fisionomia religiosa específica, através da exaltação dos santos próprios da ordem, em competição com as fórmulas hagiográficas propostas por outras famílias de religiosos. Um desafio entre ordens que, no exame de Robert Godding, se transforma numa avaliação numérica centralizada sobre uma excelente recolha, isto é, a *Bibliotheca Sanctorum*, monumental obra iniciada em 1643 por Jean Bolland. Uma numeração minuciosa das páginas e das tábuas de aparato, que se convertem num singular instrumento de medida das desigualdades e das discriminações na escrita sobre os santos. No percurso de Francesca Cantú também é visível uma multidão de religiosos: a Igreja dos frades (*Iglesia de los frailes*) é a protagonista do processo de aparição e de arreigamento dos santos cristãos nas sociedades do Novo Mundo. Evangelizadores e missionários das primeiras gerações, como franciscanos (chegados no fim do século XV), dominicanos, agostinianos, mercedários e por fim jesuítas (1568), todos transplantaram e veicularam crenças e cultos, segundo formas diversas, de modo não linear, nem unidireccional. Por isso, juntamente com “a galáxia das línguas” (retomando o título do trabalho de Maria Leonor Buescu), também uma fileira de santos da tradição cristã chegaram aos territórios do Novo Mundo. Entre eles o apóstolo São Tiago (a tradicional designação *Matamoros* transformou-se em *Mataíndios* nos territórios ultramarinos) assimilado ao deus raio dos índios Yllapa, primeiro colonizador do imaginário indígena; São Tomás/Quetzacoatl, deus serpente e civilizador dos índios; e outros adaptados aos quatros elementos naturais. Ao contrário, Santa Rosa de Lima (Isabel Flores de Oliva (1586-1617)) foi a primeira santa autóctone da América, reivindicada sobretudo pelos dominicanos e franciscanos que tentaram monopolizar o seu culto. Por seu lado, também

a monarquia hispânica, aproveitando o direito de padroado (concedido a partir do 1508), agudizou os conflitos jurisdicionais entre autoridades locais, como era o caso do clero regular e dos bispos, os quais eram, por sua vez, legitimados por poderes concorrentes, ainda que complementares: a coroa e o papado.

No fundo, F. Cantù antecipou aqui alguns aspectos tratados com mais profundidade em pesquisas posteriores [Ead. *La conquista spirituale. Studi sull'evangelizzazione del Nuovo Mondo*, Roma, Viella, 2007], nomeadamente a questão de saber se no culto dos santos praticado pelos ameríndios foi mascarada a sobrevivência das antigas crenças religiosas sob aparências cristãs ou então se foi representada uma forma da “colonização do imaginário” indígena através da introdução das crenças e dos ritos da religião. Do seu percurso de pesquisa resulta claro que a vinculação dos nativos do Novo Mundo à economia da santidade foi o resultado de diversas estratégias entre as quais a imposição do baptismo e por via dele dos nomes de santos sobre os referidos indígenas. Estes rituais e práticas sociais, por outro lado, também no Velho continente marcavam identidades individuais e colectivas por via de alterações e metamorfoses onomásticas, por vezes, na sequência de baptismos *per vim*, com consequências não indolores, retomando as propostas recentes de Adriano Prosperi [*Salvezza delle anime, disciplina dei corpi. Un seminario sulla storia del battesimo*, (Idem, a cura di), Pisa, Edizioni della Normale, 2006].

No percurso de afirmação social identitária e de incorporação nas comunidades, tal como na Europa católica, também na América a iconografia teve um papel decisivo, desvendando um discurso autóctone sobre a santidade, transmitido por pintores e escultores indígenas, como mostram os exemplos apresentados no contributo de F. Cantù e outros estudos que compõem o livro. O papel fulcral das imagens, favorecido no contexto tridentino da polémica anti-protestante, foi também sublinhado através das propostas metodológicas de Samuele Giombi, que se dedica a diversas formas e argumentos da predicação, e na análise de Bernadette Majorana, que focalizou o confronto, durante a primeira década do século XVIII, entre Lodovico António Muratori e Paolo Segneri junior no uso das imagens sacras como parte integrante da acção do predicador. Ponte entre a realidade do santo personagem e o público, tal como são os escritos e outros *media* que

favoreceram o conhecimento e a memória daquelas extraordinárias figuras com virtudes heróicas, também sobre este produto hagiográfico recaíram os olhos da Inquisição romana. A suprema Congregação, a partir da primeira metade do século XVII, interveio legislativamente para regulamentar novos cultos, bloqueando os mais “desagradáveis”. Nessa medida foi uma espécie de sismógrafo eficaz, segundo Miguel Gotor, para registrar as tensões entre a autoridade central que reconhece a santidade e as ordens que promovem o processo de canonização do santo na Época Moderna, cujo perfil, a partir da legislação de Urbano VIII, ficou assim definido: masculino, filho de pais católicos, sacerdote que decidiu vestir hábito religioso e que morreu em conceito de santidade perto dos seus fiéis. Enquadrado neste padrão também o caso de S. Benedito, “o Preto” – chamado assim pela cor da pele – siciliano e filho de pais africanos e escravos, não escapou deste modelo da “demografia celeste”. O padroeiro de Palermo, com efeito, muito bem conhecido no Brasil, é um santo pertencente à ordem franciscana. Aclamado santo logo depois da morte, em 1589, embora beatificado apenas em 1743 e canonizado sucessivamente em 1807, a enorme difusão do seu culto, especialmente entre os escravos, é testemunhada já em Lisboa no primeiro vinténio de Seiscentos, como também no Brasil, onde eram numerosas as confrarias que lhe eram dedicadas.

Considerações de cariz social, político, religioso e ainda étnicas encontram-se nos estudos do José Óscar Beozzo e de Giovanna Fiume. O primeiro, estendendo a pesquisa até ao século XXI, apresenta uma territorialização das devoções no Brasil, observando a toponímia das capelas e das paróquias cujo orago era S. Benedito, ou de outros espaços sacros e profanos onde o santo siciliano está colocado; G. Fiume analisa comparativamente a transmigração de S. Benedito para lugares distantes e diversos entre si como Palermo, Córdova, Madrid, Lisboa ou Recife. Em Pernambuco o seu culto enraizou-se através da actividade das confrarias que constituem um instrumento de integração nas sociedades locais, um meio de mobilidade social, assim como lugar físico e político de orgulho identitário, agrupando os escravos pretos e mulatos. Também a rede da capilar penetração franciscana no Sul da América constituiu um extraordinário sistema para propagandear a devoção do santo preto que, mais do que outros, encarnava um modelo de santidade centrado na humildade, obediência e amor entre raças. Finalmente, ao santo

fundador de Assis e às ordens promotoras do seu culto são dedicadas outras duas investigações esboçadas através de itinerários metodológicos não muito diversos. Sylvana Maria Brandão de Aguiar e Luiz Carlos Luz Marques ilustram a migração de São Francisco no Canidé e evidenciam o processo de inculturação na devoção ao santo que, vivendo as mesmas tribulações dos seus devotos, é mais representado como “São Francisco das Chagas” do que pelos estigmas. Por outro lado, centrado sobre a linguagem visível e sobre o uso da imagem no processo da evangelização franciscana, a análise de Isabel Cruz de Amenábar sublinha como o uso de um código expressivo menos restrito e rígido a respeito aos de outras ordens como os dominicanos, permite comunicar mensagens didácticas destinadas às conversões indígena e mestiça no vice-reino peruano, introduzindo elementos locais da paisagem, da fauna e da flora americana que veiculam profundos significados iconológicos.

De um extremo ao outro dos impérios coloniais ibéricos, movendo-se até ao Oriente, a análise de Maria Cristina Osswald evidencia a lenda do apóstolo S. Tomé no Malabar, cuja elaboração apresenta uma trama entre mitologia budista e hindu, embora os portugueses tenham sabido reformular as suas vantagens quando chegaram a Meliapor, em 1513, para justificar a sua política e a sua actividade missionária. Um dos indícios inequívocos desta forma de apropriação é a nova toponímia conferida à cidade, baptizada S. Tomé. Este centro, que custodiava os restos do santo mártir, tornou-se objecto de interesse pela coroa portuguesa, em particular dos reis D. Manuel I e D. João III, e foi utilizado em 1606 para legitimar a escolha da cidade como sede do novo bispado, depois do desmembramento de Cochim. Foram sobretudo os jesuítas, privilegiados pela coroa através da concessão da custódia do túmulo do mártir, que no Japão – mas também na Europa – difundiram o culto do S. Tomé apóstolo, aproveitando a relação privilegiada estabelecida com as autoridades locais e o sapiente uso do tráfico das inexauríveis relíquias do santo mártir. Os mesmos jesuítas são os protagonistas da investigação de Paolo Broggio que se centra sobre a pastoral missionária que desenvolveram na Espanha e no Perú do século XVII, e sobre a impossibilidade de falar em termos estritos de uma dialéctica entre centro e periferia, pela qual o centro europeu teria imposto directivas e estratégias sobre os territórios americanos periféricos. O mais correcto seria pensar num policentrismo na transmissão dos paradigmas da evangelização

e das práticas devocionais. A ordem inaciana difundiu as devoções ligadas à figura de Cristo e da Virgem, do Santíssimo Sacramento, de Santo Estêvão. Este último foi entendido como um intermediário nas cerimónias da reconciliação, devidas à necessidade do perdão cristão, num contexto dominado pela presença de instituições seculares que reivindicavam o exclusivo monopólio do exercício da justiça. Em competição com o papel dos curandeiros e dos xamans indígenas, também o recurso ao santo fundador da ordem, se tornou “o advogado das crianças para que não morram sem o baptismo”, foi favorecido pelos jesuítas, através de pequenas imagens em forma de medalha. Este patrocínio foi concretizado com a imposição do nome Inácio, escolhido ainda pelas mães como agradecimento da graça recebida. Desta maneira, combatendo o papel dos poderes religiosos locais, os missionários actuavam no complexo universo sociocultural indígena, nas ligações parentais e na desestruturação da linhagem.

Na conclusão desta viagem constituída por uma pluralidade de fontes escritas e figurativas de diversa tipologia e finalidade, bem como de complementares chaves metodológicas e historiográficas é inegável constatar o peso e a capacidade de acção das ordens religiosas, as quais tiveram um papel decisivo e uma ramificada presença na sociedade tanto do Novo como do Velho Mundo. Embora haja que considerar outros protagonistas e estruturas da Igreja, tais como os bispos e o clero secular, os poderes comunicativo e impositivo das ordens religiosas abateu-se sobre uma ampla área geográfica através de privilegiados e capilares instrumentos de enquadramento das populações. Expressões e modelos de referência das diversas famílias regulares, enquadradas por estratégias de controle das monarquias, também os santos e as honras a eles manifestadas fizeram parte dos delicados jogos activados para afirmar o cristianismo e um novo universo simbólico de crenças, ritos, relações e vinculações protectoras verticais e horizontais, de uma malha diversa de comportamentos e de relações. Estes poderes simbólicos, como recorda Pierre Bordieu, com tinham uma função simultaneamente estruturante e destruturante, e contribuíam para a reprodução de uma ordem social. Por isso, na tentativa de preservar a saúde das almas no corpo social, de enquadrar territorialmente e confessionalmente tanto os novos como os antigos contextos político-sociais, fixando-se nas categorias mentais profundas, também o acto de imposição de um nome de

santo, conferido às pessoas e lugares, possuía um significado determinante: definia, delimitava e marcava as diversas fronteiras da fé e os limites sociais, jurídicos, culturais e religiosos dos espaços de conquista.

Paola Nestola

Bolseira de Pós-Doutoramento da FCT, no Centro de História da Sociedade e da Cultura
paola.nestola@tin.it

CORRADINI, Pietro (dir.) – *Della entrata della Compagnia di Giesù e Christianità nella Cina*, com prefácio de Filippo Mignini e edição de Maddalena Del Gatto. Obra realizada pela Província de Macerata – Assessorato Beni e Attività Culturali com o contributo da Regione Marche – Assessorato da Cultura. Macerata: Quodlibet, 2000, 776 p.

No prefácio intitulado “Nel segno di Matteo Ricci”, Filippo Mignini trata do significado da vida do célebre padre jesuíta para a história das relações entre o Oriente e o Ocidente. O P. N. Trigault acrescentou cerca de 19 fólios aos 122 autógrafos do próprio Ricci, segundo a reconstrução de P. D’Elia. Foi preciso esperar três séculos, até 1911, para que o livro fosse publicado pelo P. P. Tacchi Venturi com o título *Commentarij della Cina*.

Sobre a vida e a obra de M. Ricci (o *Li Madou*), que viveu durante a dinastia chinesa Ming (1368-1644), escreve P. Corradini um texto em que aborda a importância que teve a Companhia de Jesus e Portugal nos contactos culturais, comerciais e outros com o mundo oriental. Fala do texto e das várias edições e desenvolve alguns temas de especial relevância: o alcance da obra de Ricci e a introdução da civilização europeia na China; Ricci e o conhecimento da China na Europa; Ricci perante a civilização chinesa; a visão ricciana do pensamento chinês; a sua atitude em confronto com as outras religiões; e salienta a inteligência e o tacto do ilustre filho de Macerata na aproximação que criou entre o cristianismo e as religiões da China; assim traduziu o nome de Deus por *Tianzhu* (“Senhor do Céu”, para os convertidos, *Shangdi* (“Senhor do Alto”) e *Tian* (“Céu”) para os não convertidos. As controvérsias foram subindo de tom até que Roma interveio. Queria saber-

-se o que Ricci pensava exactamente do confucionismo e exigia que ele negasse os cultos populares chineses que ele adaptou à tradição cristã. Viria depois a questão dos ritos que ensombrou a missão.

Com o Concílio Vaticano II a situação alterou-se: as outras religiões e culturas são hoje vistas de forma positiva e o diálogo tornou-se um instrumento obrigatório. O conceito de “inculturação” que Ricci intuiu e praticou é hoje reconhecido como fundamental. A própria Cúria de Macerata já iniciou o processo da sua beatificação. Na China a sua figura é bastante admirada: “o Sábio do Ocidente” é considerado como um precursor da modernização científica e cultural do país, as suas obras são traduzidas, os estudos sobre a sua pessoa prosseguem e o seu túmulo, que foi alvo dos excessos da Revolução Cultural, foi recuperada e actualmente é um muito visitado.

Os capítulos sobre a bibliografia ricciana incluem: produção literária, edições realizadas, miscelâneas e reportórios bibliográficos, biografia, publicações sobre a actividade missionária, monografias sobre alguns aspectos da sua obra, Ricci e as outras doutrinas e a arte ocidental na China. Vem a seguir uma secção de notas ao texto e várias ilustrações.

A obra contém cinco livros que, por sua vez, são divididos em capítulos, sendo alguns dos textos escritos em português. No livro I trata da razão de escrever esta história e da forma da sua elaboração; do nome, grandeza e localização da China; das coisas que a China produz; das artes mecânicas do país; das artes liberais, ciências e graus concedidos na China; do governo do país; das cortesias e de alguns ritos da China; da fisionomia, culto do corpo, vestuário e outros costumes da China; e fala ainda das várias seitas e de outros assuntos.

Acerca da China escreve: «Este último reino oriental chegou ao conhecimento dos nossos europeus sob vários nomes. O mais antigo que é do tempo de Ptolomeu é Sina (*Sinai* no seu *Almagesto*); no tempo de Tamorlano (Temur Leng ou Lenk (1336-1405), Temur o Zoppo, foi um chefe muçulmano do Turkestão, criador de um vasto império que compreendia a Pérsia, a Mesopotâmia a Índia e a Anatólia; morreu quando se preparava para conquistar a China («como depois se verá; tivemos notícia por Marco Polo com o nome de Cataio (Polo (1254-1324) que viveu na China de 1275 a 1292 chama-lhe Qitan ou Kitai, portanto Catai). Mas o mais célebre destes

tempos é o de China, divulgado pelos portugueses, que através de longas e perigosas viagens chegaram a Cantão...E é coisa digna de nota que todos esses nomes foram acrescentados da palavra Grande; costumam chamar-lhe “Magna Sina”, e Marco Polo designa-a por grande Cataio, e os espanhóis “a Grande China”, por onde se vê ser-lhe devida e conatural a sua magnitude e a grandeza do seu nome».

No livro II o autor aborda a entrada dos jesuítas no território, as tentativas de obter autorização de residência, a permanência em Sciaochino, o diálogo sobre a religião cristã, a deslocação do padre Ruggieri a Macau, a chegada de outros jesuítas, a ida de Ruggieri a Roma, o método de evangelização em Zhaoqing, etc.

O livro III elucida-nos, entre outros factos, acerca da residência de Sciaocioe, da decisão de Valignano de iniciar a missão em novos moldes, da visita do padre Sande, da morte do padre A. de Almeida, da ida de Ricci a Nanhium onde converteu vários chineses, da sua deslocação pela primeira vez à corte de Nanquim, da amizade estabelecida com os dois principais parentes do rei e do envio pelo P. Sande e do seu confrade João Soeiro àquela cidade.

No livro IV temos a ida de Ricci a Nanquim, a visita dos padres à corte de Pequim e do regresso a Nanquim, o início da docência de matemática feita por Ricci, os contactos com pessoas de Nanquim, que queriam avistar-se com Ricci, a disputa com um ministro dos ídolos, outra viagem a Pequim, os laços de amizade que criaram, a conversão do doutor Siu Paolo, entre outros temas.

No livro V fornece-nos notícias da chegada do Japão a Macau do P. Alexandre, do crédito alcançado pelas obras de Ricci, da concessão do grau de doutor em Letras em 1604 em Pequim ao doutor Siu Paolo, dos livros chineses sobre os missionários, da morte do padre A. Valignano, de perseguições várias, da expedição de Bento de Góis e da sua morte, bem como da de Ricci e do seu túmulo.

O nome de Coimbra vem referido duas vezes: a primeira a propósito do P. J. Soeiro que, tendo-se sentido mal de saúde, foi mandado para Macau em 1606 onde viria a falecer com 41 anos de idade. Como diz o texto (p. 536), era português, natural de Montemor-o-Velho, estudou em Coimbra e foi mandado para a Índia e Macau. Foi um exemplo de jesuíta e de missionário. A segunda vez é quando se fala da morte de Ricci fornecendo

o autor pormenores sobre a sua vida. Diz que ele se dirigiu a Portugal, tendo passado a maior parte do tempo em Coimbra, porque só nos meses de Março e Abril é que havia passagem para o Oriente e Ricci chegou em Junho.

Aparecem ao longo da obra referências a jesuítas célebres: Acquaviva, C. Clavio, N. Longobardo, P. Mendes, N. Trigault, M. Ruggieri e A. Valignano (1559-1606), nomeado visitador de todas as Índias Orientais. Em 1578, chegou a Macau e no ano seguinte, antes de partir para o Japão, estabeleceu as bases da criação da missão na China; com Michele Ruggieri iniciou uma política missionária inovadora, afirmando ser oportuno interromper a tradição segundo a qual os convertidos tinham de abandonar a sua língua e os seus costumes e adoptar modelos da vida europeia. Compreendeu em particular a necessidade de proceder a uma “sinização” dos missionários no que toca à China. Eles deviam estudar o idioma e a cultura chineses e aproximar-se aos usos e costumes da população. Para pôr em prática este projecto chamou Ricci que lhe deu todo o seu apoio. Mas a ordem não viu com bons olhos essa abertura e Valignano teve de deixar o cargo de visitador sendo nomeado provincial da Índia e dividindo a sua actividade pelo Japão, Macau e Goa. Apoiou totalmente a metodologia seguida por Ricci relativamente à forma como exercia o apostolado e à adopção dos hábitos literários, e aconselhando-o a chegar a Pequim, nomeando-o superior da missão chinesa em 1598 e aprovando o texto latino do *Catecismo* de Ricci.

Encontramos também alusões a judeus: Ai Tian, nascido por volta de 1545, que Ricci conheceu em Pequim a 1 de Julho de 1605, forneceu-lhe as primeiras notícias de comunidades cristãs na China. Ai Tian e os mercadores persas que chegavam a Pequim revelaram a presença de pessoas que mantinham no seu culto a veneração da Cruz.

E figuram muitos nomes de portugueses, chineses e outros quase: os jesuítas A. de Almeida, J. Barradas, F. Cabral, M. Carneiro (1515-1583) que foi nomeado bispo de Niceia em 1555 na perspectiva de obter o patriarcado da Abissínia. Chegado a Goa, foi nomeado bispo da cidade. Em 1566 foi enviado para a China e o Japão. Governou o bispado de Macau até 1581, ano em que chegou o primeiro prelado, Leonardo de Sá); outros padres mencionados são V. Carvalho, G. Coelho, M. Dias, G. Ferreira, Bento Góis (1562-1607) (a quem o visitador da Índia ordenou que fosse ao mítico Cataio, atravessando a Ásia Central; devia verificar se o Cataio de Marco Polo era

a China e Cambalu Pequim e também visitar as comunidades cristãs do centro da Ásia), L. Jorge, F. Martines, P. Mendes, N. Pimenta, P. Ribeiro, J. da Rocha (trabalhou intensamente em várias missões, baptizou em 1603 Xu Guangji em Nanquim e escreveu alguns textos sobre a religião cristã), J. Rodrigues, Duarte Sande (chegou a Goa em 1578 juntamente com Ricci e Ruggieri e foi o tradutor de uma das primeiras obras em latim impressas em Macau, o *De missione legatorum japonensium ad Romanam Curiam* de 1589), F. da Silva, M. da Silva, M. Soares, J. Soeiro, M. Teixeira, R. Vicente, G. Viegas e R. Viegas.

Como chineses convertidos temos, entre outros, J. Fernandes (Zhong Ming), S. Fernandes (Zhong Mingren), F. Martines (Huang Mingsha), P. Mendes (Qiu Liangou) e M. Pereira (You Wenhui).

Esta excelente obra, pelo seu conteúdo e pelas notas que inclui, constitui uma das melhores formas de homenagear Matteo Ricci, o grande cientista e missionário da China, no centenário da sua morte.

Manuel Augusto Rodrigues

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.

mrodrigues@ci.uc.pt

RICCI, Matteo – *Lettere (1580-1609)*, edição dirigida por Pietro Corradini, elaboração de Francesco D’Arelli e prefácio de Filippo Mignini com um estudo de Sérgio Bozzola. Opera realizzata dalla Provincia di Macerata – Assessorato Beni e Attività Culturali con il contributo della Regione Marche – Assessorato alla Cultura. Macerata: Quodlibet, 2001, 620 p.

As 54 cartas contidas no livro foram todas escritas do Oriente (Cochim, Goa, Macau, Zhaoqing, Cantão, Shaozhou, Nauchang, Nanquim e Pequim) entre 1580 e 1609. O texto das cartas que vem apresentado, salvo poucas variantes expressamente assinaladas, é extraído do vol. II das *Opere storiche del P. Matteo Ricci S. I.*, que foram publicadas pelo “Comitato per le onoranze nazionali” com próêmio, notas e tabelas do P. Pietro Tacchi Venturi S. I.,

Macerata. Stab. Tip. Giorgetti, 191-1913. Foi incluída a carta enviada a Ludovico Maselli, de 29 de Outubro de 1586, que foi descoberta e depois publicada por Pasquale D'Elia S. I. em *La Civiltà Cattolica*, 86, IV, 1935, p. 26-37. O leitor é convidado a consultar o aparato crítico e as anotações filológicas para aprofundar tais aspectos.

A todas as cartas foi acrescentado um comentário que pretende tornar o texto mais compreensível mesmo não especialista e contém as necessárias explicações relativamente a pessoas, lugares, usos, costumes e crenças dos chineses. As cartas que foram escritas quase todas em italiano, algumas em espanhol e oito em português, traduzidas para italiano nesta edição: para Coimbra, dirigida ao P. Manuel de Góis, mandada de Cochim a 18 de Janeiro de 1580; para Coimbra, ao P. Gian Pietro Maffei, de Cochim a 30 de Novembro de 1580; ao mesmo para Lisboa, de Goa a 1 de Dezembro de 1581; para Macau, a Giambattista Román, de Zhaoqing a 13 de Setembro de 1584; para pessoa desconhecida, da mesma terra a 30 de Setembro de 1586; para Macau ao P. Alessandro Valignano, de Shaozhou a 9 de Setembro de 1589; ao mesmo, da mesma cidade a 30 de Outubro de 1589; para Macau ao P. Duarte Sande, de Nanchang a 29 de Agosto de 1595.

Enquanto o texto editado por Tacchi Venturi apresenta em itálico os nomes de pessoas e localidades, a presente publicação só o faz quanto a vocábulos não italianos. O sistema de transliteração usado para as palavras chinesas é o oficial *pinyin* em que o valor fonético das letras é igual ao que elas têm em italiano havendo contudo algumas variantes.

Entre os destinatários das missivas contam-se os PP. Manuel de Góis, Martino de Fornari, Ludovico Maselli, Gian Pietro Maffei, Cláudio Acquaviva e Gian Pietro Maffei, Martino de Fornari, Claudio Acquaviva, Giambattista Román, Claudio Acquaviva, Cláudio Acquaviva, Ludovico Maselli e Giulio Fuligatti, Alessandro Valignano, Duarte de Sande, Girolamo Costa, Cristoforo Clavio, Nicolò Longobardo e João Álvares, havendo uma sem destinatário.

O título escolhido por Filippo Mignini para a introdução desta valiosa obra é "...a quei di diversa natione". Como escreve o autor: «Le Lettere ricciane, forse ancor più dei "commentari" (*Della entrata della Compagnia di Giesù e Christianità nella Cina*, por M. Del Gatto, Macerata, Quodlibet,

2000) sono un documento impressionante della pericolosa potenza inibitoria e aggressiva che la paura dello straniero sviluppa nei rapporti tra i popoli e le nazioni. Gran parte delle sofferenze, ansie e straordinarie fatiche spese da Ricci in quella che egli chiamava “impresa della Cina” fu consumata a stemperare e vincere quell’ancestrale e quasi irriducibile sentimento. Da diverse prospettive (culturale, religiosa, politica, psicologia, psicoanalitica) potrebbero esser tentate interpretazioni forse complementari di un fenómeno molto complesso, che, nel primo significativo incontro di due mondi fino ad allora reciprocamente ignorantisi, la Cina e l’Europa, assume un valore emblematico».

Como diz ainda Filippo Mignini, o epistolário ricciano oferece-nos como uma lente diferente, paralela aos “Comentários”, para observar e reconstruir não só a experiência de um homem fora do comum, como os chineses o pensavam, mas também as relações entre povos e civilizações que pela primeira vez entravam em comunicação cultural. Havia medo recíproco e impulsos contrários, comportamentos e afectos divergentes.

O medo que os chineses tinham em relação aos estrangeiros e isso verifica-se a cada passo falando das dificuldades da missão. Reconhece que se trata de um outro mundo comparável a uma rocha fechada de há muito, apesar das tentativas feitas para nele entrar.

Ricci escreve em 13 de Fevereiro de 1583: «I Cini (...) sino adesso hanno guardata la loro legge di non lasciare entrare nessun forestiero in sue terre. Adesso pare che il Signore vuol aprire glo occhi a questo regno tanto grande, e non sappiamo come questo *Tutano*, non obstante la legge, admite forestieri. Io, se non m’inganno, di qui a un mese andarò anco dentro dove lui (Ruggieri) sta e anderemo avanti in la lingua e lettere loro».

Como causas desse isolamento e oposição ao estrangeiro, Ricci aponta as seguintes: “reino diferentíssimo de todos os outros do mundo” relativamente aos de fora; sendo amplíssimo e riquíssimo em tudo não precisa de nada vindo de fora; como não têm grande força militar temem serem agredidos; e ainda porque se julgam a única civilização do mundo. E Ricci tem receio que de um momento para o outro seja expulso de lá.

Mas, por outro lado, tem consciência de que os chineses têm grande curiosidade em conhecer coisas que não possuem como a filosofia e a ciência do Ocidente.

Ricci, para vencer o seu medo, apoiou-se na ideia de que o amor de um Deus único, pai de todos os homens; no desejo de transmitir aos outros aquela que ele cria ser a verdade summa e revelada; na obediência inaciana que tinha abraçado; e, finalmente, no desejo do martírio.

Fala da recordação que tem dos companheiro do Colégio Romano esperando que também eles se lembrem de si.

Denuncia o preconceito de considerar os indianos de grau inferior.

Ricci não é um ingénuo admirador da China. Não há preconceitos. Os chineses relativizavam a vida e só pensavam nas coisas da terra sem qualquer interesse pela eternidade. Para ultrapassar o problema, foi encontrado um caminho: Valignano, Ricci e outros compreenderam que havia que proceder a um outro tipo de missão. Havia que aproveitar a base humana do povo chinês e fazer-se chinês. A mensagem cristã não é apresentada como superior e fundada em argumentos históricos, filosóficos, jurídicos e outros. A religião cristã é ensinada dentro dos limites das razões.

Para Filippo Mignini as Cartas podem ser consideradas um documento emblemático da fenomenologia do medo recíproco. Verifica-se nas cartas a existência do medo, da desconfiança dos chineses relativamente a tudo o que é estrangeiro. Ricci e os seus companheiros conseguiram obter a vitória sobre o medo, criando a amizade da China com a Europa, renunciando à ideia da supremacia dos hábitos europeus como sendo uma cultura superior.

O estudo de Sérgio Bozzola, “Esperienza e scrittura nell’epistolario di Matteo Ricci” proporciona ao leitor reflectir sobre certos aspectos das cartas. Começa por tratar de uma carta perdida, facto que tanto intrigou Matteo Ricci; aborda a seguir o tema das estruturas e modelos epistolares, o estilo falado e anti-retórico, e a língua portuguesa, dialecto e língua literária.

Há nas cartas de Ricci referências a Coimbra: na carta já referida a Manuel de Góis: «Depois foi levado ao collegio, que he huma machina como essa de Coimbra porque estaa acabado...»; também na carta a Gran Pietro Maffei igualmente mencionada antes: «Não sey onde esta achará a V. R.: onde quer que for, dee minhas encomendas a os meus amigos: se for em Coimbra, não se esqueça do p. Cipriano etc. Novas de mim são não me poder livrar desta gramática. O anno passado ly em Goa, e contra parecer de todos ly huma lição de grego...»; na carta para Roma a Fábio de Fabii,

de 12 de Novembro de 1592: «Ricordomi che piglai licentia di V. R., per venire a questa Indie, l'anno 1577 in Sancto Andrea; e prima arrivai a Portogallo in Coimbra, dove mi tenni tutto quell'anno e doi mesi de l'anno seguente studiando teologia». Partira de Roma, via Génova, a 18 de Maio, e chegou a Coimbra entre Junho-Julho de 1577.

Ao longo das cartas encontramos frequentes alusões a personagens célebres da Companhia de Jesus e não só, como Cláudio Acquavia, Cristoforo Clavio, Sabatino de Ursis, Michele Ruggieri e Alessandro Valignano; entre os portugueses, lembramos António de Almeida, Domingos Álvares, João Álvares, João Barradas, Valentim Carvalho, Manuel Dias, André Fernandes, Domingos Fernandes, Gaspar Fernandes, João Fernandes, Jorge Fernandes, Sebastião Fernandes, Jorge Ferreira, Bento de Góis, António Leitão, Francisco Lopes, Francisco Martins, Gil da Mata, Domingos Mendes, Pascoal Mendes, João Mesquita, Simão Pais, Manuel Pereira, Nicolau Pimenta, Pedro Ribeiro, João da Rocha, Jerónimo Rodrigues, Duarte Sande, Feliciano da Silva, João Soeiro, Cípriano Suares, Gonçalo da Silva (ou Silveira), Manuel Teixeira, Manuel de Veja, Rui Vicente e Gaspar Viegas; entre os judeus convertidos, temos, por exemplo, Ai Tian, um tal José e Li Zhizao (Leone); são muitos os nomes de autoridades da China que se nos deparam e de amigos chineses de Ricci referidos nas cartas:

São muitas as informações de índole histórica, geográfica, económica, linguística, científica, etnográfica e religiosa que encontramos neste precioso manancial epistolográfico. Na carta a Manuel de Góis fala da existência de uma comunidade cristã antiga de S. Tomé perto de Cochim, a qual parece ter sido criada por esse apóstolo.

A obra conclui um apêndice que é uma carta dirigida de Pequim a 12 de Novembro de 1607 ao P. Gaspar Fernandes S. I., provincial da Índia; com notas da cronologia ricciana, um elenco de caracteres chineses, um glossário dos nomes de pessoas e dos vocábulos mais importantes e um índice analítico.

Manuel Augusto Rodrigues

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.

mrodrigues@ci.uc.pt

RUGGIERI, Michele (1543-1607) e RICCI, Matteo (1552-1610) –
***Dicionário Português-Chinês*, ed. John W. Witek, S. J. Lisboa:**
Biblioteca Nacional, 2001, 535 p.

A introdução que é de J. W. Witek figura também em inglês e em chinês e é parte de um estudo apresentado na Associação de História da China de Hong-Kong, no seu encontro anual, nos dias 3 e 4 de Maio de 1996. O autor começa com uma citação de P. Wagstaff: «Um dicionário é um espelho que arbitrariamente parou a imagem num determinado presente, reflectindo o caminho percorrido até esse momento». A missionação colocava problemas diversos de que se aperceberam S. Francisco Xavier e Alessandro Valignano; um deles era a diversidade de línguas da Ásia. Concluíram que se tornava imperioso aprendê-las para missionar.

O grande desejo dos jesuítas era penetrar na China, mas não tiveram logo êxito como informa M. N. Barreto (1519-1571). Valignano que na Índia se preocupou com a criação de tipografias nas línguas concani e tamil esteve às portas do Império do Dragão, mas não conseguiu entrar. Queria que a doutrina cristã chegasse ao conhecimento dos indígenas nas suas línguas que eram as do Japão, das Molucas, das Ilhas dos Pescadores, de Salsete, de S. Tomé e de Bassaim.

Depois de ter constatado que os esforços para converter os chineses locais não eram bem sucedidos, tomou a decisão em Macau de enveredar por outros caminhos. Vira que não tinha sentido o facto de os portugueses obrigarem os conversos a adoptar nomes portugueses, vestirem-se à maneira portuguesa e seguir costumes portugueses. Intrigava-o também que, embora a Igreja estivesse às portas da China, nenhum missionário tivesse entrado e ali estabelecer uma base permanente. Um facto curioso ilustra bem o que se estava a passar: a 21 de Novembro de 1565 o P. F. Pérez acompanhou as autoridades portuguesas numa missão diplomática a Cantão. Explicou aos chineses que ensinava a religião de Deus, pediu autorização que lhe permitisse a ele e a outros levar a doutrina cristã ao povo e criar uma pequena residência estável em Cantão. As autoridades chinesas puseram-lhe algumas questões sobre o Cristianismo, deram-lhe uma peça de pano para usar como sinal de que era mestre e homem de Deus, e depois perguntaram-lhe se trouxera livros. Respondeu que apenas tinha o breviário e que tinha deixado

os outros em Macau. De repente, um dos funcionários perguntou-lhe se sabia a língua chinesa. Como respondesse negativamente, o funcionário disse que não era autorizado a deslocações dentro da China, já que necessitaria sempre de um intérprete. Mas, se soubesse a língua, não haveria qualquer problema (vid. H. Bernard, *Le Père Matthieu Ricci et la Société chinoise de son temps*, 2 vols., Tientsin, 1937, 1: 55-56; e P. D'Elia, *Fonti Ricciane*, 3 vols., Roma, 1942-1949, 1: 143, nota 1).

O primeiro passo fundamental era, pois, ter missionários a falarem, lerem e escreverem chinês. Foi então que Michele Ruggieri chegou a Macau tendo depois tido um papel determinante na nova orientação missionária. Na costa do Malabar aprendeu a língua local e depois Valignano recomendou-lhe que aprendesse o mandarim, “a mais universal das línguas”. Recorreu a um artista chinês que tinha bons conhecimentos de português para lhe ensinar o seu idioma. E pediu a Valignano que mandasse Ricci para Macau onde, devido aos atrasos da correspondência, só se veio a encontrar a 7 de Agosto de 1582. Ruggieri continuava a sua actividade e prosseguia na aprendizagem do chinês. Em Cantão foi muito bem recebido pelas autoridades locais. Ricci, desejoso de conhecer o idioma mandarim, esforçava-se com a ajuda de outros, em especial de Ruggieri, para o conseguir. E, a pouco e pouco, alcançou o seu desiderato. Pela leitura da documentação chegada até nós podemos acompanhar de perto o que significou a convicção de que conhecer o mandarim para o apostolado dos padres jesuítas era essencial.

O dicionário manuscrito encontra-se num volume encadernado, lendo-se numa tira de papel colada no interior da capa: «Este é o dicionário europeu-chinês feito por Ruggieri – Ricci e é o primeiro do género. A romanização italiana é, provavelmente, de Ricci e muitas vezes a escrita de Ruggieri. No início aparece o primeiro catecismo de 1583-1588 e algumas ideias sobre cosmografia. Obra de grande valor. Outubro 6, 1934. P. P. D'Elia S. J.». Foi este padre jesuíta que em 1934 trabalhando no *Archivum Romanum Societatis Iesu* encontrou o manuscrito que consiste em 189 fólios escritos em papel chinês e é precedido por várias notas linguísticas, religiosas e científicas escritas por Ruggieri ou Ricci. O mesmo D'Elia escreveu um pequeno artigo sobre este dicionário (“I primo dizionario Europeo-Cinese e la fonetizzazione Italiana del Cinese”, in *Atti del XIX Congresso Internazionale degli Orientalisti*, Roma, 1938, pp. 172-178.

Vem depois uma introdução histórico-linguística feita por Paul Fu – Mien Yang S. J. que começa por falar dos profundos conhecimentos que Ricci tinha do chinês (nas suas cartas refere-se ao seu estudo e aos progressos que ia fazendo, estabelecendo o ano de 1582 como o do início da aprendizagem e o de 1595 como o ano em que começou a dominar com perfeição aquele idioma escrito e falado. A sua memória era prodigiosa e muito o ajudava nessa difícil tarefa de penetrar nos segredos do idioma chinês. Numa carta a Acquaviva de 20 de Outubro de 1585 escreve: «Graças a Deus, tenho sido sempre saudável e já consigo falar com todos os chineses sem recorrer ao intérprete e ler de forma medíocre os seus livros» (in Tacchi-Venturi, *Opere Storiche* II: 60); noutra missiva, agora ao P. Girolamo Costa, de 12 de Outubro de 1594, diz: «Este ano decidi contratar um professor, algo que não fiz nos últimos sete ou oito anos porque estive ocupado noutras coisas. Queria ver se era capaz de compor alguma coisa em chinês e fui bem sucedido. Todos os dias, tenho duas aulas com o professor e escrevo alguma coisa sozinho. Sinto-me encorajado porque a partir de agora posso escrever um livro sobre a nossa fé de acordo com a razão natural. Depois de impresso, será distribuído por toda a China» (*Lettere*, p. 189). Muitos letrados chineses, incluindo o governador de Kiangsi, Lu Wan-kai', pediram a Ricci que lhes ensinasse a arte de memorizar. Grandes intelectuais chineses como Li Chih, Li Jih-hua e Hsieh Chão-che enaltecera antes e depois da morte do “Sábio do Ocidente”, Li-Mandou, as suas altas qualidades. Mesmo alguns anti-cristãos como Ying Hui-chi'en e Yu YUng-ho lhe reconheceram o extraordinário valor intelectual.

Outros temas versados por Paul Fu – Mien Yang são: a variedade do dialecto chinês de Ruggieri e Ricci, os estudos linguísticos e históricos e o sistema de romanização de Ricci, a descoberta e conteúdo do dicionário português-chinês Trata a seguir da organização do dicionário e dum possível dicionário chinês-português de Ricci, pois na sua *História* ao relatar a viagem de Pequim para Nanquim, no Inverno de 1598, acompanhado pelo Irmão Sebastião Fernandes e pelo P. Lazzaro Cattaneo, diz: «A viagem até Lincin (Linchi'ing) demorou um mês. Para evitar desperdiçar tempo durante o percurso, ao mais velhos da missão, com a ajuda do Irmão Sebastião, que sabe muito da língua da China, compilaram um belo dicionário (*fecero un bello vocabulario*) que, de acordo com as regras tratava de todas as

coisas relativas a esta língua pelo que a partir de agora todos poderiam aprender facilmente a língua. Dado que a língua é composta de palavras ou caracteres monossilábicos, será necessário escutar e repetir a pronúncia (tons) e aspiração sempre que tal ocorrer em cada palavra; com este tipo de pronúncia, distinguem e compreendem muitos caracteres e palavras sem o que parecem ser iguais. Isto é o que torna a sua língua mais difícil de aprender. Para distinguir bem as palavras que são aspiradas, inventaram cinco tipos diferentes de acentos. Foi grande a ajuda do P. Cattaneo neste capítulo devido aos seus conhecimentos musicais. Observava e distinguia os tons muito bem. Assim, decidiram utilizar cinco sinais de acento e um sinal de aspiração, fazendo uso destes sinais ao escrever o som de um carácter juntamente com as nossas letras romanas. Escreviam tudo desta forma para que houvesse uniformidade. O Padre M. Ricci mandou que a partir daquela altura todos os missionários jesuítas observassem aquelas regras, não permitindo que escrevessem como entendiam. Se assim não fosse a confusão seria muita. Desta forma, pode comunicar-se através deste dicionário. Outros que venham a compilar mais tarde serão compreendidos por todos e, da mesma forma, uns podem ajudar aos outros com os seus textos e notas cujo resultado último será sempre em benefício desta ciência» (FR II: 32-33). De interesse se reveste ainda o que escreve acerca de outros aspectos como o sistema de romanização segundo Ruggieri e o sistema fonético do dialecto mandarino da dinastia Ming.

Como conclusão, Paul Fu – Mien Yang escreve: «O *Dicionário de Português-Chinês* de Ruggieri e Ricci é uma fonte muito rica para o estudo do dialecto mandarino da dinastia Ming». Foi provavelmente o primeiro dicionário bilingue europeu-chinês (mandarim) compilado pelos missionários para aprenderem chinês falado, ou seja, o dialecto mandarino da dinastia Ming. Outras conclusões reportam-se à romanização do texto, aos dados fonológicos e lexicais incluídos no dicionário e à origem dos professores de Ricci que seriam de Cantão ou Fukien

De referir ainda a bibliografia desta obra notável na qual vem apresentada uma lista de obras de índole linguística e histórica de autores chineses e outros. Destacamos alguns: D. Bartolo, J. Deherg, P. D'Elia, A. Gouveia, A. Kircher (*China illustrata*), M. Martini, L. Pfister, M. Ricci, M. Ruggieri, P. Tacchi-Venturi, J. Wicki, etc.

Trata-se de uma excelente obra de que muito poderão beneficiar os estudiosos nas suas pesquisas relativamente ao idioma que Ricci e os seus companheiros aprenderam e usaram para comunicar.

Manuel Augusto Rodrigues

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.

mrodrigues@ci.uc.pt

RICCI, Matteo – *Dell'Amicizia*, por Filippo Mignini, 1.^a ed., Macerata: Quodlibet, 2005; 2.^a ed., 2010, 216 p.

A Mignini, bom conhecedor de M. Ricci, deve-se a feliz ideia de dar à estampa este famoso tratado do grande padre jesuíta no âmbito do centenário da sua morte. O livro, impresso em chinês no ano de 1595, na cidade de Nanchang, com o título *Jiaoyou lun*, teve várias edições e foi incluído na grande enciclopédia chinesa *Gujin tushu jicheng* em 1726. Os diversos estudos sobre este tratado em chinês e noutras línguas revelam a importância de que se reveste.

A reconstrução da actividade de Ricci na China baseia-se fundamentalmente nas suas obras: *Della entrata della Compagnia di Giesù e Christianità nella Cina*, sob a direcção de P. Corradini, elaborada por M. Del Gatto, com prefácio de F. Mignini, Macerata, 2000; *Lettere (1580-1609)*, direcção de P. Corradini, realizada por F. D'Arelli, prefácio de F. Mignini, com um estudo de S. Bozzola, Macerata, 2001. Mas convém ter presente *Fonti Ricciane: documenti originali concernenti Matteo Ricci e la storia delle prime relazioni tra l'Europa e la Cina (1579-1615)*, edição e comentário do P. D'Elia, sob o patrocínio da Real Academia de Itália (Edição nacional das obras publicadas e inéditas de Matteo Ricci), 3 vols., Roma, 1942-1949 (I. *Storia dell'introduzione del Cristianesimo in Cina: da Macerata a Nanciam (1582-1597)*, libri 1-3; II. *Storia dell'introduzione del Cristianesimo in Cina: da Nanciam a Pechino (1597-1611)*, libri 4-5; III. *Appendici e indici*); e *Opere storiche del P. Matteo Ricci S. I.*, edição de do "Comitato per le onoranze nazionali", com prolegómenos, notas e tabelas

do P. Tacchi Venturi S. I., 2 vols., Macerata, 1911-1913 (I. *I Commentarij della Cina*, a partir do autógrafo de Matteo Ricci; II. *Le lettere dalla Cina, 1580-1610*, com apêndices de documentos inéditos).

Para compreender as circunstâncias da composição do *Tratado da Amizade*, a sua difusão e o acolhimento que teve, nada melhor do que recorrer ao próêmio e à conclusão do próprio trabalho e também às informações da obra histórica *Della entrata della Compagnia di Giesù...e das Lettere*.

No *Della entrata...*, Ricci diz que em Junho de 1595 chegou a Nachang e que aqui manteve relações de amizade com dois dignitários que tinham o título de rei embora sem terem reinos. Ricci fala de dois livros que, entre os outros dons oferecidos, agradaram particularmente ao rei de Jian, chamado Zhu Duojie. O primeiro era uma *Descrição de todo o mundo universal*, um atlas europeu com explicações em chinês elaboradas pelo próprio Ricci. «O outro foi um tratado *De amicitia*, no qual, fingindo que esse rei perguntou ao padre o que sentiam na Europa acerca da amizade com um modo de diálogo, e o padre lhe respondeu com tudo quanto pôde recolher dos nossos filósofos, santos e todos ao autores antigos e modernos; e fez uma obra que até agora causa admiração em todos este reino. Neste livro estava escrito com a nossa letra e na sua para tornar o livro mais vago; mas depois foi impresso só em letra chinesa...; e depois foi também impressa em Pequim, Cechiano, e noutras províncias e sempre com grande aplauso dos literatos».

Relativamente à questão das fontes e do método seguido, Ricci diz que recolheu «tudo quanto pôde» do tesouro da cultura ocidental, do património dos autores antigos e modernos, leigos e religiosos. Na *Carta 36* observa que por vezes adaptou o texto. Diz que compôs o trabalho apenas em alguns dias, “na solidão”, recolhendo tudo quanto tinha ouvido desde criança.

D’Elia diz que a fonte principal da qual extraiu três quartos das suas 100 sentenças a obra de André de Resende (Andreas Eborensis), *Sententiae et Exempla ex probatissimis quibusque scriptoribus collecta et per locos communes digesta per Andream Eborensem Lusitanum, et, ne oneroso volumine gravaretur lectos, totum opus in duos divisum est tomos, quorum alter Sententiae, alter Exempla refert, Parisiis, apud Nicolaum NiveLlium, 1590; no mesmo ano, também em Paris, saiu outra edição apud Stephanum Valletum, sub Bibliis Aureis e regione Collegii Rhemensis*. Mas já entre 1569 e 1590 houve pelo menos oito edições feitas em Coimbra, Veneza, Paris e

Leiden. Há ainda as de Veneza de 1593 e de 1621. Filippo Mignini apoia a tese de D'Elia segundo a qual teria sido André de Resende a sua fonte principal.

Mas há autores que chamam a atenção para o facto de muitas das sentenças fazerem parte do legado clássico que sobreviveu mesmo na memória das pessoas. Yong Lien-Dehergne em *Textes et Documents. Le Traité de l'Amitié de Matthieu Ricci*, p. 578, fala de uma carta de de H. Verhaeren, bibliotecário da biblioteca da Igreja do Norte (Beitang) de Pequim, que pertencia aos jesuítas, na qual havia sido recolhida a antiga biblioteca dos jesuítas, em que se refere a diversos livros antigos nos quais Ricci se teria podido inspirar: o *Adagiorum opus* de Erasmo, Basileia, 1526, e os *Apophtegmata*, Lião, 1548; o *Adagiorum opus* de P. Vergili, Basileia, 1550; a *Epitome sententiarum* de J. Stobaeus, Basileia, 1557 o *Volumen Sententiarum* de S. Bellengardus, Lião, 1559; os *Facietiarum exemplorumque libri VII* de L. Domizio Brusoni, Basileia, 1559; a *Morum philosophia Poética* de T. Zwinger, Basileia, 1575, a as suas *Sententiae*, Zurique, 1559; os *Apoftegmmi* de Plutarco, Veneza, 1566; as *Gravissimorum et praestantissimorum auctorum sententiae* de A. Jiannini, Florença, 1575; os *Adagia* de P. Manuzio, Florença, 1575, e Veneza, 1585. A estes podemos acrescentar *Ethicorum opus* de Aristóteles, Paris, 1517; os *Philosophica* de Cícero, Paris, 1573 (que incluem o *De amicitia*); os *Factorum et dictorum memorabilium libri novem* de Valerio Massimo, Veneza, 1565; os *Dicta preciosa sive loci communes ex omnibus fere doctoribus*, Veneza, 1566; as *Marci Tullii Ciceronis, Demostenis, Isocratis necnon aliorum veterum oratorum, phiolosophorum et poetarum sententiae insigniores*. Recomenda-se a consulta do *Catalogue de la Bibliothèque du Pe-t'ang (Beitang)*, tipografia dos Lazaristas, Pequim, 1949.

Entre os autores gregos citados domina Plutarco, seguido de Aristóteles e Diógenes Laércio; entre os latinos, sobressai Cícero, vindo depois Séneca e outros mais; dos cristãos, são principalmente Santo Agostinho e Santo Ambrósio. Pode dizer-se que é toda a sabedoria clássica ocidental que transparece nesta obra. Também o eco da literatura bíblica ressoa ao longo do livro.

Relativamente às fontes chinesas, em especial os clássicos confucianos, há que dizer que a pretensão de Ricci era mostrar o legado ocidental. Mas constatamos que existe também um fundo chinês nas sentenças, no estilo, no

modo e no gosto como “o mestre ocidental” apresenta a amizade na Europa. Por outro lado, verifica-se a semelhança entre as máximas orientais e as ocidentais. Ricci já tinha estudado os *Quatro Livros* e as *Cinco Doutrinas* e sabia de cor muitos pensamentos. No *O Invariável Meio*, um dos quatro livros de Confúcio, a relação da amizade é considerada um dos cinco deveres fundamentais sob o céu. Nos *Diálogos* recomenda-se a sinceridade entre os amigos e ensina-se que uma sólida amizade só se pode intuir através de homens semelhantes na virtude: «Não há amigos que não sejam semelhantes ao próprio». Ou: «Confúcio disse: “Considerai essenciais a lealdade e a sinceridade. Não estendais a amizade a quem não é semelhante a vós. Quando errais não temais corrigir-vos».

Os núcleos temáticos da amizade não são apresentados por ordem lógica. A sua essência consiste em sentir o amigo como um outro igual e o seu fim é a satisfação das necessidades e a mútua ajuda (espiritual e material), ou seja, a construção da sociedade. O benefício supremo da amizade é o aumento da alegria e do poder humano. O seu fundamento é a virtude, entendida como obediência à razão e amor da justiça. As suas propriedades são a sinceridade, a fidelidade, o desinteresse, a partilha e a defesa da amizade que é, em conclusão, o instrumento de comunicação entre a Europa e a China. Lembre-se que Ricci teve muitos amigos chineses que com os quais conviveu bastante.

O livro divide-se em quatro partes: a reprodução fotográfica da edição de Pequim de 1601 por ordem de Feng Yingiling que escreveu o prefácio acompanhado de nova tradução italiana anotada; a resposta de Ricci ao rei Chiengan Chienzai acerca da amizade com o autógrafo da *Amizade* em italiano, Nanchang de 1595-1599, texto este que foi preparado por Laura Nuvoloni; a resposta de Matteo Ricci dirigida ao rei Chiengan Chienzai acerca da amizade, traduzida do para italiano pelo mesmo Ricci (apógrafo da *Amizade* em italiano, sem data); e Xiyu Ligong Youlun Xu de Qu Taisu que é o prefácio à *Amizade* do “Senhor Ricci dos Grandes Países Ocidentais”, nova tradução anotada (não se conhecem exemplares da obra).

As notas às sentenças são um valioso contributo de F. Mignini. Fornece as fontes de que se serviu Ricci com a indicação dos autores e dos textos respectivos. Vejamos dois exemplos de André de Resende: nº 4 (5): «O filho deve suceder ao pai tanto no património hereditário como na

amizade» (*Filius sicut in substantia derelicta, ita in paterna amicitia succedere debet*); n.º 11 (12): «É consolador contemplar o rosto de uma pessoa que nos quer bem não só quando estamos aflitos, mas quer na boa quer na má sorte a amizade vem em nosso auxílio acrescentando alegria e felicidade às coisas boas e não menos retirando desapontamento e desconforto às que são más» (*Non afflictio tantum dulce est vultum intueri viri benevolentis, verum in utraque fortuna praesto est amicitia, non minus voluptatem et gratiam addens bonis quam malis molestiam adimens et desperationem*). Em ambos os casos encontramos um eco remoto destes pensamentos em Plutarco e em Aristóteles.

Este rico trabalho encerra com o índice das fontes referidas nas notas às sentenças, a bibliografia (obras de Ricci, edições das obras riccianas, estudos relativos à amizade e sobre Matteo Ricci), o elenco dos caracteres chineses e o índice dos nomes.

Manuel Augusto Rodrigues

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.
mrodrigues@ci.uc.pt

XAVIER, Ângela Barreto – *A Invenção de Goa, Poder Imperial e Conversões Culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008, 498 p.

O livro apresenta novos paradigmas sobre os conceitos de colonizador e colonizado e da territorialização do poder imperial. As interpretações propostas, assentes numa antropologia social, dão relevância às tensões provocadas entre o colonizador e o colonizado, à conjugação entre os poderes político e religioso, aos agentes laicos e eclesiásticos e à sua interação com as populações locais, aspectos que possibilitaram perpetuar o poder imperial durante os séculos XVI e XVII.

No primeiro capítulo é dado realce à política de disciplinamento. Surge um novo padrão da territorialização do império, valorizando-se um discurso de identidade nos novos territórios, aparecendo assim o modelo transposto do reino para o ultramar resultado da acção governativa de

D. João III. A evangelização e a missionação foram os meios utilizados, inventou-se uma nova rede paroquial e novas estruturas religiosas tanto no mundo urbano, como rural. A encabeçar este sistema estavam os jesuítas, os franciscanos, os dominicanos e o clero indiano, este último representado pelo micro estudo de António João Frias.

O segundo capítulo privilegia o modelo de conversão nos territórios do império. Para tal, a autora partiu da análise de documentos produzidos pelos franciscanos e jesuítas, de relatórios das visitas e das normas do Estado e da Igreja. Para além destas utilizou ainda pastorais episcopais, constituições sinodais e os decretos do 1º Concílio Provincial de Goa, de 1567. De cunho laico, surgiram as determinações da coroa e do vice-rei, do senado da Câmara, da Relação de Goa e da Mesa da Consciência e Ordens, sugerindo o papel da coroa na estratégia de evangelização. O conjunto de normas adoptadas teve como consequência a degradação económica dos grupos que se convertiam (queda na pobreza), social (privações de tipo relacional), cultural (razões étnico-culturais) e política (exclusão de ofícios tradicionais), mas também a doação de terras e rendas que regressavam às mãos indianas. O capítulo mostra a relevância dada a alguns protagonistas na conversão dos gentios, destacando o franciscano frei Fernando Vaqueiro, D. Duarte Nunes, dominicano, Miguel Vaz, que introduziu as visitas e a figura do “Pay dos christãos”. Frei Juan de Albuquerque, bispo franciscano que pediu o estabelecimento da Inquisição na Índia. Disciplinar o clero e os gentios levou à prática de dois modelos de evangelização já adoptados no reino para os muçulmanos e judeus, seguindo duas vias: uma mais suave e outra mais rigorosa. Juan Albuquerque adoptou a suave (favorecimento da populações locais que se quisessem converter), combinando-a com a dura (a punição) para persuadir à conversão. Publicou três pastorais direccionadas à destruição da idolatria, procurou a destruição da ordem religiosa local, a protecção por parte da Coroa dos convertidos e castigos para os brâmanes que afrontassem os novos cristãos. O *topos* erasmiano tornou clara a convicção de que o colonizador era superior ao colonizado, sendo aquele colonizador representado, em primeiro lugar, pela figura do clérigo regular, sob o signo do respeito no livre arbítrio de cada um. Outra figura destacada foi Alessandro Valignano, apóstolo das Índias, do grupo de Loyola, a quem a autora reconheceu o mérito de uma reforma mais estruturante que

a de Francisco Xavier, levando o leitor a concluir que as vias rigoristas se sobrepujaram às suaves, patentes na expulsão de brâmanes e na restrição do contacto entre cristãos e não cristãos. A “catequização pelo medo”, levada a cabo pela Inquisição, foi o culminar desta opção. No entanto, havia dissonância na recepção do modelo de evangelização visível, quer na oposição das elites portuguesas e indianas, quer na manifestada pelos governadores.

O terceiro capítulo centra-se na passagem da conversão normativa para a verdadeira conversão, a cultural e interior, ou seja, nas mudanças operadas através da cristianização educacional. Aqui Ângela Xavier partiu da análise do quadro institucional das ordens religiosas nas paróquias, assinalando duas posturas diferentes. Por um lado, os jesuítas em Salcete e, por outro, os franciscanos em Bardez e o caso de Tiswadi, primeiro na mão dos dominicanos, depois do clero secular, na sua maioria autóctone, estratégia da coroa e do arcebispado. Ao mesmo tempo que o reino orienta e dirige à distância o processo de cristianização, de Roma surgiu uma nova política com a fundação da Congregação *Propaganda Fide*, a partir de 1622, que pretendia desnacionalizar a actividade missionária. A conjugação entre a missão e a estrutura paroquial, entre o apostolado e a cura das almas, favoreceu a transição para uma verdadeira conversão cultural. A via seguida baseou-se na destruição total dos sinais das religiões autóctones e sua substituição pelos códigos cristãos. A paisagem sofreu alterações, o sino e as igrejas passaram a fazer parte do quotidiano. No final do capítulo, surge o micro estudo da aldeia de Sirula onde se revela o modelo de cristianização adoptado pelos franciscanos.

O quarto capítulo privilegia os modelos seguidos na conversão dos gentios: “Como implantar o cristianismo no fundo do coração e das mentes?”. A doutrinação das populações assentava na memorização e repetição, para o qual era necessário abrir escolas, via adoptada por franciscanos e jesuítas. Os primeiros orientavam-se pela via da sensibilidade, voltados para o coração. Os inicianos abraçaram a via intelectual e a conformação das paixões, com a possibilidade de o homem se transformar a si próprio, seguindo o segundo exercício de Loyola. As duas tipologias institucionais partiam da destruição dos templos locais, procurando reconstruir a paisagem externa ao mesmo tempo que se intervinha na paisagem da alma que permitiria uma cristianização autêntica. Constatou-se que a acção dos religiosos se baseou

em três dispositivos: pregação, confissão e comunhão, concretizando-se, por um lado, na criação de escolas para os órfãos e mais pequenos e, por outro, na doutrinação para os mais velhos. A confissão permitiria aferir as práticas das suas consciências e, assim, controlá-las e alterá-las. As obras de misericórdia e o maravilhoso cristão tiveram um papel determinante. A inserção de hospitais, confrarias, irmandades e outros dispositivos assistenciais revelaram que a caridade era um instrumento fundamental. A barreira da língua foi um obstáculo constante no processo da conversão e neste plano o papel dos jesuítas foi preponderante. Os franciscanos, ao insistirem no afecto, no papel do *exemplum*, no jogo das sensações, no registo da memória e no entendimento não requeriam, à partida, a aprendizagem da língua. A pregação era inspirada e revelada. A primeira publicação franciscana em língua canarina, o *Flos Sanctorum* de frei Amador de Santa Ana, surgiu 50 anos após os jesuítas iniciarem as suas traduções. Para estes, a pregação não só complementava a doutrinação pelo catecismo, como constituía uma forma de doutrina, a combinação entre o verbal, o visual e o auditivo, o conteúdo e a forma, a essência e a representação, como potenciava a sua capacidade conformadora, estimulando os crentes à disposição para a conversão, para a confissão, comunhão e um comportamento plenamente cristão; para tal utilizaram as cartilhas, catecismos, o *Sanctorum* e os Evangelhos. Outro aspecto assinalado foi a importância do exame de consciência, dispositivo político de grande alcance. O desconhecimento da língua colocava em causa a confissão. Mais uma vez, os jesuítas destacaram-se aqui. Foi também um factor de cristianização o carácter assistencial que a trilogia Igreja (incluindo as missões)/Coroa/Misericórdia fornecia às populações. Numa primeira abordagem, a conversão foi de ordem económica mas, a longo prazo, tornou-se um apanágio das elites. A figura paradigmática do *Pai dos cristãos*, sublinha o sistema de colonização paternalista. As políticas de entrosamento nem sempre eram unânimes; alguns religiosos defendiam a passagem de meninos gentios e cristãos-novos pelos colégios, enquanto outros, como o franciscano António Gomes, defendiam que na educação religiosa se deviam separar.

O quinto capítulo foca as resistências e as contemporizações operadas no processo de evangelização a partir de uma visão micro-histórica da ilha de Chorrão. O sistema de castas traduzia-se na divisão social do trabalho.

Uma hierarquia de divindades tornava complexa a religiosidade autóctone; os rituais e a experiência histórica (religiosa, social, outra) das famílias que residiam nas aldeias da ilha tanto podiam beneficiar, dificultar ou impedir o sucesso do projecto missionário. Organizar o espaço cristão pressupunha a contemporização. Uma das críticas frequentes aos jesuítas refere a facilidade com que aceitavam prestações pecuniárias em troca da contemporização com as práticas gentílicas. Os primeiros gentios convertidos foram os mais desfavorecidos que acabaram por aderir ao cristianismo por causa dos privilégios, eram designados “cristãos de arroz”. As elites locais perceberam que só manteriam o seu estatuto se pactuassem com os portugueses, por isso converteram-se adaptando as normas de casta aos requisitos da fé cristã, o que lhes permitiu manter uma posição privilegiada, e uma boa relação com o clero cristão. No combate à idolatria foi publicada legislação, tanto secular como eclesiástica. O processo evangelizador não foi uniforme: cada paróquia sob alçada do padre ou do clero regular era gerida de acordo com as suas ambições pessoais. Muitos dos convertidos continuavam fiéis às suas crenças e eram cristãos só exteriormente.

O sexto capítulo, parte da análise do caso de Cunculim, o qual se distingue de Chorão. Enquanto nesta última os mais desfavorecidos foram os primeiros a doutrinar-se, na primeira foram as elites locais. Este ponto de partida é importante para compreender as resistências e as revoltas. A primeira teve lugar em 1567 e culminou na destruição das residências e igrejas jesuítas. Para as comunidades locais os missionários e os oficiais portugueses surgiam como manifestações dos espíritos malignos, impuros e demoníacos e apenas o seu sacrifício às mãos das divindades locais podia exorcizar a influência negativa. Em Cunculim assiste-se a uma maior resistência ao cristianismo e a um maior número de pessoas que efectuaram actos de violência extrema, como o incêndio da Igreja de Nagoa e as decapitações dos missionários. A mutilação indiciou a ritualização do acto da morte do padre Berna, tanto mais que a corrupção do corpo do inimigo, antes da própria morte, era um acto de dominação. Apesar de a coroa intervir para castigar os malfetores estes continuavam a resistir. Por outro lado, a violência levou a um maior “jardim da cristandade”. De acordo com as fontes portuguesas, depois do martírio/revolta/sacrifício, cerca de 1500 indianos ter-se-iam convertido. Cunculim acabara por empobrecer e a sua população

permaneceu, na sua maioria, gentia. Bardez viveu os mesmos conflitos que Salcete (1561). A constante presença inimiga resultou numa maior resistência à dominação portuguesa. Os conflitos revelam que a maioria discordava da presença imperial portuguesa, preferindo a dominação de Bijapur. Quanto mais as povoações se distanciavam de Goa maiores eram as resistências. A fragilidade da dominação portuguesa levava muitas vezes a contemporar. Persistiu o binómio «colonizador»/«colonizado» e a relação estabelecida entre a «dominação cristã» e as «comunidades locais».

O sétimo capítulo reflecte sobre o modo como foi interiorizada a relação entre cristãos e não cristãos, avaliando o modo como os colonizadores se projectavam na comunidade portuguesa ao mesmo tempo que se “indianizavam” e como é que viam os colonizados. Alguns religiosos, nomeadamente franciscanos, defendiam a habilidade e o intelecto da gente da Índia, a sua capacidade para a missão e a vantagem em ter indianos como sacerdotes, por causa do conhecimento da língua e da cultura, e pela afeição natural que tinham às suas gentes. A família foi a primeira preocupação a par da reprodução biológica, depois o enraizamento económico. O baptismo (a *regeneratio*) passou a substituir o *ius sanguinis* (a *generatio*) enquanto principal critério de inclusão e exclusão na ordem imperial. Circulava o discurso que a Índia era um local idílico e os seus efeitos seriam negativos sobre a natureza psicológica e física dos seus habitantes, degenerando-os. Esta ideia, segundo A. Valignano, obrigava os religiosos ocidentais a ser muito disciplinados e virtuosos. Miguel da Purificação, franciscano, defendia que os filhos do Oriente não deviam ser excluídos. O objectivo imediato do seu tratado era justificar o acesso a cargos pelos portugueses nascidos na Índia. A diferença entre bem nascido e mal nascido gerava uma hierarquia: mais do que apoiar um ou outro grupo social, a coroa parecia estar interessada em reorganizar equilíbrios políticos favoráveis à ampliação do seu próprio poder. Dois religiosos nativos viriam a retratar as elites indianas na tentativa de inclusão: António João Frias com a obra *Aureola dos Índios* e Leonardo Paes, *Promptuario de diffinições indicas*, ambos com cargos relevantes. Paes identificou os charodos como descendentes de reis. Frias preocupou-se em rebater a primazia bramânica remontando a origem história dos brâmanes ao rei Gaspar, um dos Reis Magos ligados ao cristianismo. Paes filiaria a paternidade dos charodos num momento mais distante. Era Indo, neto de

Saba, filho de Sem, um dos filhos de Noé, que tinham como origem os Rajás, no idioma goês Charodos. Simultaneamente, os dois religiosos procuravam demonstrar que o seu *status*, na altura da chegada dos portugueses, já era mais nobre do que o da maior parte dos portugueses. A ideia de *respublica christiana* e de *civitas dei* estimulou o conceito de «nação portuguesa» e, sobretudo, do conceito de «pátria». A par da nação portuguesa foram tematizadas, também a nação bramânica e a nação charodo e, por fim, a nação goesa, todas elas apresentando-se, contudo, como partes privilegiadas dessa pátria maior que era a portuguesa. Em síntese, foi a dimensão confessional do império português – a aliança entre política e religião – aquilo que potenciou, em primeiro lugar, a redefinição identitária das elites locais. Não foi a secularização, mas sim a confessionalização, a estimular essa nova imaginação da comunidade. Os resultados deste estudo inclinam-se para as leituras propostas por Peter van der Veer em *Conversions to Modernities*, de que a era colonial permitiu novas imaginações de comunidade, e que foi no domínio religioso que elas ocorreram em primeiro lugar.

Termino tomando uma ideia de Ângela Xavier: a “*Invenção de Goa*” é um livro com uma abordagem inovadora e aliciante, parte da análise micro-histórica assente nas fontes escolhidas, isto é, a partir de personagens históricas ligadas às missões, à Igreja e ao Estado “inventa” e “reinventa” num estudo antropológico as dinâmicas efectuadas ao longo do processo de evangelização e disciplina da sociedade goesa, reinterpretando e interpretando novos conceitos de colónia, colonizadores e colonizados. Macro-histórica, contempla a história de longa duração, no sentido em que esteve subjacente, na “invenção” do imperialismo português, o modelo imperial romano reflectido na territorialidade, colonização (linguística, religiosa, jurídica) e ainda no urbanismo e nas comunicações.

A importância da escrita na evangelização acabaria por espelhar dois tipos de cristianização: os mais desfavorecidos não interiorizaram o carácter totalizante do mistério cristão, acumulando-o, com frequência, às devoções locais. Contrariamente e, sobretudo, quando a conversão das elites se tornou prioritária, os grupos dominantes cristianizaram-se “com muita ocidentalização”. É ainda de realçar o reconhecimento pela historiadora do papel assumido pelos franciscanos que, aliados em algumas conjunturas ao poder político, contribuíram para a “invenção” de Goa.

A partir da evangelização planeada pela Igreja e pela Coroa, a autora esclareceu “dialecticamente” e “dialogicamente” a identidade da nação portuguesa.

Ana Ruas Alves

Doutoranda na Universidade de Coimbra

anaruasalves@gmail.com

ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza – *Discurso, Disciplina e Resistências. As visitas Pastorais do Maranhão Setecentista*. São Luís: EDUFMA, 2008, 193 p.

Raimundo Araújo é doutorando na Universidade Federal do Maranhão e professor de História na Escola de Aplicação pertencente à mesma instituição. O livro que se apresenta é, em essência, a sua dissertação de mestrado.

Este estudo abre com dois lapsos no prefácio da autoria de Maria da Glória Correia: o título do livro aparece sob a forma que figura na versão policopiada da dissertação de mestrado; e a data conferida ao Concílio de Trento é *1545-1562*.

Comporta oito pequenos capítulos. O primeiro é inteiramente dedicado a questões metodológicas. Manifestamente imbuído de uma concepção platónica que vai beber a Koscic, segundo a qual o mundo é visto como uma aparência imediata e um reino de verdade, defende-se, aqui, que as fontes comportavam uma lógica discursiva aparente que importa desvendar.

O segundo capítulo, intitulado “augúrios da modernidade”, propõe-se ao estudo daquilo a que o autor imprecisamente designa de “genealogia da visita pastoral”. Entrando em consideração apenas com trabalhos clássicos, entende esse dispositivo como produto de uma Reforma surgida a partir de 1545 de forma abrupta, num contexto de defesa da tradição dogmática orientada para a “modificação da cultura popular”. Uma reflexão mais apurada permitiria ao autor um alargamento conceptual e um melhor enquadramento deste ponto através da percepção da existência de aspectos reformistas com uma permanência quinhentista, nascidos em ambiente de continuidade desde o final do século XV. Contendo inúmeros vectores de análise, nem sempre relacionáveis, o capítulo termina com a reprodução de

um esquema sobre as instâncias da Justiça Eclesiástica, publicado em 1985 por Graça Salgado. Mesa da Consciência e Ordens, Relação Metropolitana da Baía, Cabido Episcopal e Comarcas Eclesiásticas (arciprestados) são os órgãos aí inscritos. Trata-se de um esquema impreciso e lacunar.

No terceiro capítulo o autor procura descrever a estrutura de funcionamento das visitas pastorais através de dois argumentos anacrónicos entre si. Por um lado, enfatiza que as visitas pastorais brasileiras evidenciavam uma concepção elitista que advinha de uma estreita relação entre a Igreja e a Coroa porquanto utilizavam os “principais da terra” como testemunhas e o baixo clero, plebeus e escravos como acusados. Por outro lado, assevera que esse dispositivo era um instrumento ao dispor do bispo para a aplicação do normativo de Trento e um meio que dispunha para demonstrar que à Igreja cabia uma agenda religiosa acima de quaisquer interesses comerciais e políticos. Trata-se de um anacronismo ao jeito de Hoornaert, infelizmente aqui acolhido como fio condutor. Além do mais, para compreender a importância do mecanismo das visitas pastorais, e nisso este livro é profundamente deficitário, seria necessário colocá-lo numa perspectiva relacional, não apenas com a metrópole mas também com a restante Europa Católica.

O quarto capítulo desdobra-se numa sinopse crítica da bibliografia sobre a História Eclesiástica e Religiosa do bispado do Maranhão. Trata-se de um dos elementos seccionais que mais deslocado aparece neste livro. Seria mais pertinente incluir o “estado da arte” como capítulo inicial de contextualização e suporte para a enunciação da problemática tratada.

No quinto capítulo a análise centra-se naquilo a que o autor chama de “controle social microscopicamente manifesto.” Aqui, o argumento principal é o da permanência de uma religiosidade popular, que é possível apreender através do teor dos vários articulados do processo judicial. O consenso que as partes envolvidas no processo demonstram era, segundo o mesmo, mera manobra da Igreja para conseguir extinguir determinados comportamentos sociais.

O sexto capítulo aparece como reforço do argumento explanado no ponto anterior. Esqueceu-se o autor que tinha perante si documentação de um Tribunal que dispunha de um *corpus normativo* próprio com uma determinada linguagem jurídica. A acção do Juízo Eclesiástico não tinha como objectivo forjar uma retórica de uniformização de normas senão a

obtenção real e concreta da mesma. Acresce a tudo isto que as acusações não eram feitas exclusivamente pelos ministros eclesiásticos senão por todos os agentes sociais e os mecanismos de vigilância e disciplinamento social agiam sobre todas as franjas da sociedade. Ao contrário ainda do que o autor faz vincar, os acusados tinham oportunidade de defesa no Auditório Eclesiástico.

Raimundo Araújo sustenta, de seguida, que os visitantes abstraíram esses crimes do contexto social em que ocorriam, avaliando de pecaminosas certas condutas independentemente das suas determinações mais profundas, nomeadamente, entre outras, o facto de o concubinato advir da legislação matrimonial que dificultava o casamento aos mais pobres por implicar o pagamento de certas taxas. Aqui, o autor mais não faz do que julgar à luz das concepções actuais toda a estrutura do pensamento, e as concepções religiosas que presidiam à definição dos modelos de conduta garantes da ortodoxia. Na verdade, esses princípios não eram apanágio da “Igreja colonial” senão de toda a Igreja Católica, bem como não estavam omnipresentes apenas na acção dos tribunais eclesiásticos.

O sétimo capítulo comporta apenas nove páginas que se desdobram numa análise sociológica das testemunhas e acusados nos processos judiciais. O derradeiro capítulo é ainda mais reduzido pois cinge-se a duas páginas dedicadas às conclusões finais.

Em termos estruturais este livro tem vários problemas. A introdução e a conclusão aparecem como capítulos, os quais, na sua globalidade, são extremamente pequenos, não estão interligados e comportam um número de páginas desproporcional entre si. A bibliografia, além de desorganizada, denota fortes lacunas, sendo de referir que nenhum estudo português aparece citado. A secção relativa à citação de fontes documentais é uma verdadeira miscelânea porquanto incorpora vários estudos recentes. Os anexos sofrem de uma dispersão imperceptível, com dados que nada têm a ver com o assunto tratado ao longo do trabalho.

À má estruturação do livro junta-se uma panóplia de afirmações ambíguas, desprovidas de sentido, roçando o cariz de erro científico, sendo as mais gritantes, as seguintes: *“Entendo a visita pastoral como elemento integrante do complexo dispositivo de sexualidade que constitui componente de transição à consolidação de mecanismos específicos da sociedade*

burguesa [...]” (p.41); *“O absolutismo foi o regime político que caracterizou as monarquias durante a denominada Época Moderna, entre os séculos XVI e XVII”* (p.43); *“O visitador constituía parte do que se chamava alto clero, escalão superior da secção secular de clérigos”* (p.71).

Em termos metodológicos, o autor justifica a opção de análise das visitas pastorais e os processos a que deram origem no século XVIII, pelo facto de na centúria seguinte a Igreja perder jurisdição sobre grande parte das práticas sociais que com este livro se propôs a analisar. Sendo este o critério para o limite cronológico imposto ao trabalho não se percebe a não menção dos estudos que sustentam a evidência que apresenta. Também não se entende porque é que não é dada uma explicação plausível para o facto de se analisarem apenas os processos decorrentes das visitas pastorais.

O problema científico deste estudo não aparece formulado de forma concreta e convincente, pois surge filiado à enunciação da seguinte questão: “como abordar teoricamente um procedimento eclesiástico de controlo do comportamento cuja ocorrência data de meados do século XVIII?” Só chegando ao capítulo quarto se percebe que o objectivo é o de perceber se a documentação produzida pelos mecanismos de vigilância e disciplinamento social, permite evidenciar padrões de conduta uniformizados da população maranhense oitocentista. Influenciado pelas teses de Freire e Hoornaert, o grande argumento do livro é o de que a visita pastoral estava inserida num contexto mais largo da aplicação de uma técnica de poder que reflectia propósitos eminentemente políticos decorrentes de um controlo da Coroa sobre a Igreja. Neste quadro, as visitas pastorais eram um instrumento destinado a preservar um espírito de civilidade que perpetuava a rígida hierarquia social. Mas, as visitas pastorais que o autor estuda, provam essa subserviência da Igreja em relação às pretensões políticas da coroa? Denunciam uma atitude de vigia e disciplinamento da Igreja Maranhense apenas em relação a certas franjas da sociedade ou a toda a Cristandade?

Imbuído das noções foucaultianas de poder disciplinar e discurso, o autor sugere depois que os relatos oriundos de processos do Juízo Eclesiástico, em especial os de visita pastoral, estão marcados por condições de externalidade que inviabilizam a sua leitura como crónicas da vida colonial e, particularmente, das características da constituição familiar da época. Firma o argumento nos seguintes indicadores: existência de um vocabulário especializado na

instrução dos processos, oriundo de uma linguagem contra-reformista mais ampla; os autores dos processos não são os agentes sociais responsáveis pelos pretensos delitos, mas agentes especializados na tarefa de os retraduzir para a perspectiva jurídica como infracções às normas; a sociedade perseverava no crime; a instituição eclesiástica brasileira não está consolidada no século XVIII. Conclui ainda que o discurso homogéneo patente na repetição de termos e expressões representa os indivíduos envolvidos de forma lacónica e superficial, denominando de *nublagem* essa escassez (intencional). Defende, ainda, que a dominação discursiva não ocorria sem resistência, visível na permanência de comportamentos não tolerados.

Em duas frentes se desdobra, em suma, este estudo. Em primeiro lugar, as concepções Benthamianas e Foucaultianas da construção de uma modalidade disciplinar de interferência na vida social dos indivíduos por parte de instituições de natureza religiosa, política e comercial que culminariam numa sociedade panóptica do olhar vigilante a partir do início do século XIX, com mecanismos de controlo do comportamento já interiorizados que prescindiam de um forte aparato repressor. Em segundo lugar, o autor foca a sua análise na reincidência delictuosa como resistência a esse longo processo. Mas, partindo do pressuposto de que foi essa uma forma de resistência, como se explica que no século XVIII estivessem reunidas as condições para a consolidação de um sistema panóptico?

Tratam-se, parece-me, de argumentos de difícil sustentação com base em apenas onze processos. Não será – para utilizar uma expressão muito cara ao autor – o não reconhecimento de que estes processos são apenas uma pequena parte do todo e os indivíduos envolvidos uma fracção residual do universo populacional maranhense e o não recurso ao cruzamento com outras fontes, deste e outros dispositivos de vigilância e disciplinamento que actuaram no mundo moderno, uma forma de *nublagem*?

Ao vincular as actividades judiciais da Igreja à produção de “registos cartoriais”, o autor revela uma compreensão fortemente reduzida do Juízo Eclesiástico, bem visível no facto de em nenhum momento aparecer a designação de *Auditório* e o emprego de designações imprecisas tais como “promotores da Igreja”.

Muito embora não faça a apologia das “fontes subalternas” o estudo de Inácio Araújo parece possuir a mesma sustentação teórica dos “Subaltern

Studies”, na medida em que denota um cepticismo em relação às fontes escritas que, no caso deste estudo, parece-me, advém do facto de o autor as não ter afluado com as ferramentas teórico-metodológicas adequadas, tais como a enunciação de problemas pertinentes, a definição do método para tratá-los, o cruzamento entre fontes, a declaração de várias hipóteses de pesquisa e a reflexão em torno da bibliografia já existente.

Diga-se a terminar que este estudo tem, conjuntamente, uma agenda sociológica, antropológica e histórica. Aí reside, em suma, o seu logro analítico, pois em rigor, nem a nenhuma parece servir de forma efectiva, nem a nenhuma o autor parece querer filiar o seu trabalho. Sobretudo ao assumir que a reflexão encetada neste livro em grande parte se deve, note-se, aos azulejos setecentistas da igreja de Santa Ana: “tal como os azulejos pertencem a um molde determinado mas são diferentes entre si [...] as visitas pastorais denunciam um discurso tridentino que foi aplicado a uma sociedade que continuou, por resistência, heterogénea”. No fim, dado o cepticismo do autor em relação ao conteúdo das visitas pastorais, fica a ideia que o trabalho chegaria às mesmas conclusões tendo apenas como base a aludida azulejaria!

Jaime Ricardo Gouveia

Investigador do *Instituto Universitário Europeu – Florença. Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da FCT.*
jaime.teixeira@eui.eu

COELHO, Francisco José Senra – *D. Augusto Eduardo Nunes professor de Coimbra – arcebispo de Évora*. Lisboa: Paulus Editora, 2010, 920 p.

O livro com o título em epígrafe é da autoria de Francisco José Senra Coelho, professor de história da Igreja no Instituto Superior de Teologia de Évora e pároco na mesma cidade. Apresentou a sua tese doutoral em inglês na Phoenix International University, com o reconhecimento do British Council que agora publicou, simplificada, em português. Evocando-se este ano o centenário da República o estudo em apreço aparece no momento ideal.

A apreciação rigorosa e sem preconceitos do que foi o catolicismo em Portugal a partir do séc. XIX ainda está por fazer em todas as suas vertentes. São contributos como este que podem ajudar a desmontar esquemas pré-fabricados e sem qualquer base consistente. Por outro lado, podemos através das suas páginas entender melhor a formação teológica dos responsáveis eclesiásticos do período estudado. Da leitura de textos como este extraem-se muitas lições para o nosso tempo que urge aprofundar com toda a atenção.

A obra é dividida em três partes: síntese biográfica de D. Augusto Eduardo Nunes, o seu pensamento social e o papel que desempenhou na primeira República. Trata-se de um notável contributo para um melhor conhecimento da história da Igreja em Portugal. O apêndice documental inclui três secções: na galeria dos arcebispos, escritor de Coimbra (1876-1886) e os documentos colectivos do episcopado português. Termina o livro com um apêndice fotográfico. A bibliografia seleccionada é bastante completa.

D. Augusto nasceu a 31 de Março de 1849 e faleceu a 11 de Julho 1920. Matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra em 1874, tendo-se doutorado 19 de Dezembro de 1880. Foi lente substituto e depois catedrático daquela faculdade, leccionando ainda no Seminário diocesano. Este livro possibilita-nos acompanhar com clareza a história da Faculdade de Teologia nesse tempo, os seus mestres e as ideias professadas. Em 1884, foi nomeado arcebispo titular de Perga e coadjutor de Évora com direito de sucessão. Em 1890, com o falecimento do arcebispo Pereira Bilhano passou a titular. Foi uma época difícil a que viveu durante os trinta anos em que esteve à frente da arquidiocese na qual exerceu uma acção pastoral muito positiva.

Como salienta D. Manuel Clemente no prefácio: «Efectivamente, a época do biografado foi das mais cruciais e decisivas que o Catolicismo português atravessou». Depois da primeira fase das relações ente o Cristianismo e o Liberalismo que começa com as invasões francesas vem a segunda fase que é a do tempo de D. Augusto, marcada desde 1870 a 1910 pela divulgação de ideias novas em que pontificavam o positivismo e o cientismo. Como escreve ainda o bispo do Porto: «Como sabemos, de 5 de Outubro de 1910 a 20 de Abril de 1911 (Lei de Separação), o grupo determinante do novo regime concretizou este ideário da maneira mais radical e inaceitável para os que permaneciam católicos de consciência e acção e acreditavam que,

bem entendidas as coisas, o Cristianismo era e seria o maior factor da liberdade e da regeneração nacional».

O arcebispo de Évora impôs-se como reputado escritor, orador, teólogo e profeta do seu tempo. Durante a sua estada em Coimbra escreveu vários livros como “Indiferentismo, tolerância e liberdade de cultos”, “Necessidade das missões religiosas nas colónias portuguesas”, “A teologia e a ciência da natureza”, “O antropocentrismo”, “Socialismo e catolicismo”, “O liberalismo”, “O múnus social da Igreja Católica”. Pela simples enumeração destas publicações podemos aquilatar da abrangência temática de D. Augusto. Vale a pena ler e reflectir sobre os assuntos versados para compreender melhor a apologética do seu tempo. O problema das relações entre a fé e a ciência deu origem no séc. XIX a grandes debates suscitados pela interpretação do Génesis e pelo extraordinário progresso do saber. Os autores católicos nem sempre manifestaram a devida compreensão do binómio fé-razão. No trabalho “A teologia e a ciência da natureza” critica as interpretações dadas pelo lente de Filosofia, Francisco Correia Barata, acerca de vários pontos, nomeadamente relativos ao darwinismo. Correia Barata (1847-1950), natural de Loulé, leccionou entre outras as cadeiras de Zoologia, Química e, Mineralogia. Foi secretário da sua Faculdade e director do Gabinete de Química. Publicou vários artigos e livros, como *Da atomicidade. Estudo crítico das teorias químicas modernas* (1871), *As raças históricas da Península Ibérica* (1873) e *Origens Antropológicas da Europa* (s. d.). Foi um grande defensor das ideias de Comte e exerceu vários cargos fora da Universidade. De salientar que nos seus escritos o arcebispo de Évora mostra-se conhecedor da notáveis especialistas da filosofia e das ciências, citando e comentando Renan, Hettinger, Reusch, Rousseau, Flammarion, Rémusat etc.

Acerca da questão social escreve: «O catolicismo não se restringe ao santuário das consciências individuais, posto que seja este o alvo próximo e predilecto de seus benefícios: é uma religião eminentemente social, cuja vida exterior anda estreitamente travada à vida da sociedade, da qual é um dos alicerces. A catástrofe que demolir esta, há-de reflectir no outro a sua acção ruínosa, sem que, todavia o catolicismo, pereça, mercê da indefectibilidade divinamente assegurada...A despeito das interessadas negativas ou da afectada indiferença de alguns estadistas célebres, é incontestável a realidade

e gravidade da questão social moderna. Aos sinistros clarões dos incêndios ateados na capital da França, o Socialismo apareceu, em sua hedionda nudez, como uma entidade viva e ameaçadora; e o vapor do sangue que tem derramado, não conseguir obscurecer o vulto execrando». Os socialistas, escreve, pretendem destruir o direito individual de propriedade e tornar a colectividade proprietária exclusiva...». Segue-se um violento ataque ao socialismo.

— O catolicismo aspira a extirpar do seio da sociedade o cancro da miséria e do pauperismo; aspira a reconciliar e aproximar o capital e o trabalho; aspira a unir todos os homens pelos vínculos da fraternidade cristã, quanto possível, a sorte dos operários; aspira a levantar o nível intelectual e moral dos chamados proletários: mas entende que a consecução destes “desiderata” não exige a destruição da ordem social, e que uma só coisa é necessária e bastante — que o corpo seja influenciado e animado pelo espírito genuinamente cristão».

A formação de D. Augusto processou-se em pleno pontificado de Pio IX e de Leão XIII. A onze anos da encíclica “Rerum Novarum” (1891) já D. Augusto defendia o direito de a Igreja Católica intervir nas questões sociais. Criticava abertamente os exageros do capitalismo liberal, então muito em moda, defendia certos direitos dos operários, como definição de horário de trabalho e idade mínima para o trabalho infantil, direito das mulheres a tempo de maternidade, domingo livre para a prática religiosa, ordenados compatíveis, etc. Situava-se na perspectiva de certos movimentos sociais estrangeiros que iam manifestando o genuíno espírito que devia orientar a evolução da sociedade.

— Relativamente à posição assumida por D. Augusto Eduardo Nunes durante a 1.^a República, o A. passa em revista os aspectos considerados mais importantes, como a génese da lei de separação, os seus efeitos, a revolução republicana e a nunciatura de Lisboa (1910), a redacção dos documentos colectivos do episcopado português, o protesto do episcopado português (5 de Maio de 1811), o caso dos padres pensionistas, os bens eclesiásticos, a lei de separação do Estado e das Igrejas (20 de Abril de 1911), o destino dos edifícios e dos bens da Igreja, as associações culturais, etc.

Foi um período altamente conturbado, mas o arcebispo eborense soube com firmeza e determinação responder às ameaças que foram surgindo de

vários quadrantes com grande sentido de rigor e objectividade. Conta-se como um dos maiores que souberam enfrentar as dificuldades surgidas, ao lado de outros prelados de então, como o patriarca de Lisboa, Mendes Belo, e os bispos do Porto, D. António Barroso, de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, e da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, para só mencionar alguns, que deram provas admiráveis de defesa dos interesses da Igreja e da sociedade civil.

D. Augusto soube distanciar-se das correntes eclesiásticas da época: nem defensor do liberalismo nem na corrente intransigente. Aceitou o regime republicano na convicção de que a Igreja não estava vinculada a regimes; mas opõe-se ao laicismo político que tentava eliminar o dogma católico. Contudo era de opinião que a doutrina cristã devia impregnar as decisões do Estado. Estava-se longe do Vaticano II na sua concepção de uma separação entre as esferas espiritual e temporal.

De referir ainda a edição de *Theologiae fundamentalis compendium e Institutiones theologiae fundamentalis*, redigidos à luz dos ensinamentos do Vaticano I, em que pretendeu quebrar o monopolismo regalista e galicano em vigor na Universidade de Coimbra. São estudos marcantes em que essencialmente a eclesiologia é tratada com especial cuidado. Verificamos que revela o pensamento de uma época bastante distanciada dos tratados aparecidos mais tarde que se baseavam no recurso às fontes bíblicas e patrísticas e à aplicação da crítica literária e do método histórico-filológico. Compreende-se igualmente que revele não estar a par da grande renovação das ciências eclesiásticas que se estavam a verificar lá fora e que tanto haviam de contribuir para o avanço do saber teológico nas suas diversas áreas.

A sugestão feita pelo A. para que um dia se publique a obra completa de D. Augusto é de apoiar inteiramente. É certo que a obra oratória já se encontra concluída, mas havia que prosseguir a tarefa com outros trabalhos do grande arcebispo eborense. Oxalá o A., que nos brindou com este modelar trabalho, consiga realizar esse projecto.

Manuel Augusto Rodrigues

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.
mrodrigues@ci.uc.pt

Notícias

Súmula das actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

Ano de 2009

O Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC), unidade I&D financiada e avaliada pela FCT, é uma instituição vocacionada para a investigação na área da História, herdeira do Centro de Estudos Históricos, criado em 1976, primeiro afecto ao Instituto Nacional de Investigação Científica e depois à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

O seu corpo de investigadores, maioritariamente constituído por historiadores, é agora composto por 29 investigadores integrados e 22 colaboradores, o que mostra um significativo crescimento em relação ao passado. Além destes, em 2009 acolheu 16 jovens investigadores do 1º ciclo que beneficiaram das Bolsas de Integração na Investigação (BII) da FCT, investindo assim na reprodução do saber.

Tem como objectivos promover a investigação em História económica, social, política, cultural e das mentalidades das épocas medieval, moderna e contemporânea; desenvolver pesquisas no campo da paleografia, diplomática e sigilografia; produzir reflexão teórica, construindo modelos e teorias e afinar metodologias; criar instrumentos de investigação, nomeadamente publicação de fontes e construção de bases de dados; fomentar o intercâmbio científico entre investigadores nacionais e estrangeiros.

Visa também satisfazer a divulgação cultural junto de diversos sectores da sociedade.

A pós-graduação de estudantes em cursos de Mestrado (2º ciclo do processo de Bolonha) e Doutoramento (3º ciclo), constitui um elemento estrutural deste Centro, que procura, ainda, envolver os alunos do 1º ciclo.

Em 2009 o CHSC organizou a sua actividade de investigação científica em dois grandes projectos: *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os “Outros”* (SoPoC), dirigido pela Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, e *História da Região Centro de Portugal* (HRC), dirigido pelo Prof. Doutor António de Oliveira.

O projecto *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os “Outros”* (SoPoC) traveja a sua produção nas abordagens pluridisciplinares (do político e do militar aos direitos económicos, do social ao cultural e mental), na correlação de diferentes escalas de análise (dos estudos de casos individuais aos quadros macro) de distintas dimensões temporais (numa ampla diacronia, dos tempos medievos à actualidade) e espaciais (local, regional, nacional, europeu e mundial). No cruzamento destes modelos teóricos e metodológicos tem como objectivos: examinar as bases teóricas, as práticas, as representações e os cerimoniais do poder político, eclesiástico e cultural; reflectir sobre as economias e redes sociais em contextos urbanos e rurais; conhecer os movimentos da população, a organização das famílias, a sua vida privada, os quotidianos das mulheres na sua multiplicidade social, as formas de sociabilidade, as práticas assistenciais e políticas sociais, as expressões culturais nos seus vários contextos sociais e ideológicos, a construção de ideologias, a representação de mitos e rituais; finalmente, recolher e publicar fontes de apoio aos domínios enunciados.

Indicadores de Execução SoPoC	Total
Publicações	
Livros e colaboração em livros	52
Artigos em revistas internacionais	20
Artigos em revistas nacionais	2
Comunicações	
Colóquios científicos internacionais	40
Colóquios científicos nacionais	59
Organização de seminários e conferências	8
Formação avançada	
Programas de Pós-doutoramento	2
Dissertações de Doutoramento	48
Dissertações de Mestrado	37

O projecto *História da Região Centro de Portugal* (HRC) visa estudar um território relativamente amplo e diversificado, mas com características étnico-culturais que são suficientemente homogéneas. Território que se pretende apreender nas suas variedades locais e na sua identidade específica. A área de análise corresponde à região Centro de Portugal, com fronteiras definidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Tem como objectivos: fornecer informações fundamentais que contribuam para a caracterização da região e a construção de uma “consciência regional”; trabalhar em rede com outras entidades da região (CCDRC, autarquias, empresas, universidades, unidades de investigação, etc); disponibilizar informação através de portais online e publicações de fontes e de estudos; colaborar no desenvolvimento de redes temáticas que irão conduzir a programas de investigação.

Indicadores de Execução HRC	Total
Publicações	
Livros e colaboração em livros	27
Artigos em revistas internacionais	4
Artigos em revistas nacionais	2
Comunicações	
Colóquios científicos internacionais	4
Colóquios científicos nacionais	16
Organização de seminários e conferências	2
Formação avançada	
Programas de Pós-doutoramento	1
Dissertações de Doutoramento	13
Dissertações de Mestrado	24

A produção científica do Centro de História da Sociedade e da Cultura, materializada em uma variedade de expressões formais (livros, capítulos de livros, artigos em revistas internacionais e nacionais, conferências, comunicações, etc), é uma evidência. O mérito do trabalho científico realizado no Centro de História da Sociedade e da Cultura foi reconhecido em 1996, 1999, 2002 e 2007 com a classificação de “Very Good”.

Embora a maioria das publicações tenham a História de Portugal como seu principal objecto, há uma grande preocupação com a abordagem interdisciplinar e comparativa relativamente a outras nações europeias e, ainda, com a história dos países que integraram o Império português.

Iniciou-se, com a publicação do número relativo ao ano de 2009, a nova série da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, constituindo-se um novo Conselho Editorial, formado maioritariamente por membros externos à instituição e uma Comissão externa internacional de avaliadores (*referees*). Procedeu-se também à actualização do *site* da *Revista* na página *Web*.

O CHSC prosseguiu com a sua linha editorial e disponibilizou, na página *Web*, vários estudos produzidos pelos seus investigadores.

Esta Unidade de Investigação revela uma crescente tendência para a internacionalização e reforça actualmente os laços com o mundo empresarial, principalmente na promoção da oferta cultural. Promoveu a realização de conferências e colóquios, em alguns casos em parceria com diversas Universidades portuguesas e estrangeiras, Assembleia da República Portuguesa, Academia Portuguesa de História, Reitoria da Universidade de Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, Câmaras Municipais, entre outras. Destacam-se as seguintes jornadas internacionais:

17 de Março a 17 de Novembro – *Seminário de História Religiosa – Época Moderna*, em Lisboa, em parceria com o Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR) e o Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (CHC).

21 de Maio – *Colóquio Luso-Brasileiro Relações entre a Igreja e o Estado*, em Coimbra, em parceria com a Academia Portuguesa da História e o Arquivo da Universidade de Coimbra.

19 a 21 de Junho – *Colóquio Internacional Memória e História Local*, em Idanha-a-Nova, em parceria com a Câmara Municipal.

1 a 9 de Setembro – *60^a Conference of the International Commission for the History of Representative and Parliamentary Institutions*, com o tema “Parliaments. The Law. The Practice and the Representations”, em Lisboa e em Coimbra, em parceria com a Assembleia da República Portuguesa.

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mafilopes@netvisao.pt

**Dissertações de Doutoramento e Mestrado orientadas
por investigadores integrados do
Centro de História da Sociedade e da Cultura em 2009-2010**

Este elenco tem por objectivo disponibilizar informação relativa às dissertações de Doutoramento e de Mestrado orientadas ou co-orientadas por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura e aprovadas entre 1 de Setembro de 2009 e 31 de Julho de 2010.

As referências vão ordenadas, no interior de cada *item*, pela data de realização das provas.

Doutoramento (3º ciclo)

Autor: Miguel António Dias Santos

Título: *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 27 de Janeiro de 2010

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Amadeu Carvalho Homem

Autor: Paulo Alexandre Marques Archer de Carvalho

Título: *Silvio Lima. Um místico da razão crítica (Da incondicionalidade do amor intellectualis)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 14 de Julho de 2010

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Fernando de Almeida Catroga

Autor: Hugo Ribeiro da Silva

Título: *O clero catedralício português e os equilíbrios sociais do poder (1564-1670)*

Especialidade: História e Civilização

Data das provas: 30 de Julho de 2010

Instituição: Instituto Universitário Europeu, Florença (Itália)

Orientador: Bartolomé Yun Casalilla

Co-orientador: José Pedro Paiva

Mestrado (2º ciclo)

Autor: Sara Margarida Dias Domingues da Mota Gameiro

Título: *A comunidade local no ensino da história: Bases de dados, competências e gestão flexível do currículo*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 15 de Setembro de 2009

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Joaquim Ramos de Carvalho

Co-orientador: Alfredo Eurico Rodrigues Matta

Autor: Aida Margarida Teixeira Neves

Título: *As novas tecnologias no ensino da história. Desenvolvimento de competências numa perspectiva de Gestão Flexível do Currículo*

Especialidade: História Moderna

Data das provas: 15 de Setembro de 2009

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Joaquim Ramos de Carvalho

Co-Orientador: Alfredo Eurico Rodrigues Matta

Autor: Dina Fernanda Ferreira de Sousa

Título: *A Doçaria Conventual de Coimbra. O segredo das madres conserveiras. Contributo para o seu estudo (sécs. XVIII-XIX)*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 6 de Outubro de 2009

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Autor: Ana Filipa Rodrigues Seco

Título: *O Combate de Foz de Arouce (1811): Evocação Histórica*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 7 de Outubro de 2009

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Margarida Sobral Neto

Co-Orientador: Vítor Maia Costa

Autor: Pedro Emanuel dos Santos Fernandes
Título: *Subsídios para a Construção de uma Rota dos Sentidos*
Especialidade: Política Cultural Autárquica
Data das provas: 16 de Novembro de 2009
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Autor: Ana Margarida dos Reis Bento
Título: *A porcelana "kraak" na Coleção Telo de Morais*
Especialidade: Política Cultural Autárquica
Data das provas: 23 de Novembro de 2009
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria do Rosário Barbosa Morujão

Autor: Luís Miguel Fonseca do Nascimento
Título: *Projecto RIA: rede de Intercâmbio Associativo*
Especialidade: Política Cultural Autárquica
Data das provas: 25 de Novembro de 2009
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Autor: Margarida Teodora da Silva Gonçalves Trindade
Título: *À nossa volta: a Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes em tempos de mudança*
Especialidade: Política Cultural Autárquica
Data das provas: 30 de Novembro de 2009
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Autor: António Manuel dos Santos Alves
Título: *O Património e a criatividade: quando os dois mundos se encontram*
Especialidade: Política Cultural Autárquica
Data das provas: 30 de Novembro de 2009
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho
Co-orientador: Joaquim Ramos de Carvalho

Autor: Rita Alexandra Lopes Fernandes
Título: *As geminações do Município de Coimbra*
Especialidade: Política Cultural Autárquica
Data das provas: 21 de Dezembro de 2009
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Margarida Sobral Neto

Autor: Pedro Fernando Catarino Luís
Título: *A Academia dos Humildes e Ignorantes (1758-1770): as letras e as luzes para o homem comum*
Especialidade: História Moderna
Data das provas: 21 de Dezembro de 2009
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Isabel Ferreira da Mota

Autor: Valério Nuno da Silva Santos
Título: *Lavrar Documentos para Lavrar a Terra. Um tombo do cabido da Sé de Coimbra de finais do século XV (1472-1482)*
Especialidade: História Medieval
Data das provas: 28 de Janeiro de 2010
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho
Co-orientador: Maria José Azevedo Santos

Autor: João Paulo Barrigão Rodrigues
Título: *O Jornal de Coimbra. Subsídios para o estudo do primeiro jornal português de higiene e saúde pública*
Especialidade: História Moderna
Data das provas: 5 de Fevereiro de 2010
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Ana Cristina Araújo

Autor: Maria Leonor de Sousa da Cruz Pontes

Título: *A Sé Velha de Coimbra: uma proposta de interpretação museológica*

Especialidade: Museologia e Património Cultural

Data das provas: 9 de Fevereiro de 2010

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria Vaquinhas

Co-orientador: Leontina Ventura

Autor: Carlos Manuel de Freitas Almeida Nunes

Título: *Figueira da Foz (1930-1960). Apontamentos sobre o turismo balnear*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 11 de Fevereiro de 2010

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

Autor: Teresa Margarida Oliveira Duarte Fernandes

Título: *As Cidades Educadoras: o caso de Coimbra*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 11 de Fevereiro de 2010

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Margarida Sobral Neto

Autor: Susana Rocha e Carmo Basílio

Título: *Oralidade e Ruralidade - Fontes de Tradição*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 11 de Fevereiro de 2010

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Marinho dos Santos

Co-orientador: Margarida Sobral Neto

Autor: Rute Rocha e Carmo Basílio

Título: *Turismo e Cultura - Roteiros do Conhecimento*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 11 de Fevereiro de 2010
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: João Marinho dos Santos
Co-orientador: Margarida Sobral Neto

Autor: António Simões Figueira
Título: *A Comunidade de Cernache. A Governança Municipal (1787-1834)*
Especialidade: História Moderna
Data das provas: 18 de Fevereiro de 2010
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Margarida Sobral Neto

Autor: Carlos Alberto da Graça Godinho
Título: *A Sé de Coimbra em conflito (1758-1780). Meios Cónegos e Tercenários em oposição aos Capitulares*
Especialidade: História Moderna
Data das provas: 19 de Fevereiro de 2010
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Margarida Sobral Neto
Co-orientador: Fernando Taveira da Fonseca

Autor: Miriam Andreia Real Gomes Mendes
Título: *União Europeia: a construção da unidade no respeito pela diversidade*
Especialidade: Estudos Europeus
Data das provas: 5 de Maio de 2010
Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Orientador: Fernando de Almeida Catroga

Autor: João Luís Ferreira Vinhais Reis
Título: *Nacionalismo e Europeísmo: a incidência na questão escolar em Portugal na revista O Professor (1973-2004)*
Especialidade: Estudos Europeus
Data das provas: 25 de Maio de 2010

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Fernando de Almeida Catroga

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mafilopes@netvisao.pt

***Jornadas Internacionales sobre marginación
y asistencia social en la Historia
León, 28 e 29 de Setembro de 2009***

Sob os auspícios da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de León, realizaram-se a 28 e 29 de Setembro de 2009 as *Segundas Jornadas Internacionales sobre marginación y asistencia social en la Historia* subordinadas ao tema “Espacios de reclusión y mecanismos de control social”. Os organizadores, Professores Doutores Laureano Rubio Pérez, María José Pérez Álvarez, Alfredo Martín García e Oscar Fernández Álvarez, tinham por objectivo criar um *forum* de debate que, a partir de diferentes disciplinas (História, Sociologia, Antropologia...) abordasse os fenómenos da pobreza e da marginalização social. A variedade temática dos trabalhos apresentados demonstra a necessidade de estudar o problema a partir de diferentes perspectivas, todas elas enriquecedoras.

Participaram nas jornadas 13 investigadores das Universidades de Coimbra, Genebra, Huelva, León, Lisboa, Málaga e Minho que se debruçaram sobre a vivência em conventos, recolhimentos, seminários, asilos, hospitais, prisões e casas de correcção, cobrindo um longo arco temporal, do século XVI ao século XX. Abordou-se ainda a censura de livros e as fontes para a história eclesiástica e devocional. O Centro de História da Sociedade e da Cultura esteve presente através de Maria Antónia Lopes que proferiu a comunicação “Coagindo corpos e consciências: os recolhimentos portugueses (séculos XVIII-XIX)”. O livro com os textos das comunicações, a publicar neste ano de 2010 pela Universidade de León, tornará acessível a um vasto público as temáticas debatidas.

O mesmo sucedeu já com as *Primeras Jornadas...*, de Setembro de 2008, que resultaram no livro RUBIO PÉREZ, Laureano M. (coord.), *Pobreza,*

marginación y asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX), León, Universidad de León, 2009, e onde, também, o Centro de História da Sociedade e da Cultura se encontra representado. Para os dias 27 e 28 de Setembro de 2010 anunciam-se as *Terceras Jornadas*, abordando, desta feita, a *Cultura y mentalidades colectivas en la Península Ibérica durante la Edad Moderna*.

Não esqueçamos que uma boa parte das dificuldades que enfrenta a sociedade europeia actual já foram vividas em séculos anteriores. Assim sendo, afigura-se pertinente tentar esclarecer as respostas das instituições e dos pensadores do passado. Ao fazê-lo, pode surpreender a actualidade de algumas soluções propostas. Em suma, este *forum* de debate, que se abriu em León e que se pretende manter nos próximos anos, poderá servir de ponte entre o conhecimento do passado e os desafios do presente, tão necessitados de reflexão séria e de soluções justas e exequíveis.

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mafilopes@netvisao.pt

**Colóquio Internacional *Race relations. The portuguese speaking world in comparative perspective*
Londres, 10 e 11 de Dezembro de 2009**

Decorreu em Londres, no King's College, entre 10 e 11 de Dezembro de 2009, o colóquio Internacional *Race relations. The portuguese speaking world in comparative perspective*. A iniciativa foi promovida pelo *Department of Portuguese and Brazilian Studies*, um dos mais prestigiados e cada vez mais raros centros universitários de estudos lusófonos fora de Portugal, sob a direcção científica do Prof. Doutor Francisco Bethencourt, e com o apoio da *British Academy*, instituição que supervisionará cientificamente a edição do volume com uma selecção dos resultados das investigações apresentadas no decurso do simpósio.

O rico programa contou com 21 intervenções a cargo de académicos oriundos de Universidades ou Centros de Investigação de Inglaterra, Estados

Unidos da América, Brasil, França, Angola e Portugal, entre os quais alguns historiadores, sociólogos e antropólogos (sinal do enfoque pluridisciplinar do evento) que granjearam alcançar um lugar de destaque no panorama científico internacional, como por exemplo John Elliot (que presidiu a uma sessão), Laura de Mello e Souza, Luís Filipe de Alencastro, Antonio Feros, António Sérgio Guimarães ou João de Pina Cabral. O Centro de História da Sociedade e da Cultura esteve representado através da participação do seu investigador integrado José Pedro Paiva, que proferiu uma conferência subordinada ao tema: "The New-Christian divide in the Portuguese speaking world".

O tópico central do Colóquio visava conhecer e debater as experiências históricas e contemporâneas das relações raciais nos territórios dos quatro continentes que foram marcados pela expansão e colonização portuguesa, assunto que foi pela primeira vez abordado de forma consistente, mas a carecer de actualização, num livro notável, com cerca de meio século, da autoria de Charles Boxer, *Race Relations in the portuguese colonial empire 1415-1825* (1963), onde o perspicaz historiador sugeriu a tese de uma originalidade do racismo português relativamente ao de outros impérios coloniais, livro que foi muito bem escarpelizado na conferência proferida por João de Pina Cabral.

Tal como foi referido por Bethencourt na apresentação do Programa do Encontro e na sua intervenção de abertura, consumou-se no seu decurso a noção de que as diversas realidades sociais e inter-étnicas presentes nos territórios do império onde se falava português propiciaram a construção de formas distintas de relacionamento social (como mostrou Luiz Filipe Alencastro na sua comunicação sobre o estatuto dos mulatos no Brasil e Angola nos séculos XVIII-XX), que acabaram por ter projecções distintas nos mesmos territórios, após os processos de independência, ocorridos em diferentes momentos, desde o século XIX até ao terceiro quartel do século XX. Assim, para dar apenas um exemplo, enquanto que no Brasil, a sociedade colonial determinada pela minoria branca, apresentava uma composição étnica muito heterogénea na qual os escravos negros africanos tinham um papel fundamental, em Portugal, apesar da presença de uma grande comunidade de escravos negros desde o século XV, porventura a sociedade europeia onde a sua presença mais se fez sentir, não se pode falar

de uma sociedade de base escravagista. Para além dos aspectos já referidos e da pluralidade da perspectiva analítica, abordaram-se temas tão diversos como as linguagens utilizadas para a integração social dos índios brasileiros (Andrea Daher), as imagens da representação do império português no Oriente (Jean Michel Massing) ou a literatura de ficção afro-brasileira (David Reece).

Tratou-se de um colóquio do mais elevado nível científico, incluindo as intervenções dos mais jovens e promissores comunicantes, como Miguel Jerónimo (Instituto de Ciências Sociais), Abdoolkarim Vakil (King's College) ou Ricardo Roque (Instituto de Ciências Sociais), que contou ainda com um profícuo debate que, por certo se reflectirá numa publicação com relevantes contributos para um melhor conhecimento das questões raciais no império colonial português.

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
lejpaiva@fl.uc.pt

Prémio *A arte de ler* Coimbra, 1 de Março de 2010

Integrado na XIIª Semana Cultural da Universidade de Coimbra, realizou-se com o alto patrocínio da Fundação Inatel – Agência de Coimbra, e com os apoios do Centro de História da Sociedade e da Cultura e do Instituto de Paleografia e Diplomática, a 7ª edição do Prémio em apreço. Criado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra em 2004, alcançou já um renome nacional e internacional digno de registar.

O objectivo primordial mantém-se: promover a aptidão da paleografia de leitura de documentos dos séculos XV-XVIII. A prova realizou-se no dia 1 de Março e contou com a participação de concorrentes de várias Universidades (Coimbra, Porto, Lisboa e Évora).

O júri, presidido pelo Pró-Reitor para a Cultura decidiu, por unanimidade, distinguir os candidatos seguintes:

- 1º Lugar: Francisco Miguel Cordeiro Segurado – 900€
(Universidade de Évora)
- 2º Lugar: Lia Fernanda Azevedo Nunes – 650€
(Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras)
- 3º Lugar ex-aequo: Aires Gomes Fernandes – 450€
(Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras)
Carlos Manuel dos Santos Alves Ferreira Faisca
(Universidade de Lisboa)

A entrega dos prémios teve lugar na Sala D. João III, do Arquivo da Universidade de Coimbra. A cerimónia, realizada a 17 de Maio de 2010, foi presidida pelo Pró-Reitor para a cultura em representação do Magnífico Reitor.

Maria José Azevedo Santos

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mazevedo_santos@yahoo.com

II.ªs Jornadas - As Invasões Francesas e a Península Ibérica **Lousã, 29 de Março de 2010**

Dando continuidade à colaboração científica com a Câmara Municipal da Lousã, o CHSC participou na organização das *II.ªs jornadas sobre as Invasões Francesas e a Península Ibérica* dedicadas ao tema “Configurações e Dinâmicas da Sociedade e do Território”, que se realizaram no Auditório do município Lousanense em 29 de Março de 2010.

Este colóquio teve um carácter interdisciplinar e contou com as seguintes comunicações: “Linhas de defesa a Norte de Lisboa durante a Guerra Peninsular” (Tenente Coronel Berger); “Linhas de Torres Vedras: da recuperação do património à construção de um produto turístico (Dr. Rui Brás); “A saúde na Terceira Invasão Francesa: uma análise pela imagem” (Doutor Moutinho Borges); “Impactos das Invasões Francesas na região de Coimbra” (Doutora Margarida Sobral Neto); “A Guerra Peninsular e a

literatura (Dr. José Vale de Figueiredo); “Man of War: Literatura em tempo de guerra” (Jacqueline Moys); “Música Militar em Portugal no início do século XIX: do carácter funcional ao artístico” (Tenente-Coronel Marques de Sousa).

No âmbito deste colóquio, foi ainda apresentada a exposição “A fronteira da Beira e a defesa do território”.

Margarida Sobral Neto

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
marnet@netvisao.pt

**Colóquio *Espaço, Poder e Memória.*
A Sé de Lamego em Oito Séculos de História
Lamego, 9 e 10 de Abril de 2010**

Decorreu em Lamego, a 9 e 10 de Abril de 2010, o Colóquio *Espaço, Poder e Memória. A Sé de Lamego em Oito Séculos de História*, organizado pela Dra. Alexandra Braga, técnica superior do Museu de Lamego, e pelo Mestre Anísio Miguel de Sousa Saraiva, doutorando em História da Idade Média da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Os principais objectivos deste encontro, enunciados no respectivo programa, consistiam em “promover a investigação e o debate” em torno da Sé de Lamego, o que foi, a nosso ver, plenamente alcançado; assim como “contribuir para a elaboração de sínteses coerentes e actualizadas” sobre a história da catedral e da respectiva diocese, o que sucederá com a publicação, ainda durante o corrente ano de 2010, de um volume monográfico com os textos das comunicações apresentadas. Procurava-se, também, “contribuir para a divulgação consistente da história deste complexo monumental junto do público para que este o possa melhor compreender, valorizar e preservar”; a acreditação do colóquio como acção de formação para os professores dos Ensinos Básico e Secundário de História e História da Arte foi, sem dúvida, importante para cumprir este desiderato, havendo que registar uma boa adesão por parte dos docentes das escolas da região duriense.

O encontro constou de quatro sessões temáticas, cada uma das quais composta por duas intervenções. A 1ª Sessão, intitulada “Construir e organizar”, dizia respeito à época medieval, que assistiu à restauração da diocese e à organização do seu espaço e das suas estruturas organizativas. Nela participaram Maria do Rosário Barbosa Morujão (Univ. Coimbra/CHSC), que estudou a complexa conjuntura da restauração efectiva da diocese e o episcopado do seu primeiro bispo, D. Mendo (1147-1173); e Anísio Miguel de Sousa Saraiva (Univ. Coimbra/doutorando da FLUC), que analisou o papel desempenhado pela monarquia e pelo episcopado no processo de construção das catedrais medievais portuguesas.

A 2ª Sessão, designada “A renovação e os seus mecenas”, incidiu sobre Lamego na época moderna, durante a qual a diocese lamegoense conheceu um novo prestígio e a catedral começou a sofrer profundas transformações. Foram intervenientes José Pedro Paiva (Univ. Coimbra/CHSC), que abordou o episcopado lamegoense entre 1502 e 1644; e Miguel Soromenho (IGESPAR), apresentando uma comunicação sobre a actividade arquitectónica de Duarte Coelho, cujo nome ficou especialmente ligado à construção do claustro quinhentista da catedral.

A 3ª Sessão, “A marca de Trento”, foi dedicada ao período da Contra-Reforma, marcado em Lamego por profundas obras na catedral. Usaram da palavra António Filipe Pimentel (Univ. Coimbra/CEAUCP), que deu a conhecer a figura de eclesiástico, diplomata e mecenas das artes de D. Tomás de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, e bispo de Lamego entre 1706 e 1709; e Duarte Frias (CEAUCP/CAM), que falou de Nicolau Nasoni e da sua intervenção na reforma barroca da Sé de Lamego, na pintura em perspectiva dos tectos das naves.

A 4ª Sessão, “Restaurar e recriar”, incidiu sobre as intervenções de restauro realizadas na catedral de Lamego durante o século XX. Lúcia Rosas (Univ. Porto/CEPESE) apresentou um estudo sobre as várias etapas por que passou esse restauro, iniciado na década de 30 sob a tutela da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; e Joaquim Inácio Caetano (Conservador-Restaurador de pintura mural) reflectiu sobre os limites da conservação e restauro, partindo do caso concreto das pinturas murais da Sé de Lamego.

Não integradas nestas quatro sessões, houve ainda duas conferências, uma inaugural, outra de encerramento. Eduardo Carrero Santamaría (Univ. Ilhas Baleares) teve a seu cargo a primeira, nela tentando, a partir dos escassos vestígios subsistentes, descobrir quais seriam as características arquitectónicas da catedral medieval lamecense. A última intervenção coube a Nuno Resende (Univ. Porto/CEPESE), que deu a conhecer uma primeira abordagem do riquíssimo conteúdo de um livro de despesas capitular referente aos anos de 1679-1712, que tinha desaparecido dos arquivos locais e foi, há pouco tempo, adquirido em leilão por particulares.

Ainda no âmbito deste Colóquio, José Pessoa (DDF/IMC, Pólo de Lamego) apresentou uma valiosa colecção de fotografias antigas de Lamego e da região, assim como o conjunto de fotografias das tapeçarias do Museu de Lamego que realizou. Foi também aproveitada a ocasião para inaugurar a exposição no Museu de Lamego “8 obras de referência. A Sé de Lamego nas colecções do Museu”, na qual foi dado relevo a um importante núcleo de peças da exposição permanente do Museu provenientes da catedral, ou que apresentam afinidades com os seus programas decorativos.

Por este colóquio estão, sem dúvida, de parabéns tanto a comissão organizadora como as diversas entidades que o acolheram e patrocinaram. Os seus objectivos, que acima enunciámos e que eram ambiciosos, foram, como dissemos, alcançados, não havendo dúvidas de que com ele se conseguiu, verdadeiramente, promover a investigação e o debate em torno da Sé de Lamego e suscitar a elaboração de sínteses actualizadas a respeito de diversas temáticas abordadas. Por isso, este evento científico, bem como a ideia de reunir os seus resultados num volume monográfico, pode servir como exemplo e modelo para outros encontros do mesmo género, dedicados aos restantes complexos catedralícios portugueses e à sua história. Para a maioria deles, de facto, e não só relativamente a Lamego, dispomos apenas de estudos dispersos, não sistemáticos, e que não associam, como neste encontro se procurou fazer, a história religiosa e institucional com a história da arte, ligação que nos parece fundamental para se compreender verdadeiramente as características próprias destes monumentos e a sua evolução. E essa compreensão é essencial para melhor conhecermos as nossas catedrais, cuja importância foi, ao longo dos séculos, determinante a múltiplos níveis, quer como edifícios referenciais para as restantes construções, em cada

época, quer enquanto pólos dinamizadores dos centros urbanos onde se implantaram, quer, ainda, e naturalmente, como centros da vida religiosa das dioceses.

Maria do Rosário Barbosa Morujão

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
rmorujao@gmail.com

Workshop Internazionale Viaggi di Lingue e Culture
Viterbo, 13 e 14 de Abril de 2010

Decorreu na Università degli Studi della Tuscia di Viterbo, nos dias 13 e 14 de Abril de 2010, a 1ª fase do *Workshop Internazionale Viaggi di Lingue e Culture*. Organizado pela Facoltà di Lingue e Letterature di Scienze Umanistiche da Universidade anfitriã, pelo Instituto Camões e pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o seminário pretendia aprofundar juntos dos docentes e alunos universitários a Língua, a Literatura e a História de Portugal, incidindo em alguns aspectos das suas relações com a Santa Sé, com a Itália, com a África e com o Brasil.

Salientem-se as conferências “Viaggio nella religiosità lusitana attraverso le carte di *Propaganda Fide*” de Gaetano Platania, “Os Negros em Portugal – trajectória de uma minoria” de Isabel Drumond Braga, “Dall’Africa all’Italia: tradurre i mondi capoverdiani” de Mariagrazia Russo, “Dall’Africa a Portogallo: gli arabismi peculiari della lingua portoghese” de Maria Antonietta Rossi, “Una letterature di lingue: andata e ritorno del plurilinguismo nella traduzione delle lusofonie” de Daniele Petruccioli, “Contaminations lusitaniennes dans la poésie de Léopold Sédar Senghor” de Masha Mattioli e “Maria Pia de Sabóia (1847-1911) e as relações políticas entre Portugal e Itália” de Maria Antónia Lopes.

Aos intervenientes portugueses foi-lhes pedido que proferissem as suas comunicações em Português, pois os professores e alunos de Língua Portuguesa constituíam a maioria do público que enchia a Aula Magna del Rettorato. Foi com grande satisfação que vimos o interesse com que os

estudantes ouviam as palestras e escreviam os seus apontamentos, não nos restando dúvidas de que éramos perfeitamente compreendidos.

No 1º dia trabalhos, Silvana Ferreri apresentou o livro de Maria Antonietta Rossi *Frammenti di Diário. Sebastião da Gama e la lingua portoghese*. Numa 2ª fase, que decorreu em Maio, foram ainda analisadas as relações de Portugal com a Polónia e com o Oriente.

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mafilopes@netvisao.pt

O Centenário da Morte do Padre Jesuíta Matteo Ricci 2010

Celebrando-se este ano o 400º aniversário da morte do padre jesuíta italiano M. Ricci, muitas têm sido e continuam a ser as actividades programadas para evocar tão importante efeméride. Uma delas teve lugar há poucos meses na colunata da Praça de S. Pedro, em Roma, onde esteve patente a exposição “Nos Cumes da História. M. Ricci: Entre Roma e Beijing”. O Vaticano quis assim associar-se às celebrações do quarto centenário da morte do padre jesuíta. Em Pequim (a “Cidade Proibida”), Shanghai, Nanquim e noutras cidades têm tido lugar congressos, colóquios e exposições itinerantes e têm sido publicados diversas obras, algumas delas reedições de edições de Ricci. O mesmo se diga de Itália e de outros países. O “Congresso Internazionale Matteo Ricci a 400 anni della morte”, em Macerata, de 28 a 30 de Outubro próximo, será certamente um dos acontecimentos mais marcantes, como sucedeu com outro sobre “Scienza, ragione e fede: il genio di Padre Matteo Ricci” realizado em Macerata. Aliás os centros Matteo Ricci de Paris, Macau, Taipé, S. Francisco, Macerata e Beijin e a “Association Ricci pour le grand dictionnaire français de la langue chinoise” de Paris têm desenvolvido uma intensa actividade no campo dos estudos riccianos, da sinologia e do diálogo do Oriente com o Ocidente.

Ricci nasceu em Macerata a 6 de Outubro de 1552 e morreu em Pequim a 11 de Maio de 1610. Começou por frequentar a escola dos jesuítas da

sua terra natal (1561-1568), passando depois a Roma para estudar direito. Mas em 1571 interrompeu os estudos jurídicos e entrou no noviciado da Companhia de Jesus. Entre 1572 e 1577 emitiu os primeiros votos, estudou durante alguns meses na Toscana (talvez em Florença), entra no Colégio Romano para fazer a sua preparação humanística e científica.

Em 1577, decidiu fazer-se missionário no Oriente; partiu para Lisboa a fim de seguir para a Índia. Esteve alguns meses no Colégio de Coimbra – donde saíram muitos missionários para o Oriente – aprendendo o português, que lhe será mais útil do que o italiano, e talvez a teologia. No ano seguinte embarcou de Lisboa a 24 de Março chegando a Goa a 13 de Setembro. Entre 1579 e 1582 concluiu os estudos teológicos, vindo depois a ensinar humanidades aos alunos do colégio; foi ordenado sacerdote em Cochim (1580); A. Valignano, responsável das missões jesuíticas do Oriente, manda-o para Macau a fim de ajudar o P. M. Ruggieri na tentativa de entrar na China. A 7 de Agosto de 1582 chega a Macau. Depressa decidiu entregar-se ao estudo da língua chinesa.

Em Setembro de 1583, entra com Ruggieri no Reino do Dragão ou Império do Meio e funda com ele a primeira residência em Zhaoqing. Publica o primeiro *Mapa-mundi chinês* em 1584, que será reeditado várias vezes com a ajuda do amigo Li Zhizao; a edição de 1608 foi a pedido do imperador.

Em 1589, o novo vice-rei do Guandong expulsa os jesuítas de Zhaoqing; Ricci, depois de várias tentativas, obtém autorização para fundar uma nova residência em Shaozhou, a qual é assaltada em 1602, sofrendo Ricci uma deslocação do pé que deixará mazelas para sempre.

Em 1591, inicia a escrever o *Catecismo* em chinês. Em 1595, tenta entrar em Pequim na companhia de um mandarim. Chegado a Nanquim, foi obrigado a regressar. Permaneceu em Nanchang e aí funda a terceira residência. Data de 1595 o célebre *Tratado da Amizade* (“Jiaoyoun lun”) e a conclusão do *Tratado sobre a memória*.

Em 1597, faz os votos perpétuos e, no ano seguinte, na companhia do ministro dos ritos Wang Zhongming entra na capital do “Império do Meio”, mas decide deixar a cidade por causa do clima instável criado invasão da Coreia pelo Japão.

Em 1599, estabelece-se em Nanquim e aí cria a quarta residência. Em Maio, parte para de novo para a capital com a intenção de apresentar

oficialmente ofertas ao imperador Wanli; mas no caminho é preso pelo eunuco Ma Tang, que o manteve na fortaleza de Tianjin até Janeiro de 1601.

É então que em 24 de Janeiro de 1601 penetra em Pequim graças a um decreto imperial, e na capital chinesa viria viver até à morte, por vontade do imperador, com o grau de mandarim e custeado pelo erário público. Ali trabalhou com os sábios e cientistas fazendo parte da Academia das Matemáticas e impondo o seu nome como autoridade nas matérias tratadas.

Em 1603, imprime o *Catecismo* com o título *Genuína noção do Senhor do Céu* e uma nova edição do *Mapa-Mundo*; e em 1605, edita o *Sumário da doutrina cristã* e as *Vinte e cinco sentenças morais*. Em 1607, publica a tradução dos primeiros seis livros da *Geometria* de Euclides, de colaboração com o amigo Xu Guangqji. Em 1608, edita os *Dez paradoxos* ou *Dez capítulos de um homem extraordinário*; no mesmo ano, inicia a redacção da história fundamental da missão chinesa, *Della entrata della Compagnia di Giesù e Christianità nella Cina*. Publica uma nova edição do *Mapa-mundo* a pedido do imperador.

Morre em Pequim a 11 de Maio de 1610, extenuado da extraordinária actividade realizada. O imperador concede, pela primeira vez na história da china, um terreno para a sepultura de um estrangeiro. O túmulo é hoje muito venerado em Pequim.

Além de homenagear este gigante da fé e da amizade entre os povos, as comemorações em curso têm permitido aprofundar os conhecimentos sobre o missionário jesuíta, a sua actividade científica e sobre um modelo de evangelização da cultura e de inculturação do Evangelho que, em muitos aspectos, não tem paralelo na história da humanidade. A figura do P. M. Ricci, ficou-se durante três séculos um pouco na sombra por causa dos conhecidos incidentes dos assim chamados “ritos chineses”.

Mas hoje o P. Ricci tornou-se uma personalidade bastante estudada e admirada por todos sendo de destacar os investigadores chineses. Está em curso o processo de beatificação desta grande figura merecedora do mais vivo reconhecimento por tudo quanto o seu génio missionário e científico, a sua estatura espiritual e moral, a sua abertura e amplitude de visão da cultura deixaram como precioso legado. É à luz de tal testemunho que certamente crescerá a amizade com o povo chinês e serão reforçados os vínculos de comunhão com os católicos deste grande país. Já em 2001, ano em que se

comemorou o 4.º centenário da sua chegada à China, João Paulo II escreveu um significativo texto sobre a extraordinária figura deste ilustre filho de Macerata. O mesmo fez agora Bento XVI a propósito da efeméride em curso.

Na carta endereçada aos bispos chineses, em Maio de 2007, é repetidamente citado o P. M. Ricci, recordando o seu estilo e o seu método. Desde 1951 foram interrompidas as relações diplomáticas entre a Santa Sé e a China. Só ultimamente foram retomados os contactos informais num clima de degelo.

A extraordinária aventura missionária de M. Ricci, “Li Madou, “o sábio do Ocidente”, como foi designado e chamado em chinês levou-o a construir pela primeira vez na história uma verdadeira ponte de diálogo e de intercâmbio entre a Europa e a China. Foi intensa a actividade desenvolvida no campo da astronomia, da matemática, da música e da cultura clássica, o que lhe grangeou enorme reputação entre os sábios e a gente culta da cidade. Levou para a China a cultura ocidental e de lá trouxe a chinesa.

De grande mérito se reveste a feitura, em conjunto com o seu colega P. Ruggieri, do primeiro dicionário de chinês vertido para uma língua ocidental, o português, que constitui um marco assinalável para a sinologia.

A 11 de Maio de 1610, morre em Beijing, depois de uma breve doença. Pela primeira vez na história da China, o imperador concede um terreno para a sepultura de um estrangeiro. No “Millennium Center” de Beijing onde estão representados os protagonistas da história da China encontramos representados apenas dois estrangeiros: Marco Polo e Matteo Ricci, este vestido como um mandarim confucionista.

Como escreve A. Wardega: «Na China, há cinco modos de pertencer à sociedade. Um deles é o da amizade que permitiu a Ricci fazer o que fez. Ele não chegou aqui como uma qualquer pessoa. Trouxe consigo o universo e os conhecimentos das escolas europeias, baseadas na *Ratio studiorum*, directiva das escolas jesuítas. Era uma educação com sucesso na Europa de então», diz o director do Instituto Ricci. E acrescenta ainda: «Este ano, queremos fazer algo diferente: queremos analisar o tempo em que vivemos, que é de mudança, de globalização, de violência e de muitas dúvidas sobre o futuro, e em que são postos em causa os valores éticos e humanos que tão importantes são para um normal equilíbrio do homem e bom funcionamento da sociedade».

As publicações em chinês que passamos a referir foram a partir de 1601 todas realizadas em Pequim: *Zuchunan Tianzhu shijie*, “Dez mandamentos do Senhor do Céu transmitidos dos antepassados”, Zhaoqing, 1584, de colaboração com Michele Ruggieri; *Yudi shnahai quantu*, “Mapa geográfico completo dos montes e dos mares”, Zhaoqing, 1584; Nanquim, 1600; Pequim 1602. 1603. 1609; *Jiaoyou lun*, “Tratado da amizade”, Nanchang, 1595; *Si yuanxing lun*, “Tratado sobre os quatro elementos”, 1599-1600; *Jingtian gai*, “Tratado das constelações”, 1601; *Tianzhu shiyi*, “Verdadeiro significado da (doutrina) do Senhor do Céu”, 1603; *Ershiwu yan*, “Vinte e cinco sentenças”, 1605; *Tianzhu jiaoyao*, “Compêndio da doutrina do Senhor do Céu”, 1605; *Xizi qiji*, “Exemplos estranhos de escrita ocidental”, 1605; *Riqiu dayu diqiu dayu yueqiu*, “Disco solar maior do globo terrestre e este maior do que o lunar”, depois de 1606-1607; *Hungai tongxian tushuo*, “Astrolábio e esfera com figuras e comentário”, 1607; *Jiren shipian*, “Dez capítulos de um homem extraordinário”, 1608; *Xiqin quyì bazhang*, “Oito canções para clavicímalo ocidental”, 1608; e *Huangrong jiaoyi*, “Tratado de figuras isoperimétricas”, 1609; *Tongwen suanzhi*, “Tratado de aritmética”, 1613; *Bianxue yidu* (“Disputas contra as seitas idolátricas”, 1615; *Celiang fayi* (Teoria e método das medidas), 1617; *Xiguo jifa*, “Mnemotécnica ocidental”, 1625.

Manuel Augusto Rodrigues

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC.

mrodrigues@ci.uc.pt

**Seminário Internacional *Tomar estado: dotes e casamentos*
(séculos XVI-XIX)**

Braga, 6 e 7 de Maio de 2010

A 6 e 7 de Maio de 2010 decorreu na Universidade do Minho o Seminário Internacional *Tomar estado. Dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, organizado pela Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo e pela Dr.^a Alexandra Esteves.

Trata-se do terceiro seminário deste formato realizado na Universidade do Minho, tendo sido os anteriores, em 2008 e 2009, dedicados aos temas *A infância no universo assistencial no Norte da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)* e *Representações e práticas assistenciais no espaço ibérico – uma perspectiva transversal*. Através de Maria Antónia Lopes, o Centro de História da Sociedade e da Cultura esteve representado nos três seminários.

Os encontros foram progressivamente alargados no que respeita à proveniência dos investigadores intervenientes e, por isso mesmo, aos territórios estudados e à multiplicidade das abordagens de investigação propostas. Do seminário de 2008 resultou o livro ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e FERREIRA, Fátima Moura (orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008 – com oito textos de investigadores das Universidade de Coimbra, Évora, León e Minho. As comunicações do simpósio de 2009 foram publicadas em ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, FERREIRA, Fátima Moura e ESTEVES, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XX)*, s.l., CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010 – com 12 capítulos de autoria de professores das Universidades de Coimbra, Guadalajara (México), León, Lisboa, Minho, Porto e Salamanca.

No seminário de 2010 atingiram-se já as 19 comunicações a cargo de professores e investigadores oriundos das Universidades de Bolonha, Coimbra, León, Lisboa, Minho, Porto, Santiago de Compostela e Sevilha. Tendo como tema comum os dotes de casamento, as abordagens foram diversificadas: desde a sua concessão a órfãs pobres por parte de instituições caritativas portuguesas, espanholas e italianas, até a alguns dotes da Casa Real de Bragança, passando pelas práticas no mundo camponês do Norte peninsular e nas comunidades mouriscas da Andaluzia, sem esquecer a sua avaliação enquanto meio de transmissão da propriedade nas sociedades rurais e o seu peso na constituição do património familiar. Aguarda-se a publicação pelo CITCEM.

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mafilopes@netvisao.pt

Encontros Culturais de São Cristóvão de Lafões S. Cristóvão de Lafões, 7 e 8 de Maio de 2010

Um ano passado e eis que, de novo, na primeira sexta-feira e no primeiro sábado do mês de Maio, o mosteiro de S. Cristóvão de Lafões foi palco de mais uma reunião científica, em hora inspirada chamadas de *Encontros Culturais em S. Cristóvão*.

Como vem sendo hábito – pois que se tratava já da sexta edição, anual e fielmente seguida e conseguida –, aí se reuniram estudiosos provenientes de vários locais e de formações muito distintas, para ouvirem e reflectirem sobre tema previamente anunciado.

O tema do presente ano – *Igreja e República: Mito(s) e História(s)* – foi sugerido pela comemoração maior de 2010, a da proclamação da República, em Portugal, em 5 de Outubro de 1910.

A organização dos trabalhos obedeceu à clássica “arrumação” por painéis, aglutinadores de comunicações de temáticas afins.

No primeiro dia, teve lugar o desenvolvimento de dois painéis, um na manhã, outro na tarde, a que se juntaram o lançamento das actas do *V Encontro* e a visita guiada ao Museu do Regimento de Infantaria de Viseu.

Os referidos painéis subordinaram-se aos títulos *A República: Paradigmas e aspirações* e *Igreja e Religião em tempo de República (I)*.

De acordo com a organização traçada, a comunicação inicial coube ao Professor Doutor Francisco Oliveira, do Grupo de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, especialista em literatura e cultura romanas e autor da recente tradução do *Tratado da República*, de Cícero. Foi subordinada ao título “Estado e religião no *Tratado da República* de Cícero”, tendo o autor abordado dois aspectos significativos dentro do tema: o primeiro centrou-se na identificação de divindades, práticas religiosas e organização do culto e o segundo reflectiu acerca da relação dos governantes com o divino. Ambos serviram, ao autor, de tópicos fundamentais para a compreensão da participação activa dos cidadãos romanos nas questões teológicas e políticas do seu tempo.

Num salto de séculos, em busca das raízes da República Portuguesa, o Professor Doutor João Silva de Sousa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dissertou sobre “A luta pela

República: o desenho e a palavra”, tendo, como ponto de partida, algumas obras gráficas de Leal da Câmara e textos literários de Aquilino Ribeiro. A sua intervenção tornou-se viva, apelativa, pois foi abundantemente ilustrada com projecção de gravuras de Leal da Câmara, e, no final, de alguns revolucionários franceses, da segunda metade do séc. XIX. Palavras e gravuras ajudaram, cabalmente, à elucidação da temática que se propôs, demonstrando como a sátira, no desenho e na palavra, foi um instrumento ao serviço das novas ideias republicanas.

O segundo painel do dia, *Igreja e religião em tempo de República (I)*, que ocupou boa parte da tarde do primeiro dia dos trabalhos, foi preenchido pelas comunicações do Professor Doutor Fernando Catroga, do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Dr. António Manuel Silva, da Câmara Municipal do Porto.

O primeiro orador falou-nos da complexa “Questão religiosa da Primeira República”, fazendo incidir a sua análise sobre as questões do anti-jesuitismo, do anti-congregacionismo, da pluralidade religiosa e da laicidade. Na evolução do percurso destes conceitos e no seu significado em vésperas da proclamação da República, propôs uma nova leitura historiográfica sobre a República e a questão religiosa. Por sua vez, o Dr. António Manuel Silva dissertou sobre “O protestantismo português e a República: da utopia à realidade”. Na novidade que o tema suscitava, assistiu-se ao percorrer de uma breve nota histórica do protestantismo nacional (percursores, enquadramento legal e principais movimentos), nas vésperas da República. Foi ainda abordada a convergência entre as reivindicações protestantes e o ideário liberal e republicano, bem como a receção e a decepção com a República, nas expectativas criadas e nas realizações frustradas.

A manhã do primeiro dia foi ainda preenchida com o lançamento das *Actas do V Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões (2009)*, dedicado à *Música e Espiritualidade*, também ele realizado com a colaboração de membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, as quais foram apresentadas pelo Professor Doutor Luís Carlos Amaral, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Já a tarde do mesmo dia foi oportunidade para uma visita ao Museu do Regimento de Infantaria 14, em Viseu, que teve por guias um oficial

do Regimento e a Prof. Doutora Fátima Eusébio, do Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu. Ali, foi possível a observação das colecções e peças ilustrativas do percurso deste Regimento militar, com uma chamada de atenção muito especial para as que ilustram a sua participação em diversas batalhas e recontros, desde as Invasões Francesas até à Guerra Colonial, bem como as que ligam esse corpo militar à cidade de Viriato. Por gentileza do comando, os presentes foram convidados a visitar a Biblioteca do Regimento, percorrendo as suas vitrinas, onde se guarda um conjunto bibliográfico altamente especializado, no que à arte militar diz respeito, e que está acessível à consulta de todos quantos se interessam por aquelas matérias, forma também de a instituição militar se enlaçar com a cidade e região.

A manhã do segundo dia do *Encontro* foi preenchida com o terceiro painel, também ele dedicado à reflexão sobre a *Igreja e religião em tempo de República II*.

O primeiro orador foi o Professor Doutor Fr. Geraldo Coelho Dias, que, na sua matriz de membro da Ordem Beneditina, falou sobre “A República e os Beneditinos na envolvimento das Ordens Religiosas”. Depois de historiar o papel da República como recipiendária das leis anticlericais e anti-religiosas que culminaram com a “Lei da Separação do Estado e das Igrejas”, em 1911, o conferencista referiu-se à atribulada vida e acção dos Beneditinos em Portugal, sob o chamado “vendaval” da República até ao seu restabelecimento definitivo, em Singeverga, onde se mantém o único mosteiro da Ordem, no País.

Seguiu-se a Professora Doutora Maria de Fátima Nunes, da Universidade de Évora, que apresentou uma comunicação intitulada “A revista Brotéria: entre a Igreja e a República. Referentes de cultura científica”. A autora mostrou-nos o contributo da *Brotéria* – como revista de divulgação e cultura científica luso-brasileira de origem jesuítica – na ambiguidade da expulsão dos jesuítas de Portugal e na sua coexistência com a República, salientando o seu papel importantíssimo de testemunho da ciência portuguesa em termos de internacionalização, ao tempo da implantação da República e seu imediato.

Por último, apreciou-se a comunicação do Professor Doutor Armando Malheiro da Silva, da Universidade do Porto, que se debruçou sobre “O Sidonismo e a Igreja Católica”. Na sua intervenção, o autor historiou o

breve consulado de Sidónio Pais, acentuando as medidas tendentes a aliviar as fortes tensões entre o Estado e a Igreja Católica, provenientes do primeiro e mais exacerbado republicanismo.

Como conclusão dos trabalhos deste VI Encontro ficou demonstrada a riqueza do tema escolhido, dentro da complexidade das relações Igreja-Estado, e de como o assunto que aqui congregou os presentes é passível de múltiplos olhares e continua a exigir leituras renovadas.

Embora com um número de participantes ligeiramente inferior ao de edições passadas, nem por isso a participação do público foi menos viva e interessada, o que contribuiu, decisivamente, para o êxito da iniciativa.

Não pode terminar-se esta breve nota sem se fazer referência a uma passagem inusitada, mas plena de significado, que marcou a abertura da edição deste ano. Referimo-nos à projecção de um filme de arquivo, datado de 1974 (Produção RTP), que testemunha o estado de degradação acentuada do mosteiro onde nos encontramos, naquela data. Ele respondeu à curiosidade de muitos dos presentes e ao realçar da obra, a todos os títulos meritória, dos actuais proprietários do mosteiro em prol da sua conservação material e significado espiritual.

Maria Alegria Fernandes Marques

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
Presidente da Comissão Científica dos Encontros Culturais em S. Cristóvão de Lafões
mfim@fl.uc.pt

Seminário Internacional *Preserving documents: science and restoration* Coimbra, 7 e 8 de Junho de 2010

O Arquivo da Universidade de Coimbra foi palco, nos dias 7 e 8 de Junho de 2010, de um Seminário Internacional subordinado ao tema *Preserving documents: science and restoration*, organizado pelo referido Arquivo e pelo Chymioteknon (Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação em Química, Departamento de Química da FCTUC), que teve como principal dinamizadora a Mestre Catarina Santos, investigadora daquele Instituto, e reuniu um apreciável conjunto de investigadores de Portugal, Inglaterra, França, Suécia e Dinamarca.

Na sessão de abertura, em que usaram da palavra a Directora do Arquivo da Universidade, Maria José Azevedo Santos (Univ. Coimbra/CHSC); António Rocha Gonsalves (Professor jubilado da Univ. Coimbra/Departamento de Química) e António Gomes Martins (Vice-Reitor da Univ. Coimbra), a tónica foi colocada no pioneirismo desta iniciativa, bem como do projecto de restauro de selos de chumbo do Arquivo da Universidade que está na sua génese, e que foi desenvolvido, numa parceria entre este Arquivo e o Departamento de Química da FCTUC, precisamente por Catarina Santos. Um pioneirismo que não é demais salientar, e que demonstrou claramente as vantagens de se agregarem os vários saberes coexistentes da Universidade em projectos comuns.

As questões relacionadas com a conservação de selos foram, como seria de esperar, as mais focadas. No que toca aos selos portugueses, foram apresentadas três comunicações. A primeira, de Saul António Gomes (Univ. Coimbra/CHSC), versou essencialmente sobre a importância da sigilografia portuguesa, integrando-a no contexto europeu; a segunda, de Catarina Santos (Univ. Coimbra/Chymioteknon), teve como tema as metodologias de conservação de selos de chumbo desenvolvidas no Arquivo da Universidade de Coimbra e os bons resultados que têm dado; e, na terceira, Maria do Rosário Barbosa Morujão (Univ. Coimbra/CHSC) procedeu a uma análise preliminar do importantíssimo espólio sigilográfico conservado nos fundos da Sé de Coimbra do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e das deficiências que se podem verificar no seu estado de conservação.

Outras três intervenções, de autores estrangeiros, foram também dedicadas às questões relacionadas com selos: Chris Woods (Camberwell College Conservation Department, University of the Arts, Londres) abordou os problemas colocados pelos selos de laque; Siegfried Heim (Arquivos Nacionais, Suécia) falou acerca dos selos de chumbo da instituição onde trabalha; e Agnès Prévost (Archives Nationales, Paris) apresentou uma reflexão sobre o valor histórico das diferentes formas de acondicionamento dos espécimes sigilográficos, desde a Idade Média aos nossos dias.

As restantes quatro comunicações disseram respeito a outras temáticas. António Portugal e Nuno Mesquita (Centro de Ecologia Funcional do Departamento de Ciências da Vida, FCTUC) apresentaram os resultados das suas pesquisas sobre os microfungos presentes em documentos antigos do

Arquivo da Universidade de Coimbra; Marianne Lund Petersen (Biblioteca Real, Copenhaga) explicou a forma como procedeu ao delicado restauro da encadernação de um manuscrito hebraico do século XVIII; Inês Correia (Universidade Nova de Lisboa/IEM) falou acerca das vantagens de uma abordagem quantitativa ao conceito de “minimum approach”, fundamental no campo da conservação e restauro; e Fernando Marques e Sónia Filipe (Univ. Coimbra, Gabinete de Candidatura à Unesco) falaram acerca dos trabalhos de restauro que estão a ser levados a cabo na Torre da Universidade.

Foi uma iniciativa cheia de interesse, que permitiu a apresentação pública do resultado de trabalhos já levados a cabo ou ainda em fase de execução; demonstrou, como já referimos mas vale a pena de novo salientar, as potencialidades da colaboração entre diversas unidades orgânicas da Universidade de Coimbra e os seus investigadores; e fez reflectir os presentes sobre a necessidade premente de intervir no campo da conservação e restauro documentais, e em particular dos selos.

Maria do Rosário Barbosa Morujão

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
rmorujao@gmail.com

IX Congresso da Associação de Demografia Histórica **Ponta Delgada, 16 a 19 de Junho de 2010**

A Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, acolheu nos dias 16 a 19 de Junho de 2010 o *IX Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH)* organizado por esta Associação Luso-Espanhola em parceria com o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UAC).

Como é habitual nestes congressos, que se realizam de três em três anos, os comunicantes (quase 300 aceites) eram maioritariamente oriundos de universidades espanholas, a que se seguiam as portuguesas. Mas também o Brasil, a Itália, a França, a Grécia e a Argentina marcaram presença.

O evento estruturou-se em 29 sessões temáticas e duas especiais: uma sobre a Demografia das Ilhas e outra sobre a família na América Latina nos séculos XVII a XIX. As restantes abrangeram muitos outros temas:

Paleodemografia em Espanha e Portugal; População e condições de vida nos séculos XVIII a XX; Novos métodos e fontes na Demografia Histórica; Determinantes das mudanças nos níveis de mortalidade; As mulheres como agentes de mudança demográfica nos séculos XVI a XIX; Perspectivas comparadas sobre jovens e curso de vida na Europa Meridional nos séculos XVI a XIX; Perspectiva comparada sobre velhice e envelhecimento na Península Ibérica nos séculos XVIII a XX; Cultura material, património familiar, consumo e aparência; A população pobre e as estratégias assistenciais na Península Ibérica nos séculos XVI a XIX (onde o CHSC esteve representado); A família como fonte de segurança face à incerteza ao longo da História; Migrações internas; Migrações temporárias e mobilidade laboral; Despovoamento de regiões desfavorecidas na Europa do século XX; Comportamentos demográficos das sociedades insulares nos séculos XVI; Reemergência de sociedades multiétnicas na Europa; Comportamentos demográficos dos migrantes internacionais nos países mediterrânicos da União Europeia; Saúde sexual e reprodutiva em populações vulneráveis; etc.

As comunicações encontram-se disponíveis na página da ADEH no endereço <http://adeh.org/es/node/104> e, o que foi excelente, estavam-no já quando o Congresso se realizou, permitindo que cada um pudesse participar muito mais activamente, aprofundando-se, assim, o debate científico.

Maria Antónia Lopes

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
mafilopes@netvisao.pt

Seminário de História Religiosa – Época Moderna
Ano de 2010 – O cristianismo no império português

Entre Março e Novembro de 2010 decorreu nas instalações da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, o *Seminário de História Religiosa – Época Moderna*. Trata-se do terceiro ciclo desta organização científica de âmbito internacional, co-organizada pelo Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR), Centro de História

da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC) e o Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (CHC), sob direcção científica do Prof. Doutor David Sampaio Barbosa (CEHR), Prof. Doutor António Camões Gouveia (CHC) e Prof. Doutor José Pedro Paiva (CHSC).

Participaram nas oito sessões do *Seminário*, sempre realizadas nas terceiras terça-feiras de cada mês (excluindo Agosto), entre as 17h e as 19h30m, vários investigadores dos Centros referidos e alunos de 2º e 3º ciclos de várias universidades (em média, estiveram presentes 23 pessoas por sessão). Em cada sessão, para além de uma exposição inicial, com a duração de cerca de 15 minutos, a cargo da Direcção Científica, houve uma intervenção de fundo proferida por um conferencista convidado e de um amplo espaço destinado ao debate e discussão crítica das propostas apresentadas. Por vezes, foi feita uma selecção crítica de um conjunto bibliográfico sobre o tópico em análise, a cargo de um membro da Comissão Científica.

Os textos produzidos para algumas das sessões pelos conferencistas convidados e outros dados de interesse podem consultar-se em página *web* específica do Seminário, no seguinte endereço: <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplminisite.asp?sspageID=4569&lang=1>

O ciclo de 2010 teve o seguinte programa:

Sessão nº 1, 16 de Março:

Sessão abertura: Apresentação do tema do seminário anual, por José Pedro Paiva.

- *Franciscanos no império: Epistemologia, rotinas historiográficas e paisagens invisíveis* - Ângela Barreto Xavier (ICS, Lisboa).

Sessão nº 2, 20 de Abril:

- *Os teólogos e o império português no século XVI* - Giuseppe Marcocci (Scuola Normale Superiore - Pisa, Itália).

Sessão nº 3, 18 de Maio:

- *Evangelizar o Mundo: missões e missionários portugueses no império* - Federico Palomo (Investigador Ramon y Cajal, Universidade Complutense de Madrid e CEHR).

Sessão nº 4, 15 de Junho:

- *O clero regular em África* - Manuel Lobato (Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa).

Sessão nº 5, 20 de Julho:

- *Comunicar o cristianismo pela arte no Oriente* - Alexandra Curvelo (Fac. de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa).

- *Os catecismos jesuíticos e a difusão do cristianismo no Oriente: os casos de Goa e do Japão* - Silvana Pires (Doutoranda na Universidade de Alcalá (Espanha) e CHAM, Lisboa).

Sessão nº 6, 21 de Setembro:

- *O padroado português: meios e contingências da projecção do cristianismo* - André Ferrand de Almeida (CEHR, Lisboa).

Sessão nº 7, 19 de Outubro:

- *Estruturas de enquadramento do cristianismo: o episcopado no Brasil de Setecentos* - Evergton Sales Souza (Universidade Federal da Bahia, Brasil).

Sessão nº 8, 19 de Novembro

Sessão magna de encerramento: *O cristianismo no império português: modos de evolução e adaptabilidade* – Laura de Mello e Souza (Universidade de S. Paulo, Brasil).

José Pedro Paiva

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
lejpaiva@fl.uc.pt

ISSN 1645225-9



9 771645 225004

Normas para aceitação de textos

Os artigos propostos devem ser inéditos e remetidos pelos autores à Direcção da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, numa das seguintes línguas: português, castelhano, italiano, francês ou inglês.

Todos os artigos propostos para publicação serão sujeitos a apreciação por parte de dois especialistas externos, em processo dirigido pelo coordenador do número da *Revista* e acompanhado pelo Director e Conselho Editorial, prevendo-se a possibilidade de ser sugerida ao autor a reformulação do texto original com vista à sua publicação.

Cada artigo não deverá exceder 50.000 caracteres (incluindo espaços em branco), deverá ser acompanhado de um resumo com um limite máximo de 200 palavras, bem como por um conjunto de palavras chave (mínimo 3, máximo 5). Os artigos deverão ser remetidos em ficheiro electrónico em formato Word, dirigido ao coordenador da *Revista*, no qual, na primeira página devem ser claramente explicitados os seguintes dados: nome do autor, filiação académica (máximo de 2 instituições), endereço postal, endereço electrónico e telefone.

Gráficos, tabelas e eventuais ilustrações devem ser remetidos em ficheiros autónomos, com indicação no texto do local onde devem ser inseridos. Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para a publicação de imagens que reclamem direitos de autoria. As referências bibliográficas e arquivísticas devem ser normalizadas de acordo com os seguintes exemplos, e fornecidas em notas de rodapé no final de cada página:

Monografias:

GUSDORF, Georges - *Les principes de le pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

Obras colectivas:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

Capítulos em monografias:

GIDDENS, Anthony - *Elites and power in TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

Artigos em publicações periódicas:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

Artigos ou textos na WEB:

SCHILLING, Ruth - *Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), (http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition_5/schillingarticle.htm, consultado em 2007.09.12).

Manuscripts:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

A partir da segunda citação da mesma obra deve usar-se um sistema simplificado. Exemplos: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Nos anos em que o número de artigos aprovados exceder os limites orçamentais da *Revista*, a sua Direcção reserva-se o direito de proter a publicação de alguns deles, garantindo, contudo, que esses textos serão publicados no número seguinte.

Serão enviadas aos autores provas tipográficas para correção. Não se aceitarão alterações superiores a 5% do texto original.

Uma vez publicado o artigo, cada autor receberá gratuitamente vinte separatas do respectivo texto e um exemplar da *Revista*.

Para qualquer dúvida ou esclarecimento contactar o Director da *Revista* ou o coordenador do respectivo número.

Guidelines for contributors

Texts should be original and written in one of the following languages - Portuguese, Spanish, Italian, French or English - and submitted by the authors to the Board of the *Journal of History of Society and Culture*.

All articles undergo peer review by two external referees, in a process supervised by the coordinator of the current number of the *Magazine* and followed up by the Director of the Centre and the Editorial Board. There is the possibility of recommending to the author the reformulation of the original text in order to its publication.

Each article should not exceed 50.000 characters (including blank spaces), it should be accompanied by an abstract with a maximum limit of 200 words, as well as a set of keywords (minimum 3, maximum 5). The articles should be sent in an electronic file in Word format to the coordinator of the *Journal*, in which, in the first page, should be clearly mentioned the following information: author's name, academic affiliation (maximum 2 institutions), address, electronic address and phone number.

Graphics, charts and illustrations should be sent in autonomous files, mentioning in the article's text the location where each one of them should appear. It is up to the author the responsibility to ensure the lawful authorization for publication of images which are protected by copyrights. Bibliographic and archival references should be normalised according to the following examples and standards, and must be given in end notes placed at the bottom of each page:

Monographies:

GUSDORF, Georges - *Les principes de le pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

Collective publications:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

Chapters in monographies:

GIDDENS, Anthony - *Elites and power in TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

Articles in periodical publications:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

Articles or texts in the WEB:

SCHILLING, Ruth - *Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), (http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition_5/schillingarticle.htm, consultado em 2007.09.12).

Manuscripts:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

For second quotations of the same publication, one should use a simplified process. Examples: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Whenever the number of articles accepted are beyond the journal's budget, the editors are entitled to postpone the publication of a few given articles, guaranteeing, however, their publication in the following issue.

Printing proofs will be sent to the authors for revision before publication. Modifications that outrun 5% of the original text will not be accepted. Once the paper is published, each author will gratuitously receive twenty printed copies of the article and one copy of the *Journal*.

For further information, please contact the Director of the *Journal* or the coordinator of each volume.

Índice
(Tomo II)

Artigos

Guilhermina Mota	353
<i>Famílias em Coimbra nos séculos XVIII e XIX</i>	
Camilo J. Fernández Cortizo	387
<i>Los pasaportes internos como fuente para el estudio de la emigración gallega al norte de Portugal (1700-1850)</i>	
Maria Marta Lobo de Araújo	411
<i>A difícil luta pela sobrevivência: a Misericórdia de Vila Viçosa durante a Monarquia Constitucional</i>	
Filipa Formigo	433
<i>Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Arganil do século XIX. Metamorfoses, elos e poderes</i>	
Margarida Durães	457
<i>Percurso de vida. As potencialidades da micro-história e das pesquisas biográficas</i>	
Maria Rosa Tomé	481
<i>A cidadania infantil na Primeira República e a Tutoria da infância. A criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo</i>	
Maria Isabel João	501
<i>O Povo Português na Obra de João de Barros</i>	
Giovanna Farrell-Vinay	517
<i>Don Luigi Sturzo. A Man Through Many Seasons</i>	
Ana Isabel Coelho Pires da Silva	543
<i>O Cortejo de Oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor (décadas de 1950 e 1960)</i>	
Pedro Carasa	569
<i>Límites de la historia social clásica de la pobreza y la asistencia en España</i>	
Recensões	593
Notícias	659



Pallmage
Imagens, Palavras